

INSTITUTO DE
Geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA DOS ANJOS PEREIRA RODRIGUES

**Geografia e Linguagem Cinematográfica: Análises e contribuições para o estudo
de práticas de (in) justiça no espaço brasileiro**

**Uberlândia
2024**

MARIA DOS ANJOS PEREIRA RODRIGUES

Geografia e Linguagem Cinematográfica: Análises e contribuições para o estudo de práticas de (in) justiça no espaço brasileiro

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Linha de pesquisa: Educação Geográfica e Representações Sociais

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Freire Sampaio

**Uberlândia
2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R696 Rodrigues, Maria dos Anjos Pereira, 1970-
2024 Geografia e Linguagem Cinematográfica: Análises e
contribuições para o estudo de práticas de (in) justiça
no espaço brasileiro [recurso eletrônico] / Maria dos
Anjos Pereira Rodrigues. - 2024.

Orientador: Antonio Carlos Freire Sampaio.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.425>
Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Sampaio, Antonio Carlos Freire ,1955-
, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Pós-graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 269 , PPGGEO				
Data:	26 de junho de 2024	Hora de início:	08h:30min.	Hora de encerramento:	12h:00min.
Matrícula do Discente:	12013GEO017				
Nome do Discente:	MARIA DOS ANJOS PEREIRA RODRIGUES				
Título do Trabalho:	A GEOGRAFIA COM O APORTE DA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA PARA O ENTENDIMENTO DAANÁLISE DA REGIÃO E DO ESPAÇO SOBRE A PRÁTICA DA JUSTIÇA				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica Sala 14 (Online - [Plataforma Zoom](#)) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: [Adriano Eurípedes Medeiros Martins](#) - IFTM-MG; [Carlos Alberto Póvoa](#) - UFTM-MGU; [Rosselvelt José Santos](#) - IG- UFU; [Paulo Cezar Mendes](#) - IG-UFU e [Antonio Carlos Freire](#)

Sampaio - IG-UFU (orientador da candidata). Os membros participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, **Professor Antonio Carlos Freire Sampaio - IG UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

https://www.sei.ufu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6055661&infra_siste... 1/2

28/06/2024, 08:08 SEI/UFU - 5425836 - Ata de Defesa - Pós-Graduação Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Adriano Eurípedes Medeiros Martins, Usuário Externo**, em 26/06/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no

art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO POVOA, Usuário Externo**,



em

26/06/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cezar Mendes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/06/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no

art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Freire Sampaio, Professor(a)**



do

Magistério Superior, em 26/06/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). Documento assinado eletronicamente por **Rossvelt José Santos, Usuário Externo**, em 27/06/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº](#)

8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5425836** e o código CRC **5AFD4A12**. **Referência:** Processo nº 23117.035316/2024-96 SEI nº 5425836

https://www.sei.ufu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6055661&infra_siste... 2/2

Dedico esta pesquisa às várias pessoas que lutam para conseguir que a justiça se faça presente em sua vida e às pessoas e instituições que lutam que a justiça prevaleça. Dedico a minha família pelo apoio e paciência principalmente nos momentos difíceis até chegar este momento e ao exemplo de justiça e retidão do meu pai Pedro Pereira da Cruz (em memória) que sempre mostrou pela sua trajetória de vida que o trabalho e a justiça deve estar presente em todos os momentos de nossa vida.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela graça da vida e à minha família por me apoiar e caminhar comigo em mais uma empreitada de estudos, esforços e renúncia para o desenvolvimento desta pesquisa até este momento.

Aos professores e ao orientador Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por construirmos de forma conjunta o conhecimento.

Ao Grupo de Pesquisa Cultural coordenado por Rosselvelt José Santos, pela partilha, pelos desafios conjuntos, pelo espaço de exposição de dúvidas e pelos alinhamentos dos tópicos da pesquisa apresentada.

Agradeço a toda equipe de trabalho do Instituto Federal do Triângulo Mineiro-IFTM do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico-IFTM/CAUPT, pela liberação concedida ao qual foi fundamental para proporcionar momentos de estudos e pesquisas para finalizar o doutorado.

Aos servidores dos Arquivos Públicos Municipais de Araguari e Uberaba, pela contribuição e disponibilidade de acesso ao material que serviu de base para esta pesquisa.

Ao professor e colega de trabalho Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins, pela rica contribuição de referências para esta pesquisa.

Agradeço de forma especial a todas as pessoas que contribuíram com a minha formação como pessoa e como profissional, no meio familiar, acadêmico e religioso, que me fez e faz ver o mundo de uma forma em que podemos fazer diferença em todos os setores para uma vida mais digna e justa sempre.

Amai a justiça, vós que julgais a terra, pensai no Senhor com retidão, procurai-o com simplicidade de coração...Tudo criou para que subsista; são salutarens as gerações no mundo: nelas não há veneno destruidor, e o Hades não reina sobre a terra. Porque a justiça é imortal. (Sabedoria, 1,1.14-15)

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida no curso de Pós-Graduação de Doutorado na Universidade Federal de Uberlândia-UFU, no Instituto de Geografia, e tem como objetivo geral analisar como a Geografia, com o aporte da linguagem cinematográfica, pode contribuir para o entendimento socioespacial referente à justiça num contexto regional e nacional. O tema justiça, se insere na perspectiva de análises desta pesquisa como elemento igualitário a todos (as) os (as) cidadãos (ãs), seja na resolução de problemas no contexto regional ou nacional. Na busca de exercer a justiça como um princípio de isonomia, percebem-se erros judiciais nos casos presentes nas duas narrativas fílmicas, foco de análise sobre o tema. Com estas prerrogativas, os objetivos específicos desenvolvidos foram: conhecer a formação histórica e geográfica da Região do Triângulo Mineiro; analisar a linguagem cinematográfica na perspectiva da representação cultural sobre o tema justiça; mostrar, por meio da análise do filme “O caso do Irmãos Naves”, como o tema Justiça ainda continua sendo um desafio no contexto regional; e analisar a obra fílmica “Polícia Federal: A lei é para todos”, para relacionar o tema Justiça numa perspectiva nacional. Pretende-se contribuir para a construção de um olhar crítico acerca dessas obras fílmicas, haja vista que o acesso a obras fílmicas de diversos gêneros pode constituir um aporte de análise para a pesquisa na Geografia. Neste sentido, com o desenvolvimento de um olhar mais atento para compreender as semânticas que o autor (diretor ou roteirista do filme) quis expressar em sua obra; mostrar, por meio da imagem, os vários contextos da sociedade e consequentemente do espaço geográfico no qual o indivíduo está inserido. Tendo essas questões como pano de fundo elaboramos os objetivos gerais e específicos, com base na pesquisa qualitativa como procedimento metodológico, por meio de levantamentos em fontes primárias, bibliográfica, pesquisa documental, análise do discurso e análise comparativa. Com o desenvolvimento desta pesquisa, mostramos um caminho como um instrumento para entender como a imagem fílmica mostra os lugares e a formação socioespacial, inter-relacionamos as possibilidades de conhecimento da obra fílmica com o suporte teórico da disciplina de Geografia, para contribuir na aquisição e construção do conhecimento geográfico. Com a presente tese, o resultado é mostrar a importância de ampliar o nosso olhar e as formas de construção de conhecimento por meio da linguagem fílmica, para compreender a relação entre o tema desta pesquisa e o tema justiça, no viés regional e no nacional.

Palavras-Chave: Cinema; Região; Geografia; Espaço; Justiça

Abstract

This research was developed in the Postgraduate Doctorate course at the Federal University of Uberlândia-UFU, at the Institute of Geography, and its general objective is to analyze how Geography, with the contribution of cinematographic language, can contribute to socio-spatial understanding regarding justice in a regional and national context. The theme of justice is included in the analysis perspective of this research as an egalitarian element for all citizens, whether in solving problems in the regional or national context. In the quest to exercise justice as a principle of equality, judicial errors are perceived in the cases present in the two film narratives, the focus of analysis on the topic. With these prerogatives, the specific objectives developed were: to understand the historical and geographical formation of the Triângulo Mineiro Region; analyze cinematographic language from the perspective of cultural representation on the theme of justice; show, through analysis of the film “The Case of Irmãos Naves”, how the theme of Justice still remains a challenge in the regional context; and analyze the film “Federal Police: The law is for everyone”, to relate the theme of Justice from a national perspective. The aim is to contribute to the construction of a critical view of these filmic works, given that access to filmic works of different genres can constitute an analytical contribution to research in Geography. In this sense, with the development of a closer look to understand the semantics that the author (director or screenwriter of the film) wanted to express in his work; show, through images, the various contexts of society and consequently the geographic space in which the individual is inserted. With these questions as a backdrop, we elaborated the general and specific objectives, based on qualitative research as a methodological procedure, through surveys of primary sources, bibliography, documentary research, discourse analysis and comparative analysis. With the development of this research, we show a path as an instrument to understand how the filmic image shows places and socio-spatial formation, we inter-relate the possibilities of knowledge of the filmic work with the theoretical support of the Geography discipline, to contribute to the acquisition and construction of geographic knowledge. With this thesis, the result is to show the importance of broadening our perspective and the ways of building knowledge through filmic language, to understand the relationship between the theme of this research and the theme of justice, from a regional and national perspective.

Keywords: Cinema; Region; Geography; Space; Justice

Résumé

Cette recherche a été développée dans le cadre du cours de doctorat de troisième cycle de l'Université fédérale d'Uberlândia-UFU, à l'Institut de géographie, et son objectif général est d'analyser comment la géographie, avec l'apport du langage cinématographique, peut contribuer à la compréhension socio-spatiale de la justice. dans un contexte régional et national. Le thème de la justice est inclus dans la perspective d'analyse de cette recherche comme élément égalitaire pour tous les citoyens, que ce soit dans la résolution de problèmes dans le contexte régional ou national. Dans la quête de l'exercice de la justice comme principe d'égalité, les erreurs judiciaires sont perçues dans les cas présents dans les deux récits cinématographiques, au centre de l'analyse du sujet. Avec ces prérogatives, les objectifs spécifiques développés étaient : comprendre la formation historique et géographique de la région du Triângulo Mineiro ; analyser le langage cinématographique du point de vue de la représentation culturelle sur le thème de la justice ; montrer, à travers l'analyse du film « Le cas d'Irmãos Naves », comment le thème de la justice reste encore un défi dans le contexte régional ; et analyser le film « Police fédérale : La loi est pour tous », pour raconter le thème de la Justice dans une perspective nationale. L'objectif est de contribuer à la construction d'un regard critique sur ces œuvres filmiques, étant donné que l'accès à des œuvres filmiques de genres différents peut constituer une contribution analytique à la recherche en Géographie. En ce sens, avec le développement d'un regard plus approfondi pour comprendre la sémantique que l'auteur (réalisateur ou scénariste du film) a voulu exprimer dans son œuvre ; montrer, à travers des images, les différents contextes de la société et par conséquent l'espace géographique dans lequel l'individu s'insère. Avec ces questions en toile de fond, nous avons élaboré les objectifs généraux et spécifiques, basés sur la recherche qualitative comme procédure méthodologique, à travers des enquêtes de sources primaires, bibliographie, recherche documentaire, analyse de discours et analyse comparative. Avec le développement de cette recherche, nous montrons un chemin comme instrument pour comprendre comment l'image filmique montre les lieux et la formation socio-spatiale, nous mettons en relation les possibilités de connaissance du travail filmique avec le soutien théorique de la discipline Géographie, pour contribuer à l'acquisition et à la construction de connaissances géographiques. Avec cette thèse, le résultat est de montrer l'importance d'élargir notre perspective et les manières de construire des connaissances à travers le langage filmique, pour comprendre la relation entre le thème de cette recherche et le thème de la justice, dans une perspective régionale et nationale.

Mots-clés : Cinéma; Région; Géographie; Espace; Justice

Lista de Ilustrações

Figura 01- Pintura de Calmon Barreto. Título: Bartolomeu Bueno e Comitiva	38
Figura 02 - Pintura de Calmon Barreto. Título: Passagem de Anhanguera	40
Figura 03 - Pintura de Calmon Barreto. Título: Chegada dos Tropeiros	41
Figura 04 - Pintura de Calmon Barreto. Título: Execução dos Arachaenches	43
Figura 05 - Pintura de Calmon Barreto. Título: Extermínio do Tengo-Tengo	44
Figura 06- Foto do período de 1889 a 1900, residência do Coronel Antonio B. Sampaio	52
Figura 07- Vista parcial da Av. João Pessoa, nas décadas de 1920 e 1930	52
Figura 08- Rua do Comércio em 1885 (Atual Rua Artur Machado)	53
Figura 09- Rua do Comércio, Década 1920	53
Figura 10- O mercado Municipal na Década de 1920	53
Figura 11- Vista parcial do mercado municipal e Faculdade de medicina em 1957	53
Figura 12- Visão Parcial da Praça Rui Barbosa, em 1942	54
Figura 13- Visão Parcial da Praça Rui Barbosa, na década em 1952	54
Figura 14- Visão Parcial da Praça Rui Barbosa, na década em 1967.	54
Figura 15- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Índio Abeguar e o Pajé	86
Figura 16- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Revolta dos Balaíos – Manuel Balaio	87
Figura 17- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Rebeldes se juntam em Caixias	88
Figura 18- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Elite política se reúne para vencer os rebeldes	88
Figura 19- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Manuel Balaio volta a ser passáro	89
Figura 20- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Vista Panorâmica do Cristo Redentor e favela no Rio	91
Figura 21- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Panorama futurístico do Cristo Redentor no futuro em 2096	92
Figura 22- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Imprensa divulga chacina de menores em 2096	92
Figura 23- Cena do filme: “Uma história de amor e fúria”. Cena final de João Cândido e Janaína	93
Figura 24- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, que retrata os habitantes da cidade de Araguari(MG)	118
Figura 25- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, de trabalhadores da cidade de Araguari(MG), conversando sobre o sumiço de Benedito Pereira	118
Figura 26- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, de tortura de Sebastião Naves pela força policial	119
Figura 27- Cena do filme de tortura de Joaguim Naves	120
Figura 28- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, retrata o	131

diálogo de Sebastião Naves conversando com o cunhado Inhozinho	
Figura 29- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, depoimento da Família Naves na delegacia	122
Figura 30- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o Delegado-Tenente e força Policial leva os Irmãos Naves para serem torturados fora da cidade	123
Figura 31- Cena 2 do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o Delegado-Tenente e força Policial leva os Irmãos Naves para serem torturados fora da cidade	123
Figura 32- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, diante da ameaça de mantarem o irmão Sebastião Naves, Joaquim Naves confessa o crime	124
Figura 33- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o Delegado-Tenente Francisco Vieira, consegue a confissão do crime de Joaquim Naves, após muita tortura	125
Figura 34- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o Delegado-Tenente Francisco Vieira, realiza a reconstituição do crime com Joaquim Naves	125
Figura 35- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o Delegado-Tenente Francisco Vieira junto com força Policial, tenta achar o dinheiro roubado em áreas ao redor de Araguari (MG)	126
Figura 36- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, O Delegado-Tenente junto com a força policial, interroga o cunhado de Sebastião Naves, Senhor Inhozinho	126
Figura 37- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, a mãe dos acusados Ana Naves, procura a mulher do advogado João Alamy Filho, para conseguir a defesa dos filhos.	127
Figura 38- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o advogado João Alamy Filho, explica porque não pega casusas criminosas,	127
Figura 39- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o advogado João Alamy Filho, com receio das ações do Delegado-Tenente, passa a andar armado	128
Figura 40- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, onde o Delegado-Tenente, interroga Zé Protidão	129
Figura 41- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, o advogado João Alamy Filho, tenta na posse no novo juiz da comarca	131
Figura 42- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, depoimento do cunhado de Sebastião Naves, Senhor Inhozinho	132
Figura 43- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, depoimento da esposa de Sebastião Naves, Salvina Naves	132
Figura 44- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves”, discurso do advogado de defesa João Alamy Filho	134
Figura 45- Exibição do Filme: : “O caso dos Irmãos Naves”, Avante-Premier em Araguari-MG (1967)	139
Figura 46- Atores que atuaram no filme e autoridades locais de Araguari-MG (1967)	139
Figura 47- Foto Ana Naves	139
Figura 48- Fotos de Joaquim Naves e Sebastião Naves	139
Figura 49- Foto do casal Sebastião Naves e Salvina Naves	140
Figura 50- Foto do Advogado João Alamy Filho	140

Figura 51- Panfleto do Memorial Irmãos Naves “Casa da Cultura Abdala Mameri”	141
Figura 52- Panfleto do Memorial Irmãos Naves “Casa da Cultura Abdala Mameri”	141
Figura 53- Foto da década de 1930 do Prédio da cadeia Pública e Fórum municipal de Araguari-MG	141
Figura 54- Foto Casa da Cultura Abdala Mameri	141
Figura 55- Sede da Prefeitura de Araguari-MG, antiga Companhia da Estrada de Ferro de Goyaz	144
Figura 56- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Dialogo do delegado Ivan com a delegada Beatriz	153
Figura 57- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Narração do caso Banestado pelo Delegado Ivan	154
Figura 58- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Prisão de Alberto Youssef	154
Figura 59- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Prisão do ex-presidente da Petrobrás Paulo Roberto Costa	155
Figura 60- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Réporter entrevista o Delegado Júlio sobre a prisão de Paulo Roberto Costa	156
Figura 61- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Depoimento de Paulo Roberto Costa	160
Figura 62- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Depoimento de Paulo Roberto Costa para o juiz Sérgio Moro	160
Figura 63- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Prisão do empresário Marcelo Odebrecht	162
Figura 64- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Dialogo do delegado Júlio com seu pai	163
Figura 65- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Técnico avisa a equipe da Lava-Jato do dialogo entre Lula e Dilma	166
Figura 66- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Juiz Sérgio Moro, divulga o audio de Lula e Dilma	167
Figura 67- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. 24º Fase da Operação Lava-Jato referente a condução coercitiva do ex-presidente Lula	172
Figura 68- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Condução do ex-presidente Lula para prestar depoimento	172
Figura 69- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Depoimento no aeroporto de Congonhas-SP a polícia federal	173
Figura 70- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Depoimento no aeroporto de Congonhas-SP a polícia federal	173
Figura 71- Cena do Filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”. Dialogo entre os delegados Ítalo e Ivan	176

Lista de Tabelas e Gráfico

Quadro 01 - População de Uberaba no ano de 1930	51
Quadro 02 - Comparativo Lugar Geográfico e Lugar Cinemático	96
Quadro 03 - Regime de Governo no Brasil	111
Quadro 04 - Panorama do Governo FHC em 2002	148
Quadro 05 - Síntese dos resultados da Gestão do governo Lula (2003-2010)	151
Quadro 06 - Números da Operação Lava-Jato 2017	169
Quadro 07 - Partidos políticos do Brasil citados, denunciados, acusados e isentos na Operação Lava-Jato	170
Gráfico 1 – Infográfico Lula da prisão à volta ao Planalto	178
Quadro 08 – Sinopse para Análise comparativa das obras fílmicas: “O caso dos Irmãos Naves” e “Polícia Federal: A lei é para todos”	199

Lista de Mapas

Mapa 01 - Mapa de localização da Região do Triângulo Mineiro	48
Mapa 02 - Mapa da cidade de Araguari-MG em 1939 População Urbana e Rural	114
Mapa 03 - Mapa da distância da área urbana ao Rio das Pedras	124
Mapa 04 -Mapa da expansão do perímetro urbano e perfil populacional da cidade de Araguari-MG - 2023	142

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANCINE- Agência Nacional do Cinema
CAUPT- Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
CLT-Consolidação das Leis do Trabalho
CMEF – Companhia Mogiana de Estradas de Ferro
DELPO -Dicionário de Etimologia da Língua Portuguesa
DVD-Disco Digital Versátil
EFG – Companhia de Ferro Goyás
EMBRAFILME- Empresa Brasileira de Filmes S/A
FEU- Faculdade de Educação de Uberaba
FCCB-Fundação Cultural Calmon Barreto
FHC-Fernando Henrique Cardoso
FGTS-Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMTM- Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
GEDIC-Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica
GM/MS- Gabinete do Ministro/ Ministério da Saúde
GOV- Governo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IG-Instituto de Geografia
IL-Instituto Lula
INC- Instituto Nacional de Cinema
INCE- Instituto Nacional de Cinema Educativo
JD-José Dirceu
LAGECULT – Laboratório de Geografia Cultural e Turismo
LILS- Luiz Inácio Lula da Silva
MEC-Ministério da Educação
MINC- Ministério da Cultura
NEER-Núcleo de Estudos em Espaço e Representações
OAB-Ordem dos Advogados do Brasil
OAS-Olivieri, Araújo e Suarez
OMS-Organização Mundial da Saúde
ONU- Organização das Nações Unidas
PRC-Paulo Roberto Costa
PT - Partido dos Trabalhadores
PU-Pastoral Universitária
RENAFOR-Programa Rede Nacional de Formação de Professores
RFFSA-Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SAV- Secretaria do Audiovisual
SENAC/MG – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais
STF-Supremo Tribunal Federal
TAE-Técnico em Assuntos Educacionais
TV-Televisão
UEG-Universidade Estadual de Goiás
UFTM-Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFRJ -Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNIUBE- Universidade de Uberaba
VHS-Vídeo Home System/Sistema Doméstico de Vídeo

SUMÁRIO

	Agradecimento	08
	Trajectoria Acadêmica –Um memorial	20
	Introdução	27
1	Um panorama do contexto histórico do Brasil	31
1.1	Os aspectos da formação histórica e geográfica da região do Triângulo Mineiro	36
1.2	Panorama da região do Triângulo Mineiro	47
1.3	O conceito de região e a região do Triângulo Mineiro	54
2	A Linguagem Cinematográfica na Representação Cultural	61
2.1	Cinema: um pouco de história	69
2.2	Cinema no Brasil	72
2.3	Geografia Cultural: uma trilha para pesquisa tendo em vista a construção do conhecimento geográfico	80
2.4	As representações do tempo e espaço por meio da obra fílmica “Uma história de amor e fúria”	84
2.5	Geografia e Cinema	95
3	Metodologia: os caminhos da pesquisa	100
3.1	Referência para as análises fílmicas	103
4	A injustiça que clama no caso dos Irmãos Naves na Região do Triângulo Mineiro	107
4.1	Contexto histórico do Brasil e da cidade de Araguari na década de 1930	107
4.2	Autoritarismo x Democracia	108
4.3	A cidade de Araguari	113
4.4	O caso dos Irmãos Naves	115
4.5	A dificuldade da justiça prevalece	130
4.6	O caso dos Irmãos Naves e a cidade de Araguari-MG na atualidade	138
5	A gestão do governo Lula, de operário a presidente: a esperança venceu o medo	145
5.1	A justiça é para todos?	152
5.2	As delações	159
5.3	A prisão	168
5.4	A Lei é para todos	177
6	Os temas presentes nas duas obras fílmicas	181
6.1	Justiça e injustiças e relação à democracia e ao autoritarismo	188
6.2	Entre as semelhanças e diferenças e o retorno de Anhagá	197
	Considerações Finais	211
	Referências	222
	Anexo I - Transcrição do filme O caso dos Irmãos Naves	234
	Anexo II - Transcrição do filme Polícia Federal: A Lei é para todos	240

Trajatória Acadêmica - Um Memorial

A Geografia é sempre um encontro, um recomeço e um aprendizado, em vários momentos da minha caminhada pessoal e profissional.

O conhecimento do espaço, a diferenciação dos lugares com seus aspectos socioculturais se fez presente em minha vida, da infância à idade adulta, pois, venho de uma família de origem simples e rural, da cidade de Itaípe, localizada na região nordeste do estado de Minas Gerais-MG. Meu pai, Pedro Pereira da Cruz, saiu de lá em busca de novas oportunidades. Depois de trabalhar em algumas construtoras em São Paulo, foi contratado pela empresa Mendes Júnior e passou a trabalhar na construção de grandes hidrelétricas.

A atividade profissional dele nos levou a residir em várias cidades e estados, e, também, a nos adaptar às constantes mudanças de escolas, professores e, conseqüentemente, às novas relações interpessoais, que exigiam uma integração de culturas e sotaques. Nessa trajetória, residimos em: São José do Rio Preto-SP, Nova Granada-SP, Teodoro Sampaio-SP, Foz do Iguaçu-PR, Porecatu-PR, Itaípe-MG, Fronteira-MG e Uberaba-MG.

Com isso, o conhecimento geográfico foi ocorrendo na prática, abrindo um leque de possibilidades de entender a diferenciação destes lugares, compreendendo esta espacialidade que nos faz retirantes e integrantes ao mesmo tempo.

Com a finalização da última obra – Usina Hidrelétrica de Taquaruçu – na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, quando residimos em Teodoro Sampaio-SP – meus pais optaram por retornar para Minas Gerais e escolheram a cidade de Uberaba-MG (não por termos parentes aqui, mas vários companheiros da firma), pois consideraram ser um local de mais oportunidades para a família.

Fixando residência na cidade de Uberaba-MG, concluí o Ensino Médio e decidi realizar alguns cursos de aperfeiçoamento no Senac e em outras instituições para começar minha vida profissional. Trabalhei em alguns escritórios e em 1995 fui aprovada em um concurso público da Prefeitura de Uberaba, para o cargo de Agente Administrativo. Conquistei a tão almejada estabilidade, pois, com ela, poderia voltar a estudar e ingressar numa faculdade.

Minha mãe, Ana Rodrigues, queria muito que eu fizesse um curso na área da saúde, mas esse não era meu objetivo. Nessa época, tinha a Universidade de Uberaba – Uniube – instituição particular, com diversos cursos (mas eu não tinha condições financeiras para ingressar numa universidade privada); a Faculdade de Medicina do

Triângulo Mineiro – FMTM - que não contemplava o que eu queria cursar; e a Faculdade de Ciências Econômicas, na qual também eu não conseguiria ingressar devido ao valor a ser pago.

Com a criação da Faculdade de Educação de Uberaba - FEU, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia-UFU, inicialmente foram ofertados três cursos: Pedagogia, Biologia e Geografia. Uma oportunidade de formação para pessoas que tinham interesse de cursar uma licenciatura numa instituição pública e, conseqüentemente, gratuita.

Então vi se concretizar a possibilidade de retomar os estudos e fazer uma graduação e isso foi muito importante e primordial para minha formação. O contato com professores que se tornaram referência para mim contribuiu muito para a ampliação da minha visão de mundo. Dentre eles destaco: Luiz Carlos Borges Ribeiro, Suely Regina Del Grossi e Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa.

Toda a caminhada de aprendizado, em especial, as atividades de campo realizadas pelo Prof. Luiz Carlos Borges Ribeiro, foram primordiais para que eu expandisse minha compreensão do mundo e conseguisse perceber e integrar o conhecimento geográfico como pilar da minha formação.

Durante todo o período da faculdade, continuei trabalhando na Prefeitura de Uberaba-MG e fui aprovada em outros concursos, tais como: docente na Educação Básica, em 2006, e Analista de Gestão Educacional, em 2011. Isso me deu a oportunidade de atuar também no setor privado, no Ensino Médio e Técnico, de escolas em Uberaba.

Nessa trajetória, você pode me indagar: como surgiu o interesse pelo cinema e pelo estudo da imagem como potencialidades de formação e pesquisa?

E eu respondo: sempre gostei de filmes, séries e outros, e, enquanto eu participava de grupos formais e não-formais de estudo ou de reflexão, percebia a potencialidade dos filmes e curtas para atrair a atenção das pessoas. No período da faculdade, participava de um grupo de Pastoral Universitária (PU) que tinha a assessoria do Monsenhor Juvenal Arduini e era composto, em sua maioria, por discentes de cursos de graduação. Realizávamos vários eventos para atrair novos universitários, haja vista que havia ficado um pequeno grupo porque a maioria já tinha concluído o ensino superior. Em conjunto com a OAB Jovem de Uberaba realizamos um evento cultural intitulado Cine-PU, com exibição de filmes e debates, tendo como foco os universitários.

O Cine-PU foi realizado em 2001, com a colaboração do coordenador da Ordem dos Advogados do Brasil – (OAB-Jovem), que apoiou a proposta e permitiu que organizássemos todo mês uma exibição fílmica, seguida de debate, com a presença de um (a) moderador (a) que contribuía com sua análise e contava com a participação de todo o público.

Foi uma parceria que deu certo e por um período de 14 anos foram exibidos filmes uma vez ao mês, seguido de debate com um moderador-convidado. De forma ininterrupta, os presidentes que passaram da 14ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil-(OAB) de Uberaba disponibilizaram a estrutura para realização do evento.

No meu processo formativo, a realização do curso de Pós-Graduação Lato Sensu *Leitura e Crítica como Prática Social*, ofertado no período de 2007 e 2008, pelo SENAC/MG, para os professores da rede, em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberaba e a Secretaria de Educação, foi outra oportunidade para desenvolver o tema da linguagem cinematográfica, integrando os conhecimentos que levava para a sala de aula e a experiência em eventos culturais como o de articuladora do Cine-Cultura. Tudo isso permitiu que se ampliassem as análises e a aprendizagem por meio da linguagem cinematográfica.

No exercício do cargo de Analista de Gestão Educacional na Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, atuei por um período no Departamento de Formação Continuada para os professores da Rede de Ensino, quando também ministrava cursos de formação para professores. Desta forma, atuando na Educação, surgiu a oportunidade de fazer o mestrado em Educação no Programa de Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM.

No final de 2013, participei no processo seletivo do Programa em Educação da UFTM, na linha de pesquisa Formação de Professores e Cultura Digital, quando apresentei um projeto de pesquisa que pudesse inter-relacionar a utilização da linguagem cinematográfica em sala de aula e o tema “formação de professores”. Apesar de derivar de uma mesma caminhada, percebi que o projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Mestrado da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) possui contextos diferentes, mas que convergem nessa proposta.

O resultado desta pesquisa intitulada “Linguagem Cinematográfica: como os professores reconhecem suas potencialidades como recurso pedagógico nas práticas de ensino”, defendido em 2016, abriu novas perspectivas na minha caminhada profissional,

na minha visão e atuação na Educação, o que me fez decidir cursar Pedagogia na Uniube, como uma complementação, haja vista que eu já tinha uma graduação.

A realização da minha pesquisa no Programa de Mestrado em Educação na UFTM não seria possível sem o apoio e a orientação da Prof^a Dr^a Ana Paula Bossler – a quem sou grata pelo aprendizado. Tive a grata satisfação de conhecê-la e atuar num projeto do Programa Rede Nacional de Formação de Professores - Ministério da Educação/Renafor-MEC, e depois foi minha orientadora no Mestrado.

Para mim foi como se completasse minha formação, pois, atuando na Secretaria da Educação, tinha conquistado o título de mestre e a formação em Pedagogia, que concluí em 2017.

Em 2014, prestei um concurso público Federal para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais-TAE, para poder atuar no Instituto Federal do Triângulo Mineiro-IFTM. Fui chamada para ocupar a vaga deste concurso no final de 2017 e fiquei muito feliz. Depois de 22 anos atuando na esfera pública municipal, em 24 de janeiro de 2018 tomei posse no cargo de TAE, e trabalho até hoje no Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico-UPT.

Para mim, um espaço de desafios, troca de experiências junto à direção do Campus-UPT, aos servidores e aos discentes. Espaço profissional no qual pude levar minha proposta de pesquisa que foi direcionada para os Editais de Extensão e Pesquisa do IFTM/CAUPT e conseguimos formar um grupo ao qual intitulamos Cine-UPT, composto por docentes, técnicos administrativos e discentes na produção, animação e análises fílmicas, envolvendo a comunidade acadêmica e a comunidade externa em nossos eventos.

Em 2019, foi publicado o Edital do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-IG/UFU, com vagas para o mestrado e doutorado. Como era graduada em Geografia e havia atuado como professora desta disciplina logo após minha formação, resolvi tentar o processo seletivo e divulguei-o para o corpo técnico do IFTM/CAUPT. Na oportunidade, outras pessoas se interessaram.

Realizei minha inscrição no Processo Seletivo do Programa IG/UFU, em 2019, na linha de pesquisa “Educação Geográfica e Representações Sociais”, tendo como proposta inicial de projeto de pesquisa o tema: “A atuação do homem do Espaço Geográfico Brasileiro no período Colonial por meio da linguagem cinematográfica-aprendizagens possíveis”. Obtive a aprovação e fiquei imensamente feliz pelo ingresso

no Doutorado em Geografia pela UFU, pois, para mim, significava um retorno ao estudo da Geografia, numa Instituição que havia me formado por meio do convênio FEU/UFU.

Meu orientador durante todo o doutorado foi o Prof. Dr. Antonio Carlos Freire Sampaio, que demonstrou entusiasmo pelo tema desde a primeira semana de aula do doutorado, quando nos reunimos, e me deixou muito feliz.

As primeiras aulas tiveram início em março de 2020, coincidindo com as notícias de Covid-19 e com o fechamento de instituições de ensino em algumas capitais, o que também ocorreu na UFU e em todos os outros segmentos com a decretação de estado de Pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020.

O calendário da UFU, no primeiro semestre de 2020, foi suspenso, retornou no segundo semestre de 2020, de forma remota, o que perdurou até o fim da pandemia. Neste contexto especial, as disciplinas cursadas, as orientações do projeto, a participação em eventos e a defesa do projeto ocorreram no formato remoto.

Durante este período, apesar das dificuldades impostas por uma pandemia, todas as disciplinas cursadas contribuíram muito para a retomada dos estudos teóricos do saber geográfico, que foram e são primordiais no desenvolvimento da minha pesquisa. Porém, destaco três que são referências para minha pesquisa: *Avaliação de Impactos Ambientais: princípios e métodos*, ministrado pela Prof^a. Dr^a. Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues, em 2021; *Produção da Cidade*, ministrada pelo Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires, em 2021; e *Teoria e Método em Geografia*, ministrada pelo Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, em 2021.

Além das disciplinas, outro fator que gerou oportunidades e enriquecimento cultural foi a participação, no primeiro semestre de 2020, no Grupo de Pesquisa Cultural coordenado pelo Rosselvelt José Santos, por meio da partilha, dos desafios conjuntos, do espaço para exposição de dúvidas e alinhamentos dos tópicos da pesquisa apresentada.

Conforme havia comentado, no processo seletivo do doutorado tive a grata alegria de partilhar esta caminhada e seus desafios com uma colega do trabalho que atua no mesmo setor do IFTM/CAUPT: Patrícia Gomes Macedo, uma parceria imprescindível nos momentos das dúvidas, viagens e dilemas que envolve esta jornada acadêmica.

Com o fim da pandemia e com a publicação da Portaria GM/MS Nº 913 de 22 de abril de 2022, as atividades acadêmicas e no trabalho foram retornando presencialmente, de forma gradativa.

Nesta trajetória, com as novas percepções e com o aprofundamento das categorias geográficas foram ocorrendo mudanças na proposta de pesquisa. No início do doutorado, o projeto tinha como foco trabalhar com a categoria do espaço geográfico com o tema “A atuação do homem na formação do espaço geográfico brasileiro no período Colonial por meio da linguagem cinematográfica-aprendizagens possíveis”, analisando a configuração do espaço geográfico brasileiro no período colonial e a atuação de homens e mulheres na formação deste espaço, que é apresentada por meio da linguagem cinematográfica.

Considerando meu aprofundamento teórico, minha pesquisa do mestrado e a atuação na área educacional, fui percebendo a amplitude do tema e a necessidade dos limites no desenvolvimento da pesquisa e o redirecionei para uma segunda proposta de pesquisa: “Contribuição da linguagem cinematográfica para o Ensino de Geografia no entendimento da análise socioespacial da Região do Triângulo Mineiro”. Porém, como a proposta seria analisar produções locais, dentre as minhas buscas, me impressionou a obra filmica “Caso dos Irmãos Naves”, sobre um fato ocorrido na cidade de Araguari, em MG, em 1937, com produção e direção de Luís Sérgio Person, gravado em 1967.

O interesse por essa obra gerou um novo direcionamento para esta pesquisa, juntamente com a finalização da disciplina *Teoria e Método em Geografia*, ministrada pelo Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, em 2021, na qual trabalhamos todas as categorias geográficas com análise dos projetos de pesquisa. Diante dos meus questionamentos e da proposta desenvolvida sobre a categoria de região, alinhamos a proposta da pesquisa sobre a justiça no caso dos Irmãos Naves, na região do Triângulo Mineiro – fazendo um paralelo com uma temática atual, “A operação Lava-Jato” – com a análise de outra obra filmica: “Polícia Federal – a Lei é para todos”.

Essa mudança também ocorreu graças às muitas contribuições do Grupo de Pesquisa Cultural coordenado pelo Rosselvelt José Santos, apresentando sugestões para o alinhamento e desenvolvimento desta pesquisa.

O tema desenvolvido e apresentado nesta pesquisa está intitulado “A Geografia com o aporte da Linguagem Cinematográfica para o entendimento da análise da Região e do Espaço sobre a prática da justiça”, que tem como proposta inter-relacionar a justiça regionalmente e nacionalmente, trabalhando as categorias da região e o espaço.

Para mim, foi um desafio desde o início e no desenvolvimento de cada etapa do Programa de Doutorado do IG/UFU devido à minha distância dos referenciais da disciplina, por me enveredar nos estudos sobre educação enquanto me envolvia na graduação em pedagogia e no mestrado em Educação.

Finalizando, vejo que esta tese é uma retomada de minhas bases de formação acadêmica, em que procurei deixar refletido tudo que tinha desenvolvido sobre educação e cinema. E, agora, dialogando com as categorias geográficas e com a linguagem cinematográfica, percebo que é um campo com diversas possibilidades de aprendizagens e de pesquisa.

INTRODUÇÃO

Na trajetória histórica da humanidade, a sociedade humana sempre procurou deixar registrado o seu cotidiano e a sua história. A criação do cinematógrafo, pelos irmãos Lumière, em 1895, em Paris, na França, dá início a uma trajetória de conhecimento e inovação da arte do registro de imagem do “homem em movimento”, tornando-se uma das grandes conquistas do século XIX. Com a prática cinematográfica, surgem várias possibilidades de captar a imagem no momento do acontecimento e de gravar histórias e exibi-las para um público amplo e diversificado que se expande de forma rápida caracterizando e determinando um novo aspecto de acesso cultural. (Duarte, 2009).

Junto a esta nova conquista de linguagem para narrativas de diversos gêneros, precisamos pensar os usos e as atribuições na formação e no acesso à informação por meio da imagem que se faz presente, de diversas formas, em nosso cotidiano e nos espaços formativos.

Além disso, a sociedade contemporânea é cercada por apelos visuais, utiliza a imagem para compor a paisagem urbana e o cotidiano da humanidade moderna. Desta forma, a linguagem do audiovisual, que, no seu processo histórico, foi sendo desenvolvida ao longo do século XX e continua com inovações no século XXI, merece uma atenção especial nos contextos escolar (no ensino das disciplinas), cultural, familiar, em pesquisas acadêmicas e em outros ambientes de formação dos cidadãos.

Coutinho (2006, p.20) destaca a familiaridade da linguagem audiovisual na sociedade contemporânea: “Vivemos imersos em um mundo de imagens, sobretudo os habitantes das cidades. A linguagem audiovisual nos é familiar, corriqueira, comum.” É preciso estar atento a essa exposição imagética em nosso cotidiano, especialmente para a construção de um olhar crítico sobre ela, haja vista que ela alcança todas as idades. Para isso, é possível disponibilizar obras de diversos gêneros, desenvolvendo um olhar mais atento para compreender as semânticas que o autor (diretor ou roteirista do filme) quis expressar em sua obra, que procura, por meio da imagem, mostrar vários contextos da sociedade e, conseqüentemente, do espaço geográfico no qual o indivíduo está inserido.

Com base nessas considerações, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a Geografia, com o aporte da linguagem cinematográfica, pode contribuir para o entendimento socioespacial referente à justiça num contexto regional e nacional.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, os objetivos específicos propostos são: conhecer a formação histórica e geográfica da Região do Triângulo Mineiro; analisar a linguagem cinematográfica na perspectiva da representação cultural sobre o tema justiça; mostrar, por meio da análise do filme “O caso do Irmãos Naves”, como o tema Justiça ainda continua sendo um desafio no contexto regional; e analisar a obra fílmica “Polícia Federal: a lei é para todos” para analisar o tema Justiça numa perspectiva nacional.

A problemática levantada nesta pesquisa aborda: como a obra fílmica é utilizada para mostrar a realidade e a noção socioespacial e direcionar este olhar para a região e para a localidade na qual o sujeito está inserido? Como a linguagem fílmica constitui uma potência para o processo de conhecimento, ensino e aprendizagem da Geografia? Como um tema específico como a justiça pode alinhar acontecimentos e configuração regional e nacional?

Temos como fio condutor desta pesquisa o tema justiça e de que forma ela se materializa, no contexto regional, por meio da análise da obra fílmica “O caso do Irmãos Naves”; e, em âmbito nacional, a análise da obra fílmica “Polícia Federal: a lei é para todos”. Uma sociedade justa e igualitária é a referência de modelo, desde o período dos filósofos gregos, antes da era Cristã, com Aristóteles, em que, num ambiente e espaço democráticos, todos os cidadãos teriam direitos iguais; mesmo que no contexto histórico da Grécia, a cidadania fosse restrita a um pequeno grupo.

Com as reflexões e o desenvolvimento da filosofia de Aristóteles, mesmo a igualdade entre os cidadãos não sendo concretizada naquele período histórico, pois, a cidadania era negada aos escravos e a maioria da população, este ideal passou a ser perseguido e a configurar as normas jurídicas que buscavam equalizar as diferenças e a estabelecer a igualdade para todos (homens e mulheres) perante a Lei.

Assim, o tema justiça se insere nesta pesquisa como elemento igualitário a todos os cidadãos e cidadãs, seja na resolução de problemas no contexto regional ou nacional ou nas categorias de análise deste trabalho. Na busca de exercer a justiça como um princípio de isonomia, tem-se um quadro de erros judiciários nos dois casos presentes nas narrativas fílmicas selecionadas.

Essas narrativas ocorrem em um espaço que abrange todas as instâncias da sociedade, em seus aspectos naturais, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Conforme Santos (2014-a, p.12), “Isto quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos

geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isto mais a sociedade.”

Nesta correlação constante entre sociedade e espaço, em que são tecidas as histórias de vida presentes num determinado local, que vão compondo as regionalidades e os espaços nacionais, utilizaremos a categoria de análise da Geografia sendo a região e o espaço nosso aporte para analisar as obras fílmicas citadas anteriormente. Na sequência, abordaremos como se deu o desenvolvimento dos capítulos desta pesquisa a fim de abranger os objetivos desta pesquisa.

O primeiro capítulo “Os aspectos da formação histórica e geográfica da região do Triângulo Mineiro”, com base em um levantamento bibliográfico e em pesquisas feitas em arquivos públicos, foi estruturado para apresentar um fio condutor de análise sobre um panorama do contexto da formação histórica e geográfica da região do Triângulo Mineiro.

No segundo capítulo abordamos “A linguagem cinematográfica na representação cultural” e nos referenciamos na Geografia Cultural como trilha para a construção do conhecimento geográfico, direcionando para a importância da linguagem cinematográfica como forma de lançar pistas para entender o espaço geográfico da Região do Triângulo Mineiro.

No terceiro capítulo expomos a temática “A metodologia: os caminhos da Pesquisa”, no qual apresentamos o percurso de construção desta pesquisa, que é qualitativa, e, por meio da Análise do Discurso, da Análise Comparativa e da pesquisa documental visamos alcançar os objetivos aos quais nos propusemos.

A escolha das propostas metodológicas se deu para atender às especificidades dos objetivos desta pesquisa, utilizando referências científicas e outros suportes de documentos e dispositivos.

No quarto capítulo, “A injustiça que clama no caso dos irmãos Naves na Região do Triângulo Mineiro”, apresentamos o tema da obra fílmica que analisamos: um fato verídico ocorrido na cidade de Araguari-MG. O tema “justiça” é o fio condutor desta proposta, tendo em vista ser considerado o caso mais injusto na história do judiciário brasileiro.

No quinto capítulo, intitulado “A gestão do Governo Lula, de operário a Presidente: a esperança venceu o medo”, realizamos a análise da segunda obra fílmica “A Polícia Federal: A lei é para todos”. Iniciamos com um panorama da gestão de governo (2003-2010) de como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia seu

governo e a situação em que Lula encontra com a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Realizamos essa análise para entender as escolhas dos governos daquele período e os desdobramentos que levaram à Operação Lava-Jato, que culminou com a prisão do ex-presidente Lula.

No sexto capítulo, “Os temas presentes nas duas obras fílmicas”, apresentamos os temas que permeiam esses dois filmes: justiça e injustiça; democracia e autoritarismo. Numa análise comparativa, são evidenciadas as diferenças e semelhanças, independente do espaço-tempo entre as duas histórias brasileiras que contêm erros judiciários.

Desta forma, esta pesquisa contribui para que se possa compreender como a imagem fílmica mostra os lugares e sua formação socioespacial, inter-relacionando as possibilidades de conhecimento de filmes que retratam as nuances de nossa sociedade em suas matizes, que expressam a vida, a justiça, a injustiça e vários aspectos que configuram não só o espaço imagético mas a realidade do passado e do presente, que devemos refletir sobre qual queremos para o nosso futuro.

1. Um panorama do contexto Histórico do Brasil

O território brasileiro pertencia a Portugal, que desde de 1500 aportaram nas terras de Santa Cruz, implantando uma economia de espoliação da natureza.

Tem-se no período de 1500 até 1900, ciclos constantes de exploração exaustiva dos recursos naturais, matérias-primas que são encaminhadas à metrópole enriquecendo a coroa portuguesa.

A riqueza gerada na economia colonial, como a exploração do Pau Brasil, no litoral brasileiro, a monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste, mineração com extração principalmente de ouro e diamante em Minas Gerais e Goiás, a exploração da borracha na região Amazônica e a economia cafeeira tornaram-se “arquipélagos econômicos”: riquezas que eram geradas mas não se integravam no contexto nacional, conforme Prado (1965):

Os resultados, o balanço final de três séculos deste processo não podiam deixar de ser parcos, de um ativo muito pobre. E assim foi efetivamente; mas deixemos isto para a análise que adiante se empreenderá. Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua **estrutura**, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no **funcionamento**, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua **evolução**, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos sua história. (Prado, 1965, p. 123).

Porém, existe um diferencial entre a economia cafeeira e as outras culturas da economia colonial. Primeiramente, a expansão da economia cafeeira no Brasil vai coincidir com o período de crescimento de consumo na Europa e com o avanço tecnológico como a construção de ferrovias, que chega ao Brasil. Segundo, a riqueza da economia cafeeira vai refletir num suporte de infraestrutura na região sudeste que será elemento primordial para a industrialização no país.

A mão de obra empregada nas plantações no Brasil Colônia, inicialmente, era dos escravos; porém, em 1850, o acordo internacional de tráfico negreiro é proibido e interrompido, situação que vai forçar os administradores e coronéis a incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros, que vão cumprir dois objetivos: suprir as lavouras com mão-de-obra e promover o branqueamento da raça. Holanda (2014) faz o seguinte comentário:

Não é para admirar se, com esse aparelhamento, puderam os interessados no tráfico promover, mesmo, e principalmente, depois de 1845 – o ano de Bill Aberdeen -, um comércio cada vez mais lucrativo e que os transformaria em verdadeiros magnatas das finanças do Império. Pode-se bem estimar a importância do golpe representado pela Lei Eusébio de Queirós, considerando que, naquele ano de 1845, o total de negros importados fora de 19.363; em 1846, de 50 354; em 1847, de 56 172; em 1848, de 60 mil; em 1849, de 54 mil e em 1850, de 23 mil. A queda súbita que se assinala neste último ano resulta, aliás, não só da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que é de 4 de setembro, como da intensificação das atividades britânicas de repressão ao tráfico. A eficiência das medidas adotadas reflete-se no fato de, já em 1851, terem entrado no país apenas 3287 negros, e setecentos em 1852. Depois disso, só se verificaram pequenos desembarques, entre eles o de Serinhaém, em Pernambuco, e o de São Mateus, no Espírito Santo, que resultaram na apreensão, por parte das autoridades, de mais de quinhentos africanos. (Holanda, 2014, p.89)

A abolição da escravidão ocorre em 13 de maio de 1888, liberdade que não mudou as condições de trabalhos impostas até aquele momento histórico.

No idos de 1886 a 1901, no estado de São Paulo entraram 991.287 imigrantes, a maioria oriundos da Europa Mediterrânea, especialmente da Espanha e da Itália.

Portanto, o alicerce laboral da economia cafeeira apoiou-se nos negros (vindos da África) e, a partir de 1850, inicia um fluxo cada vez maior de entrada de imigrantes; estes vão representar a maioria da mão de obra utilizada nas fazendas.

A Proclamação da República ocorre em 1889, tornando o país “independente” da coroa portuguesa.

O país vivencia, nos fins do século XIX e início do século XX, as benesses do século das luzes, apoiado na corrente de pensamento positivista com o lema “Ordem e Progresso”, em que os idealistas almejavam organizar o país com os princípios da racionalidade, que tem seus impactos numa economia com uma herança rural baseada no trabalho escravo, conforme apresenta Holanda (2014):

Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas. Neste sentido pode-se dizer que a tão execrada Lei Federal, de 22 de agosto de 1860, essa “obra-prima de arrocho em matéria de crédito”, como lhe chamaram na época, constituiu como um apelo à realidade. Longe de a provocar, ela apenas veio precipitar a tremenda crise comercial de 1864, a primeira registrada no Brasil imperial que não deveu sua origem a comoções políticas internas ou à ação de fatores internacionais. Essa crise foi o desfecho normal de uma situação rigorosamente insustentável nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa. (Holanda, 2014, p.92)

A Primeira República tem como ícone o café, que era o suporte econômico de importação mais rentável naquele período e fator também responsável pelo surgimento e engrandecimento dos Barões do Café, uma classe alta, privilegiada pelo bojo da riqueza gerada, que investiram na construção de palacetes e prédios inspirados no estilo haussmaniano de Paris.

Tenta-se civilizar e seguir o trem da história mudando a cara do Brasil — um país eminente agrário, para uma nova face: de um país urbano, além de delinear todas as mudanças que deverão ocorrer para constituir-se um novo país republicano. Para Carvalho (1987), há um longo caminho:

O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do Sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Para os que controlavam o setor mais poderoso da economia (exportação) e para os que se preocupavam em manter o país unido, tornava-se urgente acabar com a instabilidade política. (Carvalho, 1987, p. 31)

Este pacto de poder visava apenas às resoluções de instabilidade na área econômica e não uma articulação mais ampla em que todos os membros da nova República fossem de fato inseridos de forma igualitária, na composição da população e sua diversidade cultural.

Na mudança de regime Monárquico para uma República fazia necessário deixar os grilhões da escravidão no passado e dar uma nova roupagem para formação do povo brasileiro. Desta forma, inicia todo um trabalho ideológico para substanciar uma identidade de formação do povo mestiço, sem preconceito, tolerante e cordial, conforme descreve o autor Fiorin (2016, p.64): “Essa autodescrição, na verdade, não começa com o modernismo nem com os livros que buscaram estudar o “caráter” nacional na década de 1930. Inicia-se com o romantismo, logo depois da independência política, quando era preciso construir a nacionalidade”.

Na construção de uma nação livre e independente da metrópole Portuguesa, fazia-se necessário lançar outros alicerces na tentativa de formação de elementos que dessem coesão à sociedade brasileira. Conforme Holanda (2014), a contribuição do povo brasileiro seria oferecer ao mundo o “homem cordial”:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a

influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. (Holanda,2014, p. 176)

Outra questão que se diferencia da metrópole é o uso da Língua Portuguesa que, em novas paragens e com acréscimo e contribuições linguísticas das matrizes Africana e Indígena, passa a ter uma nova expressão.

Segundo Fiorin (2016, p.66), “Por minha parte, nenhum motivo enxergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo, resultante de um abuso que nos desonra aos olhos do mundo civilizado”.

A Proclamação da República, em 1889, traz o discurso de novos tempos para a configuração não só territorial, mas política e econômica do país; agora não mais uma Monarquia, mas uma República Federativa.

Outra questão se confirma na formação territorial do Brasil segundo análise de autores como Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra **Raízes do Brasil** (2014), na qual dedica um capítulo de sua obra: a “Herança Rural” que ainda perdura na atualidade.

TODA A ESTRUTURA de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. (Holanda, 2014, p.85),

Esta “Herança Rural” — domínio, controle, posse e acesso a terras — ainda impera no espaço rural e urbano no Brasil, que, por meio de legislação específica, dificulta o acesso à terra e principalmente empurra para a periferia as pessoas mais pobres que vivem em situação de vulnerabilidade social, na sua maioria composta por negros e pardos.

Pode-se dizer que a lógica do colonialismo tem os seus reflexos e perpassa a estrutura social brasileira, segundo Almeida (2019, p.125) “...a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios.”

Neste contexto, um dos elementos que favoreceram o surgimento de novas cidades ou a importância destas foi a implantação de ferrovias. A cidade de Ribeirão Preto-SP é um dos casos mais emblemáticos de cidades que surgiram com a implantação de ferrovias e tornou-se uma das cidades mais importantes no circuito

econômico e cultural do país devido ao empreendimento do rei do café Francisco Schmidt e outros.

Ribeirão Preto alcançou uma posição de destaque no cenário nacional e internacional após a implantação da ferrovia pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1883. Porém, foi entre 1890 e 1920 que a urbe atravessou uma série de transformações urbanas, constituídas por objetos técnicos, espaços simbólicos e formas de sociabilidade até então desconhecidas. Liderada pelos coronéis Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Dinis Junqueira – chefes políticos do município e membros de uma elite endinheirada e bandeirante, que não distinguia limites entre o público e o privado ou entre o urbano e o rural- para quem seus interesses privados eram defendidos por um corpo de doutores pelos jornais e pela Câmara Municipal, a cidade de Ribeirão Preto, ou melhor, o seu centro, foi rapidamente beneficiado com as primeiras redes de água e esgotos e de iluminação elétrica (1898-1900), calçamento e sarjetamento de ruas e a construção de edifícios como o Teatro Carlos Gomes, de 1897 (o segundo maior do país, à época), e o Palácio Rio Branco, de 1917 (sede da Câmara e Prefeitura). (Paziani, 2005, p.06)

Com estas iniciativas, desfaz-se a impressão de que o interior era atrasado ou que as melhorias custavam a chegar às cidades onde a economia cafeeira despontava; e vinha junto uma série de inovações principalmente no que se refere à infraestrutura urbana da cidade.

É importante destacar que com a vinda dos imigrantes no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX começa a formar uma classe de trabalhadores urbanos atuando nas indústrias nascentes e no comércio.

Na região do Triângulo Mineiro, o cultivo do café teve seus impactos e, conseqüentemente, a vinda de imigrantes; relevância apresentada por Lourenço (2010).

O avanço da cafeicultura em terras triangulinas ocorria, nessa época sobre os latossolos roxo do município de Sacramento-sobre tudo na paróquia de Conquista – e no sul do termo de Uberaba. Ainda não foram efetuados estudos sistemáticos, mas dados preliminares, levantados por pesquisadores do Arquivo Público de Uberaba, sugerem que, nos últimos anos do século XIX, a marcha do café cruzou o Rio Grande e avançou sobre sua margem direita, junto com a extensão da Mogiana. Em decorrência, constituíram-se fortunas cafeeiras na região, como a do sacramentense Vicente de Paulo Vieira, barão de Rifaina. Em 1896, 200 trabalhadores italianos foram trazidos da Hospedaria do Imigrante de Juiz de Fora até Uberaba, empregando-se em quatro grandes fazendas do município. O povoado – depois de 1911, cidade – de Conquista recebeu milhares de imigrantes, em espacial italianos: o censo de 1920 mostrou que 17% da população da cidade, naquela data, era formada por estrangeiros. Fato significativo foi a proliferação de estações intermediárias da Mogiana nos trechos sobre o município de Conquista e no sul do município de Uberaba até 1922. (Lourenço, 2010, p. 218-219)

Mas é a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, que, de certa forma, sepulta a era da Belle Époque Caipira no Brasil, que tem base de sustentação na economia

cafeeira, em que muitos fazendeiros que não tinham outra fonte de investimento veem, do dia para a noite, seu patrimônio desvalorizado, conforme destaca Doin (2005).

A depressão mundial após 1929 torna ainda mais perversa a crise dos preços do café, que vinha degradingolando desde 1927. A incerteza na arena política, conturbada por fissuras no sistema partidário, que já não garantia a reserva de segurança necessária para o andamento, sob a batuta da classe dominante, da política dos governadores, estava exacerbada pelas eleições presidenciais que se avizinhavam e influía diretamente sobre o comportamento do comércio e da indústria. (Doin, 2005, p. 370)

A ligação com o grande mercado mundial e as constantes trocas entre estes mostram que a fragilidade de um acaba influenciando na organização e no crescimento do outro.

No caso em questão, a economia nacional tinha vultosos empréstimos com os financiadores internacionais e as exportações do café tinham destino certo: o mercado consumidor europeu. Era o produto nacional no qual estava apoiada a maioria dos setores econômicos nacionais naquele período.

A desestabilização deste setor atingiu toda uma rede que estava alicerçada na economia cafeeira, porém não se pode negar que seu legado produziu mais de 100 anos de história e riqueza que estão presentes em nossa realidade do século XXI: nas cidades que surgiram e o seu impacto para outras regiões do país, inclusive para a Região do Triângulo Mineiro.

1.1 Os aspectos da formação histórica e geográfica da região do Triângulo Mineiro

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba era inicialmente ocupada por índios e quilombos. A sua inserção no processo de reocupação capitalista deu-se a partir de duas frentes. A primeira delas ocorreu nos fins do século XVII, vinda de São Paulo, atravessando o Rio Grande em direção a Goiás; a outra, vinda do centro de Minas Gerais, em meados do século XVIII.

No início do século XIX, o Desemboque foi o ponto de partida para a conquista e a colonização de todo o Triângulo Mineiro e de boa parte do Brasil Central.

Inúmeros municípios se constituíram a partir daí, como: Sacramento, Uberaba, Uberlândia, Araxá e outras, conforme Lourenço (2010):

A ocupação, pela sociedade colonial, do território que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro iniciou-se com a expedição sertanista de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, em 1722, que o atravessou durante a

descoberta das minas de Goiás. Em 1730, com o surgimento dos primeiros arraiais do ouro goianos, os sertanistas paulistas abriram um caminho régio ligando a vila de São Paulo aos novos povoados, conhecido como Estrada dos Goiases ou do Anhanguera. Em 1736, foi criada a capitania de Goiás, que incluía o território situado entre os rios Paranaíba e Grande, hoje, Triângulo Mineiro. (Lourenço, 2010, p. 19)

O que hoje conhecemos como região do Triângulo Mineiro, antes era denominada Sertão da Farinha Podre. A origem do nome está ligada à presença dos bandeirantes, que, abrindo e cortando os sertões, à margem do Rio Grande, faziam, de seus “pousos”, depósitos de alimentos, entre eles farinha de milho. Porém, esses mantimentos apodreciam e daí surgiu o nome Sertão da Farinha Podre.

Apresentamos, no decorrer deste texto, obras do artista plástico natural de Araxá-MG, Calmon Barreto de Sá Carvalho, que, em sua vasta produção, dedicou-se a reproduzir fatos históricos da cultura regional, que impressionam pela mensagem visual, conforme referências da Fundação Cultural Calmon Barreto-FCCB (2023), onde encontram-se reunidas as obras do artista.

Tornou-se um pintor-historiador, legando imagens que se configuram como fontes históricas. A paisagem regional, os personagens, as tradições, as origens, os costumes e as mentalidades passariam a compor as telas de Calmon. A temática adotada passou a mostrar cenários de índios, bandeirantes, tropeiros e suas funções de submissão, de autoridade, de luta pela sobrevivência. (FCCB, 2023)

A inspiração do artista vem da sua infância na fazenda da família em Araxá-MG, conforme catálogo da FCCB (2024, p.11). Retrata este período e o seu retorno à cidade: “volta para sua terra natal carregando na bagagem o sucesso conquistado como artista e como acadêmico. E é na fonte de inspiração das suas origens que o artista se torna um pintor-historiador.”

Na análise das imagens, utilizamos a metodologia da Análise do Discurso, com base na experiência da pesquisadora Almonfrey (2018), que utiliza a concepção teórica de Mikhail Bakhtin, com os pressupostos teóricos sobre o dialogismo, articulando esta base com as artes visuais nos quadros do artista Sandro Botticelli. As relações que o sujeito vai tecendo envolvem suas vivências do núcleo familiar e social no qual os discursos vão compondo os seus diálogos, segundo Almonfrey (2018, p.91), “Bakhtin, quando ressalta a ideia de enunciação não subjetivista e enunciação dialógica, rompe com a ideia de liberdade discursiva individual do sujeito neutro e ausente de determinações socioideológicas. O sujeito afirma-se em seu pensamento como agente social, localizado no espaço e no tempo.”

Desta forma, percebe-se que estão presentes nas obras do artista Calmom Barreto toda a experiência profissional do artista, sua visão de mundo junto à sua família e o período histórico no qual a conquista e a força dos bandeirantes se fazem presente nas narrativas e nos livros históricos. Neste contexto, segue a figura 1, que retrata a passagem de Bartolomeu Bueno e de sua comitiva na Região do Triângulo Mineiro.



Figura 01- Pintura de Calmom Barreto. Título: Bartolomeu Bueno e Comitiva. Óleo sobre tela. 128x188cm. Designação Pintura. Tela exposta na Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG. Pintor de Araxá-MG Calmon Barreto. Fotografia da Autora em visita à Fundação Cultural Calmon Barreto, na cidade de Araxá-MG, no período de janeiro de 2023.

Essa pintura, produzida pelo artista plástico araxaense Calmom Barreto, retrata a exploração na região do Triângulo Mineiro. Destaca-se, no primeiro plano, cinco cavalos fortes e bem tratados conduzidos pelo bandeirante Bartolomeu Bueno e sua comitiva, com todo vigor e força para conhecer e explorar as regiões por onde passavam. A pé, ao lado do cavalo do personagem Bartolomeu Bueno, tem-se um sertanista ladeado por um índio, que aparece em um animal menor, provavelmente um burrinho, sinalizando uma parceria com o explorador e um indicativo de que ele conhecia o caminho da região. Ao fundo, na tela, nota-se a presença de mais sertanistas seguindo a comitiva, que não demonstra cansaço e nem abatimento pela jornada e também outro indígena, no final, do lado direito da tela, evidenciando a mescla dessas

comitivas que entravam na mata e exploravam o interior do país, tendo como referência o conhecimento dos povos originários. Notamos a mestiçagem, como resultado destas incursões, as pessoas no primeiro plano como as pessoas que conduzem a reocupação do espaço e os outros numa posição de subordinação. Merece destaque também, ao fundo, a paisagem característica da região do Triângulo Mineiro.

Tornando-se local de passagem dos tropeiros, essa região foi se desenvolvendo e crescendo e houve a abertura de estradas que interligam as cidades de Goiás e Mato Grosso, ressaltada por vários pesquisadores, segundo apontamentos de Lourenço (2010)

Entre meados do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, ocorreram, portanto, as duas primeiras experiências de ocupação do território. A primeira consistiu da criação dos aldeamentos ao longo da estrada que ligava Goiás a São Paulo, num período-1758, data da assinatura do Diretório dos Índios, até 1798, quando a lei foi revogada - no qual a redução de indígenas em núcleos sedentários era parte do esforço do governo pombalino de civilizar e povoar o interior da colônia. A segunda experiência, com uma dinâmica distinta, foi a grande vaga de migrantes geralistas, vindos da região mineradora central de Minas Gerais, que assentou milhares de roceiros e criadores de gado na região, desde os primeiros anos do século XIX. Nessa época, o território dos julgados do Araxá e Desemboque, que formariam o Triângulo Mineiro, foram transferidos para a Capitania de Minas Gerais. (Lourenço, 2010, p.24)

A verdade é que Anhanguera e sua companhia procuraram um caminho mais curto entre São Paulo e o ouro de Goiás e um desvio foi aberto em 1.818 pelo Capitão Eustáquio. Esse desvio passava pela praça Frei Eugênio, ou seja, por dentro da cidade de Uberaba. Esta nova demarcação das estradas foi primordial para o movimento do comércio da região, que passou obrigatoriamente a ser feito através da cidade de Uberaba, aumentando a sua importância no Triângulo Mineiro. Na sequência, a figura 2 do quadro de Calmon Barreto retrata a passagem de Anhanguera por essa região.



Figura-02 - Pintura de Calmon Barreto. Título: Passagem de Anhanguera. Óleo sobre duratex. 124 x 188cm. Designação Pintura. Tela exposta na Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG. Pintor de Araxá-MG Calmon Barreto. Fotografia da Autora em visita a Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG, no período de janeiro de 2023.

Nesse quadro, ressalta-se a figura de Anhanguera sobre um cavalo — com uma paisagem mais da pecuária extensiva e pouco do bioma do cerrado ao fundo — seguido por sua comitiva, com homens a cavalo e outros a pé, todos demonstrando muita energia e vitalidade, como se a viagem e o objetivo de encontrar novas riquezas e conquistar novos territórios os mantivessem incansáveis pelo caminho.

A criação do município de Uberaba, segundo Pontes (1978, p. 73), ocorre pela promulgação da “lei mineira nº 28, de 22 de fevereiro de 1836..., suprimiu-lhe o título de julgado, sendo o seu território, exceto o do distrito de S.S. Sacramento (que se reuniu a Uberaba), incorporando ao município de Araxá”.

Lançando o olhar na história de Uberaba, pode-se perguntar o que levou os pioneiros a se fixarem nestas paragens. Recorre-se então a um trecho de uma passagem do Dr. Henrique Raimundo Des Genettes, em 1.874.

Quem, há 60 anos, diz ele, percorresse o Sertão chamado Farinha Podre, e chegasse até a depressão do vasto platô, onde hoje existe a cidade de Uberaba, avistaria do alto hoje ocupado pela Santa Casa de Misericórdia uma vasta campina e um frondoso Buritizal que estendia ao longo do córrego que hoje acompanha a rua direita, atravessa a do comércio e separa a cidade em duas partes desiguais. Uma ou outra casinha se eleva sobre a margem esquerda do frondoso Buritizal, e rompiam em alguma sorte a amenidade da paisagem, alguns rebanhos animavam essa grande solidão e algumas vezes um veado vinha pastar por entre as diminutas manadas de gado vacum dos

primitivos habitantes. Alguns capões de matos próprios para a cultura do milho e outros cereais, acrescentavam ao pitoresco da localidade. O ar era puro, as águas salubres, a terra fecunda, as pastagens nutritivas; foram estes os atrativos que fixaram a atenção dos primitivos descobridores das comarcas do rio das Mortes e Sabará.” Atualmente, são as Ruas Vigário Silva e Manuel Borges (Pontes,1978, p. 87-88)

Tem-se uma conjunção de fatores que são importantes na formação da cidade, como a exuberância dos recursos naturais, a sua localização estratégica e outros aspectos que favoreceram o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Destaca-se também o desvio da estrada com a construção da nova capela, por onde passava a maioria das caravanas que saíam das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em direção a Goiás e que intensificaram o comércio local.

Em relação à população, segundo afirma Pontes (1978, p. 275), “no exercício de 28 de dezembro de 1855, realizou-se de forma espontânea um levantamento do número de habitantes do município de Uberaba, sendo uma iniciativa do tenente-coronel Antônio Borges Sampaio e do Professor Manuel Garcia da Rosa Terra, o censo no período constatou o número de 1923 habitantes”.

No final do século XIX, começa a haver um crescimento diferenciado entre as vilas, cidades ou distritos da região do Triângulo Mineiro.

A região do Triângulo Mineiro foi sendo povoada por tropeiros que se tornaram colonos, os indígenas foram massacrados pelos bandeirantes e quilombolas foram dispersados, conforme retrata a figura 3, de Calmon Barreto, referente à chegada dos tropeiros na região.



Figura 03- Pintura de Calmon Barreto. Título: Chegada dos Tropeiros. Óleo sobre tela. 120 x 181 cm. Designação Pintura. Tela exposta na Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG. Fotografia da Autora em visita a Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG, no período de janeiro de 2023.

Em pintura óleo sobre tela, Calmon Barreto mostra um grupo de tropeiros explorando a região. Mesclando figuras de exploradores, comerciantes e uma carroça e também com o gado, demonstra que o grupo pretende se fixar num local que apresente condições de exploração de seus recursos naturais e de outros recursos, destacando o aparelhamento, sendo composto por boa tropa e armas que vão assegurar a segurança da comitiva.

As cidades vão se configurando tendo uma referência histórica e regional. Uberaba, Araxá, Araguari, Sacramento serão referências até o final do século XIX, segundo Lourenço (2010, p. 21-22): “No início do século XIX, Araxá, tornou-se um importante núcleo regional, graças às águas salitrosas de bebedouro do Barreiro, que transformaram aquela localidade em lugar de invernada para as boiadas trazidas de todas as partes de Goiás, com destino ao Rio de Janeiro”.

Mas o maior expoente regional do período colonial até metade do século XX é a cidade de Uberaba, com boa localização geográfica e solos agricultáveis que foram agregando, fixando pessoas e irradiando um fluxo de crescimento regional. Teve sua formação territorial com a abertura de estradas.

Nessa mesma época, partindo de um núcleo minerador mais antigo, o Desemboque, situado ao pé as Serra, da Canastra, geralistas deram início à colonização da área localizada entre os rios das Velhas e Grande, que, a partir de então, passou a ser conhecida como *Sertão da Farinha Podre*. Inicialmente, os colonos assentaram-se ao sul desse território, sobre latossolos roxos cobertos por matas e cerradão, em terrenos dissecados, com fontes de água abundantes, nas proximidades da Estrada dos Goises. Esse povoamento originou o arraial de Uberaba, fundado em 1816. (Lourenço, 2010, p. 22)

A dinâmica de reocupação da Região do Triângulo Mineiro deu-se com a mesma lógica de todo o território nacional, com disseminação dos povos originários, o desrespeito à cultura dos povos indígenas, o uso da mão de obra escrava, com tratamentos desumanos dos chamados colonos indígenas. Na maioria dos casos, até com requinte de crueldade, conforme Andrade (2013).

Antônio Pires de Campos era um homem que, aliadas ao seu personalismo, havia a sua ignorância e brutalidade. Filho de bandeirante de igual nome fora criado nas lidas sertanistas de caça ao índio...Tratava os índios por ele “administrados” com imensa crueldade, como por exemplo: “na Quaresma, confessando-se algumas índias ladinas pediram ao falasse com Antonio Pires as deixasse casar pra se livrarem do miserável estado em viviam. O falar o

Pe. nesta matéria a deu motivo para os grandes escândalos publicou contra ele, e passou a vingança nas mesmas índias e só uma levou 600 açoites, e porque Antônio Pires julgou que João Gaudie Ley era parcial do Pe. e contribuía para reedificação da Aldea, tomou-lhe tal ódio e fez me tantas queixas contra ele que me não custou pequeno trabalho o conseguir que senão matassem uns a outros, porque subiram as desconfianças a tão alto ponto que a não medear o meu respeito, e as minhas ameaças teriam sido muito maiores as desordens. Como se pode ver ele se sentia o todo-poderoso, dono de seus “administrados”, aliás prática comum para não dizer escravos.” (Andrade, 2013, p. 46)

Os bandeirantes iam abrindo estradas, utilizando a lógica de colonização herdada dos portugueses, claro que com mais requinte, deixando sua marca de brutalidade, espoliação das riquezas naturais e completa desfiguração das humanidades dos indígenas que ainda tinham sobrevivido do massacre exercido pelos sertanistas, conforme retrata a figura 4 sobre o extermínio dos Arachás.



Figura 04- Pintura de Calmon Barreto. Título: Execução dos Arachás. Óleo sobre tela. 100 x 79 cm Designação Pintura. Tela exposta na Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG. Fotografia da Autora em visita a Fundação Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG, no período de janeiro de 2023.

Neste quadro de Calmon Barreto, no primeiro plano temos a imagem forte do colonizador posicionado para desferir um golpe sobre o indígena da etnia Araxá, que predominava no território. Mesmo colocando o índio num primeiro plano com grande

vigor físico, evidencia-se que ele não vai conseguir escapar das armas e da força imposta pelo colonizador. O conflito, ao fundo, mostra feridos de ambos os lados, mas são os indígenas que perdem a batalha não só no campo, mas também tendo sua figura apagada ao longo da história. O escritor Freitas (2002) retrata o massacre dos índios Araxá, a lógica do uso da violência para exterminar os indígenas e estabelecer na região.

Anos depois, em 1.766, novamente “empurrados”, os índios pouco a pouco cederam lugar ao 1º núcleo populacional que mais tarde, denominar-se-ia São Domingos de Araxá. Um pouco mais tarde, já quase finalizando o Século XVIII, os índios Araxás habitaram a região situada entre os rios Quebra Anzol e o rio das Velhas, onde mineradores descobriram águas minerais e, a pouca distância, bebedouros salitrosos. Assim, os chegantes lançaram os fundamentos das povoações de Araxá e a de Salitre (hoje, Patrocínio). Induvidosamente, as fertilíssimas terras da região, cobertas por florestas e as águas minerais existentes na área foram atrativos para os próprios índios, e, anos mais tarde, para o colonizador branco. Para tanto, várias tentativas foram feitas em quantas expedições que, com insucesso, retrocediam face à feroz resistência dos indígenas, somente vencida em 1.766. Conseguiu-o a expedição comandada pelo mestre de campo Inácio Corrêa de Pamplona, que, açulado pela cobiça, usando de violência, atropelou o sentido de posse mansa e pacífica exercida pelos índios Araxás, agora escorraçados para longe, bem longe dali. (Freitas, 2002, 87-88)

A história que se repetiu com os quilombolas não foi diferente da que aconteceu com a comunidade negra que se encontrava nos quilombos da região do Triângulo Mineiro: foram sendo destruídos e dispersados sem nenhuma tentativa de se reorganizarem após os ataques, como exposto na figura 5, que retrata o extermínio do quilombo Tengo-Tengo.



Figura 05- Pintura de Calmon Barreto. Título: Extermínio do Tengo-Tengo. Óleo sobre tela. 128 x 160 cm Designação Pintura. Tela exposta na Fundação Cultura Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG.

Fotografia da Autora em visita a Fundação. Cultural Calmon Barreto na cidade de Araxá-MG, no período de janeiro de 2023.

Este quadro de Calmon Barreto mostra, no primeiro plano, quilombolas do Tengo-Tengo lutando para defender seu território, pois estão sendo dizimados pelos colonizadores, perseguidos pela tropa armada, incendiando e deixando um rastro de dor, extermínio e submissão que ocorria naquele espaço e tempo histórico.

Com a destruição do quilombo e a dispersão dos sobreviventes tenta-se eliminar qualquer alternativa de estabelecimento de laços e afirmação da sua cultura, segundo Silva (1998).

Socializar esse estágio ou sentimento, é sair do individual para o coletivo. É a organização com outros negros fugidos em uma comunidade estável ou precária, gerando a passagem, no nível de consciência, do negro fugido para o de quilombola, dando ao seu protesto solitário um sentido social mais abrangente, em atos de interação coletivos, emergindo assim uma luta quilombola regional das mais ricas, em pleno Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), “que é muito adiante de Bambuí, na Capitania de Goiás”, onde o mais célebre foi o Quilombo do Ambrósio, também chamado Tengo-Tengo e “Quilombo Grande”, após ter sido parcialmente destruído por Gomes Freire de Andrada em 1746, dispersando-se em pequenos núcleos “federados”. Os escravos desse quilombo eram, essencialmente, mineradores, agricultores, criadores, caçadores, excursionistas, fabricantes, bandoleiros e predatórios. Estavam estruturados e “urbanizados” em “malocas” (casas de barro cobertas de folhas de palmeiras, arredondadas á semelhança de casas usadas nas aldeias africanas). (Silva, 1998, p. 413)

A organização dos quilombos tornava-se uma experiência da vivência em coletividade de valores culturais comuns compartilhados pelo grupo, uma organização social que respeitasse a habilidade de cada um voltado ao bem comum de todos. Nada acontecia de forma isolada: tinha-se um líder que dava as diretrizes e era respeitado pela comunidade. Silva (1998, p. 414-415) destaca: “A obediência era cega e o chefe, Ambrósio é descrito como tipo de líder, pela sua inteligência organizadora, sua bravura, homem dotado de ‘todas as qualidades de um general’. Havia uma hierarquia administrativa, espécie de Estado Maior, constituído de elementos da confiança de Ambrósio”.

Faz-se necessário conhecer a história em todas as suas facetas, porém, vamos mostrar um panorama da formação histórica da região do Triângulo Mineiro, esses fatos históricos e o resultado desta configuração regional, de forma crítica, para conhecer e saber que a proposta de ocupação ocorre por meio do massacre dos povos originários — pessoas que foram escravizadas e lutavam pela sua liberdade e continuaram sendo escravizadas pelos colonizadores — e pela devastação da natureza.

Outra questão importante é a atuação eclesial na formação territorial e na demarcação de um novo aldeamento, pois, neste período, Estado e Igreja agiam de

forma conjunta. Nessas localidades não tinha separação entre a atuação do Estado e da Igreja. Em muitos desses lugares, para se conhecer o seu processo de formação é preciso pesquisar nos arquivos eclesiais que existiam naquele período, onde ficaram guardados muitos documentos.

Para retratar esta relação, mostramos a temática por meio da tese de doutorado desenvolvida por Luís Augusto Bustamente Lourenço (2010), que elaborou uma rigorosa pesquisa em várias fontes primárias e secundárias para mostrar a região do Triângulo Mineiro, do Império à República.

Outro aspecto importante era a necessária intervenção das autoridades religiosas para a demarcação do patrimônio, do adro, da construção da capela e, depois, da demarcação do termo da paróquia, que *grosso modo*, podia ser identificada ao território do grupo de vizinhança ou bairro rural. Como se sabe, no Brasil e nas colônias espanholas da América, numa época em que não havia separação entre Igreja e Estado, os ordenamentos eclesiais eram aceitos, legitimados e usados pelas autoridades seculares. Portanto, esse recorte territorial mais elementar, na escala do lugar, não era algo que ocorria espontaneamente, como expressão exclusiva de um desejo autônomo da coletividade local, mas resultava da interação entre essa coletividade e o concurso do poder eclesiástico. (Lourenço, 2010, p. 28)

Desta forma, o lugar onde se situa a Igreja matriz da cidade não só era uma referência importante para fixação, mas um elemento essencial da definição dos limites territoriais da cidade.

Outro fator irradiador da Igreja matriz era o estabelecimento de um núcleo urbano e sua expansão, mesmo que de forma lenta, já que nos primeiros séculos a população era eminentemente rural.

Até o início da década de 1870, a cidade de Uberaba, além das vilas e arraiais do Triângulo Mineiro, ainda exibia paisagens urbanas típicas das aglomerações sertanejas do Brasil colonial: um adro retangular no centro da localidade, dominado por uma igreja ou capela, ladeado por edificações de taipa ou adobe, com arruamento perpendicular nos lados. À frente do templo, o cemitério e, dos lados, espaço livre para as procissões. O ordenamento do urbano tinha por referência e o poder pessoal. Os arraiais e vilas sertanejas não eram locais de grande população sedentária. Em todos eles, a maioria dos moradores se ausentava durante a semana, só comparecendo aos sábados e domingos para missas, casamentos, batizados, funerais e, nos feriados, para festas religiosas. (Lourenço, 2010, p. 231)

Tem-se que considerar o impacto da religião nos povoados coloniais, sua influência na política, na formação da cidade, e, sendo o loco de encontro, torna-se também o elemento agregador para o desenvolvimento cultural das cidades nascentes.

Esta perspectiva histórica mostra que o modelo colonial de ocupação territorial se estabeleceu e direcionou a formação da região do Triângulo Mineiro, deixando suas

marcas na estrutura política, cultural e socioeconômica, em que as populações nativas não foram incorporadas neste modelo — sendo exterminadas ao longo do processo de expansão — e o povo negro sendo escravizado, lhes sendo negado qualquer direito de organização. Ambos, indígenas e negros tiveram suas histórias negadas, silenciadas e inúmeras tentativas de apagamento dos relatos históricos oficiais.

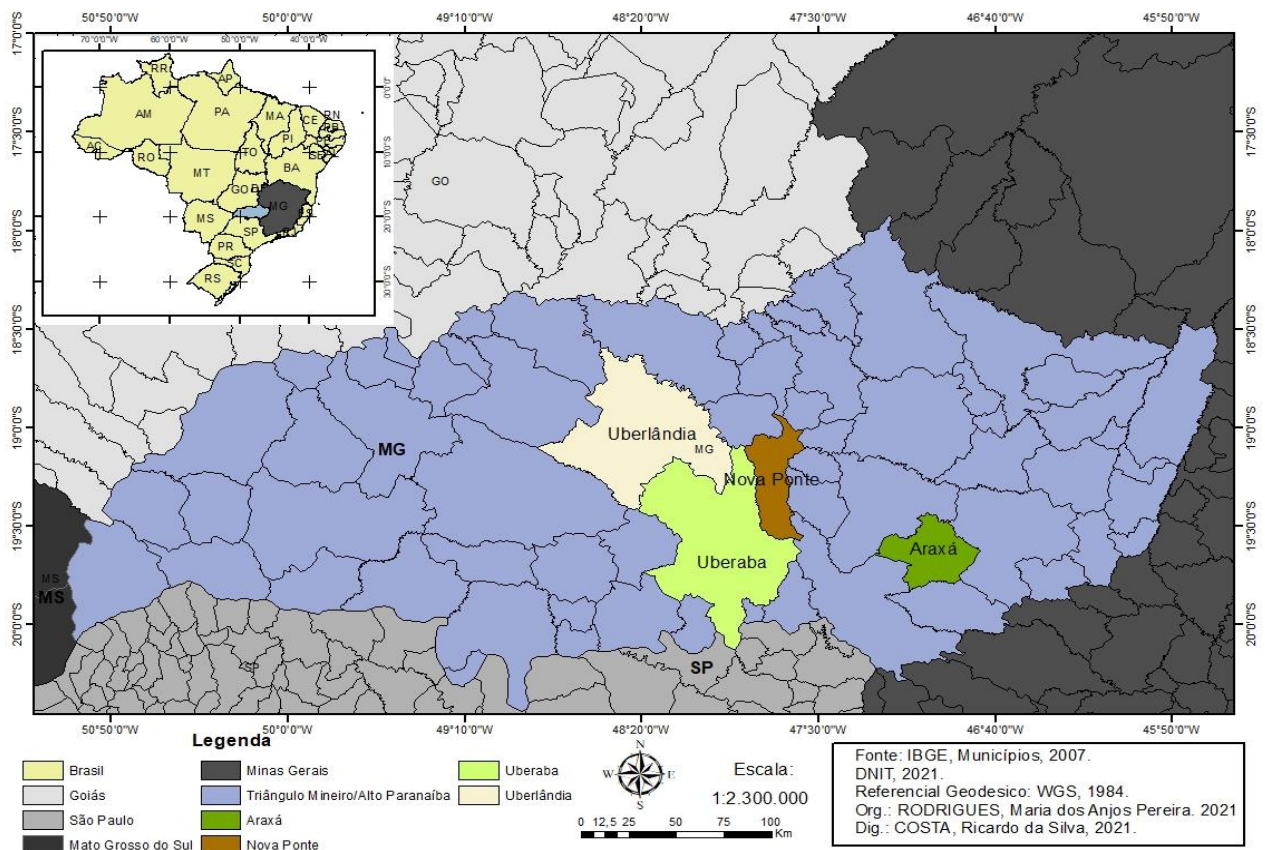
1.2 Panorama da região do Triângulo Mineiro

Com essas referências históricas, é possível elencar fatores preponderantes para intensificação do processo de reocupação da Região do Triângulo Mineiro, sendo um local por onde obrigatoriamente tinham que passar os viajantes para se locomover em direção a outras regiões do país. Têm-se a chegada da ferrovia como um elemento propulsor da economia e do crescimento populacional das cidades, que recebiam as ligações ferroviárias, gerando um novo dinamismo para a economia e para as relações de trabalho, conforme destaca Lourenço (2010)

A população de todo o Triângulo Mineiro, em 1890, era de 88.343 habitantes, de acordo com o censo realizado naquele ano. O primeiro censo da República não discriminou a população por faixa etária, de forma que, com base no censo do Império de 1872, pode-se estimar a população masculina, entre 14 e 40 anos, em torno de 25% do total, ou seja, 22 mil homens em idade de trabalho. Conclui-se que cerca de 23% da população masculina em idade produtiva da região pode ter se empregado nos trabalhos da ferrovia, caso não tenham vindo operários de fora. Esse número, embora altamente especulativo, pode dar ideia do impacto das obras da ferrovia sobre o mercado de trabalho local. Após a construção, um número significativo de trabalhadores era mantido pelas companhias para manutenção e funcionamento das linhas, gerando um efeito permanente sobre a organização das relações de trabalho. (Lourenço, 2010, p.181)

Assim, cidades como Uberaba, Uberlândia e Araguari, que eram pontos de embarque e desembarque das ferrovias, tiveram um crescimento econômico exponencial, pois, além de revolucionar o deslocamento de pessoas e mercadorias, traziam um fator modernizador e permitia, naquele período, ligações da região com importantes capitais. Para uma noção da espacialidade das cidades de grande expressão regional no final do século XIX e início do século XX, o Mapa 1 ilustra a localização da região do Triângulo Mineiro com os principais núcleos urbanos.

Mapa 1: Mapa de localização da Região do Triângulo Mineiro.



Uberaba atraiu moradores pela sua exuberância e boa localização geográfica. O desenvolvimento do município se dá às margens dos cursos fluviais. Os recursos naturais existentes foram fatores predominantes para a fixação dos imigrantes que por aqui passaram.

Os fluxos migratórios são caracterizados por épocas distintas, tendo como elemento chave o desenvolvimento dos ciclos econômicos. Segundo afirma Pontes (1975, p. 90-92), ocorreram em quatro épocas distintas. Segue uma análise dos elementos que predominaram em cada época, sendo:

1º – Expansão do Comércio: 1800 a 1827

Esta fase é representada por famílias pouco abastadas, porém foi um período que concretizou dois relevantes melhoramentos na cidade:

Primeiro: Abertura do porto de Ponte Alta, pelo Major Eustáquio, em sociedade com o vigário Antônio José da Silva;

Segundo: Com a navegação do Rio Mogi-Guaçu até o Rio Grande para o transporte de sal (um dos gêneros de primeira necessidade e ainda muito escasso no país), o comércio de Uberaba avigorou-se (Pontes, 1978, p. 90-92). Esses anos foram, a princípio, a época mais pujante do desenvolvimento de Uberaba, que alcançou as

prerrogativas de vila e cidade. Sua população aumentou e o comércio, nos três últimos anos, quadruplicou com a venda do sal, cuja importação subia a 135 mil sacas.

2º - Nova fonte de renda: Plantação de Algodão: 1827-1864

Uberaba sofre uma retração do seu comércio, que estava em expansão. Os Bancos restringem o investimento aos comerciantes locais, devido à expansão da navegação para outras localidades, como Coxim, Rio Araguaia e norte de Goiás, para onde eram transportadas as mercadorias. Essas ações abalaram a estrutura comercial do período, ocasionando o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais.

Em 1864, tem-se surgimento de uma nova fonte de renda: com a falta de algodão na Europa, para as fábricas têxteis, por motivo de guerra, a cidade investe na plantação de algodão, que, num primeiro momento, revitaliza o comércio.

Mas, devido à distância dos principais portos para enviar as mercadorias, os agricultores e comerciantes locais não conseguem competir com as regiões mais próximas do litoral. Volta-se, assim, ao estágio anterior.

3º - A Guerra do Paraguai e a vinda de imigrantes: 1865 a 1888

Com a Guerra do Paraguai e com o fluxo das tropas e a permanência delas por longo tempo na cidade, reaviva o comércio e inicia-se uma nova fase com a vinda de imigrantes para a cidade.

A intensificação deste fluxo traduz-se em uma revitalização do comércio e a abertura de muitos armazéns.

Tudo isso devido à localização estratégica em que se encontra a cidade, sendo local de passagem obrigatória para chegar a Mato Grosso e a Goiás.

4º A chegada dos trilhos da Mogiana- Estrada de Ferro: 1889 a 1930

A cidade de Uberaba é uma das que tiveram seu comércio fortalecido pelo ciclo da economia cafeeira nos fins do século XIX, principalmente pela chegada da Estrada de Ferro da Companhia da Mogiana.

Com a extensão da rede ferroviária, a cidade inaugura, em 23 de abril de 1889, a exportação das mercadorias por meio dos trilhos, coincidindo com o ciclo da cafeicultura.

A linha férrea permaneceu em Uberaba até 1897 e a partir deste período teve sua expansão para outras cidades. É importante ressaltar as colocações de Pontes (1978), sobre o assunto:

Em 1874, a situação desta praça era a mais lisonjeira possível, com tendência a elevação. Havia, além de muitos armazéns de sal e molhados, dez casas de varejo e doze de atacados e varejo. O tráfego das mercadorias em trânsito pelas estradas do município elevou-se a 3.206.5021 quilogramas, dos quais apenas 91.275 se destinavam a localidades fora do mesmo. A exportação orçava para 301.807 quilogramas. Esse movimento animador multiplicou-se com a aproximação dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, atingindo ao auge, depois que a mesma aqui inaugurou o seu tráfego de passageiros e mercadorias, a 23 de abril de 1889. Este ano assinala o término da terceira época do comércio e imigração de Uberaba e, igualmente, marca o início a quarta época, dita moderna, que vem até os dias atuais. (1978). Para se julgar do movimento e aumento da população, basta dizer-se que, em 1886, havia na cidade 986 prédios urbanos, e quatro anos depois (1890) mais de 1500. A imigração estrangeira tornou-se notabilíssima; abriram-se diversas casas de negócios, algumas das quais com renda anual superior a 1.700 contos de réis. (Pontes, 1978, p. 93-94)

A influência do panorama nacional baseando-se na economia cafeeira no final do século XIX e início do século XX foi abalada na região com a Revolução de Mato Grosso, em 1900, e a extensão dos trilhos para outras cidades.

Nas últimas quatro décadas do século XIX, o crescimento econômico e demográfico da Farinha Podre expandiu as interações espaciais da região com outras partes do Brasil. Multiplicaram-se as vias e houve melhoramentos nos meios de transporte e comunicação, o que diminui a primazia de Uberaba, ao passo que novas interações criavam fluxos colaterais que subvertiam a hierarquia da antiga rede dentrítica. Porém, a posição nodal primaz de Uberaba só foi ofuscada de forma definitiva com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana, em 1888, e sua extensão até Araguari, em 1896. (Lourenço, 2010, p. 90)

Porém, apesar do rico comércio e da importância regional que a cidade de Uberaba apresentava, a sua infraestrutura urbana deixava a desejar. Segundo Pontes (1978, p. 161), em 1912 a cidade de Uberaba contava com cerca de 12.000 habitantes que ocupam 2.350 casas, sem, entretanto, ter água, esgoto ou calçamento. “As praças públicas ainda estão por ser ajardinadas, contrastando este atraso material com a nossa importância intelectual, social, política e comercial”.

E isso se contrapõe às cidades de economia cafeeira, que no início do século XX modernizam os espaços urbanos locais, com a melhoria da infra-estrutura, como é o exemplo de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, que se torna a *Petit Paris* do interior paulista.

Com a extensão dos trilhos da estrada de ferro da Mogiana, em 1897, para outras localidades como Uberlândia (1895) e Araguari (1896), tem-se uma queda do comércio

e os fazendeiros e comerciantes buscam um novo elemento que revigore e impulsione a economia local.

Conforme afirma Santos (2012:55), “Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade.”

Surge um novo ciclo da economia uberabense, por muitas décadas, que é a importação do gado Zebu, pelos pecuaristas, conforme destaca Lourenço, 2010.

Para se livrar dos intermediários fluminenses, criadores da região resolveram se deslocar até a Índia para negociar diretamente a aquisição de exemplares. O primeiro a fazê-lo foi o pecuarista araguarino Teófilo de Gogoy, em 1893, trazendo 13 cabeças de Bombaim. Desembarcou o gado no Porto de Santos e, em seguida, o conduziu até Araguari, pela Ferrovia Mogiana. Em 1903, Godoy organizou outra viagem àquele país. Um anúncio do *Jornal dos Agricultores*, de 1906, convidava criadores a participar de um consórcio, liderado por Godoy, para a realização de uma excursão à Índia, com o objetivo de adquirir zebus. Na mesma data, os Borges de Araújo organizaram a firma Borges & Irmãos, especializada em negócios com zebuínos. A empresa enviou à Índia o comissário Ângelo Costa, que retornou com 49 animais das raças guzerá, gir, *killare* e nelore. Ocorreram várias viagens de fazendeiros uberabenses ao país nas duas primeiras décadas do século XX, organizadas em consórcios. Os criadores da Borges & Irmãos passaram a fazer publicidade dos zebus uberabenses, com exibições de fotografias aos compradores e exposições de gado em Uberaba e no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Entre 1904 e 1921, foram importadas da Índia 5.500 cabeças de gado zebu por pecuaristas triangulinos, e 45 levas. (Lourenço, 2010, p. 221)

Sobre esta fase econômica, ela foi denominada por alguns historiadores de “Epopéia do Zebu”, um período em que configurou de forma predominante a economia do município mas que ainda tem uma presença importante no impacto na economia local.

A crise de 1929, que quebrou muitos investidores da economia cafeeira, demorou a ser sentida no contexto local de Uberaba, pois, desde o início do século, os fazendeiros da região começam a investir na pecuária, no gado Zebu, o que mudou o panorama econômico da cidade.

Na década de 1930, no século XX, o município de Uberaba era constituído de 77.508 habitantes, incluindo os distritos que eram ligados ao município, conforme Quadro 1:

Quadro 1- População de Uberaba no ano de 1930

CIDADE E DISTRITOS	QUANT.
Uberaba (sede)	52.539
Conceição das Alagoas	9.236
Dores do Campo Formoso	8.006
Veríssimo	7.727
TOTAL	77.508

Fonte: Pontes, Hildebrando. História de Uberaba: e a Civilização no Brasil Central; Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978, p.10. Org.: Rodrigues, Maria dos Anjos Pereira (2022)

No período entre 1903 e 1962, houve um grande fluxo de entrada de reprodutores zebuínos (provenientes, em sua totalidade, da Índia), que modificaram a estrutura pecuarista da região do Triângulo Mineiro; em especial, de Uberaba, e, conseqüentemente, de toda a pecuária nacional. Tem-se a estimativa de que foram trazidos neste período cerca de 5.300 cabeças, sendo que só em 1920 totalizaram 1.904 animais. Este período ficou conhecido como o grande ciclo das importações de gado para a região.

A economia cafeeira foi um período importante não só para a região produtora, mas, também, para outras regiões que se beneficiaram da estrutura para revigorarem sua economia. A cidade de Uberaba inseriu-se neste contexto quando teve a expansão do seu comércio e conseqüentemente o desenvolvimento de sua economia, devido à expansão dos trilhos da Estrada de Ferro da Mogiana.

Para termos uma noção de como era a cidade de Uberaba no final do século XIX e início do século XX, apresentamos uma série de ilustrações, com as Figuras 06,07,08,09,10,11,12, 13 e 14.

Atualmente, em Uberaba, há uma diversificação econômica, que resulta em um expressivo crescimento urbano.

Pode-se afirmar que a economia do café não produziu desertos. Ao contrário, impulsionou a formação de diversas cidades e intensificou a economia de outras; como é o caso de Uberaba que teve seu comércio revigorado, participando do ciclo de expansão da economia cafeeira e da *Belle Époque* Caipira.



Figura 06- Foto do período de 1889 a 1900, referência à residência do Coronel Antônio Borges Sampaio (Prédio atual do Hotel Chaves). Foto: Arquivo Público Uberaba.

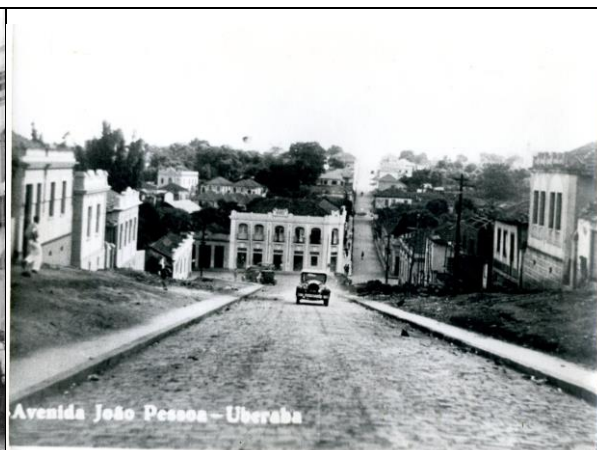


Figura 07- Vista parcial da Av. João Pessoa, nas décadas de 1920 e 1930, atual Rua Presidente Getúlio Vargas. Foto: Arquivo Público Uberaba

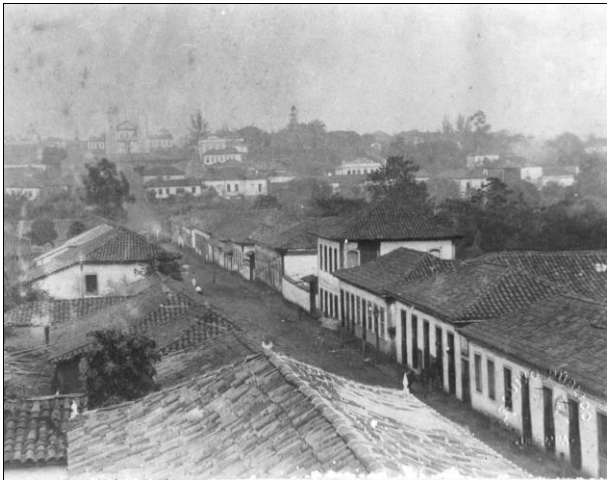


Figura 08- Rua do Comércio, em 1885 (Atual Rua Artur Machado). Foto: Arquivo Público Uberaba



Figura 09- Rua do Comércio, década 1920 (Atual Rua Artur Machado) Foto: Arquivo Público Uberaba



Figura 10-O mercado Municipal na década de 1920.Foto: Arquivo Público Uberaba



Figura 11- Vista parcial do mercado municipal e da Faculdade de Medicina, em 1957. Foto: Arquivo Público de Uberaba



Figura 12- Visão Parcial da Praça Rui Barbosa, em 1942. Foto: Arquivo Público de Uberaba



Figura 13- Visão Parcial da Praça Rui Barbosa, na década de 1952. Foto: Arquivo Público de Uberaba



Figura 14- Visão Parcial da Praça Rui Barbosa, na década em 1967. Foto: Arquivo Público de Uberaba

1.3 O conceito de região e a região do Triângulo Mineiro

Quando falamos em região nos vem à mente que estamos tratando de uma região ampla, composta de municípios e microrregiões que tem características históricas, geográficas, culturais, políticas e outras em comum.

Como vimos, a Região do Triângulo Mineiro, em seu processo de formação e configuração, teve aspectos que foram caracterizando este espaço e direcionando consequentemente para outras regiões.

Então, com ou quais foram as gêneses que modelaram esta localidade e o que gerou o surgimento do seu nome?

Qual o paradigma de região que será desenvolvido nesta pesquisa? Mostraremos um panorama da formação histórica da região do Triângulo Mineiro, expondo neste tópico as hipóteses da origem do nome da região e explorando o conceito de categoria de análise geográfica de região, que é o foco desta pesquisa.

A palavra Região tem origem etimológica do latim, com a palavra “Regia”, que deriva do verbo “Regere”, com o significado de governar, reinar. (Dicionário de Etimologia-DELPO).

Desta forma, uma região ou uma parcela de um território tem uma formação comum, onde sua população apresenta aspectos de formação histórica, religiosa, cultural e outros, que são compartilhados e conseqüentemente é governada sob os mesmos parâmetros. A região do Triângulo Mineiro era conhecida como a região do Sertão da Farinha Podre. O pesquisador Andrade (2013) apresenta mais de uma versão para o nome, sendo que a primeira diz:

Assim, cada vez mais a oeste, os geralistas chegaram ao córrego da Farinha Podre, entre Sacramento e Uberaba. Como reza a lenda, este nome originou-se porque alguns entrantes, a fim de garantir o sustento da volta, enterraram ali alguns embornais com farinha. Só que quando voltaram encontraram tudo podre. (Andrade, 2013, p. 99)

Esta primeira versão, apesar de não apresentar um consenso entre historiadores, é a mais conhecida e divulgada, e, conforme destacado por Andrade, muitos a aceitam por não conhecerem outra versão que designasse o primeiro nome da região.

A segunda versão apresentada por Andrade (2013) está no Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, com a seguinte narrativa:

O eminente Gabriel Toti diz que “para nós não dá nada disso, o que deve ter sido, é que, entre os bandeirantes havia algum português da Vila da Farinha Podre, em Portugal, e em homenagem a sua terra nativa, batisou o lugar com este nome, tal a semelhança entre as paisagens”. Essa era a denominação de uma vila do Douro, Conselho de Penacova, Bispado de Coimbra...também se denominava Farinha Podre (S. Paio de) a freguesia situada na comarca e Conselho de Tábua e que tinha por orago S. Paio. (Andrade, 2013, p. 99)

Uma similaridade entre as duas versões é que a região é sempre denominada por viajantes e pessoas que passam pelo local, o que evidencia o fator principal de ocupação: ser local de passagem de comitivas que atravessavam estas terras para explorar outras regiões interioranas.

No final do século XIX, a denominação da região Sertão da Farinha Podre deixou de ser utilizada. Com o advento da imprensa e sua disseminação pelos rincões do

Brasil, o jornal local passou a utilizar o nome de Região do Triângulo Mineiro, segundo Andrade (2013):

Além disso, foi o pai da imprensa triangulina, quando fez circular em 1874 O Paranaíba, depois O Eco do Sertão, este com a colaboração de Borges Sampaio e José Alexandre de Paiva Teixeira. Começou por este jornal uma campanha para anexar o Triângulo Mineiro a São Paulo, nome por ele criado em vez de Sertão da Farinha Podre. (Andrade, 2013, p. 149)

Consta que a partir deste período e segundo vários documentos oficiais, começa-se a denominar a região oeste de Minas Gerais divisa com Goiás e São Paulo como a região do Triângulo Mineiro. Poderíamos discorrer sobre outras fontes e versões sobre a origem do nome da região, mas optamos por realizar apenas uma síntese desta temática. Com este panorama, vamos percorrer o conceito de Região desenvolvido pelo pensamento da ciência geográfica e a proposta desta categoria para esta pesquisa.

A fragmentação do saber em várias disciplinas, que ocorre no século XIX, passa a inaugurar novas cátedras científicas nas universidades da Europa, que vai expandindo o seu modelo para a América do Norte, América do Sul e para outros continentes.

A cátedra de geografia surge na Alemanha, pois a necessidade de entender a dinâmica espacial era crucial para o país, que foi um dos últimos a se unificar ao continente europeu.

Na obra **Geografia: Pequena História Crítica**, de Antônio Carlos Robert Moraes (1995), o autor nos apresenta a gênese (o objeto de estudo), as primeiras cátedras da disciplina de geografia e as correntes de pensamento geográfico que foram estruturando a disciplina conforme o seu momento histórico e os anseios e as necessidades da sociedade.

O rótulo Geografia é bastante antigo, sua origem remonta à Antiguidade Clássica, especificamente ao pensamento grego. Entretanto, apesar da difusão do uso deste termo, o conteúdo a ele referido era por demais variado. Ficando apenas ao nível do pensamento grego, aí já se delineiam algumas perspectivas distintas de Geografia...(p.32). A sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX. E nem poderia ser de outro modo, pois pensar a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava um certo número de condições históricas, que somente nesta época estarão suficientemente maturadas...(p.34). Os autores considerados os pais da Geografia, aqueles que estabelecem uma linha de continuidade nesta disciplina, são alemães – Humboldt e Ritter. Na verdade, todo o eixo principal da elaboração geográfica, no século XIX, estará sediada neste país. É da Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a esta disciplina; é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas: enfim, é lá que se formam as primeiras correntes deste pensamento. Tal relação, entre o aparecimento da Geografia e a via do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, não é gratuita ou aleatória. (Moraes,1995, p.32-43).

Pode-se afirmar que o conhecimento geográfico faz parte do processo de formação da noção espacial da humanidade. Na sua base, a formulação do objeto de estudo da disciplina é o estudo da superfície terrestre, em toda sua dinâmica com os elementos naturais que a constituem e a sociedade que atua na transformação desta natureza.

Para Corrêa (2000), “O objeto da geografia é a sociedade, e não a paisagem, a região, o espaço ou outra coisa qualquer”, pois, conhecendo todo o processo de formação e constituição de uma determinada sociedade, conhecemos toda sua dinâmica no tempo e no espaço, sendo reveladas as formas de ocupação e de uso do espaço e dos recursos naturais em suas opções no decorrer do tempo e na sua forma de organização espacial.

A sociedade e tudo que a constitui é objeto de estudo também de outras ciências sociais, mas há outras formas de análises.

E é por meio das formas de trabalho que o sujeito age sobre a natureza e sobre o espaço, deixando sua marca na região que ocupa. Santos (2014-b, p. 97) faz esta relação direta entre trabalho e criação do espaço geográfico: “Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. Por isso a geografia estuda a ação do homem”.

O aprendizado por meio do trabalho e, conseqüentemente, a transformação do espaço, vai dando forma à localidade que o sujeito habita e as relações é que vão assegurar sua existência, sobrevivência e expansão no decorrer do tempo.

Conhecer essa periodização e os acontecimentos numa noção de escala, seja internacional, nacional, regional e local, nos proporciona entender a configuração do território no presente.

A periodização é uma noção chave para fazermos este desenho do ontem e do hoje, do velho e do novo que permanece na sociedade, nos seus aspectos de ordem econômica, cultural, política e outros.

Para Santos (2014-b, p. 91-92), a periodização compõe duas noções que a estruturam: o regime e a ruptura. O regime se dá por um conjunto de variáveis “funcionando harmonicamente, ao longo de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea”.

Assim as variáveis que compõem um regime não são eternizadas no tempo. Ocorrendo mudança de uma variável, começa a mudar todo um contexto, conseqüentemente levando à procura de outras variáveis que serão primordiais na

formação sócio espacial. Quando há esta mudança de variável, para Santos (2014-b, p. 92), ocorre “uma ruptura, sinal de crise e de passagem a um outro período”.

Na passagem de um período para outro, a forma dos sujeitos de darem uma resposta aos problemas presentes é que vão impactar as mudanças estruturais que vão refletir em todas as áreas. Elas podem ocorrer de forma escalar, do local para o regional, ou de forma mais ampla podendo ser também do global/internacional para o local.

Para desvelarmos a formação e organização sócio espacial precisamos de um apoio teórico de análise: uma trilha metodológica que direcione nossa exploração. Santos, em suas obras **Espaço Método** (2014-a) e **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** (2014-b), apresenta elementos para estas análises.

Santos (2014-a) apresenta as categorias de método geográfico (estrutura, processo, função e forma) como elementos de análise do processo de formação espacial e destaca:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicado conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. (Santos, 2014-a, p. 69)

Para Corrêa (2000), as categorias analíticas elaboradas por Santos nos dão a possibilidade de uma compreensão da totalidade social que estamos pesquisando. Neste caso, direcionado à Região do Triângulo Mineiro.

A forma (este aspecto visual) é constituída de casas e bairros que formam a rede urbana de uma cidade, as indústrias, os estabelecimentos comerciais e outros. Porém, não podemos ficar presos somente à análise das formas, pois podemos correr o risco de não levarmos em consideração outros elementos que a constituem e não atingirmos a essência, ficando presos à aparência, o que nos revelaria apenas aspectos de uma realidade momentânea.

A função tem como tarefa atividades relacionadas à forma. Teríamos, então, a função ligada ao cotidiano em seus vários aspectos, como: morar, trabalhar, fazer compras, frequentar espaços de lazer, viajar, dentre outros. Percebemos que forma e função estão correlacionadas e uma interage com a outra. Corrêa (2000) complementa

“E não existe função sem a sua forma correspondente. Daí não se poder dissociar forma e função no estudo da organização espacial.”

A estrutura com o modo de organização e construção está ligada com as outras categorias que se relacionam entre si. Corrêa (2000) destaca: “Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo”.

O processo é uma ação que ocorre de forma contínua, que apresentará um resultado no decorrer do tempo e que pode acarretar mudanças estruturais. Na visão de Corrêa (2000), “Os processos acontecem dentro de uma dada estrutura social e econômica e resultam das contradições internas da mesma. Com isto, estamos dizendo que processo é uma estrutura em seu movimento de transformação.”

A inter-relação das categorias analíticas do método geográfico desenvolvido por Santos (2014-a) — forma, função, estrutura e processo — nos oferecem elementos para uma incursão a fim de desvelar a totalidade social e sua espacialização em um determinado contexto, tempo e suas opções na organização espacial de um espaço territorial.

Agregando mais elementos da proposta teórica de Santos (2014-b), para entender a organização espacial vamos apresentar sistemas que nos darão suporte para o desenvolvimento de nossas análises sobre a região do Triângulo Mineiro. De acordo com Santos (2014-b, p. 85): “O espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço”.

Os fixos seriam o processo imediato do trabalho composto pelas forças produtivas, que dariam trabalho e forma aos objetos localizados, como: as agências de correio, os bancos, as escolas, as universidades, as indústrias, os hospitais e outros. “Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo”. (Santos, 2014-b, p. 86).

Os fixos e fluxos não são sistemas rígidos e separados; são dinâmicos, interagem e alteram-se constantemente no decorrer do tempo, e, conseqüentemente, se aperfeiçoam, avançam, modificam e também inovam para continuarem sendo elementos essenciais que fazem parte na organização socioespacial.

Esta dinâmica dos fixos e fluxos desvela um par dialético — o novo e o velho — para a compreensão das mudanças que ocorrem em uma dada região, segundo Santos (2014-b, p. 107-108) nos revela:

Nenhuma situação reproduz outra, mas é sempre composta de pares dialéticos. Só podemos compreender a situação através do movimento. E movimento é um outro nome para o tempo. As diversas vertentes. Uma mesma variável apresenta o novo e o velho, existe nela uma luta contínua entre esses dois agentes. Muitas vezes o novo expulsa logo o velho, às vezes este resiste por muito tempo. Essa resistência não depende só dessa variável velha, mas do conjunto das variáveis, da combinação e relação que existem entre elas.” (Santos, 2014-b, p. 107-108)

O que vai fazer com que a inovação presente no novo possa mudar as estruturas do velho são suas variáveis de mudança que vão se estabelecer ao longo do tempo, a ponto de serem incorporadas por todos os setores, ocorrendo, assim, um movimento de mudanças.

Para que a mudança ocorra não se pode parar o tempo e nem impedir o novo de acontecer. Segundo Santos (2014-b, p. 104), “Portanto, se tomarmos apenas um momento, perderemos a noção do todo em movimento.” (Santos, 2014-b, p. 104)

Com o panorama histórico e geográfico sobre a formação do Triângulo Mineiro, percebemos que esses elementos teóricos na sua configuração continuam presentes no espaço geográfico da região. Santos (2004) afirma que as rugosidades demonstram o tempo histórico.

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo. (Santos, 2004, p. 85-86)

Portanto, com este arcabouço teórico geográfico mostramos a região do Triângulo Mineiro, em sua formação sócio espacial, inter-relacionando com elementos da linguagem cinematográfica presente nas produções fílmicas realizadas na região.

Dessa forma, vamos analisar os fatos que estão expressos nas produções culturais e audiovisuais da gênese e a essência da sociedade do Triângulo Mineiro e suas rugosidades na expressão desta arte que está presente em nosso cotidiano.

2. A Linguagem Cinematográfica na Representação Cultural

Percebe-se que o mundo e como representamos nossos valores, costumes e aspectos culturais podem estar expressos nas músicas, obras fílmicas e nas diversas imagens que criamos e com as quais nos identificamos e compartilhamos no dia a dia, por meio de diversos dispositivos das redes sociais.

Com esses apontamentos, o pesquisador inglês de origem Jamaicana Stuart Hall, em sua obra *Cultura e Representação* (2016, p.23), desenvolve essas análises e destaca que “pensar e sentir são em si mesmos ‘sistemas de representação’, nos quais nossos conceitos, imagens e emoções ‘dão sentido a’ ou representam – em nossa vida mental – objetos que estão, ou podem estar, ‘lá fora’ no mundo.”

Precisamos nos deter no aspecto da linguagem, por meio da qual nos comunicamos, por onde circulam as informações e de que forma os significados vão sendo formatados, construídos e consumidos pelo sujeito, que está num processo contínuo de formação, por meio da agregação de várias influências que modulam sua identidade e produção de sentido. Em relação ao sujeito e à linguagem, Orlandi (2005), destaca:

Se pensamos a relação do sujeito com a linguagem como parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, uma nova perspectiva nos permite, então, compreender um segundo momento teórico: nesse passo, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde que individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado. (Orlandi, 2005, p.03-04).

Esta composição dos elementos linguagem, informação e comunicação vão sendo trocados entre os sujeitos que compartilham as mesmas referências culturais ou que vão sendo agregadas à sua visão de mundo, compondo, assim, sua percepção de realidade, noção sócio espacial do local, da região e do mundo que lhe é apresentado pelas pessoas do seu entorno e pelos veículos de comunicação. Consequentemente, passa a ocorrer a troca de informações também por meio das redes sociais.

O sistema representacional utiliza diversos recursos para expressar uma ideia e passar uma mensagem. Nesse sentido, Hall (2016, p. 23-24) coloca que “podemos

afirmar que essas práticas funcionam ‘como se fossem línguas’ *não porque* elas são escritas ou faladas (elas não são), mas sim porque todas se utilizam de algum componente para representar ou dar sentido àquilo que queremos dizer e para expressar ou transmitir um pensamento, um conceito, uma ideia, um sentimento.”

Para expressar nossas ideias e nossa visão de mundo, seja em conversas no cotidiano entre pares ou para um público diverso, utilizamos linguagem falada, escrita, sonora, imagens, áudio e outros. Hall (2016) analisa todo este conjunto como um sistema de representação.

A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos “meios” através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos. (Hall, 2016, p.18)

Neste conjunto de sistema representacional e linguagem, vamos nos deter ao impacto da imagem relacionada a um tema específico — no caso a Justiça — para conhecer de que forma o par dialético “justiça e injustiça” se apresenta no caso mais conhecido da região do Triângulo Mineiro: “O caso dos Irmãos Naves”, que ocorreu na década de 1930; uma narrativa dirigida por Luís Sérgio Person, em 1967, e, num esforço analítico, entender a atualidade com o mesmo tema, na obra filmica “A Lei é para todos – Polícia Federal”, dirigido por Marcelo Antunez, em 2017, sobre a investigação da Operação Lava Jato, ligado à gestão Presidencial de 2003 a 2014.

No desafio de construir uma sociedade justa e igualitária, Maçalai e Strücker (2018) destacam:

O princípio da igualdade ou da isonomia que etimologicamente vem da junção de duas palavras gregas *isos* que significa igual e *nomos* que tem sentido de norma (SILVA, 2015), resistiu o tempo e as transformações sociais alcançando os dias de hoje. Aristóteles deu início a essa concepção, na Grécia, na Polis, em um ambiente plenamente democrático, onde os cidadãos podiam exercer seus direitos. Ocorre, no entanto, que nem todos os moradores da região eram considerados cidadãos. (Maçalai e Strücker, 2018, p. 687).

Com as reflexões e o desenvolvimento da filosofia de Aristóteles sobre a igualdade entre os cidadãos não sendo concretizado naquele período histórico, este ideal passou a ser perseguido e a configurar as normas jurídicas que buscavam equalizar as diferenças e a estabelecer a igualdade para todos e todas perante a Lei. Um regime democrático no qual todos têm direitos e deveres na construção de uma sociedade justa

passa a ser a tônica das normas jurídicas. Segundo Maçalai e Strücker (2018, p.689), a “igualdade formal é aquela dada em lei que assegura que não haverá privilégios entre os cidadãos. Igualdade real é aquela vivenciada na prática cotidiana, difícil de ser alcançada, mas desejada por todo o ordenamento e toda entidade que se norteie pelo mínimo de ética desejado”.

Assim, o tema justiça se insere nesta pesquisa como elemento igualitário a todos os cidadãos, seja na resolução de problemas no contexto regional ou nacional, seja nas categorias de análise deste trabalho. Na busca de exercer a justiça como um princípio de isonomia, tem-se um quadro de erros judiciários nos dois casos presentes nessas narrativas fílmicas.

Neste contexto, podemos explorar diversas formas de circular uma informação e, em apenas um *click*, podemos compartilhá-la para milhões de pessoas, independente de ela ser um fato ou *fake*, realidade que se tornou possível por meio do desenvolvimento técnico-científico-informacional, que tem sua base na pesquisa das ciências aplicadas, conforme destaca Santos (2012-c).

Dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações. A brutalidade das transformações ocorridas na totalidade do mundo, no curso dos últimos trinta anos, impede-nos de pensar que o passado, embora próximo, seja ainda dominante. Trata-se de uma fase inteiramente nova da história da humanidade. Ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e *mass media* são, sem sombra de dúvida, os pilares do período tecnológico. (Santos, 2012-c, p.16).

Assim, observamos que o período de evolução da técnica para o tecnológico atravessou o tempo impondo uma relação diferenciada do homem e da mulher com o meio, e, destes, com a sociedade na qual estão inseridos, estabelecendo novas formas de interação e conseqüentemente de formas de ver o mundo. Essas novas formas agregam várias vertentes informacionais para analisar o circuito das informações expressadas pelas diversas linguagens.

Perpassando nossas pistas teóricas, o conceito de cultura nas ciências humanas traz várias definições conforme o objeto de estudo dessa disciplina, com ênfase na perspectiva sociológica da representação, trazemos o seguinte conceito de Hall (2016):

Nos últimos anos, porém, em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra “cultura” passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de

uma nação ou de um grupo social – o que veio a ser conhecido como a definição “antropológica”. Por outro lado, a palavra também passou a ser utilizada para descrever os “valores compartilhados” de um grupo ou de uma sociedade – o que de certo modo se assemelha à definição antropológica, mas com uma ênfase sociológica maior. (Hall, 2016, p.19):

Os valores compartilhados por um grupo no espaço em sua formação regional vão expressar sua caminhada histórica, suas ideias e seus valores, suas músicas e imagens e, conseqüentemente, aquilo que tem e dá sentido a este grupo passa a ser compartilhado.

Basicamente, a cultura diz respeito à produção e o intercâmbio de sentidos – o “compartilhamento de significados” – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante.” (Hall, 2016, p. 20)

Esses valores compartilhados vão configurar ou dar diretrizes aos grupos sociais da sociedade. O impacto da imagem, da mídia e das produções cinematográficas – veículos imprescindíveis de transmissão de mensagens – podem até reforçar ou implementar novos aspectos culturais.

O conhecimento e a visão de mundo também passam pela produção da imagem. A imagem que acompanha a história da humanidade, a percepção da realidade e tudo que nos cerca era expressado por meio da imagem. Rossato (2019), em sua obra “História do Cinema e do audiovisual”, destaca esta trajetória do conhecimento e da perspectiva histórica por meio da imagem.

Mas voltemos um pouco mais no tempo. Desde que o ser humano se encontra a Terra, criamos imagens. Dos desenhos rupestres nas cavernas até às pinturas, há um desejo humano de colocar em imagens o que vemos, pensamos e sentimos, ou seja, o ser humano está sempre produzindo imagens sobre o que vê e pensa. Essas formas de criar, representar e apresentar o mundo por imagens são determinadas historicamente. (Rossato, 2019, p. 20).

Essas determinações históricas estão presentes nas artes rupestres e nas pinturas que representam fatos históricos, como retratamos no capítulo anterior, a análise das obras do artista plástico Calmon Barreto.

Observamos o empenho do artista em retratar, conforme sua percepção de mundo, os fatos ocorridos no processo de ocupação regional, a trajetória e o impacto dos bandeirantes, tropeiros e habitantes na configuração histórica e espacial da região.

Assim, na perspectiva de a imagem expressar e mostrar um acontecimento e uma realidade, tem-se a evolução de vários artefatos técnicos das artes rupestres: a pintura, a

fotografia, o cinema, a realidade virtual e outros processos tecnológicos que estão por vir.

O processo de invenção do cinema é um marco, pois expressa um longo caminho na busca que a humanidade já vinha traçando na captação da imagem no momento do acontecimento. Segundo Rossato (2019), tem-se uma grande mudança da visão dos Irmãos Lumière (que inventaram o cinematógrafo), para Georges Méliès, que vislumbrou a possibilidade de este aparelho ser um meio para contar histórias e mostrar outras narrativas.

Méliès percebeu, assim, um dos princípios mais básicos do audiovisual: uma imagem após outra imagem cria um sentido. Era possível, então, montar pedaços diferentes de imagens e contar uma história. Juntando os pedaços de filme que havia gravado separadamente, Méliès logo percebeu que poderia contar histórias mais longas que apenas a duração de um plano, como eram os filmes dos irmãos Lumière. Ele criou, assim **filmes de ficção**. Por mais complexos que sejam hoje esses termos, dizemos que os irmãos Lumière contribuíram para a criação do **documentário** no cinema, pois filmavam o real sem necessariamente intervir nas imagens – com atores, por exemplo. Méliès, por sua vez, contribuiu para a criação do filme de ficção. Nesses casos, porém, a câmera ainda continuava parada, sem movimentos, sem a noção temporal e espacial que teremos quando o cinema – com o cinema clássico – começar a contar histórias a partir da exploração de suas principais técnicas. (Rossato, 2019, p.32-33).

A partir de várias incursões de Méliès, em uma vasta produção com mais de 500 filmes, o cinema passa a se diversificar num espectro amplo de gêneros, linguagens e técnicas para mostrar as narrativas fílmicas. O diretor Martin Scorsese, conta a história de Georges Méliès no filme “A invenção de Hugo Cabret”, lançado em 2012.

Esses elementos compõem as várias facetas das produções cinematográficas, a noção do tempo e espaço, a história de vida dos personagens, um fato histórico e as histórias de ficção. A impressão de realidade perpassando a produção audiovisual estão presentes na história e na perspectiva futura do cinema, segundo Rossato (2019).

A linguagem da decupagem clássica – com sua montagem invisível, que se fincou em Hollywood e que ainda hoje é o modelo preponderante na maior parte das imagens audiovisuais que vemos – não é “natural”; é uma realização bem determinada em suas características no tempo e no espaço e possui atrás de si uma visão de cinema e uma visão de mundo, lembrando a frase do cineasta François Truffaut na introdução deste livro: “Todo filme é, ao mesmo tempo, uma visão da vida, e uma visão do próprio cinema”. (Rossato, 2019, p. 48).

O cineasta francês Truffaut coloca numa mesma perspectiva a visão da vida e a visão do cinema, pois a impressão da realidade que o cinema mostra traz o espectador

para dialogar sobre a narrativa fílmica conectando com sua trajetória de vida e, conseqüentemente, com sua visão de mundo.

Desta forma, o filme como uma construção de narrativas e histórias contadas por uma nova perspectiva por meio do cinematógrafo impulsionou a produção de filmes que lotavam as salas de cinema. Com a evolução tecnológica, tem-se uma diversificação das mídias e das formas de acesso às produções do audiovisual, conforme Santaella (2010) destaca:

Assim também, por volta do início dos anos 1980, surgiram aparelhos e dispositivos que, paralelamente à presença soberana das mídias de massa, fizeram emergir uma cultura do disponível e do transitório: fotocopiadoras, videocassetes e aparelhos para gravação de vídeos, equipamentos do tipo *walkman* e *walktalk*, acompanhados de remarcável indústria de *videoclipes* e *videogames*, juntamente com a expansiva indústria de filmes em vídeo para serem alugados nas videolocadoras, tudo isso a par da TV a cabo. Esses equipamentos e as linguagens que neles circulam apresentam como principal característica a exigência de escolha e consumo individualizados, em oposição ao consumo massivo. Isso constitui a cultura das mídias. Por dependerem da escolha de informações e entretenimentos mais personalizados, preparou a sensibilidade perceptiva e cognitiva do receptor para os processos comunicativos próprios da cibercultura, uma cultura do acesso, que exige, para que o acesso ocorra, que o usuário seja agente de sua busca. Portanto, a cultura das mídias constitui-se em uma ponte entre a cultura de massas e a mais recente cibercultura. (Santaella, 2010, p. 245)

Essas potencialidades, por meio da mensagem fílmica com recursos proporcionados por diversas mídias, não passaram despercebidas aos inventores e pesquisadores, que vislumbravam nos novos meios de comunicação um veículo promissor de ser utilizado em várias áreas e também como recurso educacional.

O impacto da imagem e a impressão da realidade mudavam a forma e a relação como as pessoas viam e dialogavam com a obra fílmica, conforme sua construção e formação histórica. Então, muitos inventores e pesquisadores começaram a ver as potencialidades educacionais deste novo recurso de linguagem.

Dentre os inventores, Thomas Edison foi um grande entusiasta da utilização do filme não apenas como recurso didático, mas como tecnologia que mudaria a educação e substituiria o livro, conforme fala destacada por Buckingham (2010, p. 39):

Acredito que o filme cinematográfico se destina a revolucionar nosso sistema educacional e que em poucos anos suplantará ampla, se não inteiramente o uso dos livros didáticos. A educação do futuro será conduzida através do filme cinematográfico, uma educação visual, em que deveria ser possível obter cem por cento de eficiência. Assim falou o inventor americano Thomas Edison em 1922, exaltando em termos grandiosos, mas muitos familiares, o potencial educacional da nova tecnologia da mídia de seu tempo. (Buckingham, 2010, p. 39)

As afirmações de Thomas Edison não se confirmaram com o passar do tempo, mas passado quase um século não podemos negar as potencialidades e o desenvolvimento ocorridos na sétima arte, que acompanhou o desenvolvimento da sociedade.

Nesta trajetória de filmes documentários para filmes de ficção, do cinema mudo para o cinema sonoro, de exibição realizadas em salas restritas de cinema para TV presente em domicílios, tem-se uma aproximação e expansão do audiovisual que passa a compor o cotidiano de todos nós.

Com o advento da Internet, tem-se os *streamings* e as plataformas que divulgam e dão acesso a várias produções audiovisuais, segundo destaca Rossato (2019, p. 318): “Nossa contemporaneidade é marcada pela *Internet*, pelo *streaming*, pelo vídeo sob demanda e pelas novas maneiras de consumir e produzir o audiovisual.”

Na atualidade, as imagens como linguagem simbólica estão por toda parte. Quando se analisa o período Técnico-Científico-Informacional, a chamada “geração virtual” e o emprego das novas tecnologias como recursos educacionais, constatamos que a imagem se torna um ícone primordial nesse novo contexto.

A captação da imagem pelo cinema como percepção da realidade ou representação de um período histórico e a visualização da paisagem vêm sendo utilizadas como uma ferramenta no processo educacional. A disciplina Ensino de Geografia deve voltar o seu olhar para uma análise dos lugares, dos espaços e das pessoas que compõem a narrativa fílmica, conforme destaca Oliveira (2005).

O cinema recoloca as pessoas nos lugares e espaços. Os territórios cinematográficos são, via de regra, construídos pelos passos e olhares dos personagens. São eles que dão existência – em materialidades e sentidos – aos locais narrativos. A ciência geográfica, preocupada com extensões espaciais maiores que as habituais do cinema, tem sido levada a tomar estas extensões – cidades, campos de cultivo, montanhas, áreas industriais, áreas de risco, países, etc. – como “entidades” de existência inteira e independente do que há em seus interiores, em seus detalhes e sentidos (Oliveira, 2005, p.30-31).

A utilização da imagem no processo ensino-aprendizagem é necessária tanto quanto a aquisição da leitura e da escrita. Segundo Duarte (2009):

(...) o aprendizado pela imagem é de certa forma um meio de instrumentalizar professor e aluno a entender a dinâmica das mudanças em curso na sociedade do século XXI. Mas também subsidiar uma proposta de formação de professores (Duarte, 2009, p.68).

Durante a exibição de uma obra fílmica, do outro lado da tela da projeção está o espectador, com sua visão de mundo, suas vivências e experiências, que darão uma

interpretação única à obra, pois, assistir a um filme não é uma ação passiva, haja vista que o espectador entra em diálogo com a narrativa fílmica. São esses múltiplos olhares sobre um determinado filme que fazem ser enriquecedora, para o aluno e para a formação docente, a experiência de utilização do cinema em sala de aula.

Para Rancière (2012-a, p.21), essa relação entre o espectador e a imagem na construção de outras cenas gera encontro e diálogo entre imagem e subjetividade do sujeito.

É nesse poder de associar e dissociar que reside a emancipação do espectador, ou seja, a emancipação de cada um de nós como espectador. Ser espectador não é a condição passiva que deveríamos converter em atividade. É nossa situação normal. Aprendemos e ensinamos, agimos e conhecemos também como espectadores que relacionam a todo instante o que veem ao que viram e disseram, fizeram e sonharam. Não há formas privilegiada como não há ponto de partida privilegiado. Há sempre pontos de partida, cruzamentos e nós que nos permitem aprender algo novo caso recusemos, em primeiro lugar, a distância radical; em segundo, a distribuição de papéis; em terceiro, as fronteiras entre os territórios. (Rancière, 2012-a, p.21).

Fica evidenciado que o cinema possui uma especificação de linguagem que tem também como pressuposto a interação de sua expressão cultural com a realidade do espectador, propiciando o exercício de múltiplos olhares sobre o filme e, conseqüentemente, de várias interpretações e possibilidades de aprendizagem, conforme ressalta Orlandi (2005, p.15): “Daí pensarmos o sujeito, a linguagem, a história, em seu movimento, em suas rupturas e em seus deslocamentos”.

Assim, as possibilidades de aprendizagem, de conhecimento de mundo podem ser ampliadas ou não conforme o movimento e a interação do sujeito com outras formas de linguagem.

Desta forma, alinhando as análises sobre o panorama histórico e geográfico nacional e regional apresentado no primeiro capítulo, vamos explorar, no próximo tópico, a linguagem cinematográfica e sua representação cultural por meio da obra fílmica “Uma história de amor e fúria”, que apresenta o contexto social, histórico e geográfico e mantém o mesmo padrão no decorrer do tempo e do espaço.

Portanto, alicerçados nas análises de cultura e representação do pesquisador Stuart Hall e nas referências teóricas da Geografia Cultural e do cinema, procuramos complementar nosso referencial teórico sobre as análises fílmicas desta pesquisa.

2.1 Cinema: um pouco de história¹

Vamos apresentar neste tópico sobre a história do cinema, as contribuições da pesquisa desenvolvida no mestrado realizado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM, defendido em 2016, intitulada “Linguagem Cinematográfica: como os professores reconhecem suas potencialidades como recurso pedagógico nas práticas de ensino”.

Seguem as contribuições de Rodrigues (2016), relativas ao percurso do cinema no mundo e no Brasil, com algumas alterações no título e inserindo a importância da disciplina da Geografia nesta temática.

A invenção do cinema chega ao seu ápice depois de uma longa trajetória de buscas, tentativas e experimentos durante séculos para deixar registrada a imagem no momento do acontecimento: “a imagem em movimento”. Com a invenção do cinematográfico pelos irmãos Lumière, tem-se, ao final do século XIX, a realização deste grande sonho da humanidade.

Muitos inventores já tinham apresentado sucesso nessa busca, conforme aponta Costa (2009).

Sabe-se que os irmãos Lumière não foram os primeiros a fazer uma exibição de filmes pública e paga. Em 1º de novembro de 1895, dois meses antes da famosa apresentação do cinematógrafo Lumière no Grand Café, os irmãos Max e Emil Skladanowsky fizeram uma exibição de 15 minutos do bioscópio, seu sistema de projeção de filmes, num grande teatro de vaudeville em Berlim. Auguste e Louis Lumière, apesar de não terem sido os primeiros na corrida, são os que ficaram mais famosos. Eram negociantes experientes, que souberam tornar seu invento conhecido no mundo todo e fazer do cinema uma atividade lucrativa, vendendo câmeras e filmes. A família Lumière era, então, a maior produtora europeia de placas fotográficas, e o *marketing* fazia parte de suas práticas. Parte do sucesso do cinematógrafo deve-se ao seu *design*, muito mais leve e funcional. Em 1894, os Lumière construíram o aparelho, que usava filme de 35 mm. (Costa, 2006, p.19)

Os irmãos Lumière se destacam nesse cenário com o cinematógrafo por trabalharem e produzirem uma máquina mais leve e por possuírem estratégias de divulgação e venda de equipamentos para outros países. (COSTA, 2006).

As primeiras exibições públicas de filmes produzidos e realizados pelos irmãos Lumière eram um acontecimento: as pessoas ficavam fascinadas com o que viam na

¹ Na dissertação de mestrado intitulada “Linguagem Cinematográfica: como os professores reconhecem suas potencialidades como recurso pedagógico nas práticas de ensino”, título original “A narrativa por meio da imagem”.

tela. Bilharinho (1996) destaca em sua obra *Cem anos de Cinema*, sobre este período de descoberta e as primeiras exibições públicas:

No ano mais marcante da história do cinema, 1895, patenteiam seu invento, a 13 de fevereiro. Promovem, a 22 de março, sua primeira sessão cinematográfica, na Société d'Encouragement à l'Industrie Nationale, dando à luz nessa ocasião, ao filme *La Sortie des Usines Lumière*. Realizam, nos meses seguintes, diversas exibições desse e de outros filmes, em associações e congressos científicos. Finalmente, no dia 28 de dezembro, promovem sua primeira e histórica sessão pública paga, no subsolo do Grand Café, sito no Boulevard des Capucines, 14, Paris, data e lugar oficiais do nascimento do cinema. Entre os presentes, Georges Méliès. (Bilharinho 1996, p. 59).

Essa descoberta traçou novas perspectivas no século XX em relação ao registro da imagem e também como um novo recurso para contar histórias, desbravado inicialmente por George Méliès que viu, no cinematógrafo, outras possibilidades além da simples captação da imagem.

Méliès reconhecia na nova técnica uma forma de ampliar os truques que já conhecia como mágico, agora alicerçado com um novo instrumento que poderia atingir um número maior de pessoas, com as exibições de filmes produzidos por ele e pela produtora que ele criou, a *Star Film*. Foi enaltecido por Bilharinho como:

o inventor da arte cinematográfica e responsável pela fundamental alteração de rumos no sentido da criação pura: GEORGES MÉLIÈS (1861-1938), que, só ele, independentemente da produção de seu estúdio, realiza mais de 500 (quinhentos) filmes na curtíssima metragem de então, os primeiros ainda perfilhando o realismo de Lumière. O entusiasmo e a confiança na nova arte de Méliès então proprietário e diretor de um teatro de prestidigitação e variedades, o levam a organizar a Star Film, em outubro de 1896, primeiro estúdio cinematográfico do mundo. Centenas e centenas de filmes surgem ano após ano. A trucagem, descoberta casualmente por Méliès, amplia consideravelmente as possibilidades do cinema e permite ao diretor concretizar, em filmes, as fantasias de sua imaginação. (Bilharinho, 1996, p. 62-63.)

As primeiras décadas até 1930 correspondem à era do cinema mudo. Nesse período, os técnicos e inventores não conseguiram sincronizar imagem e som na mesma película. Mesmo assim, o cinema mudo universaliza o cinema, pois as encenações e o enredo do filme eram entendidos por todos sem precisar de intermediários. Mesmo com a inserção de frases escritas explicativas das cenas, isso não impedia o entendimento da história. (Bilharinho, 1996).

Nesse período, o cinema se expande na Europa e chega aos Estados Unidos, onde começa a se estruturar de forma mais industrial e com um relativo aperfeiçoamento técnico os filmes passam a ser mais longos. Costa (2006, p.37) destaca que “os cineastas experimentam várias técnicas narrativas. Os primeiros longas-

metragens, com mais de uma hora, serão exceção nesse período e só se generalizarão após a Primeira Guerra Mundial”.

O cinema sonoro surge num cenário de crise econômica e reestruturação das economias nos Estados Unidos com a crise de 1929 e na Europa após o término do conflito da Primeira Guerra Mundial.

Com a sincronia de som e imagem em uma única película tem-se uma mudança no panorama de produção, distribuição e regionalização de filmes, pois tiveram que incluir legendas e dublagens nas produções sonoras, mudando o padrão de apreciação das obras fílmicas. Uma indústria nascente e vários artistas e produtores não conseguiram se manter com a chegada do cinema sonoro, entre eles George Méliès, que enfrentou a resistência de algumas produtoras e artistas em produzir nesse novo contexto (Costa, 2006).

As duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) que avassalaram a economia, a infraestrutura, a cultura e as relações sociais da Europa, berço nascente do cinema, abriram caminho para novos mercados se estruturarem. Foi o caso dos Estados Unidos que conseguiu se firmar e expandir o cinema nesse período. Tornaram-se um novo polo de influência cultural para o ocidente, com o surgimento dos grandes produtores e dos novos gêneros de filmes como o *Western*².

A partir do pós-guerra, tem-se também a reestruturação do cinema na Europa. Surgem novos estilos e alternativas para fazer cinema, como o *Neorealismo Italiano*, que passou a influenciar vários cineastas, inclusive brasileiros, a fazerem um cinema mais crítico, que abordava aspectos sociais de uma sociedade desigual, em constante configuração social e econômica, principalmente tratando do impacto da estruturação econômica e da desigualdade social. (Carvalho, 2006).

As mudanças ocorridas neste cenário também se refletiam nas obras cinematográficas. Segundo Carvalho (2006, p. 290), “o cinema que pretendiam fazer deveria ser “novo” no conteúdo e na forma, pois seus novos temas exigiriam também um novo modo de filme.” A repercussão dessas novas formas de fazer o cinema influenciaram vários cineastas e movimentos ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

²Segundo Martín-Barbero (2009, p. 205), “com *western* os Estados Unidos se concediam uma história e uma mitologia, a luta dos pioneiros configura uma “epopeia visual”. Cinema e *pura ação*, o *western* se tornou ao mesmo tempo o gênero com mais alto grau de convencionalismo, o de maior rigor em sua codificação, e aquele em que Hollywood produziu algumas de suas obras mais originais”.

2.2 Cinema no Brasil³

No final do século XIX, o Brasil já tinha tido contato com o cinema, sendo as primeiras exibições realizadas no Rio de Janeiro. Duarte (2009, p. 28) destaca sobre esse período que “o Brasil conheceu o cinematógrafo em 1896 e em 1898 já dava os primeiros passos no sentido de ter sua própria cinematografia. Entre 1908 e 1911, um grande número de curtas-metragens de ficção foi realizado no país”.

Outra referência apontada sobre a origem do cinema brasileiro destaca que a primeira filmagem realizada em 19 de junho de 1898 foi por Alfonso Segreto, que tinha ido à Europa comprar equipamentos de filmagens para gravar curtas no território brasileiro. Ao chegar à baía de Guanabara, gravou as fortalezas e os navios ancorados, conforme consta no registro de (Bernardet, 2008, p.19-20): “Alfonso Segreto, cujo irmão, exibidor bem-sucedido do Rio de Janeiro do salão “Paris no Rio”, o tinha mandado à Europa comprar equipamentos e material virgem para tomar “vistas” no Brasil”.

Isso foi possível devido à facilidade de transporte dos equipamentos como o cinematógrafo e à proposta de marketing dos irmãos Lumière que passavam a enviar operadores e cinegrafistas para captar imagens urbanas e costumes de outras localidades fora da França. O equipamento inventado por Thomas Edison, o vitascópio precisava de eletricidade e limitava sua expansão para outros lugares do mundo, como explica Costa (2006):

(...) parte do sucesso do cinematógrafo Lumière deve-se a suas características técnicas. O vitascópio pesava cerca de 500 quilos e precisava de eletricidade para funcionar, já a máquina dos Lumière podia funcionar como câmera ou projetor, e ainda fazer cópias a partir dos negativos. Além disso, seu mecanismo não utilizava luz elétrica e era acionado por manivela. Por seu pouco peso, o cinematógrafo podia ser transportado facilmente e assim filmar assuntos mais interessantes que os de estúdio, encontrados nas paisagens urbanas e rurais, ao ar livre ou em locais de acesso complicado. Além disso, os operadores do cinematógrafo Lumière atuavam também como cinegrafistas e multiplicavam as imagens de vários lugares do mundo para fazê-las figurar em seus catálogos. (Costa, 2006, p. 20)

Com essas estratégias e com o aprimoramento técnico dos equipamentos como o cinematógrafo e, principalmente, com a transição do cinema mudo para o cinema

³ Na dissertação de Mestrado intitulada “Linguagem Cinematográfica: como os professores reconhecem suas potencialidades como recurso pedagógico nas práticas de ensino”, título original “No Brasil”.

sonoro na década de 1930, o cinema tornou-se a expressão cultural da sociedade moderna nas primeiras décadas do século XX.

No Brasil houve uma grande influência na configuração dos espaços artísticos, estudos, artistas que atuavam no rádio e passaram a fazer aparições de grande estilo nos cinemas. Apesar das dificuldades e limitações, tem-se a formação do empreendimento industrial cinematográfico do país, segundo Oliveira (2006):

Como em várias outras partes do mundo, o cinema se tornou uma das formas culturais mais significativas da sociedade brasileira do início do século XX, sobretudo no segundo terço (1930-1970). Enquanto nas primeiras décadas do século o filme cinematográfico era considerado “como uma atração de feira” (Kornis,1992), ele logo transformou-se numa instância formativa poderosa, criando novas práticas e ritos urbanos. O cinema se tornou um amplo empreendimento industrial, que envolvia revistas, moda, produtos de beleza e discos, e infundia estilos de vida. (Oliveira, 2006, p. 135).

Nesse cenário, um novo estilo de vida baseada no modelo americano de produção surge, contudo ainda não apresenta uma forma que mostre as diversas expressões da cultura brasileira.

Para incentivar a produção nacional é promulgado, por Getúlio Vargas, um decreto de incentivo para exibição de produções nacionais; desta forma garantia-se mercado para produções nacionais e uma via de divulgação dos programas de governo, conforme evidencia Estevinho (2015):

O marco inicial do apoio do Estado ao cinema no Brasil é um decreto promulgado por Getúlio Vargas de 1932, que assegurava a exibição de um curta brasileiro a cada oito filmes estrangeiros exibidos, entre outras medidas, e desenhava os contornos de uma política que iria se firmar. (Estevinho (2015, p. 03):

As produções realizadas nas primeiras décadas do século XX, principalmente os documentários, apresentavam as exuberâncias das paisagens do território nacional e a configuração das cidades, registrando o início da transição de espaços rurais para industrializados.

No Brasil os primeiros filmes classificados como documentários correspondiam na verdade a produções feitas sob encomenda para atender interesses variados, como propaganda de fábricas e lojas ou registro de pequenos acontecimentos locais, constituindo o denominado cinema de ‘cavação’. Foram realizados muitos filmes retratando as cidades do interior, as paisagens bucólicas e, também, o progresso urbano e industrializado. (Guido, 2011, p. 59)

Na busca de um estilo que responda à realidade local há uma identificação dos cineastas brasileiros com o *Neorealismo Italiano*, de onde deriva o surgimento do Cinema Novo. Referente a este movimento, Gregio (2014) destaca que:

No projeto dos cinemanovistas, autoria significativa não só anti-indústria, mas, uma postura crítica, engajamento político, contra a inautenticidade e universalismo tecnicista. A construção do Cinema Novo como movimento político, social e cultural, não está dissociada das transformações que estavam ocorrendo no cenário internacional e, que influenciaram de modo direto outros movimentos cinematográficos pelo mundo. (Gregio, 2014, p. 844-845)

Com o Cinema Novo, no final dos anos de 1950, diretores e produtores inovam no cenário cinematográfico tendo como expoentes desse período: Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Carlos Diegues e David Neves. Segundo Carvalho (2006), todos tinham trajetórias parecidas, começando como cinéfilos, membros de cineclubes, depois passando à crítica, para, em seguida, experimentarem a realização em filmes de curta-metragem.

A inspiração do Cinema Novo vinha do estilo do Neorealismo Italiano com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Com a maioria dos estúdios destruídos e o país passando por um período de reestruturação, começa-se a realizar obras com atores não profissionais e a mostrar nelas a realidade social, econômica e política do país. Conforme Bilharinho (1996), essa tendência marca a história do cinema.

Essa tendência um dos seis grandes momentos do cinema em seu primeiro centenário de existência, surge logo no ano do término da guerra, em 1945, com *Roma, Città Aperta* (Roma, Cidade Aberta), de Roberto Rossellini (1906-1977), tendo, na Itália, como predecessor mediato o realismo da década de 10 e, imediato, o filme *Ossessione* (1942, Obsessão), de Luchino Visconti (1906-1976). Isento de linha formal rígida e uniforme, mas perfilhando orientação temática definida, condicionada pela concreta situação econômico-social do país à época, os filmes neo-realistas giram justamente em torno dessa conjuntura, enfocando o latifúndio, o desemprego, a miséria, a fome, o analfabetismo, as migrações internas e os mais variados desajustamentos sociais, erigindo amplo e diversificado quadro da vida italiana do período. (Bilharinho, 1996, p.87-88)

O ideário dos precursores do Cinema Novo no Brasil era aprender com a história para construir um futuro melhor, com a produção de filmes críticos que retratassem a realidade do Brasil. Para Carvalho (2006):

A alusão ao passado como elemento relevante para a investigação do presente foi uma das características do Cinema Novo. Para os cinemanovistas, a recuperação da história do Brasil pelo cinema poderia ser uma resposta à "situação colonial" então vigente no país, em especial na área cinematográfica. Conhecer a própria história, ser capaz de analisá-la e, mais importante, aprender com ela para construir um futuro melhor eram parte do seu ideário. (Carvalho, 2006, p.291)

Algumas produções cinematográficas que marcaram este período incluem: *Ganga Zumba, Rei dos Palmares* (1963) e *Os Herdeiros* (1970), de Carlos Diegues; *O*

desafio (Paulo César Saraceni, 1965); *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967) e o *Dragão da maldade contra o santo guerreiro* de (1969), direção de Glauber Rocha.

Com o Golpe Militar de 1964, restringem-se a produção e a crítica vinculadas aos filmes. Muitas produções não são concluídas e o movimento vai perdendo o fôlego nesse período. Como outros segmentos artísticos, o Cinema Novo foi surpreendido pelo Golpe, o que está destacado em Carvalho (2006):

Muitas pessoas foram presas, perseguidas, promovendo-se um clima generalizado de apreensão e medo. A súbita mudança política atinge três projetos cinemanovistas, em fases diferentes de produção: *Deus e o diabo na terra do sol*, pronto, já havia sido escolhido como representante oficial do Brasil no Festival de Cannes daquele ano; *Maioria absoluta*, rodado e montado, ainda precisava ser finalizado; *integração racial*, apenas rodado. (Carvalho, 2006, p.297)

Apesar das limitações impostas pelo Regime Militar de 1964, o Cinema Novo tornou-se uma referência para novos cineastas que surgiram posteriormente. Para Carvalho (2006):

Fora desse núcleo restrito dos fundadores do Cinema Novo, o cinema moderno brasileiro consolidava-se com os filmes de Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Roberto Santos, Luís Sérgio Person, Gustavo Dahl, Eduardo Coutinho, Walter Lima Júnior, Arnaldo Jabor, entre outros, e dos representantes de uma quarta onda de "novos" cineastas, como Rogério Sganzerla e Júlio Bressane. Além deles, temos as sucessivas gerações que **continuam**, com mais ou menos dificuldades, maior ou menor sucesso de **público e** de crítica, a fazer cinema no Brasil, tendo o Cinema Novo como uma **inestimável** referência histórica. (Carvalho, 2006, p. 308-309).

Com as dificuldades para produzir nos anos 1960 a 1980, a produção cinematográfica brasileira cai vertiginosamente e apresenta ciclos de alta e baixa produtividade. Nos ciclos de produção do cinema brasileiro de 1920 a 1990, os contextos sócio-político e econômico influenciam a produção nacional. Conforme Santos Junior e Gomes (2014, p.27-28), “com a crescente predominância no circuito exibidor dos filmes internacionais, aliada à quebra da aliança entre produção e exibição, o cinema brasileiro sofreu uma forte queda e desde então passou a ser caracterizado pela alternância de ciclos de alta e baixa produtividade”.

O período do Regime Militar, de 1964 a 1984, tem a desarticulação do Cinema Novo e dos cineastas mais críticos deste período. As obras cinematográficas produzidas neste período passavam por um controle de censura, que desmotivava produções críticas e reflexivas sobre os problemas da realidade brasileira daquele período. (Carvalho, 2006).

A estruturação das políticas para o cinema brasileiro que compreendia o período de 1960 a 1980, segundo Estevinho (2015, p. 16), envolvia três grandes transformações sendo: “a) criação do INC – Instituto Nacional de Cinema, em 1966; b) criação da Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes, em 1969; c) incorporação do INC pela Embrafilme, em 1975”.

Com a extinção da Embrafilme, em 1990, a questão se agrava, pois os produtores e diretores sem apoio estatal financeiro não conseguem dar seguimento a seus projetos.

Soma-se a esse cenário a perda do cinema como referência ou a ida a salas de cinema, pela comodidade de assistir filmes na TV aberta, vídeos, DVDs e outros, segundo destaca Earp e Sroulevich (2015):

O cinema perdeu espaço desde a década de 1970, tanto no Brasil como no resto do mundo, em função do aparecimento de formas alternativas de entretenimento. Dentre essas formas, destacam-se outros suportes para a exibição de filmes: o maior número de canais de TV aberta e fechada, o VHS e o DVD. O que se observa não é uma queda no público para filmes, e sim para as salas de cinema. (Earp e Sroulevich, 2015, p. 182)

Então um conjunto de iniciativas vai sendo responsável pela retomada das produções nacionais, como a promulgação da Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, denominada de Lei do Audiovisual, que estabelece e dá suporte para produções nacionais com dedução no imposto de renda.

Para Estevinho (2015, p. 21), com a Lei do Audiovisual tem-se a terceira linha de dependência na implantação de políticas públicas para o cinema brasileiro como: “a) a produção de filmes e sua não circulação ou difusão; b) a interface com o público-alvo da política, no caso, os cineastas e produtores, e não com o público final; c) valores culturais de forma implícita, ao não definir a indústria nem estabelecer possibilidades de comercialização junto aos resultados da política.”

Com estas iniciativas, proporciona-se a recuperação da produção do cinema brasileiro, o que surte efeito a partir da década de 1990, com o incremento de incentivos estatais no governo Itamar Franco e, posteriormente, com a criação da Agência Nacional do Cinema – (ANCINE), em 2001. No que se refere à estruturação dos incentivos estatais e a uma legislação para o setor audiovisual, é relevante destacar que:

A segunda recomendação de reformatação institucional que consta do sumário executivo do Gedic foi a “redefinição e ampliação das atribuições da Secretaria do Audiovisual – SAV”, órgão singular da administração direta, que havia sido criado por Itamar Franco, no final de 1992, como parte do ressurgido Ministério da Cultura – MinC. Durante quase uma década a SAV foi a única instituição do Estado brasileiro dedicada ao setor cinematográfico,

responsável pela definição das macropolíticas e pela implementação de programas e ações de fomento setorial. Em novembro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em fim de governo, assinou decreto transferindo algumas atribuições da SAV para a Ancine, em fase de implantação. (Da-Rin, 2010, p.92)

A retomada das produções nacionais começa e expandir e o marco de produções cinematográficas desse período são os filmes *Carlota Joaquina – Princesa do Brasil* (Carla Camurati, 1995) e *O Quatrilho* (Fábio Barreto, 1995), sendo este filme indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 1996.

Apesar de o crescimento da produção cinematográfica nacional, a distribuição e a exibição nas salas de cinema continuam sendo um grande obstáculo a ser vencido. Ressalta Da-Rin (2010) que esse item seria um elemento que as agências reguladoras deveriam atuar com legislação mais específica.

Assim, em pouco se alterou o quadro diagnosticado em janeiro de 2001, quando o Gedic resumiu os fatores limitadores ao crescimento do setor em três principais gargalos: falta de penetração do produto cinematográfico brasileiro nos mercados complementares (televisão, vídeo, DVD e mercado internacional); reduzido número de salas de exibição; e, o mais grave, falta de articulação entre produtores, distribuidores e exibidores. Este terceiro ponto concerne à própria natureza de uma agência reguladora, qual seja “a integração e a concertação dos agentes” da cadeia produtiva. (Da-Rin, 2010, p.99)

Da retomada das produções nacionais em 1995 até o período de 2016, o cinema nacional vem dando mostra de sua diversidade e criatividade na produção cinematográfica que expressa a cultura nacional. (Da-Rin, 2010). Alguns filmes que representam esta retomada como *Central do Brasil* (Walter Salles, 1998), *Desmundo* (Alain Fresnot, 2003), *Narradores de Javé* (Eliane Caffé, 2003), *Saneamento Básico, o filme* (Jorge Furtado, 2007) são mostras da habilidade dos cineastas brasileiros.

Outro fator que se destaca é participação de diretores de outras nacionalidades nas produções fílmicas no cenário internacional da produção cinematográfica, como do diretor Walter Salles, que dirigiu *Diários de Motocicletas* (2004) e de Fernando Meirelles na direção do filme *Ensaio sobre a Cegueira* (2008).

Esperamos que as possibilidades de expansão e de disseminação da produção nacional continuem em todas suas vertentes, a fim de mostrar tanto para o público interno como para o externo a diversidade de nossa cultura e as histórias riquíssimas que nossa terra produz.

Outra questão relevante é que não tardou para os intelectuais e para as pessoas do ramo da sétima arte reconhecerem as potencialidades da linguagem cinematográfica como uma proposta educativa, tendo em vista que poderiam veicular filmes para dinamizar as aulas e a prática de ensino dos professores.

Como iniciativa institucional foi promulgado um decreto para divulgação do cinema na escola, como citado por Bruzzo (1995, p. 96): “no Brasil, o uso do cinema para fins educacionais ganhou destaque com a Reforma Fernando Azevedo (Decreto 2940 de 22 de novembro de 1928)”. Em 1937 foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo – (INCE), que teve Edgar Roquette-Pinto como diretor e maior incentivador da proposta de produção de filmes educativos produzidos por uma equipe de diretores e produtores brasileiros. Conforme Franco (2014, p.86), várias iniciativas na Europa e nos Estados Unidos despertaram para as potencialidades educativas dos filmes.

Nessa época, na Europa e nos Estados Unidos, começavam a se formar as primeiras empresas para a produção de filmes educativos. Na Europa, empresas de natureza variada, mas de caráter público, vinculadas ao Estado; nos EUA, grandes empresas de produção cinematográfica, as quais estavam se consolidando na década de 1920, criaram braços para produzir filmes educativos. No Brasil, o passo real foi dado em 1937, com a primeira reforma do Ministério da Educação, que havia sido criado em 1930 como Ministério da Educação e Saúde Pública. (Franco, 2014, p.86).

O incentivador do INCE Roquette-Pinto não era da área de educação, mas graduado em medicina. No entanto, apresentou iniciativas em tecnologia e comunicação como a criação, em 1922, da primeira emissora de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que tinha um perfil educativo e, posteriormente, foi entregue ao Ministério da Educação, hoje Rádio MEC (Franco, 2014, p.87).

Para os intelectuais brasileiros, o maior motivo de se utilizar o cinema na escola naquela época não era apenas propiciar sua expansão, mas sim possibilitar sua utilização na instrução pública ao levar ciência e cultura aos analfabetos nos rincões do país, conforme destaca Duarte (2014, p. 35). E, na escola regular, proporcionar aos professores uma alternativa didática por meio da imagem e som na educação dos alunos e, conseqüentemente, na educação de massa.

Essa ação tinha um propósito, afinal o Brasil iniciou o século XX com grande número de analfabetos e grande parcela da população sem acesso à cultura. Dessa forma, esperava-se que as produções fílmicas nacionais oportunizassem acesso à cultura e se tornassem um incentivo para alfabetização das pessoas.

O INCE foi uma importante política de cunho educativo, pois, com o apoio do Estado, conseguiu estruturar produções nacionais e congregar vários profissionais no intuito de levar arte, cultura e educação aos brasileiros. Como as salas de exposições eram restritas no território nacional, as exposições para áreas muito remotas ficaram limitadas nesse período.

Com a extinção do INCE, em 1967, o Estado restringiu sua atuação na produção de vídeos educativos, conforme registrado por Duarte (2014, p. 37).

Em 1967 o INCE viria a ser incorporado pelo então recém-criado Instituto Nacional de Cinema – INC, que, antes da sua extinção em 1975, tratava da questão da aplicação de recursos “sob a forma de financiamentos a filmes de longa-metragem” (AMÂNCIO, 2007, p. 174). Em 1969 foi criada a Empresa Brasileira de Filmes S/A- Embrafilme, “que tinha como objetivo principais a promoção e distribuição de filmes no exterior, em cooperação com o INC” (idem). Ainda que o foco fosse outro – fomentar a produção cinematográfica no país -, nos primeiros anos 70% do capital social da Empresa era subscrito pelo MEC, então Ministério da Educação e Cultura (idem, p.175), o que nos leva a supor a presença de uma perspectiva educacional (agora de forma menos restrita) no contexto de influência de uma política pública que assegurava à atividade cinematográfica sua mais eficiente expressão dentro do Estado brasileiro. (Duarte, 2014, p. 37).

Apesar da iniciativa de criação do INCE, não houve uma proposta de formação de professores neste período (concomitante à criação do Instituto), com diretrizes que impactassem a formação docente para um letramento da linguagem cinematográfica.

Uma experiência posterior no estado de São Paulo criou uma videoteca com seleção de filmes para ser utilizada pelos professores da rede pública de ensino, destacado por Bruzzo (1995, p. 119)

De 1988 até meados de 1990, o trabalho de videoteca da Fundação para o Desenvolvimento da Educação centrou-se na seleção de filmes em vídeo adequados para uso nas escolas e na produção dos textos que acompanham os filmes. Assim, ao longo de 1989, foram publicados 103 números de série **Apontamentos**, cada um dos quais correspondendo a um filme. Eles entraram em circulação no 2º semestre de 1990 a título de empréstimo para as escolas públicas estaduais e municipais e órgãos públicos de ensino e pesquisa do Estado de São Paulo. (Bruzzo, 1995, p. 119).

Com o surgimento do videocassete, ampliaram-se as possibilidades de utilização de filmes em sala de aula. Apesar da facilidade desse recurso, havia poucas escolas, inicialmente, que inseriram em suas propostas didáticas a utilização de filmes em sala de aula, segundo destaca Souza (2012, p. 13):

A transposição didática das grandes produções cinematográficas para o espaço da educação básica ocorreu a partir das modificações ou miniaturização das tecnologias de reprodução, em que os projetores das salas de cinemas eram levados ao espaço escolar. Contudo, a partir da invenção do videocassete, em 1971, esse processo sofreu uma massificação e o cinema

alcançou novos espaços educativos, sempre atrelados ao videocassete e, posteriormente, ao DVD. (Souza, 2012, p. 13).

Essa abordagem é possível devido ao fato de o cinema possuir obras de diversos gêneros que compreendem várias faixas etárias, por isso consegue, por meio da emoção, da razão e das perspectivas da realidade, dialogar e ampliar a visão de mundo do aluno e do professor. Para uma compreensão do cinema como linguagem apresentamos novamente o conceito de linguagem cinematográfica, destacada da tese de Monica Fantin (2006, p. 110): “Considerar o **cinema como linguagem** implica pensar nas regras e convenções de uma gramática de códigos e elementos que produzem sentidos através do texto fílmico”. Segundo Napolitano (2006, p.15), é um desafio aliar cinema e educação para além de uma proposta de entretenimento, por se instalar entre as duas uma linha tênue.

É preciso que a atividade escolar com o cinema vá além da experiência cotidiana, porém sem negá-la. A diferença é que a escola, tendo o professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre emoção e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar. Este é o desafio. (Napolitano, 2006, p. 15)

Mesmo no tocante às tecnologias e às novas práticas pedagógicas, a atualização não está inserida nesse processo formativo. Para que efetivamente o cinema esteja agregado ao universo escolar como proposta pedagógica, faz-se necessário estruturar políticas públicas de formação de professores com essa visão, garantindo que o estudo da linguagem cinematográfica faça parte de sua formação inicial e continuada em todas as áreas do conhecimento.

Portanto é um desafio que está posto para as várias disciplinas e para a Geografia, que tem como campo de estudo a sociedade e o espaço. As obras fílmicas são uma fonte inesgotável de recurso pedagógico e conseqüentemente de pesquisa para as diversas abordagens da disciplina.

2.3 Geografia Cultural: uma trilha para pesquisa tendo em vista a construção do conhecimento geográfico

O século XX se inicia com grandes expectativas de ser um período de grandes evoluções, crescimento e disseminação do conhecimento com base nos avanços

científicos. As conquistas e os progressos científicos seriam uma realidade para toda a comunidade.

Contrariando as expectativas, tem-se guerras e conflitos étnicos e políticos nas primeiras décadas, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, e da Segunda Guerra Mundial, de 1938 a 1945.

Com este cenário, políticos, economistas, historiadores, geógrafos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento tiveram que rever os paradigmas que deram base à estruturação do saber de sua área para conseguir resolver e responder os problemas latentes de uma sociedade abalada, que teve que se reconstruir após os horrores vividos. Os países que não estavam envolvidos nos conflitos que arrasaram o Velho Mundo sofreram os impactos destes.

Com a modificação do cenário mundial, tem-se posteriormente as mudanças se estendendo nas relações humanas, com a organização e as revoltas dos jovens, a inclusão da mulher para o mercado de trabalho, a família tendo outras configurações e a economia e a política mudando e se adaptando às crises sucessivas do capitalismo.

Neste mundo em ebulição, as respostas e pesquisas não poderiam ficar à parte: tem-se um novo panorama se configurando e reconfigurando a todo momento.

Com isso, a Geografia, que é a disciplina para a qual vamos direcionar nossas análises, não poderia ficar inerte e permanecer com as mesmas correntes de pensamento.

A geografia muda quando a sociedade e sua organização espacial mudam. Tem-se, então, a partir da década de 1950, novas formas de pensar e analisar a organização sócio espacial, local, regional e global. Novos paradigmas exigem um arcabouço teórico que apoia sua gênese e consiga reformular-se e caminhar com novos olhares e instrumentos para a realidade sócio espacial.

A importância da cultura na formação e na organização de povos já era tema de vários pesquisadores de diversas áreas. A definição clássica de cultura proposta por Tylor (1871) vai tornar-se uma referência sobre o assunto, apresentado por Hoefle (2012):

Cultura, ou civilização, é aquele todo complexo, incluindo conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.”(1970[1871], p.1). Geralmente, porém, os autores citam tal definição sem terem lido o livro, pois, se o tivessem, teriam encontrado uma ainda mais compreensiva de cultura: “[...] artes técnicas, agricultura, arquitetura, conhecimento científico, rigor moral, crença e cerimônia religiosa e organização social e política” (pp.26-7). (Hoefle, 2012, p. 20)

Na geografia, tem-se vários proponentes que vão trazer a perspectiva cultural em suas pesquisas e difundir uma forma de análise para entender a sociedade e o planeta que ela habita.

Na geografia Anglo-Anglofônica, temos Sauer e Hartshorne com posições antagônicas. Esses autores vão oferecer itinerários para esta incursão na década de 1970. Para Sauer (Hoefle, 2012):

...na geografia, estudam-se adaptações a ambientes através do modo de vida e economia de culturas específicas, através da análise do uso de dados classificados sobre a economia, a habitação, a distribuição populacional, os centros urbanos, tipos agrícolas, a apropriação da flora, da fauna e de outros materiais e a distribuição de linhas de comunicação (1963[1941], p. 364). Para alcançar isso, “é preciso penetrar uma cultura [...] para ver a terra pelos olhos dos habitantes” (p. 363). E, para entender a relação entre a paisagem natural original de uma área e a paisagem cultural edificada sobre ela, “muito do significado (geográfico) de uma paisagem envolve qualidades estéticas e subjetivas muito além da ciência [...] atingindo uma compreensão de nível mais elevado” (1963[1925], p.345). Além dessa colocação fenomenológica, Sauer, ainda buscando legitimidade teórica, cita o filósofo alemão Keyserling no início da “Morfologia”. (Hoefle 2012, p. 27)

Para Hartshorne, a Geografia Cultural tinha que se basear na análise regional e no estudo regional para conseguir entender o presente. Ficar preso à análise do passado pode não nos permitir decifrar todo seu contexto.

Além de diferenciação por densidade demográfica e por zona rural ou urbana, há uma multidão de fenômenos culturais, tais como traços físicos da população, maneira de pensar, idioma, escrito, alimentação, dança, andar, vestimenta, abrigo para homem e animal, padrão de agrupamento de povoamento, trabalho, lazer, ferramenta, animais domésticos, materiais utilizados em fabricação de objetos, fonte de energia e alterações da superfície da terra, incluindo vegetação, solo, relevo etc. (p. 332-3).” (Hoefle, 2012, p. 29)

O geógrafo Sauer desenvolvia suas pesquisas com perspectivas fenomenológicas, e Hartshorne tornou-se uma ponte nas pesquisas “do particularismo cultural ao determinismo econômico do desenvolvimentismo estruturalista da nova geração quantitativa.” (Hoefle, 2012, p. 29)

Estes estudos são importantes, pois mostram o quanto é necessário o desenvolvimento de pesquisas com o aporte cultural.

A Nova Geografia Cultural, com McDowell, na década de 1990, traz a dimensão espacial em suas análises, dando uma direção para as pesquisas na geografia cultural.

Cultura é um conjunto de ideias, costumes e crenças que modulam as ações de um povo e a população de artefatos materiais. É definida e determinada socialmente em relação ao poder. Certos grupos impõem sua cultura e outros

grupos a contestam. Cultura é uma visão do mundo que é usada por diferentes atores sociais para conferir significados às localidades onde moram, criando, assim, uma variedade de paisagens culturais. (1994, p.148). (Hoefle, 2012, p. 31)

Outro destaque nesta perspectiva de pesquisa é o Geógrafo Paul Claval (2012), da geografia francesa, que tem uma vasta produção que vai indicando caminhos que o geógrafo pode trilhar na construção de sua pesquisa.

É tentador render-se às especificidades culturais das populações responsáveis pela variedade infinita das paisagens. Os geógrafos formados nas disciplinas do olhar-que sabem passar da visão horizontal ou oblíqua do passante, sensível a tudo o que lhe chega ao olhar, à visão sintética oferecida pela percepção vertical - são sempre reticentes quando lhe são propostas interpretações culturais: eles têm os sentimentos de que as abordagens funcionais que aprenderam a desenvolver vão mais longe e permitem entrar mais profundamente na intimidade dos fatos sociais e em sua tradução espacial. (Claval, 2012, p. 260)

Na Europa, destaca-se o pesquisador Denis Cosgrove, professor do Departamento de Royal Holloway Collegen da Inglaterra, que publicou a pesquisa “Mundo de significados: Geografia cultural e imaginação”, em 1994, apresentando as várias nuances de temas e métodos que podem ser pesquisados na Geografia Cultural.

A geografia cultural estabelece para si tarefa similar. Apesar de todo a divergência teórica, metodológica e de material perceptível em seus textos, os geógrafos culturais compartilham o mesmo objetivo de descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações produzidas por nossa existência no mundo da natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui à sua existência e às suas relações com o mundo natural. Diferentemente de Ovídio, os geógrafos culturais não se contentam com uma existência unitária em que as mesmas forças vitais permeiam todos os aspectos da criação, permitindo a mudança física da forma entre a vida humana, natural e sobrenatural. Isso pode ocorrer porque a consciência moderna coloca em xeque as relações entre o mito e a verdade, questionando a existência dos deuses. (Cosgrove, 2012, p. 105-106)

A Geografia, como disciplina acadêmica, passa a ser ofertada com a inauguração da Universidade de São Paulo – USP, em 1934, com a vinda de pensadores franceses como Pierre Monbeing e com os estudos regionais, agrários e urbanos, dentre outros.

Com essas pesquisas tem-se um impulso na formação de professores e pesquisadores brasileiros, como Jurandir Rossi, Aziz Nacib Ab’Saber e Odete Seabra. A disciplina da Geografia, tanto na USP como em outras instituições de Ensino Superior, passou por várias correntes de pensamento geográfico: deterministas, possibilistas, quantitativas/teóricas, nova geografia e geografia crítica.

A geografia cultural — uma nova forma de analisar aspectos sócio espaciais, com a perspectiva da cultura — tem seus expoentes no final do século XIX, mas adquiriu força a partir das primeiras décadas do século XX, com pensadores como Sauer (1925), Hartshorne (1939), McDowell (1994), Cosgrove (1984), Claval (1995) e outros.

No Brasil, apesar da consolidação dos cursos de geografia em várias universidades, em todas as regiões do país, transcorreram sessenta anos desde a criação do curso pela USP, em 1934, para que este tema fosse foco de interesse pelos geógrafos brasileiros. Ou seja, a geografia cultural teve um desenvolvimento tardio, pois as pesquisas desenvolvidas pela academia consideravam outros temas como prioritários.

Na década de 1960, os discípulos da corrente do pensamento de Carl Sauer começaram um trabalho de disseminação da geografia cultural por outros países, dando preferência para países de língua espanhola. Neste meio, surge um destes pesquisadores, que assume a cátedra de geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pode-se considerar isso como um indicativo e uma nova fronteira que se abre, conforme destaca Corrêa e Rosendahl (2012, p. 88).

Com este indicativo, o interesse de geógrafos e geógrafas vai crescendo e estruturando a Geografia Cultural no Brasil. Na atualidade, há pesquisas em diversas áreas, conforme o último evento do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural: o VIII NEER- Das Metamorfoses às Resiliências, realizado na Universidade Estadual de Goiás-UEG, no período de 31 de outubro de 2022 a 04 de novembro de 2022. Percebemos, assim, que muito já foi trilhado para elaboração de pesquisas na Geografia Cultural no Brasil, mas, também, ainda há muito a caminhar em pesquisas locais e regionais, que vão mostrando o cotidiano e a formação local com o viés da Geografia Cultural.

2.4 As representações do tempo e espaço por meio da obra fílmica “Uma história de amor e fúria”

O filme “Uma história de amor e fúria” é do diretor, produtor e roteirista Luiz Roberto Bolognesi, tem uma considerável trajetória em produções fílmicas como: Bicho de Sete Cabeças-2001; Chega de Saudade-2007; As Melhores Coisas do Mundo-2010; A Última Floresta-2021 e outros. Com trabalhos consagrados, seus filmes dão um mergulho em cada tema que aborda, trazendo novas reflexões e análises e revelando novas perspectivas para que cada um de nós possa pensar no nosso universo, do micro ao macro.

O roteiro do filme traz uma inovação: por meio de uma animação, mostra períodos históricos e futurísticos do Brasil, num percurso de 600 anos. Narra a história vivida inicialmente por um índio Tupinambá, que inicia em 1566 e vai até 2096, tentando vencer os conflitos sociais e políticos que perpassam a vida de todos nós. O acesso a essa obra fílmica se deu por meio da plataforma do YouTube⁴, realizamos a transcrição das cenas da obra fílmica que foram a referência para a análise deste tópico.

A linguagem cinematográfica mostra a representação social e cultural de nossas conquistas, dores, alegrias, lutas e problemas sócio-políticos e econômicos que compõem nossa caminhada como indivíduos e abrange a esfera da sociedade da qual fazemos parte.

A força da linguagem como sistema representacional ganha corpo e forma na produção de Bolognesi, na obra fílmica “Uma história de amor e fúria”, na qual o roteiro vai mostrando fatos históricos incorporados à vivência de seus personagens, o resultado da conquista do território brasileiro, as lutas e revoltas pela garantia de direitos e liberdade que foram sendo negados e negligenciados no decorrer do tempo, por aqueles que estão e nunca saíram do comando social e político do país. Nossa visão de mundo tende a se ampliar quando entramos em contato com outras visões de mundo e com as formas representacionais que expressam e mostram uma temática. Por outro prisma, Xavier (2021, p. 52) destaca: “A ideia de representação permanece, assim como a busca de uma relação com o espectador nas mesmas bases da narração contínua que desenrola uma totalidade autossuficiente em evolução. A ideia do mundo ficcional como microcosmo que reproduz algo real não é abandonada.”

Essa narrativa fílmica retrata três fases históricas e uma futurística, em que um homem vive essas 4 fases devido ao poder do mito de Munhã, que não deixa que ele morra. Ele sempre volta tentando vencer as injustiças e viver sua história de amor com Janaína. Em todas essas fases, consequentemente o espaço geográfico dos períodos históricos e futurístico vão ficando em evidência, conforme coloca Oliveira, (2005, p. 30) “O cinema recoloca as pessoas nos lugares e espaços. Os territórios cinematográficos são, via de regra, construídos pelos passos e olhares dos personagens”.

Ao retratar falas dos períodos históricos, retratadas no filme, vamos trazer a imagem do referido período.

⁴ A obra fílmica o “Uma história de amor e fúria”, estão disponível no You Tube, por meio do link: https://www.youtube.com/watch?v=y_DYNv8RZ7A.

Essas fases representam os períodos históricos e futurístico. Inicia seu primeiro período em 1566, no momento de ocupação do território brasileiro pelos portugueses. O Índio Abeguar, que é da tribo dos Tupinambás, em terras de Guanabara do Rio de Janeiro passa por um rito no qual o Pajé informa como a terra será tratada pelos colonizadores: “Esta terra será dominada por Anhangá, trazendo dor e sofrimento, conforme figura 15.



Figura 15- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (06min.42seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

O diretor utiliza do mito de Anhangá, conhecido nas culturas indígenas principalmente da região Norte do país, para expressar todo o mal e tudo que decorre de ações injustas como originário de Anhangá.

A missão de Abeguar é vencer o domínio de Anhangá, que destrói as florestas, contamina os rios e destrói a vida em todas as suas formas. E, para vencer Anhangá, Munhã não deixará que ele morra. Quando a morte atingir seu corpo físico, ele se transformará em pássaro e retornará à vida para lutar contra as injustiças imperadas por Anhangá e viver sua história de amor com sua amada Janaína, pois ela foi interrompida pelas circunstâncias do período histórico que eles estão vivendo. Nesta primeira fase, Abeguar e Janaína são mortos pelos colonizadores.

Também neste período histórico, os índios Tupinambás são dizimados pelos conquistadores portugueses e desaparecem da costa do Rio de Janeiro, acontecimento

que se estende por todo território nacional. As etnias que sobrevivem aos massacres vão se refugiando nas regiões de mata fechada.

Revolta dos Balaios: 2º Período Histórico

No segundo período histórico, que ocorre no início do século XIX, no Maranhão, o índio Abeguar retorna como Manuel Balaio, líder de uma revolta sertaneja contra os abusos de policiais e fazendeiros que oprimiam os pequenos produtores. Acusado de proteger quilombolas, tem sua casa invadida por policiais e sua filha é abusada por eles.

Diante dos recorrentes abusos, se reúne na feira e pergunta aos moradores se os policiais também invadiram a casa deles, conforme figura 16, e comenta: “A política é pior que o demônio! Isto não pode continuar.”



Figura 16- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (26min.26seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

Convoca o pessoal para luta e inicia a revolta dos balaios, conforme figura 17: “A nossa briga com o governo trouxe gente de todo canto, Carinana, Raio, Sete Estrelas, Raimundo Gomes. Vaqueiros mais valentes do Maranhão vieram brigar com a gente. Tava todo mundo cansado de ver o governo só puxando sardinha para os fazendeiros”.



Figura 17- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (29 min.10 seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

A elite, classe dominante representada pelos políticos, se reúne e sentem-se ameaçados pela revolta dos Balaios, conforme trecho da obra fílmica e figura 18: “O Império está ameaçado. Perdemos o controle das províncias do Norte. Os rebeldes tomaram Caxias. Não se esqueçam, senhores, que no Haiti os negros expulsaram as tropas de Napoleão. Chegou a hora deste país ter um exército de verdade”.



Figura 18- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (31 minutos), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

Para resolver o impasse e mostrar a força do Império, a solução é demonstrar quem está no comando para poder desarticular a revolta e retornar a suposta “Paz”.

Assim é convocado o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, que comanda as tropas, mata os revoltosos e recebe o reconhecimento com o título *Barão Duque de Caxias*, com a homenagem de patrono do Exército Brasileiro.

Esta fase se encerra com a seguinte narrativa de Manuel Balaio e figura 19: “Essa nossa guerra é apenas uma data nos livros de história. Ninguém conta que Carinana, Sete Estrelas e Raio escaparam e ficaram vagando pelos sertões. E aí nasceu o cangaço. Foi o jeito que a turma que não abaixa a cabeça achou para continuar lutando.”



Figura 19- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (34 min. 50seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

Manuel Balaio morre junto com os revoltosos e na narrativa fílmica volta a ser pássaro. Não vence novamente a força de Anhangá, que continua no decorrer do tempo destruindo vidas.

Os líderes da revolta que conseguem escapar ficam vagando pelos sertões e vão dar origem ao grupo de cangaceiros que vão tentar, à sua forma, ser um viés de implementação da justiça do povo do sertão.

Na construção de uma nação livre e independente da metrópole Portuguesa fazia-se necessário lançar outros alicerces na tentativa de formação de elementos que dessem coesão à sociedade brasileira. Conforme Holanda (2014), a contribuição do povo brasileiro é oferecermos ao mundo o “homem cordial”:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do

caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. (Holanda, 2014, p.176)

Percebemos que o “homem cordial” não é tão cordial assim. O povo, diante das injustiças e negação de direitos de todas as formas, vai se organizando, tentando vencer Anhangá, para que a justiça e a igualdade vençam no final.

Ditadura Militar: 3º Período Histórico

O terceiro período histórico ocorre em 1968 na cidade do Rio de Janeiro, no período da ditadura militar. O índio Abeguar, que tinha sido Manuel Balaio, volta como Carlos Estrada — o Cau, reconhece na multidão sua amada Janaína, que está participando de um protesto contra a ditadura.

Entra no movimento guerrilheiro “Ação Democrática” do qual Janaína participava e, junto com o grupo, planejam a invasão a um Banco, a fim de conseguir recursos financeiros para a luta.

A ação dá certo, mas, depois, ao entregar o dinheiro ao suposto colaborador, Cau e Janaína são presos pelos militares. Cau é torturado para confessar o crime e entregar o grupo. Depois de torturado, na eminência de Janaína sofrer torturas e abusos, Cau entrega o grupo e livra Janaína, mas fica preso.

Quando cumpre os 7 anos de prisão, ao ser renegado pelos militantes da Ação Democrática, Carlos Estrada – Cau - se arma e luta de outra forma: vai para a favela ser professor e ensina os jovens a procurar outro caminho. Ele era conhecido como professor Cau.

Mas a luta é interrompida com a invasão de policiais no morro e Cau é morto junto com os jovens que lá se encontravam, conforme a fala a seguir e a figura 20: “Policiais invadem a Favela, Joselinton de Jesus, o Feijão e Marciano Teixeira, o Mineirinho. Os policiais declaram que Carlos Estrada, o Professor Cau, também foi morto na operação, mas o corpo desapareceu.”

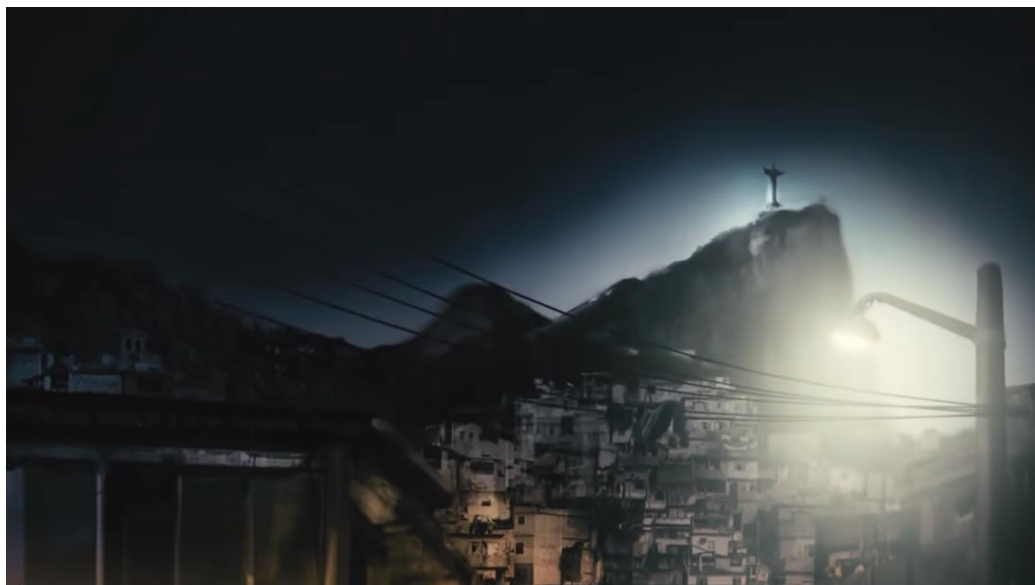


Figura 20- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (50 min. 42seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

A terra é dominada de novo por Anhangá, que destila seu fel, massacra os jovens, restringe a liberdade, e a vida segue nas nuances explícitas ou não de Anhangá.

Cenário Futurístico Guerra pela Água: 4º Período 2096

Num futuro não muito distante, que ocorre em 2096 na cidade do Rio de Janeiro, a água é vendida num valor muito alto, pois torna-se um bem natural de difícil acesso.

O acesso à água se dá conforme o padrão financeiro da pessoa. Neste contexto, os ricos têm um acesso privilegiado a fontes de água subterrâneas, por meio do Aquífero Guarani, e a população de baixa renda vive sem saneamento e sem acesso à água potável.

A empresa que domina a distribuição de água — a Aquabrás — tem suas ações cada vez mais valorizadas quando se tem a diminuição das calotas polares e as condições ambientais vão se degradando.

Neste contexto, o índio Abeguar, que tinha vivido Manuel Balaio e Carlos Estrada, volta como jornalista João Cândido, que denuncia as injustiças, mas não entra em nenhum movimento de luta. Procura viver seu amor o máximo possível com Janaína, que vive uma garota de programa, conforme figuras 21 e 22, “Eu denunciava isso todos os dias. Mas minhas críticas não mudavam nada. Só ajudavam a fachada de democracia. Quanto mais atacava, mais eles ficavam fortes. Fazer o quê? Meu prestígio me garantia quota mensal de água nível 3, e comecei a pensar: “Foda-se o resto”. O que

podia fazer? Não aguentava mais nadar contra a corrente. Estava cansado de dar murro em ponta de faca. O amor da Janaína era meu, pagava 500 ynans por uma noite com ela”.



Figura 21- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (55 min. 28 seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

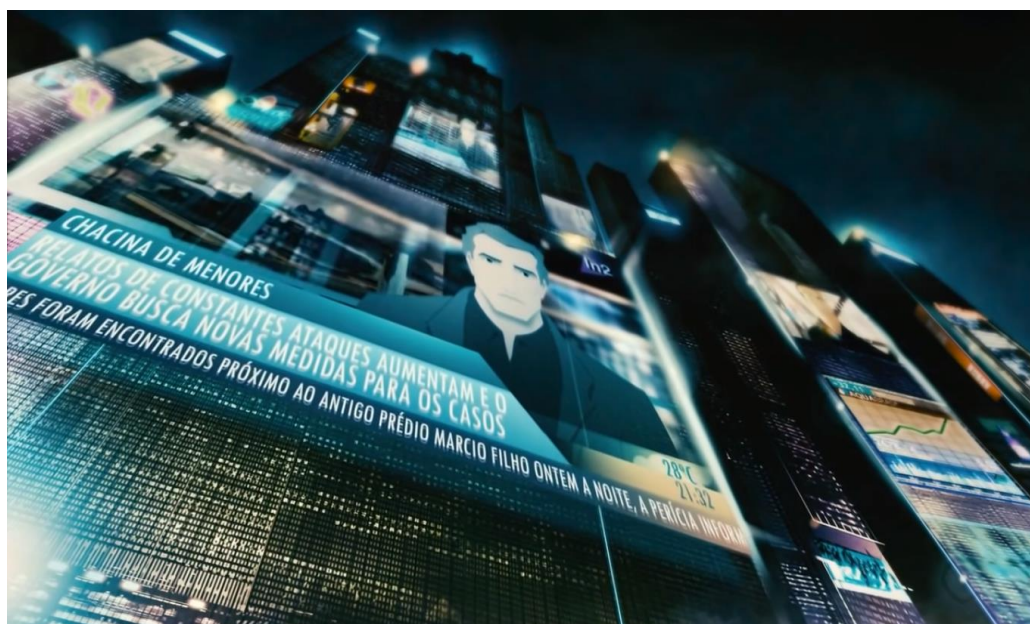


Figura 22- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (55 min. 46seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

Assim, de certa forma, a luta do jornalista João Cândido se restringiu aos palcos das denúncias midiáticas, mas Janaína não deixou de lutar. Ela, junto com um grupo, planejou o sequestro do dono da Aquabrás para tentar democratizar o acesso à água.

Ela simula um encontro com o dono da Aquabrás, para um programa, consegue acesso ao prédio em que ele fica e a polícia invade o prédio. Quando João Cândido vê que sua amada está no prédio, corre para lá para tentar salvá-la. Aí percebe que foi ele quem deixou de lado a luta por um mundo melhor e mais justo, pois Janaína procurou formas de vencer Anhangá.

Os planos de Janaína e do seu grupo não conseguem o desfecho planejado e ela e João Cândido encontram-se acucados no teto de um prédio. João não vê outra saída a não ser se atirar novamente no abismo, como no início da primeira fase, e sai voando entre os prédios, conforme figura 23: “Mesmo sem perceber, todo dia a gente tá lutando por alguma coisa. Sobe nas minhas costas. O passado é o que está acontecendo agora. A cada dia que passa uma nova página é escrita com histórias cheias de amor e fúria. Viver sem conhecer o passado é viver no escuro.”.



Figura 23- Cena do filme: “Uma História de Amor e Fúria” (1h 05 min. 10 seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

O filme termina com este trecho de João Cândido: a cada dia temos uma luta à qual direta ou indiretamente todos e todas fazemos parte e somos chamados e chamadas a nos posicionar.

Para vencer Anhangá, faz-se necessário conhecer o nosso passado histórico para não caminharmos e vivermos na escuridão. Percebe-se que muitos atores deste roteiro ainda estão presentes na atualidade. A força e a sede do colonizador por bens naturais

para exportação e o enriquecimento de um pequeno grupo ainda continuam, personificados em mineradoras, empresários, agronegócio e outros.

A força policial, em sua maioria, continua com toda sua potencialidade para manter uma lei que protege a elite e governos autoritários. O último período, de 2018 a 2022, do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, deixa claro que há uma lógica interna dos comandos das forças armadas em não apenas cumprir o seu papel de proteger a pátria no quesito segurança, mas estar e ficar nos postos de comando do poder executivo para que a força da arma reja suas pautas na suposta manutenção da ordem e do poder.

Para que este passado não se cristalize no presente e se configure e seja o nosso futuro, precisamos fortalecer todo o processo democrático do nosso país: na escolha dos parlamentares e do Presidente da República; na participação efetiva da sociedade na construção de políticas públicas; no direito e acesso aos bens básicos — como educação, saúde, moradia, saneamento básico, trabalho digno e outros. Somente assim teremos uma sociedade menos desigual e a justiça será verdadeiramente plena para todos, brasileiros e brasileiras. E que o domínio pela força e a negação do direito da maioria sejam elementos constitutivos do nosso passado.

A obra fílmica de Bolognesi é uma aula de história e contexto geográfico, em 74 minutos, e nos mostra que nossas potencialidades presentes têm que ser direcionadas para um futuro melhor para toda a sociedade. Se não pensarmos em construir uma outra lógica em que toda sociedade seja incluída para o acesso aos bens básicos, estaremos construindo um futuro com o retrato do passado.

A linguagem cinematográfica nos mostra as várias possibilidades de caminhos de uma construção narrativa que nos interpela a todo momento: da história que passou, o que esta história representa no presente e qual(is) a(s) perspectiva(s) futura(s).

A trajetória dos personagens vividos pelo índio Abeguar (1566), Manuel Balaio (1840), Carlos Estrada (1968) e João Cândido (2096), mostram como a história se repete e que pode não haver uma mudança se a estrutura social que gera uma sociedade extremamente desigual não mudar.

Assim, para haver mudança e podermos contar outras histórias, devemos fortalecer mecanismos que assegurem os direitos de uma vida digna a todos os cidadãos e cidadãs, por meio da garantia de direitos básicos, tanto pela via governamental quanto pela organização da sociedade civil.

O filme mostra a luta destes personagens contra a força de Anhangá, mas esta luta é cotidiana e deve ser ampliada do individual para o coletivo, pois Anhangá deixa de ser apenas um mito e transforma-se numa mão invisível da história que está presente de forma estrutural em todos os âmbitos da sociedade.

Este fascínio e a força da mensagem que essas obras fílmicas representam foram utilizadas de forma dinâmica pelo diretor para mostrar o passado do Brasil e nos questionar sobre qual futuro queremos.

Portanto, no contexto histórico do Brasil traçado até o momento ficam as evidências do que deu certo, do que não deu e o que precisamos mudar. E nossa perspectiva de futuro vai depender das nossas escolhas e lutas no presente.

2.5 Geografia e Cinema

A aproximação entre a Geografia e o Cinema tem registro com as primeiras publicações a partir da década de 1950, quando os pesquisadores voltam o olhar para associação de bases epistemológicas da Geografia e do Cinema como possibilidades de análise e conhecimento de localidades inacessíveis num primeiro momento e como aporte de discussão e crítica destas produções, segundo resultado de pesquisa de Fioravante (2018):

De fato, os estudos sobre Geografia e Cinema podem seguir caminhos distintos. É possível, entretanto, observar quatro tradições de pesquisa as quais apresentam similaridades e distinções quando colocadas lado a lado. A primeira delas, que surge na década de 1950, concentra discussões que buscam avaliar a potencialidade dos filmes para o ensino de Geografia. Aqui, os geógrafos concentram suas reflexões nas ideias de realidade, já que filmes foram e ainda são, inúmeras vezes, equivocadamente compreendidos enquanto espelhos da realidade e excelentes materiais para divulgação e documentação do conhecimento geográfico (Fioravante, 2018, p. 273).

O impacto e a impressão de realidade de uma obra fílmica tornam-se, num primeiro momento de pesquisas, uma referência forte para se entender e investir esforços para associar os conhecimentos geográficos exibidos nos filmes, documentários e outros e formular bases teóricas críticas correlacionando, de fato, o que é mostrado, como é o espaço e a sociedade ali retratados.

Para entender os conceitos da Geografia Humana e inter-relacioná-los com as produções fílmicas, Fioravante (2018) apresenta um quadro comparativo elaborado por Orueta (2003), no qual mostra um caminho que podemos utilizar como referência de análise para diversas categorias da geografia em relação à produção fílmica.

Quadro 2- Comparativo Lugar Geográfico e Lugar Cinemático

Lugar Geográfico	Lugar Cinemático
Real	Representação do real
Apreendido multi-Sensorialmente	Apreendido somente pela visão
Homem é dono de sua capacidade de observação	Diretor conduz o olhar do espectador
Objeto de vivências e afinidades identitárias	Produção artificial de memórias e nostalgia fílmica
Sem limites definidos; estabelecidos por indivíduos	Com limite marcado; fim da imagem na tela
Irreproduzível - não é possível sua exata multiplicação	Reproduzível - multiplicado em cópias
Inalterável em suas características	Alterável - produto da ação de produção digital
Imutável	Mutável - (des)montado em partes

Fonte: FIORAVANTE, Karina Eugenia. Geografia e Cinema: a releitura dos conceitos de espaço, paisagem e lugar a partir das imagens em movimento. Revista Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 272-297

As imagens fílmicas são narrativas que mostram lugares, paisagens e regiões com os aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais, culturais e outros que conseqüentemente vão dialogar com o espectador e sua visão de mundo. Essa é uma proposta que pode ser explorada de várias formas didáticas pelo professor de Geografia.

Em face disso, é imprescindível que o professor de Geografia e pesquisador, ao escolher utilizar um recurso audiovisual (no caso, uma obra fílmica) deve explorar suas análises, inter-relacionando-as com outras referências e outros saberes. Neste caso, os aspectos geográficos presentes na obra fílmica tornam-se uma fonte de pesquisa.

O lugar geográfico real tem uma dimensão histórico cultural muito mais ampla do que a narrativa fílmica retrata. A dimensão do lugar cinematográfico torna-se restrito, pois o nosso olhar passa a ser direcionado pela tela, pela escolha do discurso do roteiro e diretor.

Neste sentido, o espaço passa pela dimensão cinemática, que tem um outro foco: conciliar a narrativa com o lugar, com a paisagem e com os protagonistas da obra que está sendo desenvolvida. Quando se trata de um documentário, as escolhas também precisam ser feitas no desenvolvimento de um tema. Xavier (2021, p.19) coloca esta dualidade da seguinte forma:

“Para entender o espaço cinemático, pode revelar-se útil considerá-lo como de fato constituído por dois diferentes de espaço: aquele inscrito no interior do enquadramento e aquele exterior a enquadramento” (Praxis do cinema). A meu ver, esta admissão já é indicadora de uma valorização, onde certo tipo de imagem passa implicitamente a não ser considerada “cinemática” apesar de ser materialmente cinematográfica. Isto fica claro, quando tentamos estabelecer de que modo este espaço “fora da tela” pode ser definido dentro da hipótese inicial. (registro e projeção contínua).” (Xavier, 2021, p.19).

Com a impressão da realidade, o que se encontra inscrito no interior do enquadramento pode incentivar e nos provocar a querer ir mais fundo e a conhecer, com outros referenciais e outras obras fílmicas, o que de fato está no exterior do enquadramento.

Os pesquisadores Portugal e Souza (2013, p.107) destacam outros autores que fazem essa análise das bases epistemológicas da disciplina de Geografia e do cinema.

Para Azevedo (2009, p.101), “o cinema nas suas mais variadas expressões ajuda a compreender o papel da memória e dos diferentes imaginários geográficos na criação da imagem do lugar e na construção das paisagens”. E, “para nós, geógrafos e professores de Geografia, o filme tem importância porque pode servir de mediação para o desenvolvimento das noções de tempo e de espaço na abordagem dos problemas sociais econômicos e políticos” (Pontuschka *et al.* 2007, p.280), porque a narrativa fílmica acontece num determinado tempo e espaço geográfico, possíveis de serem explorados pelo professor de geografia para discutir diferentes temas e conceitos”. (Portugal; Souza, 2013, p.107)

A construção do conhecimento geográfico pode ir além do livro didático e da apostila: podemos recorrer à “Imagem e Movimento”, em que o espaço, a sociedade e os mapas estão em movimento, saindo de um panorama fixo, para novas percepções de análises e aquisição de conhecimento.

A escolha didática e a utilização de obras fílmicas no Ensino de Geografia e em outras categorias geográficas, têm que estar alinhadas a um objetivo que atenda ao desenvolvimento de um tema, contextualizando a obra no tempo, no espaço e nas relações sociais, para, assim, conseguir desenvolver novas habilidades, educar o olhar e ver a geografia em diversos contextos e linguagens. O cinema mostra que estas linguagens podem ser um campo de conhecimento e visualização, conforme destaca Oliveira (1999).

O cinema se apropria de nossas significações, senão deliberadamente, pelo menos podemos ter a certeza de que elas estão ali, pululando nas imagens realizadas por profissionais (atores, diretores, iluminadores) que, afinal, pertencem, ao mesmo fundo cultural que nós. Ao bolar uma imagem para dizer tal coisa, os significados simbólicos se fazem presentes inevitavelmente no diretor/no roteirista. A história que eles vão contar no filme deve ser a mais universal possível, por imperiosidade do próprio meio em que está inserido, o cinema. Como atingir o universal, senão mergulhando no mais profundo de cada homem, onde está represado todo um banco de imagens e vivências de todos os outros homens...?!!!(Oliveira, 1999, p.76)

Neste sentido, é preciso entender que uma obra fílmica dialoga com o sujeito e, conseqüentemente, com suas experiências e sua visão de mundo, do lugar e do contexto regional e nacional em que está inserido.

A mensagem da obra fílmica não ocorre de forma passiva. Rancière (2012-a), como muitos acreditavam, dialoga num espectro de concordância ou não com sua visão de mundo.

É no confronto dos diálogos com as obras fílmicas, associado à mediação dos conhecimentos geográficos, que as impressões e a associação do contexto geográfico e cinemático vão dando possibilidades para a ampliação da visão do mundo dos sujeitos.

Diante da relevância da utilização da linguagem cinematográfica para o ensino e a pesquisa na Geografia e em outras áreas, ela pode ser explorada de diversas formas fazendo uma apreciação da obra fílmica com a realidade local e com a visão de mundo dos espectadores.

As aprendizagens possíveis e de pesquisa por meio da linguagem cinematográfica podem ser diversas. E a arte como caminho para despertar o interesse pelo conhecimento e pela realidade na qual nos encontramos pode ser dimensionada em pesquisas das categorias geográficas por meio de representações culturais que compõem as narrativas fílmicas. Segundo Oliveira, (1999):

As descrições cinematográficas acabam revelando a história das representações artísticas e gráficas das gravuras e pinturas, estabelecendo com elas relações de enriquecimento, empobrecimento e repetição. Podemos dizer, grosso modo, que a formação do quadro cinematográfico tem suas raízes nas pesquisas dos pintores renascentistas acerca da perspectiva. Tudo permanece parado. Temos uma cena descrita. “Cada uma das imagens de um filme mostra um aspecto estático dos seres e das coisas, e é sua sucessão que recria o movimento e a vida”. Observamos o momento em que o cinema se transforma em quadro. Momento em que a fixidez dos elementos que compõem a cena espera ser penetrada pelo tempo que permanece e movimenta o espectador. Temos à nossa frente apenas um quadro onde os objetos, coisas e personagens estão distribuídos no espaço sob uma iluminação escolhida. Não há movimento ou som. Somos arremessados às lembranças de outros quadros, de outras cenas descritas. (Oliveira, 1999, p.102)

Mantém-se assim uma interlocução constante entre a obra fílmica, o seu processo de produção nas intencionalidades do roteirista e diretor, que, conseqüentemente, vai projetar as narrativas que estão localizadas no lugar, espaço e tempo, nos quais o contexto, social, político, ambiental, econômico, cultural e outros estão representados no filme, que dialoga com o espectador.

Esta pesquisa foi desenvolvida para proporcionar uma análise da importância da linguagem cinematográfica para a geografia, como uma forma de conhecer a realidade regional e nacional, aliado com as bases das categorias de análise da geografia.

Desta forma, pretende-se mostrar, por meio da linguagem cinematográfica, as possibilidades de adquirir e ampliar o conhecimento em relação ao espaço geográfico presente nas obras fílmicas, que podem ser utilizadas como um recurso metodológico na exploração do conhecimento.

Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa foi proporcionar uma ferramenta de análise de como a imagem fílmica mostra os lugares e a formação socioespacial da região — neste caso, o Triângulo Mineiro — inter-relacionando as possibilidades de conhecimento da obra fílmica com o suporte teórico da disciplina de Geografia, a fim de contribuir para a aquisição do conhecimento geográfico de cada um de nós.

3. Metodologia: os caminhos da pesquisa

Na primeira parte da pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico sobre a temática, aliado a um levantamento de obras fílmicas que tenham como tema fatos que violam os direitos humanos e a formação da região do Triângulo Mineiro (que ocorreu da mesma lógica social que na formação territorial do Brasil).

Desta forma, para uma percepção e conhecimento socioespacial da região do Triângulo Mineiro, realizaremos análise de obras fílmicas produzidas com temas ligados à justiça. A primeira, “O caso dos Irmãos Naves”, produzido em 1967, com direção de Luís Sérgio Person, é baseada em uma história real de dois irmãos que são condenados injustamente, fato que ocorreu na cidade de Araguari-MG, em 1937.

A segunda, a obra fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, foi lançada em 2017, com direção de Marcelo Antunez, e aborda as investigações da Operação Lava Jato, que desencadearam na prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Com essas questões de fundo, a proposta principal desta pesquisa é analisar como a Geografia, com o aporte da linguagem cinematográfica, pode contribuir para o entendimento socioespacial referente à justiça num contexto regional e nacional.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, os objetivos específicos propostos são: conhecer a formação histórica e geográfica da Região do Triângulo Mineiro; analisar a linguagem cinematográfica na perspectiva da representação cultural sobre o tema justiça; mostrar, por meio da análise do filme “O caso do Irmãos Naves”, como o tema Justiça ainda continua sendo um desafio no contexto regional; e analisar a obra fílmica “Polícia Federal: a lei é para todos”, tendo o tema Justiça numa perspectiva nacional.

A problemática levantada nesta pesquisa aborda, de forma crítica: como a obra fílmica é utilizada para mostrar a realidade e a noção socioespacial e direcionar este olhar para a região e para a localidade na qual o sujeito está inserido? Como a linguagem fílmica constitui uma potência para o processo de conhecimento, ensino e aprendizagem da Geografia? Como um tema específico como a justiça pode alinhar acontecimentos e configuração regional e nacional?

A proposta metodológica para atingir os objetivos propostos é a pesquisa qualitativa, por meio de fontes primárias em arquivos públicos municipais, da pesquisa documental, Análise do Discurso e Análise Comparativa.

A escolha das propostas metodológicas se deu para atender à especificidade dos objetivos da pesquisa, que vai trabalhar com referências científicas e com outros suportes de documentos e dispositivos.

Os arquivos públicos visitados foram os Arquivos Públicos das cidades de Uberaba-MG e Araguari-MG.

A opção por uma metodologia ou por um conjunto de ferramentas metodológicas deve expressar e aliar fundamentos teóricos com a realidade, e a opção pela pesquisa documental se baseia na procura de dispositivos diversos devido à opção pela análise de obras fílmicas, conforme destaca Silva (2009):

Appolinário (2009: 67), amplia a definição de documento: “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”. E, de acordo com o conceito técnico da Associação de Arquivistas Brasileiros, o documento define-se como qualquer informação fixada em um suporte. (Silva, 2009, p. 08)

Assim, com base nesta referência vamos explorar várias fontes de pesquisa, dentre elas as plataformas digitais, como referência para acesso a obras fílmicas.

Desta forma, será realizada, após levantamento do referencial teórico, análise documental e análise do discurso, inter-relacionando a base teórico/documental com os discursos e as polifonias presentes no discurso, que mostrem elementos da análise socioespacial da região do Triângulo Mineiro que estão presentes na obra fílmica “O caso dos Irmãos Naves”.

Ocorrendo uma análise comparativa entre pesquisa documental e análise do discurso, o objetivo na escolha dos dois métodos é fazer uma comparação para entender os fenômenos que ocorreram no período histórico, geográfico e social da Região do Triângulo Mineiro, expressos tanto na produção teórica como no audiovisual.

O recorte temporal que vai ser trabalhado no desenvolvimento da tese é o período de 1930 a 2017, pois, na década de 1930 iniciam-se os trabalhos na esfera nacional e regional de produções fílmicas sobre diversos temas; e no decorrer do século XX esta produção vai se diversificando e mostrando o cunho cultural em âmbito nacional, regional e local de produção audiovisual, que expressa as características da sociedade que a produz.

Realizamos análise de filmes que estavam disponíveis em plataformas digitais, que tenham como tema a Região do Triângulo Mineiro e a relação com o tema justiça,

em que faremos uma análise comparativa com o filme “Polícia Federal: A Lei é para todos”.

Outra proposta metodológica a Análise do Discurso, pois o filme já apresenta uma narrativa discursiva. Segundo Fioravante (2016, p.100), os “Filmes são vistos e concebidos enquanto uma criação discursiva”, que podemos analisar seguindo um método.

O discurso expressa a visão de mundo e as concepções dos sujeitos e das sujeitas presentes na *mise en scene* discursiva. A fala, nesse sentido, não é produto apenas do seu protagonista, à medida que contempla as vivências e experiências trazidas de outros contextos. Quando ela é verbalizada, é, portanto, uma expressão de concepções que se afinam na composição do discurso e o compartilhamento cultural dos sujeitos que estão inseridos na sociedade e tempo histórico.

Conforme apresentado por Rodrigues (2016, p. 84-85): “Assim, o discurso, a partir das palavras, vai sendo tecido e configurado no espaço social, nos quais o sujeito está inserido, e que, conseqüentemente, refletem sua caminhada histórico-social e cultural, sendo formada ao estabelecer conexões com os interlocutores na rede de suas relações sociais”. Segundo Bakhtin (1997, p.41), a palavra é o indicador mais sensível das transformações sociais:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (Bakhtin, 1997, p. 41)

Nesse universo de palavras que expressam o discurso, vamos nos ater a entender o discurso e as conseqüências de ações que deveriam proporcionar segurança e justiça aos sujeitos mas tiveram efeito contrário, com grandes injustiças, mostrando as limitações e as falhas do nosso judiciário.

3.1 Referência para as análises fílmicas

Para compor a formação do corpus da pesquisa, assistimos aos filmes e fizemos a transcrição das cenas selecionadas, para aprofundamento dos discursos das narrativas fílmicas.

No filme “O caso do Irmãos Naves” escolhemos a versão que está disponível na plataforma do You Tube⁵ e realizamos a transcrição das cenas desta obra fílmica que foram selecionadas para a análise do filme.

No filme “Polícia Federal: A lei é para todos”, escolhemos a versão que está disponível na plataforma do You Tube⁶ e realizamos a transcrição das cenas da obra fílmica que foram selecionadas para a análise do filme. Colocamos, nos anexos, um quadro das cenas e transcrições dos dois filmes. Embora tenha sido feita a transcrição de todo o filme, não vimos a necessidade de colocá-la na íntegra, devido à sua extensão.

Com as leituras e análises do referencial teórico e documental, optamos por elaborar questões que direcionassem as análises fílmicas desenvolvidas nesta pesquisa.

Segundo Maingueneau (2015), o texto aborda os dados efetivos, ao qual os analistas do discurso têm como referência para suas pesquisas. Com o desenvolvimento da tecnologia, tem-se vários caminhos para coleta de dados e informações que são considerados texto.

O desenvolvimento de técnicas de registro da imagem e do som a partir do final do século XIX levou essas dificuldades ao paroxismo. A materialidade do texto se tornou plural. Hoje, um pronunciamento político pode se manifestar ao mesmo tempo por uma forma impressa, por um enunciado em um site da Web, por uma gravação em áudio veiculada por uma rádio, por um vídeo em um site de compartilhamento, por um DVD...Sem falar das versões em número indeterminado que foram realizadas por câmeras ou gravadores desse ou daquele espectador ou ouvinte. (Maingueneau, 2015, p.39)

A construção do conhecimento geográfico pode contar com as referências de pesquisas bibliográficas e também ir além dos livros. Podemos recorrer à “Imagem e Movimento”, em que o espaço, a sociedade e os mapas estão em movimento, saindo de um panorama fixo para novas percepções de análises e de aquisição de conhecimento.

Assim, os caminhos para entender as narrativas e os discursos presentes nas referidas obras fílmicas passam pela análise da linguagem representada nos filmes e

⁵ A obra fílmica o “O Caso dos Irmãos Naves”, está disponível no You Tube, por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

⁶ A obra fílmica o “Polícia Federal: A Lei é para todos”, está disponível no You Tube, por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

pelo poder da imagem. Neste processo, como abordado nas pesquisas de Charaudeau (2015) sobre o discurso das mídias, e a veiculação da mensagem por meio de jornais televisivos, tem-se:

A *visualização* consiste em representar, através de um determinado suporte e de um determinado sistema de codificação, uma organização do mundo não visível a olho nu (através de representações gráficas, *closets* ou imagens virtuais). O sujeito que olha só pode perceber esse mundo na medida em que tem conhecimento do código de representação, o qual lhe permite, usando de cálculo, conceitualizar essa parte oculta do mundo. Mas esse procedimento, para ter efeito, depende do contrato de comunicação. É somente na medida em que o contrato de informação constrói um propósito que se destina a mostrar a realidade externa aos sujeitos que essa função pode pôr em cena efeitos de *descoberta da verdade*. Num contrato em que prevalece a ficção, esse efeito contribui para a dramatização. (Charaudeau, 2015, p. 226.)

O contrato de comunicação que é estabelecido por meio da linguagem que expressa uma narrativa discursiva vai mostrar a posição dos sujeitos, sua visão de mundo e os valores compartilhados de um grupo social. Assim, a informação tem uma função conforme o interesse de um grupo, que vai refletir sobre um espaço.

No espaço de relações que são estabelecidas, Charaudeau (2015, p.71) destaca: “O espaço de *relação* é aquele no qual o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor”.

O contrato de comunicação e as relações de força que vão sendo configuradas pelas histórias fílmicas que mostram o contexto histórico e atual, sua dinâmica e relação com o espaço que vai sendo estabelecida por meio destas narrativas, deixando expressas as relações de poder que perpassam as duas obras fílmicas.

O artigo “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”, produzido pelo pesquisador inglês Denis Cosgrove (2012), apresenta um leque de possibilidades para fazermos as leituras e análises por meio de diversas linguagens.

O tipo de evidência que os geógrafos usam agora para interpretar o simbolismo das paisagens culturais é muito mais amplo do que no passado. Evidência material no campo e outras fontes documentais e cartográficas, orais, de arquivo e outras continuam valiosas. Mas frequentemente encontramos a evidências nos próprios produtos culturais: pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas, filmes e canções podem fornecer uma firme base a respeito dos significados de lugares e paisagens possuem, expressam e evocam, como fazem fontes convencionais “factuais” (Meing, 1979; Prince, 1984). Todas essas fontes apresentam suas próprias vantagens e limitações, cada uma exige técnicas a serem aprendidas para que sejam tratadas competentemente. Acima de tudo, é essencial uma sensibilidade histórica e contextual por parte do geógrafo. Devemos resistir à tentação de

deslocar a paisagem de seu contexto de tempo e espaço, enquanto estivermos cultivando nossa capacidade imaginativa de incorporá-la para vê-la, por assim dizer, por dentro. Finalmente, em tal geografia, a *linguagem* é crucial. (Cosgrove, 2012, p.229).

Como trajetória de análise elaboramos questões baseadas no referencial teórico pesquisado, de forma especial em “O Discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência”, de Ismail Xavier (2021); na obra “Cultura e representação” de Stuart Hall (2016); e também em “Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia”, de Milton Santos (2014-b).

Apresentamos o rol de questões que serviram de base para o desenvolvimento das análises fílmicas:

- 1- Tema central do filme (Roteiro)?
- 2- O que o diretor mostra e quer focar nas cenas escolhidas?
- 3- Qual a intenção do diretor na produção da cena?
- 4- Qual é a realidade objetiva da obra fílmica?
- 5- Qual é a representação dos aspectos subjetivos dos protagonistas envolvidos?
- 6- Qual é o sentido que a realidade fílmica revela?
- 7- Quais são os valores compartilhados pelos protagonistas?
- 8- Quais são os valores compartilhados pelos outros núcleos da trama e que se destacam nas cenas analisadas?
- 9- Como se configura e ocorre o circuito cultural da obra fílmica?
- 10- Como os diálogos são estabelecidos na obra fílmica e evidenciam o sistema representacional dos envolvidos?

Essas questões foram utilizadas na análise dos filmes “O caso dos Irmãos Naves” e “Polícia Federal: A lei e para todos”, e serão a base da análise comparativa de ambos. A obra de Santos (2014-b, 104) perpassa toda a análise em que o processo histórico vai configurando a realidade: “A uma situação se sucedem outras: a situação representa uma instabilidade. Por trás da fotografia de uma situação há o movimento. O processo é a própria história, o movimento, a luta entre contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade.”

Desta forma, reportamos à análise comparativa para os estudos e para a pesquisa na geografia, conforme aponta Nascimento Júnior (2017).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de estudos comparados vai além da explicação da uniformidade das áreas e da coesão dos processos espaciais, mas os compreendem como sistemas de objetos e sistemas de ação, vistos em

um quadro único no qual a história se dá (Santos, 2002), e em geral, eles podem ser abreviados em pelo menos três conceitos mais específicos: Formação Socioespacial, Articulação espaço-tempo e Diferenciação Socioespacial. O conceito de formação socioespacial oferece aos estudos comparados a inclusão de processos socioespaciais observados em escala nacional e regional, e buscam fornecer, em profundidade, uma análise não linear da diferenciação, dotando a economia e a sociedade de forma, conteúdo e forma-conteúdo (Santos, 1982). Estes estudos incorporam a dimensão espacial articulando acontecimentos que se revelam por meio de sincronias, diacronias, continuidades e descontinuidades socioespaciais em suas gêneses históricas, ou seja, em associação de eventos do passado ao presente. (Nascimento Júnior, 2017, p.314-315)

Desta forma, mergulhar em um processo de análise do discurso por meio da enunciação, pronunciado pelo locutor ou por um grupo de locutores, tendo como referência a linguagem cinematográfica e o suporte teórico da geografia, nos dá uma base para compreender sua visão sobre o tema desta pesquisa.

4. A injustiça que clama no caso dos Irmãos Naves na Região do Triângulo Mineiro

O caso dos Irmãos Naves é conhecido como o maior erro jurídico no sistema judiciário brasileiro. Baseado neste fato lamentável, o diretor Luís Sérgio Person dirigiu o filme “O Caso dos Irmão Naves”, em 1967, que retrata a história verídica dos irmãos Naves, que ocorreu em 1937, na cidade de Araguari, em Minas Gerais, na Região do Triângulo Mineiro.

O diretor faz uma adaptação do romance do escritor João Alamy Filho, advogado que defendeu os Irmãos Naves de uma injusta acusação de homicídio e de maus tratos e violência da força policial da época.

A análise da obra fílmica reporta ao roteiro do filme e das cenas que foram elaboradas com base nos referenciais teóricos, dando, assim, um subsídio para analisar o discurso do filme e fazer comparações com outra obra fílmica.

Desta forma, almejamos mostrar, por meio da análise da obra fílmica “O caso dos Irmãos Naves”, como o tema justiça foi um desafio no início do século XX, no contexto regional, e como ainda continua, em pleno século XXI, no contexto nacional.

4.1 Contexto histórico do Brasil e da cidade de Araguari na década de 1930

Com o fim do império, no final do século XIX, têm-se o rompimento do governo regido por uma Monarquia e passa-se para um novo Regime de governo: a República — que é implementada, imposta depois da revolta e do golpe dos militares e da elite da época.

A República se inicia com os militares considerando o novo regime como uma estrutura de poder alicerçado no autoritarismo e no direito restrito à população em geral, sendo a sua maioria composta de negros libertos, pardos e uma pequena elite que detinha todo o poder econômico, segundo Carvalho (1987):

A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano, desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. Todos esses grupos tiveram de aprender novas formas de inserção no sistema, mais fáceis para alguns, mais difíceis para outros. Os intelectuais desistiram da política militante e se concentraram na literatura, aceitando postos decorativos na burocracia, especialmente no Itamaraty de Rio Branco. Os operários cindiram-se em duas vertentes principais, a dos anarquistas, que rejeitava radicalmente o sistema que os rejeitava, e a dos que procuravam integrar-se através dos mecanismos de cooptação do Estado. Os

jacobinos desapareceram de cena. Quanto ao grosso da população, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto o veículo limitado da imprensa. (Carvalho, 1987, p. 37).

O século XX começa com esta configuração dos militares no poder. Depois, com o fortalecimento da economia cafeeira do estado de São Paulo, a exportação de minerais e a pecuária do estado de Minas Gerais, instala-se uma nova forma de controle e revezamento na condução política do Brasil: a política café com leite, em que paulistas e mineiros se revezavam no poder.

A década de 1930 tem início com uma Revolução devido à não aceitação da posse do presidente eleito. Lima e Freire (2019, p. 03) destacam:

Em 1930 teria eleição e o atual presidente da época, Washington Luís, deveria indicar ao poder um representante mineiro, pois era a vez dos mineiros governarem o Brasil. Porém, isso não aconteceu, Washington Luís indicou Júlio Prestes, um paulista, quebrando assim, aquele revezamento que deveria ser feito. Essa quebra de acordo fez com que os mineiros, naquele exato momento, rompessem a amizade com os paulistas. Insatisfeitos com a situação e desejando responder essa atitude à altura, os mineiros procuraram apoio e se aliaram aos paraibanos e gaúchos. (Lima e Freire, 2019, p. 03)

O rompimento do acordo político estabelecido e a revolta dos mineiros, aliados a outros estados, fortalecem as forças militares que já vinham se organizando na região Sul do país. Getúlio Vargas foi indicado pelos sulistas e a Paraíba indicou João Pessoa.

Este grupo vence o conflito e toma o poder em 1930, com Getúlio Vargas assumindo a Presidência, iniciando assim a Era Vargas, que vai de 1930 a 1945.

4.2 Autoritarismo x Democracia

A Era Vargas, que durou 15 anos, mostra a perspectiva histórica diante de uma possível mudança na política que altere o cenário e o *status quo* da elite no poder. Faz-se necessário um governo autoritário que vai fazer as supostas mudanças, com pulso firme, respeitando, é claro, os direitos da burguesia.

Os direitos políticos tiveram evolução mais complexa. O país entrou em fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos. A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a assembleia constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas presidente. Em 1937, o golpe de Vargas, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945. Nesse ano, nova intervenção militar derrubou Vargas e deu início à primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país. Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua crescente extensão e pela também crescente lisura do processo eleitoral. Foi o período marcado pelo que se chamou de política populista, um fenômeno que atingiu também outros países da América Latina. A experiência terminou em 1964, quando os

militares intervieram mais uma vez e implantaram nova ditadura. (Carvalho, 2012, p. 87-88)

O autoritarismo engendra as estruturas de poder, na sua dimensão civil, social e política. Na análise da obra Carvalho (2012) “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, Carvalho (2012) destaca que ter a garantia dos direitos civis, políticos e sociais é essencial para o exercício da cidadania:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com leis, de não ser condenado sem processo legal regular. (Carvalho, 2012, p. 9)

São os direitos civis que vão proporcionar as relações civilizadas e a justiça entre os cidadãos da sociedade, que conseqüentemente vão ter uma atuação política mais engajada.

Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno...Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. (Carvalho, 2012, p. 10)

Se esses direitos são negligenciados, ou são negados à sociedade, você tem um quadro de injustiças e desigualdades sociais se instalando no governo e na sociedade como um todo e a correção só será possível com a equalização desses direitos.

No autoritarismo e nos regimes ditatoriais engendra em suas estruturas de poder e planejamento a limitação a esses direitos ou, em muitos casos, a inexistência deles. Na conceituação sobre o poder, Raffestin (1993) destaca:

Portanto ele não é um nome comum ordinário, uma vez que podemos investi-lo ou privá-lo de uma carga expressiva específica, conforme as circunstâncias. Marcado por uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado”. Temos aí o relaxamento do termo. O Poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais”. “Formas terminais”? A expressão é de grande valor, pois dá conta dessa concepção unidimensional do poder que quase obscureceu por completo a visão possível, que é incomparavelmente mais rica. O “Poder”, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada.” (Raffestin, 1993, p. 51-52).

A linha tênue para mensurar se um governo é para todos, se ele pensa no povo e quer, de fato, ter cidadãos plenos, deve-se atender e favorecer o acesso aos direitos civis, sociais e políticos. Isso ficará evidente conforme for direcionado e exercido o poder pelo Estado. Nessa visão, uma forma de encurtar o caminho para a mudança é apostar em candidatos e governos messiânicos, com perfis de salvador da pátria. Neste contexto, Carvalho (2012) afirma:

Pelo menos três dos cinco presidentes eleitos pelo voto popular após 1945, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor, possuíam traços messiânicos. Sintomaticamente, nenhum deles terminou o mandato, em boa parte por não se conformarem com as regras o governo representativo, sobretudo com o papel do Congresso. (Carvalho, 2012, p. 222)

O papel da discussão — mediar conflitos para chegar a um consenso, ter fóruns ou espaços de discussão e decisão na elaboração de políticas públicas — nem é pensado ou cogitado por governos autoritários e messiânicos. Tendo esta tela de fundo, o governo Vargas conseguiu cooptar categorias específicas para atender a alguns interesses, segundo Carvalho (2012):

Além da cultura política estatista, ou governista, a inversão favoreceu também uma visão corporativista dos interesses coletivos. Não se pode dizer que a culpa foi toda do Estado Novo. O grande êxito de Vargas indica que sua política atingiu um ponto sensível da cultura nacional. A distribuição dos benefícios sociais por cooptação sucessiva de categorias de trabalhadores para dentro do sindicalismo corporativo achou terreno fértil em que se enraizar. Os benefícios sociais não eram tratados como direitos de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo. A sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado. A força do corporativismo manifestou-se mesmo durante a Constituição de 1988. Cada grupo procurou defender e aumentar seus privilégios. Apesar das críticas à CLT, as centrais sindicais dividiram-se quanto ao imposto sindical e à unicidade sindical, dois esteios do sistema montado por Vargas. (Carvalho, 2012, p. 222-223)

Mesmo com políticas estruturais em atendimento a categorias específicas, a Era Vargas não conseguiu resolver o problema da desigualdade, do acesso à educação e à saúde, que ainda persiste no cenário nacional.

Numa sociedade dita democrática, os direitos civis, políticos e sociais devem ser plenos a todos, cidadãos e cidadãs, para concretizar, no cotidiano, o bem comum e a vontade do povo que participa e reivindica ativamente junto aos governos nos quais eles votaram para conduzir a política do país. Schumpeter (2017, p. 367) traz o seguinte conceito: “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões

políticas que realiza o bem comum fazendo com que o próprio povo decida as questões mediante a eleição de indivíduos que se reúnem para lhe satisfazer a vontade.”

Para esta vontade e o bem comum prevalecerem na arena política, que traduza o acesso e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, há um longo caminho, e a sociedade brasileira ainda não desbravou muito essa estrada.

Recapitulando os aspectos históricos do Brasil, durante os 524 anos do Brasil têm-se vários regimes de governo, segundo pesquisadores como: Almeida (2019), Carvalho (1987, 2012), Fiorin (2020), Holanda (2014), Lourenço (2010), Prado (1965) e Santos (2004-2014-b). Com base nessas fontes, elaboramos o Quadro 03, sobre os regimes de governo do Brasil.

Quadro 3- Regimes de Governo do Brasil

Regimes de Governo	Período
Período Colonial- Monarquia	1500-1822
Período Imperial - Monarquia	1822-1889
Proclamação da República e Militares no Poder - Governo Autoritário (1º República)	1889-1930
Junta Governativa Provisória – Revolução de 1930 – Junta Militar	1930
Regime do Governo Autoritário - Era Vargas (Segunda República ou República Nova)	1930-1937
Regime do Governo Autoritário - Era Vargas (Estado Novo)	1937-1945
Regime Democrático	1946-1964
Regime Parlamentarista	1961-1963
Regime do Governo Autoritário	1964-1984
Regime Democrático - Nova República	1985-2023

Fonte: Almeida (2019), Carvalho (1987, 2012), Fiorin (2020), Holanda (2014), Lourenço (2010), Prado (1965) e Santos (2004-2014-B)

Temos um regime democrático frágil e suscetível a golpes e apostar em líderes messiânicos para resolução dos conflitos e desigualdades da sociedade brasileira era e continua sendo uma prática que não é a adequada para atingir a construção de uma sociedade democrática.

Dos 524 anos de ocupação e formação do território brasileiro e sua soberania como país independente — conforme o Quadro 2, com os dados históricos — se não forem considerados os 2 anos do golpe de Michel Miguel Elias Temer Lulia e os 4 anos do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro — eleito democraticamente, mas que passou os 4 anos de governo fazendo apologia ao golpe militar de 1964 e, conseqüentemente, ao seu retorno, e desrespeitando as instituições do Executivo e do

Judiciário — tem-se, ao todo, cinquenta e um anos de governos democraticamente eleitos no Brasil.

O regime democrático precisa de tempo para se consolidar e o Brasil está dando os primeiros passos. Ainda é preciso avançar na conquista dos direitos para toda a população. Carvalho (2012) destaca:

Para muitos, o remédio estaria nas reformas políticas mencionadas, a eleitoral, a partidária, a da forma de governo. Essas reformas e outros experimentos poderiam eventualmente reduzir o problema central da ineficácia do sistema representativo. Mas para isso a frágil democracia brasileira precisa de tempo. Quanto mais tempo ela sobreviver, maior será a probabilidade de fazer as correções necessárias nos mecanismos políticos e de se consolidar. Sua consolidação dos países que são hoje considerados democráticos, incluindo a Inglaterra, exigiu um aprendizado de séculos. É possível que, apesar da desvantagem da inversão da ordem dos direitos, o exercício continuado da democracia política, embora imperfeita, permita aos poucos ampliar o gozo dos direitos civis, o que, por sua vez, poderia reforçar os direitos políticos, criando um círculo virtuoso no qual a cultura política também se modificaria. (Carvalho, 2012, p. 224)

Os princípios democráticos devem ser defendidos por todos os brasileiros e por todas as brasileiras. A consolidação dos direitos, dos deveres e o fortalecimento das instituições devem ser planos sólidos de qualquer agenda de governo. Os princípios democráticos devem ser o principal elemento de defesa de todo governo, conforme coloca Chauí (2019).

Dizemos, então, que uma sociedade — e não um simples regime de governo — é democrático quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e da minoria, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social se realiza como um contrapoder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. (Chauí, 2019, p. 16)

Apesar de mostrar-se frágil em seu percurso histórico e atual, em terras brasileiras o regime democrático apresenta-se como um caminho para a conquista e consolidação de direitos civis, sociais e políticos — a curto, médio e longo prazo — até que as limitações, a inexistência e a privação de direitos sejam vencidas por toda a sociedade.

As consequências do autoritarismo e uma efetiva conquista da democracia estão presentes nos fatos históricos e atuais, na busca pela justiça e pelo acesso aos direitos básicos de todo (a) cidadão e cidadã.

Com este contexto, pretendemos analisar duas obras fílmicas, sendo elas: “O caso dos Irmãos Naves”, ocorrido em 1937, em pleno Estado Novo, no Governo

Vargas; e “A Polícia Federal: A lei e para todos”, que retrata a operação lava-jato que ocorre entre 2014-2017, antes das eleições de 2018, num período considerado democrático.

Portanto, com a análise e a comparação dessas duas obras fílmicas vamos perceber como os pares dialéticos “autoritarismo e democracia”, “justiça e injustiça” estão presentes na trajetória dos personagens e das figuras políticas do país.

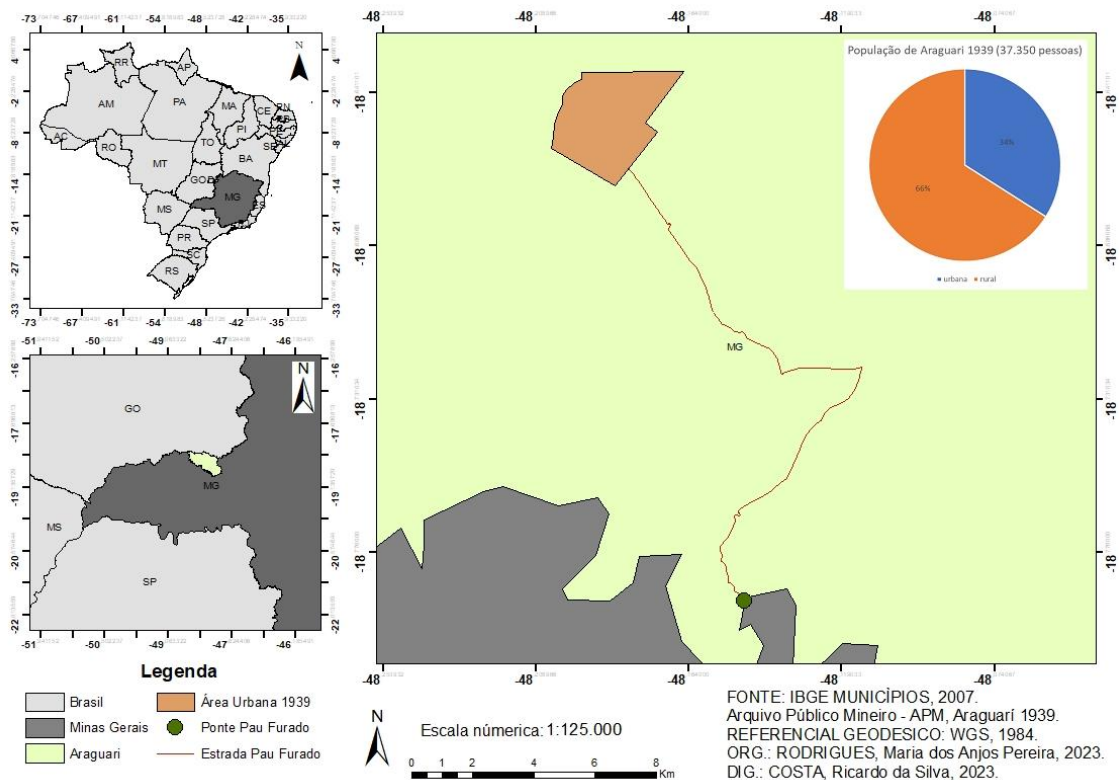
4.3 A cidade de Araguari

A cidade de Araguari, em Minas Gerais, localizada na Região do Triângulo Mineiro, no final do século XIX, com a extensão dos Trilhos da Estrada de Ferro da Companhia Mogiana em 1896, vê sua economia se expandir de forma mais acelerada.

Nas primeiras décadas do século XX tem sua economia baseada na produção agrícola e na pecuária.

Na década de 1930, a cidade de Araguari tinha uma população composta, em sua maioria, por pessoas que trabalhavam no espaço rural. No período de 1939, conforme dados do IBGE do município, a população total era de 37.350 pessoas, sendo que a população rural correspondia a 66% e a população urbana, a 34%, conforme pode ser visualizado no Mapa 2, da cidade de Araguari-MG, de 1939:

Mapa 2- Cidade de Araguari-MG em 1939 – População Urbana e Rural



Percebemos que o perfil da população de Araguari reflete o contexto populacional do país, que tem sua maioria concentrada no espaço rural, com base na economia agrária.

Com Getúlio Vargas no poder tem-se uma ditadura militar marcada pela presença do mesmo militar no poder por 15 anos. No seu governo, têm-se o fechamento do congresso e a indicação de governadores e prefeitos ao cargo. Sobre este período, Lima e Freire (2019) ressaltam:

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas implantou o Estado Novo no Brasil, inaugurando a terceira e última fase da Era Vargas. Um período ditatorial em que houve muita repressão, em que havia censura aos meios de comunicação, houve prisões, não havia liberdade de imprensa. (Lima e Freire, 2019, p.10),

O Estado Novo não era tão novo assim: as práticas e formas de repressão e coerção eram antigas na estrutura do governo.

A Era Vargas se destaca pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e pela conquista do direito ao voto pelas mulheres, em 1932, numa política populista, quando foi intitulado “pai dos pobres”. Desta forma, tem-se a formação de uma estrutura social e a contenção das revoltas com o controle de sindicatos, a expulsão de imigrantes considerados subversivos, o controle da imprensa e outros.

Com este panorama do período histórico do Estado Novo no Brasil, na cidade de Araguari-MG, o delegado da cidade é substituído pelo Tenente Francisco Vieira dos Santos, que assume a delegacia no final de 1937, quando tiveram início as investigações acerca do sumiço do comerciante Benedito Pereira Caetano.

4.4 O caso dos Irmãos Naves

Os irmãos Naves eram homens simples, trabalhadores, que viviam em uma sociedade predominantemente rural, tendo em vista que o espaço urbano no Brasil, naquele período, estava começando a se expandir, porém de forma lenta.

Ambientado em 1937, o filme “O caso dos Irmãos Naves” é gravado 30 anos depois, em 1967, pelo diretor Luís Sérgio Person, que conheceu a história dos Irmãos Naves em 1956, por meio de notícias de uma revista, ficou impressionado, e, a partir desse momento almejou elaborar um roteiro com a história dos Irmãos Naves.⁷ Ele utilizou o estilo realista para mostrar um dos casos mais emblemáticos do judiciário brasileiro.

O diretor Luís Sérgio Person, embora tenha morrido muito jovem, aos 39 anos, em um acidente de carro, tem uma vasta produção: São Paulo-Sociedade Anônima, 1965; O caso dos Irmãos Naves, 1967; Panca de Valente, 1968, Cassy Jones, o Magnífico sedutor, 1972; e outros.

No documentário Person, de 2007, em entrevista, foi questionado sobre qual seria a sua obra fílmica que a crítica destacaria. O diretor respondeu que não sabia qual delas os críticos citariam, mas que a que ele mais gostou de dirigir foi o filme “O caso dos Irmãos Naves”, por retratar uma escalada de violência aos dois irmãos e seus familiares, de forma injusta e arbitrária, sem que fosse levado em consideração o fato de os acusados não terem antecedentes criminais.

O diretor opta por gravar na cidade mineira de Araguari, com alguns atores famosos, dentre eles Raul Cortes, interpretando Joaquim Naves; Juca de Oliveira, que interpreta Sebastião Naves; além de pessoas da cidade que interpretaram outros personagens, dando realismo à obra, que impacta pela violência e injustiça sofrida pelos irmãos naquele período.

⁷ Conforme informação do Documentário Person de 2007, produzido e dirigido pela sua filha Marina Person. Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=h1FIRreWrGI>.

Talvez, para um espectador desavisado, fica a impressão de um filme que mostra apenas uma falha do nosso judiciário brasileiro. Mas as gravações e cenas, além de abrangerem esta fatalidade do judiciário brasileiro, também abordam a arbitrariedade da prisão, a acusação sumária sem provas, sem o corpo da vítima e sem encontrar o dinheiro que ele carregava. Tudo isso demonstra um *modus operandi* do Delegado Tenente Francisco Vieira dos Santos e das forças policiais daquele período.

Reportando ao contexto histórico, o caso acontece em plena ditadura da Era Vargas, no início do período do Estado Novo, em 1937. O filme é gravado em 1967, também na ditadura militar, mostrando ou deixando evidente que os *modus operandi* ainda se mantêm com violência e tortura, como sempre ocorre num regime no qual todas as liberdades de expressão, de defesa e de respeito são deixadas de lado. As relações entre força política, policiais e membros da sociedade que não se enquadram e são considerados pessoas com perfis subservientes ou subversivas são presas e perseguidas por aqueles que deveriam defender os cidadãos e as cidadãs.

As cenas mostram essas violações e a falta de humanidade, pois, mesmo apoiado nas normativas jurídicas, a defesa, realizada pelo advogado João Alamy Filho, tem dificuldade de conseguir que os irmãos Naves respondam em liberdade por meio de um Habeas Corpus⁸, já que o crime não foi comprovado, além de a confissão ter se dado por meio de violência e tortura.

As diversas tentativas de libertar os Irmãos Naves pelo advogado de defesa João Alamy Filho (1961) não surtem efeito e eles vão a julgamento.

“O abaixo-assinado, advogado, vem perante V.Excia. impetrar uma ordem de *habeas-corpus* a favor dos cidadãos Joaquim Naves Rosa e Sebastião José Naves, brasileiros, choferes, casados, domiciliados e residentes nesta cidade, que, sob constrangimento ilegal, se acham presos e recolhidos ora à delegacia de polícia...A prisão atual dura desde o dia 29, citado, tendo permanecido sempre os pacientes em absoluta incomunicabilidade, sob constantes castigos corporais e completamente privados de alimentação, além de ficarem em cômodos inteiramente desprovidos dos móveis, e não lhes sendo possível, ou permitido, o menor repouso, *tudo isso para que confessem a sua suposta autoria ou responsabilidade pelo desaparecimento de Benedito Pereira da Silva*, ocorrido nesta cidade em dias do mês de novembro último. Essa tortura desumana é aumentada pelo precário estado de saúde de ambos os pacientes, que, antes, se achavam em tratamento médico e bastante doentes.” (Alamy, 1961, p. 55)

⁸ Conforme Carvalho, Habeas Corpus, na Constituição Federal de 1937 “Art. 122, inciso XVI: Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal, na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar”.

Importante ressaltar que, antes de serem presos, violentados, torturados e irem para julgamento, eles já haviam sido, de certa forma, apontados pela população local como os suspeitos do crime e isto aparece no diálogo de várias pessoas da sociedade de Araguari, dentre eles trabalhadores, comerciantes e outros.

Diante de uma acusação popular, é muito difícil se desvencilhar dela, mesmo quando as evidências não mostrem a participação no crime, como foi o caso dos Irmãos Naves.

Neste sentido, citamos duas situações que deixam evidente esta questão: o fato ocorrido na Escola Base de São Paulo, em que os donos da instituição foram considerados suspeitos de abusarem de crianças que estudavam nela. Uma reportagem que abordou esse assunto teve repercussão nacional e a vida dos proprietários da escola acabou naquele momento. Depois de um processo investigativo, concluiu-se que os proprietários não tiveram participação nesse episódio e nem foram os abusadores das crianças; porém, até que se chegasse a essa conclusão, a reputação dos educadores havia sido manchada e a Escola fechada.

Outro caso que foi retratado pelo cinema foi o da família McMartin, dos Estados Unidos, retratado na obra fílmica “Acusação”, que é semelhante à denúncia contra a Escola Base de São Paulo, em que os proprietários foram acusados de abuso sexual infantil, mas depois de um longo processo foram inocentados. Inclusive, o advogado que defendeu a causa arriscou sua carreira para defender essa família.

Estes dois exemplos mostram que a acusação se torna, em diversos casos e contextos, sendo mais grave que o próprio crime. Ou seja, diante de uma acusação é muito difícil sair ileso mesmo sendo inocente.

Retornando ao caso dos Irmãos Naves, a realidade expressa na obra fílmica mostra os extremos a que se pode chegar uma acusação. E o mais grave: quando o caso cai nas mãos de uma pessoa que demonstra desequilíbrio psíquico, pois passa a estender esta violência para os familiares da vítima e para pessoas simples da cidade, conforme ilustram as cenas das Figuras 24 e 25 do filme⁹. Em notas de rodapé, vamos mostrar a transcrição dos diálogos do filme.

⁹ Figura 24- É preciso pulso firme, meu amigo sem autoridade não existe respeito. -O tempo passa e não se resolve nada, com moleza não vai não. Figura 25-Ontem foi a vez de Benedito amanhã pode ser qualquer um de nós, dinheiro no bolso faz coisa que em todo mundo, esta história mal contada do Ford era dos dois trabalhavam juntos o Benedito morava na casa do Quincas como é que pode.



Figura 24- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (10min.14seg. a 10min.20seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.



Figura 25- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (11min.08seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

Neste sentido, a realidade tem algo a nos dizer por meio da produção fílmica, conforme Xavier (2021):

Se a decupagem clássica constitui uma base eficiente para um trabalho de construção do falso que “parece real”, o neo-realismo propõe-se a substituir tal artifício pelo trabalho de obtenção da imagem que, além de parecer, procura “ser real”. Há uma ética da “confiança na realidade”, a da sinceridade, que implica na minimização do sujeito do discurso, de modo a deixar o mundo visível captado transparecer o seu significado Bazin dirá: “não intervir e deixar que a realidade confesse o seu sentido. (Xavier, 2021, p. 75)

Esta realidade presente na tela referente aos acontecimentos vai ter a versão do diretor que produz a cena e as percepções desta suposta verdade ou a “construção do

falso” que pode apresentar o real uma situação, que não expressa a realidade dos fatos e como realmente aconteceu. Esta versão dos fatos pode mostrar narrativas que não correspondem ao sentido da realidade. Na obra fílmica de Person, o diretor procura expressar na tela os fatos mais impactantes do “Caso dos Irmãos Naves.”

Assim, mais que o sentido de realidade, diante da história verídica ocorrida com os Irmãos Naves, a realidade apresentada na tela, por meio do filme, mostra que o terror imposto a dois homens simples sofrendo tortura para confessar um crime que não cometeram, ultrapassa todos os limites de respeito à condição humana. Assis (2018) ressalta:

Benedito desaparecera levando consigo noventa e dois mil contos de réis. Durante a investigação, nenhum vestígio do crime fora encontrado: nem o cadáver, tampouco o dinheiro. Sob tortura, violência e privação de liberdade, os irmãos confessaram o crime de latrocínio, crime que nunca existiu. O advogado João Alamy Filho os defendeu em dois júris, mas todas as decisões favoráveis para a soltura dos acusados foram indeferidas de plano pela polícia. (Assis, 2018).

Expostos a tanta violência e torturas, os Irmãos Naves confessam o crime, que não ocorreu, conforme cenas do filme, mostradas nas figuras 26 e 27¹⁰.



Figura 26- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (21min.59seg. a 22min.23seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

¹⁰ Figura 26- Delegado: Então já conhecia o Joaquim antes de vir pra cá, não conhecia? E o Sebastião vai dizer que não conhecia o Sebastião também não. (O Delegado interrogando o José Prontidão depois de um processo de tortura, induzindo o mesmo a concordar com a narrativa de incriminar os Irmãos Naves. Aparece as cenas de tortura dos Irmãos Naves e da mãe).-Prontidão: Conhecia sim, Senhor. Delegado: Então já conhecia o Joaquim antes de vir pra cá, não conhecia? E o Sebastião vai dizer que não conhecia o Sebastião também não. (O Delegado interrogando o José Prontidão depois de um processo de tortura, induzindo o mesmo a concordar com a narrativa de incriminar os Irmãos Naves. Aparece as cenas de tortura dos Irmãos Naves e da mãe). -Prontidão: Conhecia sim, Senhor. -Figura 27-Delegado: Mas, quem foi que pediu para você contar a mentira de Benedito de Uberlândia.



Figura 27- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (22min.24seg. a 23 min.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

O espaço cinemático, conforme Xavier (2021, p. 19), apresenta dois tipos de enquadramento: “Para entender o espaço cinemático, pode revelar-se útil considerá-lo como de fato constituído por dois diferentes de espaço: aquele inscrito no interior do enquadramento e aquele exterior ao enquadramento.”

Atentos ao interior do enquadramento, na produção fílmica de 1967, em preto e branco: as cenas nos impressionam pelos detalhes e pela situação de extrema violência, tanto física como psicológica, sofrida pelos Irmãos Naves.

Outra questão relacionada ao exterior do enquadramento foi o intenso trabalho de produção e preparação dos atores para expressar os fatos ocorridos na realidade histórica dos irmãos Naves.

Percebemos, por meio dessa realidade evidenciada por esta história, que há toda uma estrutura social, política e econômica — do nível macro ao regional — se materializando na cidade de Araguari-Minas Gerais, com o novo regime do Estado Novo, por meio da Força Policial repressiva validada por um regime também opressor.

Este regime opressor nacional se materializa em uma força policial despreparada e violenta (tanto regional, quanto local) comandada por um delegado mais despreparado ainda que tenta, a qualquer custo, arrancar a confissão dos irmãos Naves, desrespeitando todos os limites da própria lei instituída e da condição humana dos investigados, naquele contexto histórico.

Focando novamente no interior do enquadramento, procuramos notar o universo social dos protagonistas deste drama, que conseqüentemente expressa o exterior do enquadramento do “espaço vivido” pelos protagonistas na sociedade local.

Reportando a Hall (2016), quando conclui sobre representação, sentido e linguagem, destaca os seguintes pontos:

Produzir sentido depende da prática da interpretação, e esta é ativamente sustentada por nós ao usarmos o código – *codificando*, colocando coisas nele – e pela pessoa do outro lado, que interpreta ou *decodifica* o sentido (Hall, 1980). Contudo, note que, por estarem os sentidos sempre mudando e nos escapando, os códigos operam mais como convenções sociais do que como leis fixas ou regras inquebráveis. Como os sentidos mudam e alteram imperceptivelmente. A grande vantagem dos conceitos e classificações da cultura que carregamos por aí conosco, em nossa cabeça, é que eles nos habilitam a *pensar* sobre coisas, estando estas presentes ali ou não, mais: quer existam ou não. Existem conceitos para nossas fantasias, desejos e imaginações, tanto quanto para os chamados “objetos reais” do mundo material. E a vantagem da linguagem é que nossos pensamentos sobre o mundo não precisam permanecer silenciosos e exclusivos a nós. (HALL, 2016, p. 09)

A trama do filme vai mostrando este universo. Destacamos a cena em que Sebastião Naves vai conversar com o cunhado — o fazendeiro João Antônio de Oliveira, chamado de Inhozinho — para pagar a compra de uns frangos e tentar deixar uma quantia a mais caso a esposa dele precisasse, conforme mostra a cena do filme na Figura 28¹¹.



Figura 28- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (16min.20seg. a 16min.46seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

¹¹ Figura 28-Inhozinho: É muito atrevimento ele prender o Quincas, vai ter que soltar e vocês não têm que pagar pelos outros isso não é direito uai. –Sebastião Naves “Todo mundo desconfia da gente. - Sebastião: Na cidade está todo mundo contra nós. Olha para gente como se fosse assassino. -Inhozinho: Na minha vida, vivida, eu nunca vi isto, e olha que já vi muita coisa. -Sebastião: É nós nem sabe o que o delegado pode fazer com a gente.

O primeiro depoimento da família Naves, com o novo Delegado, Tenente Francisco Vieira dos Santos, mostra a versão dos fatos ocorridos com o sumiço de Benedito Pereira sendo questionada pelo atual delegado, na figura 20¹².



Figura 29- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (13min. a 14min.03seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

Diante dos depoimentos, em vez de fazer uma investigação mais apurada do caso, resolve-se cercar os Irmãos Naves com uma prisão preventiva, quando começa o sofrimento de toda a família.

O outro núcleo de personagens refere-se à força policial da cidade, composta pelo Delegado Tenente Francisco Vieira dos Santos, seus soldados da delegacia e outros funcionários.

O Delegado-Tenente inicia as investigações e provoca momentos de horror por meio de tortura física e psicológica dos Irmãos Naves e sua família, com violência tanto na delegacia quanto em espaços abertos fora da cidade, conforme figuras 29, 30 e 31¹³.

¹² Figura 29-Narrador: (Em 29/13/1937). Assume na delegacia da cidade o delegado especial um Tenente da Força Pública do Estado. -Sebastião: Nós traz uma notícia Senhor Delegado. -Joaquim: E seu Tenente, a mãe pode contar uma pista boa para achar o Benedito. -Ana Naves: O Senhor me dá licença para falar...E cria lá de casa eu criei ela agora está morando em Uberlândia trabalha na pensão Belo Horizonte, veio me visitar aproveitando a companhia do Prontidão, ai quando estava contando para o caso o Zé, aparte o contando que viu o Benedito em Uberlândia igualzinho aquele que estava falando.

¹³ Figura 29-Cenas de tortura dos Irmãos Naves, que ocorre fora da Delegacia, pelo Delegado Francisco e força policial da cidade de Araguari-MG. -Delegado: Bate mais, bate na cara dele. Figura 30-Delegado: Então, você não viu mais o Benedito. -Joaquim: Não, não vi Tenente. -Delegado: Você não viu mais o Benedito. -Joaquim: Não, não vi. -Delegado: Está certo não vai por bem vai por mal, vamos matar o seu irmão, quero ver se você não confessa. Soldado solta o Sebastião. Figura 31-Delegado: Agora e a sua vez, não quer falar vai morrer também. Vai falar.

Desta forma, materializa-se no espaço local no município de Araguari, a violência de uma estrutura nacional, por meio do regime ditatorial no período do Estado Novo da Era Vargas. Depois da exposição à extrema violência e das ameaças a toda a família, Joaquim Rosa Naves confessa o crime.



Figura 30- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (28min.30seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.



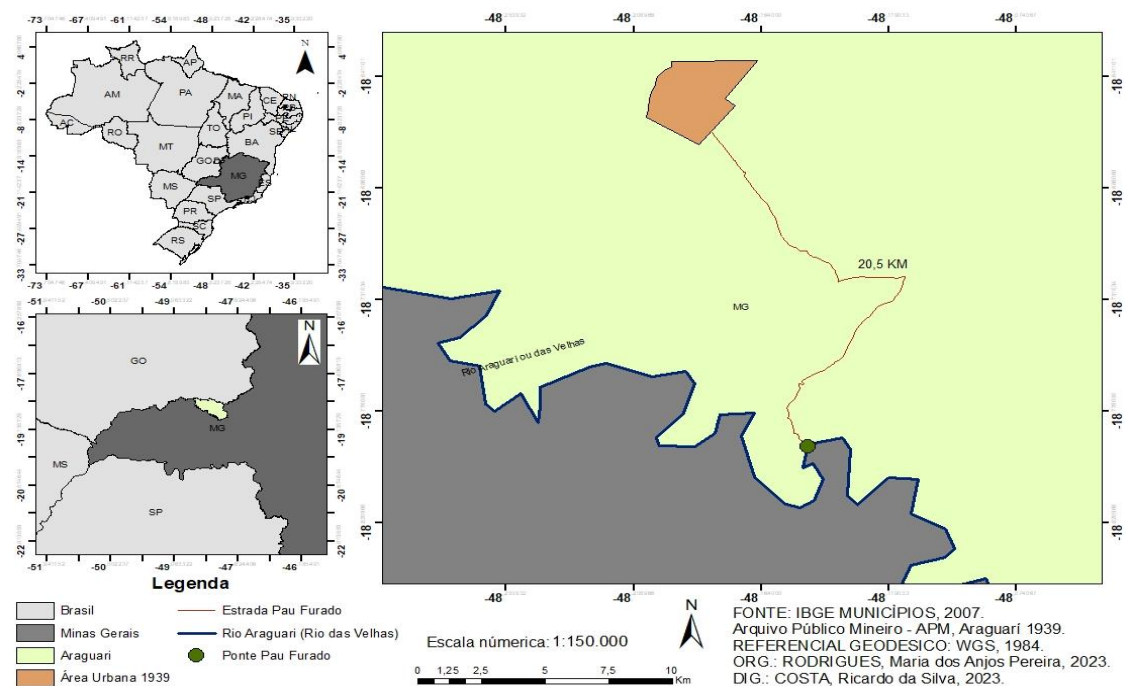
Figura 31- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (29 min.15seg. a 29min.40seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.



Figura 32- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (31min.41seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

Com um depoimento direcionado pelo Delegado-Tenente, é realizada até uma reconstituição do crime na Ponte do Pau Furado, no Rio Araguari, e a busca pelo dinheiro nos campos de cerrado ao redor da cidade, conforme figuras 32, 33 e 34¹⁴, distante 20,5km do núcleo urbano, conforme Mapa 3.

Mapa 3- Distância do núcleo urbano da cidade de Araguari-MG até a Ponte Pau Furado, no Rio Araguari



¹⁴ Figura 32- Delegado: Agora e a sua vez, não quer falar vai morrer também. Vai falar. Figura 33- Delegado: O que foi que vocês disseram para ele aceitar o convite. Um passeio? - Joaquim: Foi sim Senhor, acho que foi. Figura 34-Narrador: E o declarante fez um nó na dita corda introduzindo pela cabeça de Benedito até o pescoço e Sebastião em um movimento brusco largou os braços da vítima auxiliando declarante a apertar a corda. Figura 35-Soldado aqui.



Figura 33- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (32 min.23seg. a 32min.36seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.



Figura 34- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (34 min.11seg. a 34min.35seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.



Figura 35- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (37 min.20seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

O Delegado-Tenente e sua equipe agem de forma inconsequente, injusta, desrespeitosa e desumana não só com os suspeitos e acusados do crime, embora não tenham sido localizados nem o corpo da vítima e nem o dinheiro.

Estas ações arbitrárias passaram a se estender a todas as pessoas próximas da família Naves. O cunhado de Sebastião Naves, o Senhor Inhozinho, é interrogado em sua propriedade e sofre violência física pelo Delegado-Tenente e pelos seus soldados, conforme figura 36¹⁵.



Figura 36- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (40 min. 50seg. a 41 min. 10seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

¹⁵ Figura 36-Inhozinho: Já disse que sei Senhor Delegado, já disse, Sebastião só me deixou 500 mil réis ele queria deixar mais e não aceitei posso cair morto aqui se eu tiver mentindo. Sebastião tinha 3 contos e 500 com ele, só me deixou 500 para pagar uns franguinho que me levou.

Diante do sofrimento dos filhos, Ana Naves, a mãe dos acusados, procura apoio da mulher do advogado João Alamy Filho, que, diante dos relatos de violência dos Irmãos Naves e de toda família, aceita defender os irmãos, conforme figuras 37 e 38¹⁶.



Figura 37- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (26 min. 31seg. a 26 min. 38seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.



Figura 38- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (26 min. 59seg. a 27 min. 23seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

¹⁶ Figura 37- Esposa do Advogado Odette: Venha Dona Ana, a Senhora precisa comer e descansar, venha. Figura 38-João Alamy Filho: A senhora por ser mãe não pode me convencer da inocência dos seus filhos, não sei, não conheço os fatos tudo o que se fala por aí é contra eles. Se recusei antes foi por causa disso, a Senhora sabe é uma questão de princípios não defendo criminosos desse tipo. - Ana Naves: Eles são inocentes doutor não fizeram nada.

Por causa de sua atuação no caso e devido à procura de recursos jurídicos para soltura dos Irmãos Naves, por meio de Habeas Corpus, o Delegado-Tenente, em ocasiões públicas, nas quais se encontra com o Advogado João Alamy Filho, passa a fazer insinuações de que o advogado está com o dinheiro da vítima, Benedito Pereira, passado pelos Irmãos Naves. Para se precaver de algum atentado contra sua vida, o advogado passa a andar armado, conforme figura 39¹⁷.



Figura 39- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (50 min. 13seg. a 50 min. 39seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZuOP9ikc>.

Todas estas ações do representante da força policial da cidade mostram o despreparo para conduzir as investigações: em vez de zelar pela segurança, gera um clima de insegurança, o que impacta a opinião pública local, que passa a acreditar que os Irmãos Naves teriam cometido o crime.

Várias cenas mostram o enquadramento do Delegado-Tenente: colhendo depoimentos de testemunhas, e, ao fundo, a foto do Presidente Getúlio Vargas, conforme figura 40¹⁸; quando o Delegado-Tenente interroga José Prontidão, que afirma ter visto Benedito Pereira, pela última vez, em Uberlândia, depois do suposto desaparecimento.

¹⁷ Figura 39 João Alamy Filho: Não se inquiete não Odete, não ando armado à toa o tenente já passou de todas as medidas, até na frente do prefeito com aquele seu sorrisinho ele insinuou novamente que eu sabia onde estava o dinheiro. -Odete: Você está fazendo o seu trabalho ele não teria coragem, tem limite para tudo. -João Alamy Filho: É que todos pensam, com ele nunca se sabe, o Tenente não respeita nada.

¹⁸ Figura 40-Delegado: Depois o Joaquim pediu que você viesse aqui e dizer que tinha visto Benedito em Uberlândia, foi ou não foi. -Zé Prontidão: Foi, sim Senhor. -Delegado: “Escreve Valente. Testemunha jurada na forma da lei, inquerida pela segunda vez respondeu.



Figura 40- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (23 min. 06 seg. a 23 min. 28seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ike>

Essas cenas são emblemáticas, pois o diretor não faz estes enquadramentos de maneira aleatória: fica clara a relação de poder que ocorre de forma escalar, impetrada pelo representante da nação, Presidente Getúlio Vargas, que é validada pelas forças opressoras representantes do Estado — neste caso, pela força policial local. Conforme Raffestin (1993), o Poder do Estado também se faz presente por meio de forças coercitivas e de pessoas que fazem parte do aparelho de estado.

A influência recorre mais à persuasão, enquanto o poder recorre à coerção. Mas nota-se, nesse caso, que se trata de uma diferença nos meios. Etzioni analisou muito bem os tipos de poder e os meios empregados, economizando a noção de influência. Assim, para esse autor, o poder coercitivo está baseado na aplicação de sanções físicas, o poder “remunerador (rémunérative) está fundado sobre o controle dos recursos materiais, sobre a destinação de salários ou de gratificações, enquanto o poder normativo se funda sobre a manipulação de recursos simbólicos. Em outros termos, pode-se dizer que o poder, quanto aos meios mobilizados, é definido por uma combinação variável de energia e informação. Com esses dois elementos presentes, é possível dizer que há poderes com forte componente energético, ou, inversamente, poderes com forte componente informacional.” (Raffestin, 1993, p. 54-55)

A força inquisitiva do Delegado-Tenente tem como diretriz mestra o regime autoritário que comanda o país, com Getúlio Vargas no Poder mostrando a relação de poder a ele concedido por uma autoridade máxima do país. “Relações de poder permeiam todos os níveis da existência social e podem, portanto, ser encontradas operando em todos os campos da vida social – nas esferas privadas da família e da sexualidade, tanto quanto nas esferas públicas da política, da economia e das leis.” (Hall, 2016, p.90).

Relacionando Raffestin (1993) e Hall (2016), fica evidente que esta relação de poder foi exercida ao máximo, de forma abusiva, pelo Delegado-Tenente, com a aplicação de sanções físicas (no uso coercitivo da força, por meio dos soldados) e psicológicas (com ameaças e montagem de narrativas inverídicas sobre o assassinato de Benedito Pereira e o sumiço do dinheiro).

Estas ações eram estendidas a todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no caso. A referida obra fílmica retrata isso, além de outras pesquisas acadêmicas. Assis (2018)

A tortura é utilizada pelo tenente e seus capangas para retirar a dignidade e a própria dignidade de Sebastião, fazendo com que seus atos tenham certa legitimidade, pugnando de Sebastião os malditos 90 contos. Levado à desértica região ao norte de Araguari, o tenente Vieira surra Sebastião até o limite do possível, vez que para o militar, o acusado saberia onde estava escondido a vultosa quantia. Dado como morto pelo tenente, Sebastião é ajudado pelo fazendeiro Zeca Pólvora e retorna após alguns dias de convalescência à delegacia, por conta própria. O ponto motivador de Sebastião é a prova de sua inocência e de sua família. (Assis, 2018)

Fica evidente neste trecho a postura de Sebastião Naves que, além de não cometer o suposto crime, procura provar sua dignidade de homem trabalhador e honesto, sua inocência e a de sua família. Mas a força policial e suas arbitrariedades vão continuar até depois dos julgamentos dos Irmãos Naves (tanto as torturas físicas quanto as psicológicas).

4.5 A dificuldade da justiça prevalece

Várias tentativas são realizadas pelo advogado de defesa dos Irmãos Naves. A última, antes do segundo julgamento e com a troca de juiz da comarca, em uma reunião com os advogados da região, o Advogado João Alamy Filho apresenta um novo Habeas Corpus, conforme figura 41¹⁹, e o juiz concorda e assina.

¹⁹ Figura 41- João Alamy Filho: Meritíssimo, congratulo-me com vossa excelência e aproveito a audiência para solicitar o cumprimento de um Habeas Corpus, que foi concedido antes de sua chegada, pelo juiz da comarca de Uberlândia. Trata-se de um caso grave é o segundo Habeas Corpus que eu tenho sei que os favorecidos sejam postos em liberdades, por favor. -Juiz: Perfeitamente, cumpra-se o senhor oficial de justiça dê, cumprimento a este alvará de soltura.



Figura 41- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (1h 07 min. 22 seg. a 1h 08 min. 12seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

Ocorrem dois julgamentos no caso do Irmãos Naves e ambos são absolvidos conforme figuras 42 e 43²⁰, porém, continuam presos, com a apelação do Ministério Público de Minas Gerais. A situação é agravada com a mudança das leis jurídicas daquele período.

A figura do advogado João Alamy Filho mostra a coerência no exercício da profissão e sua luta para poder conseguir manter a integridade física e a defesa dos Naves. O jurista e pensador Rui Barbosa (2016-a), em seu diálogo com o amigo advogado Antônio Evaristo de Moraes Filho, traça o perfil do dever do advogado:

Se a enormidade da infração revesta caracteres tais que o sentimento geral recue horrorizado ou levante contra ela em violenta revolta, nem por isso essa voz deve emudecer. Voz do Direito nomeio da paixão pública, tão susceptível de se demasiar, às vezes pela própria exaltação da sua nobreza, tem a missão sagrada, nesses casos, de não consentir que a indignação degenerem em ferocidade e a expiação jurídica em extermínio cruel. (Barbosa, 2016-a, p.31-32)

De forma implacável, Alamy procura defender os Naves enfrentando o poder local junto aos outros advogados. Há perseguição e insinuações em público do Delegado-Tenente, para prejudicar o seu trabalho e manchar a sua imagem. Porém,

²⁰ Figura 42-Inhozinho: Prometo, antes de mais nada tenho umas coisas pra dizer Senhor juiz, estou com mais de 50 anos, mas na minha vida vivida, nunca passei tamanha empurriação e sofrimento. Figura 43-João Alamy Filho: Salvina, porque você esteve na cadeia. -Salvina Naves: Senhor tenente me prendeu. -João Alamy Filho: Mas por que ele fez isso? -Salvina Naves: Ele queria que eu dissesse que meu marido não tinha dormido em casa. -João Alamy Filho: Você disse isso para ele? -Salvina Naves: Não senhor eu não podia mentir aí ele me deixou dois dias presa com meus filhos, aí depois ele chamou dois soldados que queriam tirar minhas roupas aí então eu não queria, mas tive que mentir.

apesar dos desafios, ele consegue, a duras penas, vencer os obstáculos de uma estrutura enrijecida, na qual o direito e a justiça são para poucos.



Figura 42- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (54 min. 57 seg. a 55 min. 14seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>



Figura 43- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (1h 02 min. 57 seg. a 1h 03 min. 22seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

Apesar de todas as evidências da inocência dos irmãos Naves, da absolvição pelo júri em dois julgamentos, os recursos de apelação acabaram ganhando e os acusados acabam presos, conforme destaca Assis (2018)

Com o recurso de apelação da acusação em 4 de julho de 1939 contestando a absolvição pelo júri e reafirmando a sentença de pronúncia anteriormente prolatada, o Tribunal reforma indevidamente a referida sentença e condena os réus a 25 anos e 6 meses com base no art. 359 da Consolidação das leis penais, atendendo praticamente na íntegra ao parecer da Procuradoria-Geral de Minas Gerais de (páginas 129 a 131 do segundo volume). A anulação do julgamento pelo segundo júri, violou diretamente a soberania dos veredictos, e altera a formação de culpa dos acusados (PAINE, 2005). Ao atentar para uma possível nulidade, incoerente a nosso ver, deveria o tribunal ad quem

remeter os autos ao Tribunal do Júri pela terceira vez. Houve uma violação à soberania dos veredictos, apenas prevista nominalmente na Constituição Federal de 1937. (Assis,2018)

Assim, fica configurado o maior erro do judiciário brasileiro: a injustiça avassaladora sobre os Irmãos Naves, que continuaram lutando de todas as formas para provar sua inocência.

Destacam-se nesta caminhada as ações e a atuação do Advogado João Alamy Filho, que tentou, por meio de diversos recursos jurídicos, defender a integridade dos Naves. No último julgamento, que finaliza o filme “O caso dos Irmãos Naves”, destacamos seu discurso na defesa dos Irmãos Naves e a posição de segurança que a força policial deve ter para com a comunidade, a qual deve defender, conforme figura 44. Segue a transcrição, na íntegra, deste discurso, que impressiona por mostrar-se atual:

Senhores jurados ainda que aceita-se um ideia de latrocínio, era necessário apreensão do dinheiro, o encontro do cadáver, ou qualquer outro indício, um vestígio, um sinal possível, nada, absolutamente nada. A não ser a confissão dos denunciante que agora diante o Meritíssimo Juiz, diante do conselho da sentença, desmentem estas falsas confissões, como todos ouviram de viva voz. Porém, vamos supor que não houvesse retratação onde há prova da coisa subtraída? Onde há subtração da coisa? Onde o dinheiro? Onde a morte da pessoa? Estes elementos, cuja ausência, o Meritíssimo Juiz desprezou na sua douta sentença de pronuncia. Onde estão estes elementos Senhores Jurados? Poderia dizer-se ainda mais: poderia ser dito que além da confissão, existe várias presunções, no entanto como sentença o Intiquer/Whitaker a presunção não é o raciocínio que liga o fato certo ao propando não há dentro desses autos. Fato certo, um indício sequer e muito menos uma presunção. (Neste momento entra o Delegado Tenente no julgamento – 1h20minutos). A polícia existe para proteger a sociedade, a organização policial é um órgão do Estado, é remunerada, é paga pelo dinheiro de todos nós. Ela é a guardiã da ordem e da Lei. O Estado é constituído para servir, servindo o Estado, a polícia deve nos servir e é esta a sua função. Mas esta polícia que aqui está, esta polícia amedrontou, espancou, triturou estes dois homens agora sentados nos bancos dos réus, violentou as testemunhas, intimidou o povo desta cidade. Nos ameaçou quanto estávamos cumprindo com o nosso dever. Esta polícia, que não é polícia, mas é outra coisa, está querendo agora nos acovardar. Ela julga ser a lei, Senhores Jurados, mas ela não é a Lei. Ela é a violência. Ela julga ajudar a justiça, mas vai contra esta mesma justiça, sua presença, desrespeita a figura do Meritíssimo Juiz, desafia os Senhores Jurados. Todavia apesar desta afronta é necessário tomar forças para julgar. O que isto que acontece diante de vós senão a repetição de tudo aquilo que vem sendo feito desde o início deste processo. Está provado aqui nestes autos que tenho aqui nas minhas mãos, esta polícia desde o início esteve presente, da mesma forma acintosa, aviltante, com que agora quer perturbar a imparcialidade do julgamento. Mas ela se engana, a defesa está aqui para cumprir o seu dever custe o que custar. A defesa não aceita esta intimidação. A defesa espera que os senhores jurados, homens honrados, siosos de suas prerrogativas de liberdade também recuse, também repudie a impostura desta violência. (DISCURSO DA CENA DO FILME O CASO DOS IRMÃOS NAVES 1h23min.45seg. – Depois do discurso do Advogado de defesa João Alamy Filho, o Delegado-Tenente deixa o Tribunal do Júri.)



Figura 44- Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (1h 18 min. 07 seg. a 1h 18 min. 52seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>

O discurso torna-se extremamente atual e vemos a linha tênue no processo histórico de nossas Forças Armadas, em que o uso da força e autoridade para fazer impor a suposta ordem social foi se configurando principalmente nos regimes autoritários. E por que não recorrer aos pesquisadores que se debruçaram para entender a República nos seus primórdios? Segundo Carvalho (1987):

Havia consciência clara de que o real se escondia sob o formal. Neste caso, os que se guiavam pelas aparências do formal estavam fora da realidade, eram ingênuos. Só podiam ser objeto de ironia e gozação. Perdia-se o humor apenas quando o governo buscava impor o formal, quando procurava aplicar a lei literalmente. Nesses momentos, o entendimento implícito era quebrado, o poder violava o pacto, a constituição não-escrita. Então tinha de recorrer à repressão, ao arbítrio, o que gerava a revolta em resposta. Mas, como vimos, eram momentos de crise, não o cotidiano. O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra. (Carvalho, 1987, p.159-160).

Assim, a análise é direcionada ao povo, que vê e convive com todas as transformações e consequências do Império para República. Porém, continua o mesmo tratamento e a política e tudo que se configura não era sério, tornando a política e todo o processo como bestializados.

Conforme a etimologia da palavra, “Bestializado” é a pessoa que deixou de possuir características humanas, tornou-se animalizado, embrutecido. (Dicionário de Português-DELPO)

Todas as ações do responsável pela força policial da cidade de Araguari-MG, o Delegado-Tenente Francisco Vieira dos Santos, mostram que ele se comporta o tempo todo como um bestializado e quer reduzir a dignidade dos Irmãos Naves a condições sub humanas.

A todo o momento, os Naves tentam manter sua dignidade e conseguem provar sua inocência a duras penas. Rancière (2012-b, p. 12), em sua obra “O destino das imagens”, ressalta que a imagem não mostra uma realidade simples.

A imagem nunca é uma realidade simples. As imagens do cinema são antes de mais nada operações, relações entre o dizível e o visível, maneiras de jogar com o antes e o depois, a causa e o efeito. Essas operações mobilizam funções-imagens diferentes, sentidos distintos da palavra imagem. Dois planos ou encadeamentos de planos cinematográficos podem, assim, depender de uma imagéité diferente. E, inversamente, um plano cinematográfico pode pertencer ao mesmo tipo de imagéité que uma frase romanesca ou um quadro. (Rancière, 2012-b, p. 12).

A história e o erro jurídico daquele tempo ressoam até os dias de hoje, assim como a causa e o efeito de situações sócio-históricas que perduram no contexto local, regional e nacional.

Percebemos no capítulo 1 como a ocupação da região ocorreu com a extinção das populações tradicionais. O uso da força vai configurando o espaço regional e como a força e a brutalidade das instituições se perpetuam no decorrer do tempo e na produção do espaço. Neste contexto, ressaltamos Santos (2014-b):

Toda ação humana é trabalho, e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço. Não há produção que não seja produção de espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso a geografia estuda a ação do homem. (Santos, 2014-b, p.96-97)

A ação do homem estrutura e configura o espaço, que pode ser justo ou injusto, que pode ser privilégio de um grupo ou para todos e todas.

Na história dos Irmãos Naves, procuramos trazer como as ações arbitrárias e o uso da força policial dilaceraram a vida dos Irmãos Naves, marcaram uma família e tornaram-se o maior erro judiciário no Brasil.

Podemos perceber que, por meio da análise da obra fílmica “O caso dos Irmãos Naves”, percorremos o processo da formação histórica da região do Triângulo Mineiro, que não se diferencia do processo nacional de colonização e formação territorial com a utilização da força.

A mudança do regime Imperial para a República ocorre por meio de um golpe militar, que vai ser a tônica em outros períodos históricos da política brasileira.

A região do Triângulo Mineiro, na década de 1930, torna-se palco, em pleno Estado Novo na Era Vargas, da exposição e transformação de homens simples em criminosos, com violação de sua dignidade e liberdade, de forma aviltante, por meio de tortura e maus tratos para confessarem um crime que não cometeram. E isso levou a uma prisão injusta e mostrou um Estado que não consegue defender seus cidadãos ainda demora para corrigir o erro jurídico que foi cometido.

Os irmãos Naves não cometeram o crime, foram condenados e cumpriram penas em regime fechado: Joaquim Naves Rosa faleceu, na prisão, depois de cumprir 13 anos da pena, e Sebastião Naves cumpriu integralmente o período de reclusão, que foi estipulado em 16 anos e 6 meses.

Em 24 de julho de 1952, Sebastião Naves, em liberdade condicional, recebe um telegrama com a informação que Benedito Pereira Caetano estava vivo e que havia aparecido em Nova Ponte, na fazenda do pai. Naves consegue auxílio de um repórter do Diário de Minas para trazer o morto-vivo para prestar depoimento. (Alamy, 1960, p.343).

Imediatamente solicitou à polícia de Araguari uma escolta e autorização para efetuar a busca do MORTO, no que foi auxiliado pelo repórter do *Diário de Minas*, Felício de Lucia Neto. Em companhia deste e de alguns soldados, tiveram a ajuda do delegado de Nova Ponte, reforçando seu destacamento de capturas, e rumaram para a fazenda de João Pereira, pai de Benedito, onde chegaram pela madrugada. Cercaram a casa residencial. Acordaram o casal, e João Pereira confirmou a presença de seu filho, mas, escondido a algumas centenas de metros da sede da fazenda, em casa de seu genro, Antônio Pires. A polícia exigiu de João Pereira que a acompanhasse ao local, para evitar que ele avisasse seu filho e este pudesse fugir novamente. (Alamy, 1961, p.343).

A explicação para o sumiço de Benedito Pereira Caetano é que ele havia pegado empréstimos com parentes, a fim de comprar arroz para depois revender. Como o arroz teve queda no preço de mercado, ele não conseguiu aferir os lucros imaginados para cobrir os gastos e pagar os empréstimos. Aguardou um tempo e vendeu a quantia de arroz para a firma de Araguari-MG, Antonio Lemos & Filho, pela quantia de novena mil cruzeiros. De posse da quantia, embarcou no trem e andou por diversas cidades, até residir na cidade de Jataí, em Goiás, onde se casou e teve filhos. (Alamy, 1961, p.350-351).

Radicados em Jataí, de Goiás, aí se achavam mulher e filhos, ao serem chamados a Araguari, para esclarecimentos, face à prisão de Benedito Pereira Caetano, quando o avião em que voavam para Araguari incendiou-se no ar, caindo e matando todos os seus passageiros e tripulação, inclusive

extinguindo a família de Benedito. Corre como verdade, merecendo credibilidade pela sua origem, a notícia de que ao ser interrogado pelo capitão delegado de polícia, Jorgino Jorge de Sousa, se sabia da prisão e condenação irmãos Naves, acusados de sua morte, Benedito teria jurado pela vida de seus filhos que somente viera a saber do fato no momento de sua prisão. Logo depois, deu-se o desastre aviatório, em que morreram sua mulher e filhos (desastre ocorrido em princípios de agosto de 1952). Posto em liberdade, Benedito retirou-se imeditamente para Goiás, e, sob o tremendo impacto da morte de sua mulher e filhos, passou a perambular sem destino pelo sertão goiano, atormentado pela fatalidade, ou roído de remorsos pelo castigo celeste. (Alamy, 1961, p.350-351).

Com o aparecimento de Benedito, o advogado João Alamy Filho envereda nova luta para que o Estado de Minas Gerais reconheça o erro judiciário. Também entra com solicitação de indenização para Sebastião Naves e para os herdeiros de Joaquim Naves Rosa. (Alamy, 1961).

Ficou perfeitamente elucidado pela Justiça local que Joaquim Naves Rosa faleceu na prisão, em consequência de torturas incríveis, físicas e morais, a que foi submetido (fls. 425). Por outro lado, Sebastião Naves, a segunda vítima da sanha policial, também definhou e aniquilou-se no cárcere, física e moralmente. Afirmam as testemunhas, a *una voce*, que suas respectivas famílias encontram-se na miséria, pela morte de um e incapacidade de outro para qualquer serviço. O caso vincula-se estreitamente ao conceito de ato ilícito. O erro judiciário ocorreu, exclusivamente, como consequência inelutável das incríveis violências policiais, imputáveis ao Estado de Minas, que escolheu pessimamente seus agentes para a apuração do suposto e malsinado delito. Tudo isso foi reconhecido e proclamado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Nestas condições, a indenização, para ser justa, nos precisos termos em que foi deferida em grau de revisão criminal, deve abranger todo prejuízo sofrido pelas pobres vítimas que perderam a sua liberdade, vida e patrimônio. Ante o exposto, recebo os embargos para restabelecer a sentença de primeira instância, excluído o antocismo, por inoportável na espécie. (Alamy, 1961, p. 384-385).

Vemos o resultado de um Estado que é conduzido pela força, em que o componente de sua diretriz é o *modus operandi* de uma força policial violenta e sem preparo e de um tenente com ações e procedimentos desumanos junto aos seus soldados, para destruir e quase aniquilar a vida de dois homens honestos, sem antecedentes criminais, sendo forçados a confessar um crime que nem tinha ocorrido, por meio de narrativas que o próprio tenente-delegado criou para solucionar o suposto latrocínio e assassinato.

A relação de força e coerção por meio da imposição que os Irmãos Naves, seus familiares, o advogado e as demais pessoas sofreram, evidenciam a realidade atemporal não só daquele período, no qual Anhangá continua com seu domínio sobre injustiças e situações de morte que dilaceram vidas e destinos de pessoas que almejam uma vida digna e justa.

O par dialético “justiça e injustiça” perpassa toda a trajetória dos Irmãos Naves, numa contextualização regional e atemporal, a qual evidencia um quadro que continua seguindo a lógica das imposições violentas não só no passado, mas se faz presente também na atualidade.

Assim, vamos avançar em nossas análises para entender como esta questão persiste no tempo, por meio da análise da obra fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, lançado em 2017, com direção de Marcelo Antunez. Ela retrata a operação Lava- Jato e mostra a ação dos investigadores federais no caso e os desmembramentos deste caso.

Portanto, nesta interface com a análise do discurso de cada obra fílmica, na segunda parte faremos uma comparação, tendo como fio condutor as questões que vão direcionar essas análises.

4.6 - O Caso dos Irmãos Naves e a cidade de Araguari-MG na atualidade

O filme de Person teve repercussão local, nacional e internacional e a prévia do filme ocorreu na cidade de Araguari-MG, em 1967, no cine Teatro da cidade, conforme Peixoto e Vieira (2013):

O caso dos irmãos inocentes tornou-se também filme, rodado inteiramente em Araguari e apresentado no ano de 1967 em “avante-premier” no Cine Theatro Rex e exibido na cidade de São Paulo nos Cine Astor, Ipiranga, Metrópole e Paissandu. No exterior foi exibido em Moscou na Rússia, projetado no pavilhão do cinema do Palácio das Artes, por ocasião da abertura do Festival Internacional de Cinema. A película conquistou o 2º lugar, justo prêmio para a produção brasileira, dirigida pelo consagrado cineasta Luís Sérgio Person e roteiro de Jean Claude Bernadet. (Peixoto e Vieira, 2013, p. 366-367).

Essas referências coroam o empenho de toda a equipe na produção do filme e, em especial, o retorno à comunidade local que apoiou a produção, pois muitos dos moradores participaram como figurantes no período da gravação. A premier do filme, realizada em 1967, contou com a presença da equipe que o produziu e de atores que atuaram no filme, confirme as figuras 45 e 46.



Figura 45- Foto do público da exibição “Avante-premier” do filme “O caso dos Irmãos Naves”, em 1967, no Cine Theatro Rex na cidade de Araguari-MG. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.



Figura 46- Foto dos atores e aturoridades de Araguari na exibição “Avante-premier” do filme “O caso dos Irmãos Naves”, em 1967, no Cine Theatro Rex na cidade de Araguari-MG. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.

Esta atenção do diretor e de toda equipe produtora ficou marcada na memória afetiva da comunidade e está registrada nos documentos do Arquivo Público Local.

Os irmãos Naves, depois de um longo caminho, conseguiram provar sua inocência apoiados pela matriarca Ana Naves, por suas esposas e graças ao empenho do advogado João Alamy Filho. A seguir, as fotos da família Naves e do advogado, nas figuras 47, 48, 49 e 50.

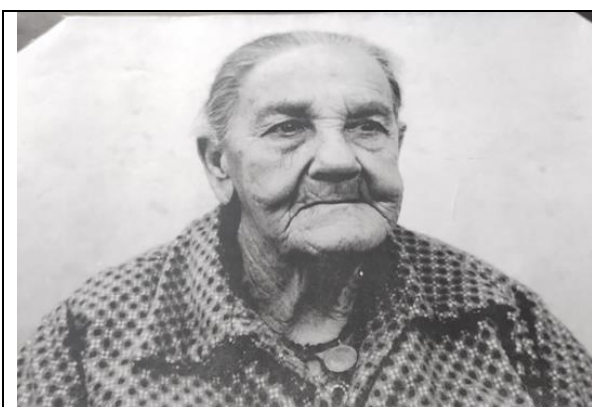


Figura 47- Foto de Ana Naves, mãe de Joaquim Naves e Sebastião Naves. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.



Figura 48- Foto de Joaquim Naves e Sebastião Naves. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.



Figura 49- Foto de Sebastião Naves e sua esposa Salvina Naves. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.

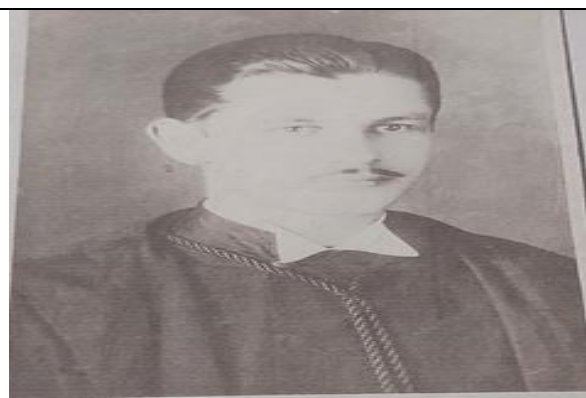


Figura 50- Foto do advogado João Alamy Filho. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.

O empenho de João Alamy filho, o advogado de defesa dos irmãos Naves, mostrou que a postura dele e o direito à defesa fizeram com que não acontecesse o pior com os acusados e, conseqüentemente, teve que enfrentar o poder local e a estrutura policial para conseguir que os Naves tivessem acesso a esse direito.

Na atualidade, a cidade de Araguari-MG faz um tributo ao “Caso dos Irmãos Naves”, que marcou a história de vida da família Naves e também da cidade.

Outra referência à memória do caso dos Irmãos Naves foi a produção, pela Rede Globo, do programa “Linha Direta”, com a exibição do episódio “Justiça: Irmãos Naves”, exibido em 18 de dezembro de 2003, com relatos de familiares dos Naves, depoimento da filha do advogado João Alamy Filho e de moradores que atuaram nessa obra fílmica de Person.

A cadeia, que foi o loco de torturas e dos piores dias vividos pelos Irmãos Naves, foi tombado como patrimônio público, pelo Decreto Municipal Nº 029, de 18 de agosto de 1997, e reiterado pelo Decreto Municipal Nº 013, de 03 de abril de 1999, sendo denominado “Casa da Cultura Abdala Mameri”, onde está sendo preparado um espaço do memorial “O caso dos Irmãos Naves”, conforme figuras 51 e 52:

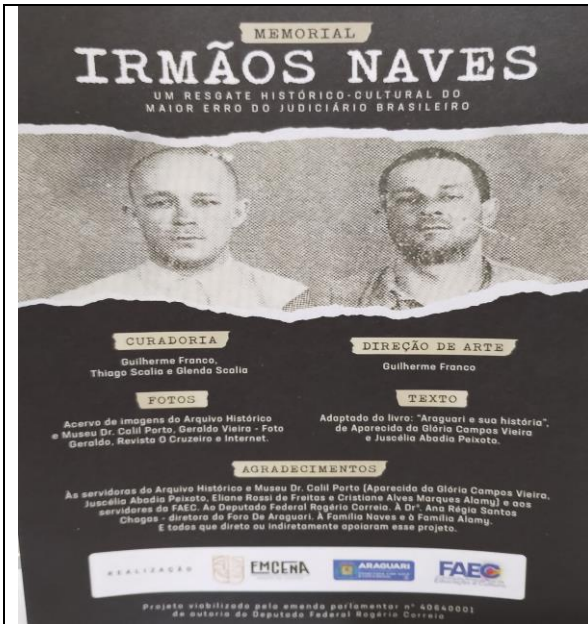


Figura 51- Foto do Panfleto do Memorial Irmãos Naves. Curadores do Memorial Guilherme Franco, Thiago Scalia e Glenda Scalia. Disponível na Casa da Cultura Abdala Mameri. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.

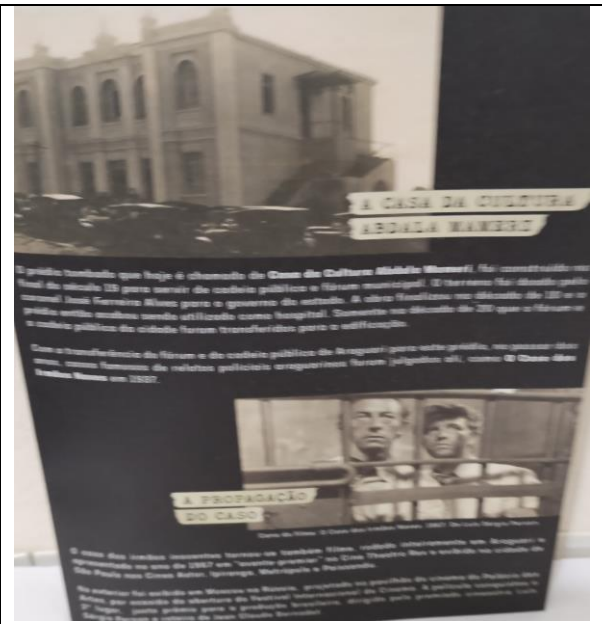


Figura 52- Foto do Panfleto do Memorial Irmãos Naves. Curadores do Memorial Guilherme Franco, Thiago Scalia e Glenda Scalia. Disponível na Casa da Cultura Abdala Mameri. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.

O prédio da Cadeia Pública e Fórum Municipal era utilizado como cadeia na década de 1910 e até as primeiras décadas do século XX. Em 1982 foi restaurado e o imóvel passou por adequação e tornou-se a “Casa da Cultura” da cidade de Araguari-MG.

Um espaço que se tornou referência histórica para a cidade devido ao caso dos Irmãos Naves e hoje é aberto a toda a comunidade para exposição de trabalhos artísticos, reunindo artistas locais e de outras cidades para trocas e exposições culturais, conforme figuras 53 e 54:



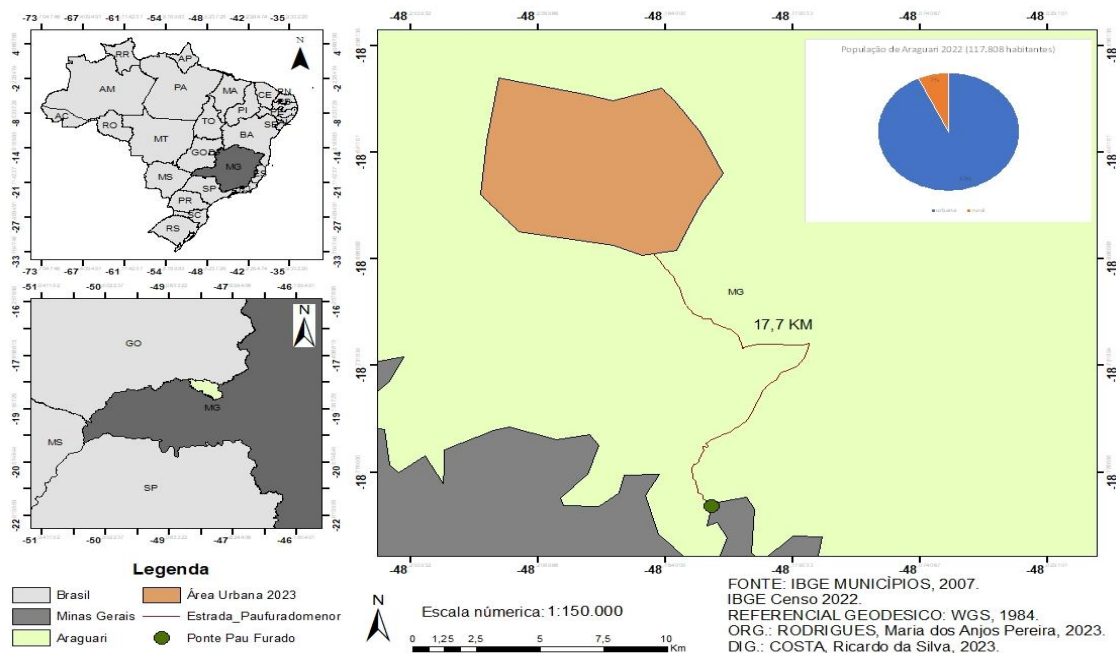
Figura 53- Foto do Prédio da Cadeia Pública e Fórum Municipal utilizada no filme de Person, o espaço onde os irmãos Naves ficaram presos na década de 1930. Foto disponível no arquivo da Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.



Figura 54- Foto da Casa da Cultura Abdala Mameri, restaurado e adequado como espaço cultural em 1982. Foto da autora em 05 de janeiro de 2024.

Atualmente, o município de Araguari-MG conta com 117.808 habitantes, conforme o censo do IBGE de 2022, tendo uma significativa expansão urbana, se comparado com o período da década de 1930. Desses, 93% residem no espaço urbano e 7% no espaço rural, conforme o Mapa 4 (referente à expansão do perímetro urbano e perfil populacional, conforme censo do IBGE de 2022):

Mapa 4- Da expansão do perímetro urbano e perfil populacional da cidade de Araguari-MG, 2023



O município de Araguari-MG apresenta um crescimento populacional de 7,29% em relação ao censo do IBGE de 2010. Reflete, assim como a maioria dos municípios da região, uma concentração populacional na área urbana, fazendo uma relação do perfil populacional de 1939, que consta no Mapa 2, mostra uma população, naquele período, de 37.350 pessoas, tendo a concentração populacional de 66% residindo na zona rural e 34% na zona urbana.

Tivemos, no decorrer de 84 anos, no período de 1939 a 2023, uma transição populacional do campo para cidade (rural e urbano), modificando a dinâmica da sociedade com a expansão da população e do perímetro urbano.

Um aspecto sociocultural da população local é a sua conexão com o seu passado, com a valorização da estação ferroviária, conforme descreve Fernandes, (2015), que, ao contrário de outras cidades, dão valor a esta etapa histórica com a revitalização da

Ferrovia da Estação da antiga sede da Companhia Goiás que atuava no município, junto com Estação da Mogiana. Eram duas estações que tinham sua estrutura no município.

A inauguração da Mogiana, em 1896, proporcionou o princípio da era ferroviária em Araguari, que se fortaleceu com o início dos trabalhos para a instalação da Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, em dezembro de 1909. A intenção da EFG era adentrar ao Estado de Goiás, promovendo a sua ligação com o sul do país, já conectado com a região, por intermédio da Companhia Mogiana. Naquele momento, Araguari era uma das poucas cidades brasileiras a contar com a existência de duas linhas distintas de ferrovias e a serem atendidas por duas grandes companhias. Esse fato, que conferiu grande repercussão nas representações locais, ainda foi mais fortalecido quando, em 1920, o Presidente da República, Epitácio Pessoa, determinou que a Companhia Goyaz fosse encampada pelo Governo Federal, tornando-se, portanto, uma rede Federal, fazendo com que aquela localidade fizesse parte de um grupo ainda mais seletivo, no contexto nacional, como expressam as considerações de 11-Ari: “Na época e naquele contexto social econômico, isso era muito grande e muito importante... e depois que passou a rede (federal) então, pois eles eram servidores federais, isso é muito representativo”. As marcas representacionais desse orgulho ferroviário ainda podem ser percebidas na localidade e em seus habitantes. Seja no cuidado para com a sua tradição ferroviária ou na sua vocação cafeeira, cuja materialização deve muito ao trem de ferro. (Fernandes, 2015, p. 286-287).

Atualmente, o prédio da Estação Ferroviária da Companhia Goiás foi tombado como Patrimônio Material e Cultural do município, por meio do Decreto Municipal Nº 010, de 10 de fevereiro de 1989, com ratificação do Decreto Nº 013, de 03 de abril de 1998, sendo o espaço direcionado para sediar o novo complexo da Prefeitura Municipal de Araguari-MG. Fernandes (2015, p. 253) destaca que este processo demorou a se concretizar. “A princípio, a partir do ano de 1981, houve o interesse de que o prédio, após passar por reforma, passasse a abrigar a Prefeitura Municipal, projeto esse que demorou a “vingar”, uma vez que a decisão também envolvia a nova administração ferroviária brasileira, com a criação da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).” A proposta deu certo, abriga a nova sede da Prefeitura de Araguari e atrai olhares da comunidade e dos visitantes, conforme figura 55:



Figura 55- Foto da Sede da Prefeitura de Araguari, restaurada, antiga Companhia da Estrada de Ferro de Goyaz. Foto da autora em 06 de janeiro de 2024.

A população da cidade não deixou cair no esquecimento o maior erro judiciário presente em nossa história — que ocorreu na cidade de Araguari-MG, na região do Triângulo Mineiro, o caso dos Irmãos Naves, e mostra o drama pessoal vivido pelos irmãos e seus familiares — para que as gerações futuras conheçam a história por meio do memorial na Casa da Cultura Abdala Mameri.

Em síntese, o que almejamos na atualidade é a mudança de novos tempos que evidenciassem para todos e todas que as forças de Anhangá não prevaleçam e a justiça seja o ímã para atrair e reconstruir a vida na sociedade. A proposta de análise da obra filmica “A Polícia Federal - A lei é para todos” mostra que a força de Anhangá continua viva, porém, trata-se de uma realidade cuja lógica perpassa por várias histórias de injustiças que dilaceram vidas, famílias e comunidades.

5. A gestão do governo Lula, de operário a Presidente: a esperança venceu o medo

A segunda obra fílmica que propomos analisar é “A Polícia Federal: a Lei é para todos”, dirigido por Marcelo Antunez, lançado em 2017, e propõe mostrar ao público os bastidores da operação Lava Jato até a condução coercitiva do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Desta forma, procuramos entender a espacialização de estruturas que têm como pressuposto fazer justiça, porém o discurso e a estrutura judiciária servem de palco para atender e responder demandas direcionadas e específicas de poder.

O Estado — a força motriz também desta narrativa — mostra toda sua forma e seu *modus operandi*, num cenário em que os envolvidos fazem parte de grandes esquemas de corrupção no uso da máquina pública, que traz em suas configurações atuais a herança da forma de governar desde os tempos do Brasil Colônia.

Para entender o desenrolar e a necessidade de prender os envolvidos em tempo recorde, tem-se como pano de fundo a prisão do ex-presidente da república num período de definição de candidatos para concorrer ao pleito eleitoral de 2018.

Entretanto, antes da análise fílmica, vamos mostrar alguns aspectos da gestão do governo Lula no período de 2003 a 2010 e quais os impactos desta gestão para a população brasileira.

Depois de disputar três eleições consecutivas, o Partido dos Trabalhadores – PT (criado em 10 de fevereiro de 1980) teve como um dos seus fundadores o operário e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que, desde a sua fundação, tinha como diretriz a construção de uma sociedade mais justa, conforme destaca Lagoa (2006):

A trajetória histórica do PT é excepcional. O partido surge e se desenvolve no cenário político brasileiro justamente no momento em que o movimento operário internacional se encontra em um forte refluxo. As greves do ABC paulista das quais o PT emerge terão um profundo significado na organização partidária... Quando o partido surge no cenário político brasileiro ele se torna um grande pólo aglutinador de militantes de esquerda que buscavam uma nova forma de atuar politicamente. A maior parte era formada de sindicalistas, além de parte do movimento da Igreja, parte dos “autênticos” do MDB e parte da esquerda clandestina. Conjuntamente com o grupo de sindicalistas – que possuíam uma escassa formação política – que impulsionavam o caráter espontaneísta do movimento, as correntes social-democratas de esquerda, as organizações armadas e principalmente os militantes católicos também viriam a corroborar com o espontaneísmo do partido. Os diferentes intelectuais e militantes com experiência política e cultural socialista anterior rejeitavam a história política do operariado precedente (principalmente o PCB), pois acreditam que até então a esquerda não tivera suficiente presença de trabalhadores para merecer o caráter de partido da classe operária. Além disso, os próprios setores dos movimentos

sociais que aderem ao PT carecem, ao seu modo, de uma cultura política socialista. (Lagoa, 2006, p.161-162)

Com a experiência dos outros pleitos eleitorais, o PT percebeu que precisaria fazer aliança com outros partidos e incluir empresários para mostrar uma articulação maior do partido, para, de fato, governar para todos os brasileiros.

Com uma articulação mais ampla, em 01 de janeiro de 2003 é eleito o 35º Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que chega ao planalto propondo mudanças, refletindo a expectativa da sociedade que almeja mudanças no quadro político e novas diretrizes para o país.

No discurso de posse do seu primeiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva já mostra um desenho de como será sua gestão e qual é a sua prioridade de governo (Silva, 2023).

Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos... Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida... Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária... Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão... Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos... O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território... Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças. (Silva, 2003, p.01-12).

Com estes recortes no discurso de posse do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, ele mesmo ressalta sua trajetória de homem simples, que nasceu em 27 de outubro de 1945, em Caetés-Pernambuco, o sétimo filho de uma família simples no sertão nordestino, que foi, como vários nordestinos, obrigado a ser retirante em busca de oportunidade e de uma vida melhor na cidade de São Paulo-SP. Destaca também que, na adolescência, vendia pequenas mercadorias no cais do Porto de Santos e, depois de conseguir concluir um curso de torneiro mecânico, consegue uma colocação no ramo da indústria, em São Bernardo do Campo - SP.

Teve sua trajetória de luta retratada no filme “Lula, o Filho do Brasil”, dirigido por Fábio Barreto, lançado em 2010: de operário torna-se sindicalista e passa a conhecer e a entender as mazelas da classe operária.

Assim, Lula conhece em sua própria realidade de vida as dificuldades e limitações de pessoas que passam por situação de vulnerabilidade social, pois ele também passou e teve força para superar todos os obstáculos.

Resumindo, em tópicos, sua proposta de governo presente em seu discurso, destacamos:

- Novos caminhos da vida política do país;
- Programa de Segurança Alimentar – Fome Zero;
- Crédito para o homem do campo, agricultura familiar e economia solidária;
- Criação de novos postos de empregos, de forma especial o primeiro emprego;
- Ação diplomática do Brasil em uma política externa numa perspectiva humanista como instrumento de desenvolvimento nacional.
- Política de igualdade étnico-racial;
- Segurança pública que atenda às reais necessidades da sociedade.

Uma proposta que pretende atingir várias frentes para conseguir resolver problemas pontuais e estruturais e, com isso, impulsionar o desenvolvimento do país.

O desafio não é simples, pois o governo anterior do presidente Fernando Henrique Cardoso-FHC (1994-2002), conforme estudos e análises de Fagnani (2011), deixa o país com altos índices de juros, desemprego e inflação, conforme o panorama descrito no Quadro 4- Panorama Econômico do Governo FHC em 2002.

Quadro 04- Panorama Econômico do Governo FHC em 2002

Item	Índice
Inflação	12,5%
Taxa de Juros (Selic)	25%
Dívida externa bruta/PIB	42%
Crescimento da economia	2,7%
Dívida líquida do setor público	57% do PIB
Despesas com juros	9% do PIB

Fonte: FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. IE/UNICAMP, Campinas, nº 192, jun.2011. Org. RODRIGUES, Maria dos Anjos Pereira (2023)

Os dados contidos nesse quadro do padrão econômico demonstram, inicialmente, a inviabilização das implementações na área social, principalmente do programa carro-chefe do governo, “Fome Zero”. Fagnani (2011) desenha um panorama de indefinição na área social.

Esse cenário se refletia na indefinição da estratégia social de Lula que, no início, estava ancorada no “Programa “Fome Zero”. Todavia, ainda em 2003, esse programa perdeu vigor e o carro chefe passou a ser o Programa Bolsa Família. A proposta de reforma agrária estrutural que havia sido elaborada na campanha presidencial foi esvaziada. A Previdência Social (RGPS e RPPSP) seguia pressionada, como mencionado, por novas rodadas de reforma. Essas indefinições eram relativamente menores nas áreas de saúde e educação que contam com mecanismos institucionais que garantem maior continuidade. (Fagnani, 2011, p.09-10)

Apesar de o panorama não ser favorável, o governo teria que fazer opções para reestruturar a economia, atender à demanda social e não cair na armadilha do Estado mínimo na resolução de problemas.

Dupas (1998), afirma também a necessidade de uma profunda revisão no papel do Estado moderno após o esgotamento das práticas Keynesianas. O debate se pauta entre a ideia de um “Estado mínimo”, que não crie obstáculos ao mercado e um “Estado forte”, que atue no mundo globalizado minimizando os conflitos, principalmente o de exclusão social... Dupas propõe então o Estado indutor-normativo-regulador e a urgência de um novo pacto social.” (Medeiros, 2000, p.187)

Neste desafio mostrado por Medeiros (2000), pode-se relacionar as opções históricas e a fala do próprio governo sobre o pacto pelo qual se deve optar para criar alternativas sustentáveis que gerem o desenvolvimento econômico e a solução para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

No início da República, o historiador José Murilo de Carvalho (1987) destaca que, para conseguir consolidar a República no Brasil, era necessário ter organizado um pacto de poder para conseguir a estabilidade econômica e política do país, encerrar as guerras civis e as revoltas populares, para, assim, conseguir governar.

Não foi articulada uma proposta que tivesse como objetivo atender aos escravos libertos e à população vulnerável na República nascente.

No discurso de posse de Lula, em 2003, e em suas iniciativas para implementar os programas para atender as políticas sociais, fala-se de um pacto social alinhado assim a uma outra proposta de governabilidade.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. (Silva, 2003, p. 05-06)

No primeiro mandato, os progressos são muito poucos em relação à implementação e expansão de políticas sociais. Com a reeleição para o segundo mandato do Presidente Lula, de 2007 a 2010, tem-se uma mudança no cenário internacional e nacional, que começa a abrir brechas para as mudanças de padrões que dão mais liberdade ao governo para avançar na pauta das políticas públicas e atender às demandas sociais.

No campo político e ideológico, emergiu um cenário favorável para a ampliação do papel do Estado na economia e na regulação dos mercados. O colapso financeiro internacional (2008) interrompeu um longo ciclo de hegemonia do neoliberalismo em escala global. Muitos dos dogmas do “pensamento único” passaram a ser questionados. Instituições como BIRD e FMI reconheceram o fracasso das políticas inspiradas pelo Consenso de Washington. Este cenário abriu uma nova brecha para a ampliação do papel do Estado na consolidação do sistema de proteção social consagrado pela Constituição de 1988. (Fagnani, 2011, p.15-16)

Com este cenário, passa-se a efetivar as propostas de políticas públicas sociais que atendam às pessoas em situação de vulnerabilidade social, expandindo e consolidando outros projetos como “Minha Casa, Minha Vida” e a expansão e o acesso ao ensino nas universidades públicas do país, como aponta Pochmann, (2011):

A recuperação do papel do Estado a partir do governo Lula se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento, cujos resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maiores que na década de 1990 (com a consequente volta ao posto do 8º PIB mundial), combinado com

a redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (44% em 2010). Para isso, foi necessário recompor as empresas e bancos estatais, ampliar o universo de funcionários públicos por substituição dos terceirizados na execução das políticas de Estado e inovar as ações públicas, como nos casos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura, do Programa Nacional de Habitação Popular (Minha Casa, Minha Vida), da exploração do petróleo no pré-sal, do alargamento da saúde, da educação, eletrificação, entre tantos outros exemplos. O Brasil emergiu com vontade própria e a capacidade de se reorganizar em torno de um novo projeto de desenvolvimento nacional foi liderada por importante convergência política conduzida pelo governo Lula. (Pochmann, 2011, p.17).

Desta forma, evidencia-se que o peso e a configuração do papel do Estado podem ser ampliados e atender àqueles que realmente precisam, devido à sensibilidade do Presidente Lula e de sua equipe, que era instigada a todo momento a procurar alternativas na máquina pública para atender à demanda social, dar apoio à indústria nacional, à circulação de bens e, conseqüentemente, e ao consumo e à mudança da estrutura social da sociedade. Esse panorama é confirmado por Fagnani (2011,p.16): “Conjugou-se, com êxito, estabilidade econômica, crescimento, distribuição de renda, inclusão social e promoção da cidadania. Como vimos, o crescimento teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, dando vigor ao mercado interno e criando um ciclo virtuoso entre produção e consumo.”

A gestão dos dois mandatos do governo Lula (2003-2010) mostra que as mudanças que o povo queria e esperava de um governante da nação eram possíveis de serem viabilizadas e concretizadas por meio de políticas públicas que favorecessem aqueles que realmente mais precisam, atendendo aos dispositivos constitucionais do bem-estar da população brasileira.

O resultado desta mudança se expressa nos dados da população brasileira diante do acesso a bens de consumo, habitação, saúde, educação e outros, conforme dados levantados por Fagnani (2011), Pochmann, (2011) e Vicente, Dias, Sano (2018), em suas análises sobre a gestão do governo Lula (2003-2010). Apresentamos uma síntese no Quadro 5, que destacamos a seguir:

Quadro 5 - Síntese dos resultados da gestão do governo Lula – (2003-2010)

Aspecto Social e Econômico	Índice/Quant.
Taxa de crescimento do PIB (2010)	7%
Taxa de Desemprego caiu de 12,4% para	5,7% (2010)
Rendimento médio real mensal dos trabalhadores	18%
Empregos formais criados	15 milhões
Renda domiciliar per capita cresceu em termos reais	23,5%
Número de atendidos pelo Programa Bolsa Família de 3,6 milhões para	12,8 milhões
Superávit da contribuição da Previdência de 61,7% (2002), para	66,9% (2009)
Renda per capita cresceu numa média anual	2,9%
Desigualdade de renda pessoal caiu numa média anual	1,5%
Redução da pobreza, média anual	4,8%
Aumento real do salário mínimo	7,1%
Aumento dos anos de escolaridade dos brasileiros	3,8%
Financiamento para habitação subiu de 25,7 bilhões em 2004 para	80 bilhões (2009)
Número de brasileiros que a abandonaram a condição de menor renda de 2005 a 2008	11,7 milhões
Número de brasileiros que ingressaram no 2º estrato de renda	7 milhões
Número de brasileiros que transitaram para o estrato superior de renda	11,5 milhões
Ampliação de número de Campi do IES pelo Reuni de 148 campi para 275, aumento de	85%
Expansão de Rede Federal de Ensino com criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	202 (IFs)
Total de vagas disponibilizadas pelos novos Campi	65.962
Quantidade de cursos ofertados (Graduação Presencial)	259
Número de cidades com os novos Campi	37

Fonte: -FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectivas históricas. IE/UNICAMP, Campinas, nº 192, jun.2011. -VICENTE, Milene Siqueira. DIAS, Sabrina de Oliveira Moura. SANO, Bárbara Harumy. Análise da ampliação do ensino superior no Brasil a partir do programa de reestruturação e expansão universitária: as novas universidades federais. Movimento- Revista de Educação, Niterói, ano 5, n.9, p.07-40, jul./dez. 2018. -POCHMANN, Márcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. Revista SER Social. Brasília, v.13, nº 28, p. 12-40, jan/jun. 2011. BRASIL. Portal do Mec/2010. Org. RODRIGUES, Maria dos Anjos Pereira (2023)

Fica evidente a mudança estrutural na gestão dos dois mandatos do governo Lula (2003-2010), mostrando que é possível sim fazer uma gestão que ofereça oportunidade de investimento e crescimento no setor empresarial e econômico e o direcionamento de programas expressados pelas políticas públicas que atendam a pessoas menos favorecidas e, conseqüentemente, proporcionando a mobilidade social e a resolução de problemas críticos como o acesso à alimentação, saúde, educação, habitação e outros. Porém, houve dificuldades no caminho e surgiram escândalos que abalaram a base do governo e de seus aliados. Segundo Reis (2007):

A partir de 2005 o governo seria engolfado por escândalos em série, despejados por um de seus melhores aliados no Congresso, Roberto Jefferson, líder do PTB, que acusava o governo de pagar propinas mensais a dezenas de deputados em troca de apoio e de votos – o mensalão. A fúria do moralismo udenista, enterrada em 1964, pareceu retomar direito de cidade, e tomou conta da República. Deu-se uma notável inversão de temperatura e pressão. O PT, que, embora já comprometido por denúncias várias, ainda mantinha, alta, a bandeira da ética na política, insistindo em sua condição de partido de mãos limpas, surgiu envolvido num mar de lama de negociatas,

compras e vendas de votos, uma mixórdia inimaginável. (Reis, 2007, p.18).

Diante desta instabilidade, o Partido dos Trabalhadores precisava prosseguir e sua política incomodou, pois mostrou os caminhos da mudança estrutural que pode ocorrer no país, com a opção de um pacto social que atenda a todos — em vez de um pacto de poder para uma governabilidade direcionado à elite que detém o poder — e o investimento em políticas públicas que atendam às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na sequência, vamos ver o desdobrar nos anos posteriores às investigações de corrupção da Polícia Federal, por meio da obra fílmica “Polícia Federal: a Lei é para todos”, que culmina na prisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

5.1 A justiça é para todos?

A obra fílmica “Polícia Federal: A lei é para todos”, com direção de Marcelo Antunez, foi lançada em 07 de setembro de 2017 e trouxe no seu roteiro os desdobramentos da operação Lava-Jato, que culminou na prisão de políticos, empresários e do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – o Lula.

O roteiro do filme foi inspirado no livro “Polícia Federal: A lei é para todos: os bastidores da operação Lava Jato”, dos autores Carlos Graib e Ana Maria Santos. O lançamento ocorreu em agosto de 2017, e a obra teve como base entrevistas e relatórios dos investigadores que atuaram na Operação Lava Jato.

A proposta central do filme é mostrar para a sociedade o desenvolvimento da operação Lava-Jato, centrado num núcleo de investigadores da Polícia Federal coordenado pelo juiz Sérgio Moro.

O diretor procura mostrar as ações desta equipe de investigadores como um corpo técnico eficiente, coerente, sem pretensões partidárias, que cumpre o seu dever nas ações investigativas e na prisão dos suspeitos. No filme, a composição da equipe fica a cargo do delegado da Polícia Federal, Ivan, interpretado pelo ator Antônio Caloni, conforme figura 56²¹.

²¹Figura 56-Beatriz: Generala. -Ivan: Para colocar as tropas em ordem. -Beatriz: Você tá me chamando de mandona. -Ivan: Não senhora. -Beatriz: Eu não sou a generala, isso nem é palavra Ivan. -Ivan: Sim, senhora. -Beatriz: Tem mil casos parados desde que eu saí de lá, quem é que vai limpar isso tudo?



Figura 56 - Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (12 min.36seg. a 13min.04seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

Porém, não convence, pois a mesma obra fílmica mostra as contradições nas conduções investigativas que recaem sobre o PT e sobre o presidente Lula e seus partidários, que refletem o resultado de um trabalho midiático que vinha sendo feito desde o final do segundo mandato do governo Lula.

Essa equipe de investigadores — composta pelo delegado Ivan Romano, interpretado pelo ator Antônio Calloni — já havia atuado em uma investigação do sistema financeiro do Banco Banestado, dez anos antes, quando prenderam o doleiro Alberto Youssef, interpretado pelo ator Roberto Birindelli. Na época, por meio de um acordo de delação premiada, consegue sua liberdade, conforme depoimento que consta na figura 57²².

²² Figura 57-Ivan (Narrando): Caso Banestado- 10 anos antes. Vou levar um presente o servo já tinha passado pelas nossas mãos mas foi solto por uma delação premiada onde aliás só delatou a concorrência. -Alberto Youssef- Te dou o nome de todos eles.



Figura 57 Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (18 min.27seg. a 18min. 40seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

Com a formação de nova equipe de investigadores, inicialmente é apreendido um caminhão que transportava drogas escondidas em embalagens de palmito. Essa ação foi denominada pela equipe de “Operação Bidone”, no exercício de 2014. As investigações deste caso culminaram com a prisão do doleiro Alberto Youssef, conforme figura 58²³.



Figura 58 - Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (25 min.36seg. a 25min. 41seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>

²³ Figura 58- Policial: Parou. Polícia Federal, você está preso.

Esta cena merece destaque, pois o diretor dá a tônica de ação em grande estilo na perseguição a policiais e bandidos, como nos filmes de Hollywood ou de outras produtoras.

Assim, a eficiência do núcleo de investigadores é revigorada e, conforme o depoimento do doleiro Alberto Youssef, o leque de pessoas envolvidas nos esquemas começa a incluir alto escalão de empresários, diretores de órgãos públicos e políticos brasileiros. Conforme narrativa fílmica, em 20 de março de 2014 inicia-se a 2ª Fase da Operação Lava Jato, com a prisão do ex-presidente da Petrobras, Paulo Roberto Costa, no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, conforme figura 59²⁴.



Figura 59 - Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (27 min.36seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>

Com a prisão de Paulo Roberto Costa, intensifica-se a cobertura da mídia na operação Lava Jato, conforme demonstra figura 60²⁵. As construtoras envolvidas e consequentemente o alto escalão de políticos brasileiros começa a ser investigado.

²⁴Figura 59 - Polícia Federal prende Paulo Roberto Costa

²⁵Figura 60- Repórter Juliana: Alguma informação sobre a prisão de Paulo Roberto Costa, o homem bomba da Petrobrás. -Júlio: Homem bomba, não sei de nenhum homem bomba. - Repórter Juliana: É sobre o envolvimento de deputados federais. -Júlio: Deputado é com o Supremo foro privilegiado, você sabe disso.



Figura 60 - Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (28 min.38seg. a 28 min.52seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>

Esta cena mostra uma das contradições do filme: quando a repórter Juliana, interpretada pela atriz Juliana Schalch, questiona o delegado Júlio César acerca da prisão do ex-presidente da Petrobras, Paulo Roberto Costa, conhecido na imprensa como “homem-bomba da Petrobras”. O delegado demonstra não entender a denominação, mas avança nas investigações, com base na pista da repórter.

A fala da repórter retrata a face da mídia, que já conhecia o esquema que envolvia o alto escalão do governo, empresários e outros, porém nunca deram visibilidade, conforme destaca Frigotto (2019).

O caráter parcial e de manipulação da mídia foi desmascarado no depoimento dado aos inquisidores da Operação Lava Jato pelo presidente do Conselho da Odebrecht, Emílio Odebrecht, quando afirmou: “Não quero eximir nossa culpa nessa história, mas por que isso tudo não veio à luz vinte, trinta anos atrás? A imprensa sempre soube de tudo”. (Frigotto, 2019, p.73)

A formação da opinião pública era direcionada pelos meios de comunicação, em que pessoas, instituições e propostas que vão contra uma estrutura cristalizada na sociedade brasileira, serão alvos fáceis da grande mídia. A defesa da verdade e os instrumentos que corroboram no fortalecimento do regime democrático ficam na berlinda de interesses e manutenção do *status quo* das elites e da grande imprensa. Segundo Frigotto (2019):

Os estudos que analisam no Brasil a consolidação dos grandes grupos da mídia privada, sob o controle de seis famílias, e que dominam, controlam e

manipulam mais de 90% da informação, nos ajudam a concluir que eles se constituem um corrosivo poder que impede a consolidação da ordem democrática. Isto se manifestou a forma aberta e permanente na manipulação da opinião pública durante a construção do golpe de Estado de 2016 e continua no apoio às reformas em curso que anulam direitos elementares e afetam em especial os pobres. (Frigotto, 2019, p.75)

Conforme exposto, a repercussão da atuação da mídia e das investigações que conseguiram agir no governo Lula mostram a face de interesses da mídia e da própria estrutura de governo, que consegue agir e cumprir a Lei quando é do seu interesse.

O crucial em toda narrativa dos meios de comunicação é o desenrolar da atuação dos setores e das pessoas envolvidas e a validação ou não do regime democrático ou até mesmo dentro de uma estrutura democrática de poder: interpretação e da forma para atender outros interesses que não seja a vontade do povo.

O controle dos meios de comunicação a fim de direcionar as informações que são veiculadas pelas mídias é uma forma de ter poder, se manter no poder ou mudar a estrutura de poder, atendendo diretrizes bem específicas. Conforme coloca Raffestin (1993):

Quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e de comunicação: controle dos eixos rodoviários e ferroviários, controle das redes de alimentação de energia, controle das centrais telefônicas, das estações de rádio e de televisão. Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga. (Raffestin, 1993, p.213)

O papel da imprensa veiculado pelos meios midiáticos torna-se um quarto poder presente na sociedade. O seu controle ou acesso, por empresários, políticos e outros, vão impactar na formação da opinião pública e, em muitos casos, mudar o rumo da história. Charaudeau (2015) destaca esta característica do quarto poder da mídia.

Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública-ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. (Charaudeau, 2015, p. 17)

Outra referência sobre a força da imprensa e seu poder de indução da opinião pública foi muito bem explorada na obra fílmica “O Quarto Poder”, dirigido por Costa-Gavras, lançado em 1997. Ela noticia um incidente no museu de história natural da cidade de Madeline, na Califórnia, onde um ex-segurança, ao tentar ser readmitido, ameaça a diretora do museu e acidentalmente atinge com um tiro um colega de trabalho.

O evento ganha repercussão nacional com a cobertura do jornalista Dustin Hoffman, que vai noticiando o caso: consegue falar com o ex-segurança e vai dando sua versão do fato para conseguir audiência e voltar a ter sucesso como repórter. Mas tudo sai do controle e toma outra proporção.

O diretor Costa-Gavras, no filme “O Quarto Poder”, mostra o papel de manipulação da imprensa, em que a verdade é falseada para conseguir os índices de audiência exigidos pela emissora, tornando-se o foco dos profissionais do jornalismo.

Assim, na atualidade, é inquestionável a força e a modelagem que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade, tornando-se um poder indiscutível, com narrativas que, muitas vezes, não retratam os fatos, e a verdade passa a ter outras formas, nas quais a realidade está distante ou é inexistente na notícia apresentada.

É importante destacar qual o papel da imprensa e a sua função primordial no surgimento e na expansão em solo brasileiro. Desta forma, vamos recorrer ao grande pensador brasileiro Rui Barbosa (2016-b), em sua obra “A imprensa e o dever da Verdade”, publicado originalmente na Bahia, em 1920, na qual destaca:

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa.” (Barbosa, 2016-b, p.31-32).

A nação se vê pelo papel da imprensa e hoje, na sociedade moderna, a informação está disponível por meio de diversas mídias, presentes em plataformas digitais específicas devido ao avanço tecnológico. O papel da imprensa na divulgação da informação e na veiculação da verdade, na informação que informa e mostra a verdade dos fatos modela a visão dos sujeitos que acompanham a notícia e vai ter a configuração que a mídia quer mostrar.

Mas quando esta informação se torna turva e a realidade fica distorcida ou a verdade mostra uma realidade que não condiz com os fatos, temos uma outra imprensa atuando. Voltemos a Barbosa (2016-b) para entendermos como é esta imprensa:

Entre as sociedades modernas, esse grande aparelho de elaboração e depuração reside na publicidade organizada, universal e perene: a imprensa. Elimina-a da economia desses seres morais, elimina-a, ou envenena-a, e será como se obstruísseis as vias respiratórias a um vivente, o pusésseis no vazio, ou o condenásseis à inspiração de gases letais. Tais são os que uma imprensa corrupta ministra aos espíritos, que lhe respiram as exalações perniciosas. Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições. (Barbosa, 2016-b, p.33-34).

Como destacado anteriormente, o empresário Emílio Odebrecht, em seu depoimento, comenta que a imprensa sempre soube deste esquema, mas somente agora no governo Lula (2003-2010), resolveram dar publicidade e colocar os holofotes como um fato recente. A verdade é conveniente quando atende a um ou a vários interesses.

5.2 As delações

Continuando na trama do filme “Polícia Federal - A Lei é para todos” e recorrendo ao livro que inspirou o filme “A Operação Bidone” — que levou à apreensão de um caminhão carregado de drogas, por meio da qual a Polícia Federal chega ao doleiro Alberto Youssef — as investigações e os documentações mostram a relação de Youssef com o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

As buscas e apreensões começam e levam à prisão do ex-diretor da Petrobras, a partir da qual amplia-se e atinge um número crescente de empresários, agentes públicos e políticos, conforme depoimento retratado na figura 61²⁶ e 62²⁷.

²⁶ Figura 61-Beatriz: A gente só queria entender melhor como funcionava essa troca. -Paulo Costa: Eu sou inocente. Vocês são um bando de torturadores que acham que a ditadura voltou. Eu não tenho absolutamente nada para dizer.

²⁷Figura 62-Paulo Costa: Elas podiam cobrar 15%, 20% a mais, são centenas de milhões de dólares por obra. - Ivan (narrando): Paulo Roberto contou tudo,11 empreiteiras organizadas tipo campeonato de futebol com regulamento e tudo. - Paulo Costa: Depois elas pagavam os operadores e Yourself do PT e o chefe do PP o Fernando Baiano do PMDB e o Vaccari do PT que depois pagavam para mim para o Duque para o Ceveró dependendo da área de cada área. -Promotor: É quanto eles pagavam? - Paulo Costa: Pagavam para nós 3% mais ou menos 3%. - Ivan (narrando): Os diretores da Petrobrás indicados por políticos recebiam propinas pelas obras. - Moro: Ah, mais esse 3% em cima desse preço para distribuição para agentes públicos, é isso? - Paulo Costa: Perfeito. - Moro: Os diretores da Petrobras também receberam parcelas desses valores, pagos. - Paulo Costa: Na diretoria de serviços desses 3%, 2% eram para atender o PT.



Figura 61- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (32 min.02seg. a 32min.17seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.



Figura 62-Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (43 min.55seg. a 44min.56seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

Os acordos entre advogados, investigadores e presos passam a ser a tônica dos depoimentos das testemunhas, um recurso jurídico que passou a ser usado no Brasil em 2003 e foi utilizado no caso Banestado. Conforme Graieb e Santos (2017, p.63): “Todos eram veteranos da operação Banestado e haviam assistido à implementação do primeiro acordo desse tipo no Brasil, em dezembro de 2003”.

Com a promulgação da Lei Anticorrupção, os delegados, promotores e o juiz da sede de Curitiba no Paraná-PR passam a implementá-la na Operação Lava Jato. Trata-se

de uma normativa jurídica importante na resolução de casos, principalmente nos de corrupção, combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

A questão e a resolutividade no uso do método são questionáveis, haja vista que, embora tenha sido usado no caso do Banestado, com o doleiro Alberto Youssef, não apresentou resultados eficientes, pois ele voltou a cometer os mesmos crimes, até mesmo agravando a sua própria situação.

Paulo Roberto Costa, em sua delação, mostra o impasse dentro da estatal em relação à progressão na carreira e a força das empreiteiras e dos partidos políticos dentro da estatal. Graieb e Santos (2017) destaca:

Disse que numa estatal a competência técnica só permitia que um funcionário ascendesse até um certo ponto na carreira. Depois disso, era necessário contar com apadrinhamento político. Seu padrinho, para que ele chegasse ao posto de diretor de Abastecimento, havia sido José Janene, o cacique do PP, o Partido Progressista...O delator disse que recebia demandas frequentes do PP e do PMDB. Esporadicamente, havia assédio do PT. Mas até o PSDB o havia abordado uma vez, pedindo dinheiro para impedir a instauração da CPI da Petrobras em 2010. Paulo Roberto explicou que a Petrobras estava toda loteada. (GRAIEB E SANTOS, 2017, p.68-69)

Com as primeiras delações vindo a público, os criminalistas questionavam a forma como o juiz Sérgio Moro se utilizava das prisões preventivas para conseguir as delações das testemunhas. Isso foi destacado por Graieb e Santos (2017):

Desde as primeiras delações premiadas na Lava Jato, criminalistas vinham dizendo que o juiz Sérgio Moro utilizava as prisões preventivas para coagir os investigados a colaborar com a Justiça. Moro respondia que aquele tipo de prisão era um remédio amargo, drástico, mas seu uso se justificava porque, no contexto de corrupção sistêmica que se estava desvendando, a sociedade precisava ser protegida da execução de novos delitos. Mesmo que não houvesse risco de fuga dos investigados, permanecia o risco de que eles viessem a cometer crimes – ou seja, havia um risco à ordem pública. (Graieb e Santos, 2017, p. 158).

Mesmo diante dos questionamentos Moro continuou, pois o foco era desestabilizar o Partido dos Trabalhadores – PT e os membros do partido que estavam no poder. A realização da 14ª Fase da Operação Lava Jato, “Erga Omnes”, evidenciava que ninguém ia passar ileso de prestar contas com a justiça. Segundo Graieb e Santos (2017):

Estava oficialmente deflagrada a Operação Erga Omnes, 14ª fase da Lava Jato. Desde novembro de 2014, quando a Operação Juízo Final havia prendido outros grandes empreiteiros, não faltaram insinuações de que os gigantes Odebrecht e Andrade Gutierrez haviam sido poupadas. Erga Omnes, um bordão jurídico em latim, quer dizer que a lei é para todos. (Graieb e Santos, 2017, p. 165)

A prisão dos empresários Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo, presidente da empresa Andrade Gutierrez, mostrava que a lei é para todos e que os custos e impactos também, conforme figura 63²⁸.



Figura 63- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h00min.37seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

Segundo os autores do livro que deram base para essa obra fílmica, quando é lido o relatório da prisão de Marcelo Odebrecht, ele protesta e fala que a forma como procederam vai atingir todas as empresas que negociaram com a Odebrecht. Segundo Graieb e Santos (2017, p.174): “Vocês não bateram apenas na construtora. Vocês bateram na holding. São 49 empresas e vocês estão dizendo que todas elas estão envolvidas em corrupção. Vocês querem destruir a Odebrecht. Vocês vão destruir a Odebrecht!”.

A lei tem que ser cumprida e deve ser para todos, mas, diante de crime de corrupção, crimes financeiros e outros, deve-se pensar em punir os envolvidos e não em atingir toda a rede, gerando um efeito dominó, parando as empreiteiras de grande porte e, conseqüentemente, parando o país e prejudicando as pessoas e as famílias que dependem do trabalho junto a essas empresas. Sendo assim, deve-se punir os empresários envolvidos e não a empresa.

Voltando à realidade objetiva da obra fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, o diretor Marcelo Antunez quer mostrar para o público o desenvolvimento das operações na investigação da Lava Jato — que envolveram doleiros, empresários, agentes públicos e representantes de vários partidos envolvidos em corrupção, lavagem

²⁸ Figura 63-Marcelo Odebrecht, ex-presidente do Grupo Odebrecht, (Cena da prisão de Marcelo Odebrecht).

de dinheiro e propinas desviadas de obras públicas — ao fazer valer as normativas jurídicas para o cumprimento da lei.

O núcleo que envolve os protagonistas e os próprios investigadores começa a questionar toda atuação e empenho dos investigadores, do juiz, e dos delegados da Polícia Federal de Curitiba.

Os protagonistas do filme são delegados, investigadores, promotor, juiz e agentes da Polícia Federal, a maioria com experiência na investigação de crimes financeiros, como os delegados Ivan e Júlio; a delegada Erika; e o juiz Sérgio Moro; que haviam atuado no caso do Banco Banestado, em 2003 e na prisão do doleiro Alberto Youssef.

Com as prisões de políticos, empreiteiros e a condução coercitiva do ex-presidente Lula, os agentes envolvidos no caso e os seus familiares começam a questionar os procedimentos junto aos envolvidos.

O pai de Júlio questiona por que as acusações e prisões só recaem em cima de Lula, conforme figura 64²⁹.



Figura 64- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h07min.10seg. a 1h08min.03seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

²⁹ Figura 64-Pai do Júlio: Vocês não fazem ideia do que foi lutar contra a ditadura tá. - Júlio: O que isso tem a ver? -Pai do Júlio: O quer isso tem a ver? Tem tudo a ver, porque alguém teve que lutar para hoje você ter a liberdade de investigar, não é. - Júlio: Exatamente é isso que a gente tá fazendo investigando. - Pai do Júlio: E os outros, porque só em cima dele, vocês estão sendo seletivo. - Júlio: A gente, a gente está sendo seletivo pelo amor de Deus pai, quem cai na nossa mão é investigado. Até parece que eu não votei neles também eu fiz campanha esqueceu. Vesti a camisa. Agora se os caras roubaram, eles roubaram que eu sei que vi, no mensalão, que eu vejo todo dia documento atrás de documento, conta atrás de conta eu vou correr atrás e eu vou botar na cadeia. Agora se você quer continuar cego acreditando nos seus mitos problema é seu, eu não acredito em porra nenhuma nunca mais. -Pai do Júlio: O que é garoto, o que há.

No diálogo, o pai do Júlio diz que o filho não sabe o que foi para a geração dele enfrentar a ditadura para que a democracia fosse de fato implementada e para garantir a liberdade de expressão. Júlio expressa a fala daqueles que esperam e querem a justiça mas estão desencantados com o governo que vai sendo apresentado pelas evidências de corrupção.

Assim, um projeto de país e as mudanças ocorridas com as políticas públicas implementadas pela gestão do governo Lula (2003-2010) tornam-se inexistentes no contexto das investigações.

Assim, os valores compartilhados pelos protagonistas do núcleo da polícia federal significam o cumprimento da justiça por meio de uma investigação rigorosa de fraudes e desvio de dinheiro público.

A atitude do pai do Júlio e o diálogo contundente com o filho expressam o questionamento e a indignação de muitos que, diante do bombardeio de notícias do Mensalão, da Operação Lava Jato, da condução coercitiva e da prisão de empreiteiros e do ex-presidente Lula, fica o questionamento: será que o enredo da história é novo no contexto político brasileiro?

Claro que a luta pela justiça e pelo combate à corrupção é essencial em qualquer período histórico e em qualquer gestão de governo. A questão gira em torno do período em que são intensificadas as investigações e prisões dos envolvidos: antecedendo um período eleitoral, quando Luís Inácio Lula da Silva havia lançado sua pré-candidatura.

Os jornalistas, que estão sempre de prontidão, fazem este questionamento sobre as prisões num período eleitoral: estas ações influenciarão os resultados das eleições?

Não só influenciaram como deram toda uma base para a extrema direita do país, polarizando o processo eleitoral com o ex-presidente fora da disputa.

A amplitude cultural da obra fílmica mostra para o grande público os bastidores da Operação Lava Jato, conduzida por um grupo coeso de investigadores e as ações da Polícia Federal de Curitiba sob a condução do juiz Sérgio Moro. O Roteiro do filme — que é baseado no livro homônimo “Polícia Federal a Lei é para todos: Os bastidores da operação Lava Jato”, dos autores Carlos Graib e Ana Maria Santos — mostram a Polícia Federal com um desempenho extraordinário no desenvolvimento de todas as operações.

Porém, como o livro tem como fonte o material que os agentes da Polícia Federal do Paraná disponibilizaram para acesso, destaca-se em toda a narrativa do livro

a visão dos investigadores, numa tentativa de mostrar, a todo momento, a imparcialidade da condução das investigações e a competência técnica da equipe.

A produção da obra fílmica nem teve o trabalho de conhecer outras visões e de se inteirar sobre os fatos e sobre como as informações conseguidas por meio de delações premiadas atingiram os envolvidos, seus familiares e qual foi o impacto financeiro nas grandes empresas de construção do país.

Assim, a solução para a corrupção e para a punição dos responsáveis parecia ter encontrado o caminho por meio da atuação dos agentes da Polícia Federal de Curitiba que, na figura do juiz Sérgio Moro, tinha ressonância numa parcela da sociedade, na qual o poder da informação e o papel da imprensa foram decisivos para o processo eleitoral de 2018, que conduziu o deputado e candidato Jair Messias Bolsonaro à presidência. A representação do poder mostrava um novo foco, conforme Hall (2016):

O poder não só restringe e inibe: ele também é produtivo; gera novos discursos, novos tipos de conhecimento (ou seja, o orientalismo), novos objetos de conhecimentos (o Oriente) e forma novas práticas (colonização) e instituições (governo colonial). Ele opera em um micrônimo- a “microfísica do poder” de Foucault-, bem como em termos de estratégias mais amplas. E, para ambos os teóricos, o poder é encontrado em toda parte. Segundo Foucault: o poder circula. A circularidade do poder é especialmente importante no contexto da representação. O argumento é que todos – os poderosos e os sem poder – estão presos, *embora não de forma igual*, na circulação do poder. Ninguém – nem suas vítimas aparentes, nem seus agentes – consegue ficar completamente fora do seu campo de operação. (Hall, 2016, p. 196-197)

Este poder produtivo, que está em toda parte e envolve a todos, tem uma força exponencial quando você tem um cargo público com poder de decisão e de mudar toda uma conjuntura social e política. Assim, os agentes de Curitiba envolveram a todos com o apoio da mídia na sua circulação de poder diante da suposta defesa da verdade e da justiça, mostrando que a lei é para todos e deve ser cumprida.

Mas a escalada de poder de um grupo foi ficando clara no decorrer do processo: não eram mostradas as intenções políticas do juiz Sérgio Moro e pessoas ligadas a ele foram ficando evidentes com o tempo. Segundo Chauí (2019), quem tem o acesso e a manipulação da informação tem o controle da sociedade.

Na perspectiva da democracia, a questão que se coloca, portanto, é saber quem detém o controle dessa massa cósmica de informações. Ou, seja, o problema é saber quem tem a gestão de toda a massa de informações que controla a sociedade, quem utiliza essas informações, como e para que as utiliza, sobretudo quando se leva em consideração um fato técnico, que define a operação da informática, qual seja, a concentração e centralização da informação, pois, tecnicamente, os sistemas informáticos operam em rede,

isto é, com a centralização dos dados e a produção de novos dados pelo combinação dos já coletados. (Chauí, 2019, p. 29).

Neste cenário, o acesso à informação e a circulação dela para atender a um propósito é imprescindível e o juiz Sergio Moro as utilizou de forma parcial. As figuras 65³⁰ e 66³¹ mostram a gravação interceptada pelos agentes da Polícia Federal quando já se tinha a decisão de interrupção das gravações do celular do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rossellf, porém, mesmo assim, ele não hesita em passá-las para a imprensa:



Figura 65- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h36min.26seg. a 1h37min.17seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

³⁰Figura 65-Técnico: Ivan sabe aquele tempo entre o pedido de suspensão da escuta que as operadoras pararem efetivamente de gravar. -Ivan: Claro, isto é lógico. - Técnico: Então é melhor vocês virem aqui. - Ivan: Vamos lá, vamos lá. -Lula: Alô, alô. -Dilma: Lula deixa eu te falar uma coisa seguinte eu tô mandando, junto com o papel para a gente ter ele e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse. -Lula: Tá bom, tá bom. -Dilma: Só isto você espera aí, que ele tá indo aí. -Lula: Tranquilo, fico aguardando. -Dilma: Tchau. -Lula: Tchau, querida.

³¹Figura 66 -O juiz Sérgio Moro, escuta o áudio e passa para a imprensa.



Figura 66- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h38min.26seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

O teor da gravação era a proposição da posse do Lula como ministro da Casa Civil do governo Dilma. Sergio Moro, sendo juiz, devia priorizar as normas jurídicas, porém, mostrava que não tinha limites quando se tratava de atingir o propósito de prender o ex-presidente Lula e inviabilizar a sua candidatura.

Com base nas interceptações telefônicas e em todo o processo contra o ex-presidente Lula, em 06 de setembro de 2016 o ministro do Supremo Tribunal Federal - STF -, Dias Toffoli divulga o relatório com o parecer dos ministros sobre esse caso e, em relação a essa ação, colocam:

O terceiro fato indicativo da parcialidade do juiz traduz-se na divulgação de conversas obtidas em interceptações telefônicas do paciente com familiares e terceiros. Os vazamentos se deram em 16.3.2016, momento de enorme tensão na sociedade brasileira, quando o paciente havia sido nomeado Ministro da Casa Civil da Presidência da República. Houve intensa discussão sobre tal ato e ampla efervescência social em crítica ao cenário político brasileiro. Em decisão de 31.3.2016, o Min. Teori Zavascki, nos autos da Reclamação 23.457, reconheceu que a decisão do ex-Juiz que ordenou os vazamentos violou a competência do STF, ante ao envolvimento de autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função, e ainda se revelou ilícita por envolver a divulgação de trechos diálogos captados após a determinação judicial de interrupção das interceptações telefônicas. O vazamento das interceptações, além de reconhecidamente ilegal, foi manipuladamente seletivo. (Toffoli, 2016, p.59).

A prática e a parcialidade de Moro mostram o método que envolvia as investigações e as ações da equipe que compunham a Operação Lava Jato que geravam uma repercussão negativa para o ex-presidente Lula e para a presidenta Dilma Vana Rousseff.

Esta prática se estendia aos familiares e principalmente à equipe de advogados que cuidavam da defesa do ex-presidente Lula.

Em 25 de fevereiro de 2016, por exemplo, um interlocutor indicado como “Paulo APF”, provavelmente vinculado à Polícia Federal, compartilha com os membros da força-tarefa os passos do advogado do reclamante, Roberto Teixeira, isso já foi apontado aqui na sustentação do Dr. Zanin, colocando-se à disposição da Força-Tarefa para – aparentemente sem a necessária autorização judicial prévia – ampliar os grampos para quem fosse desejado. (Toffoli, 2023, p.59).

Desta forma, o controle adquirido por Moro e por sua equipe teve impactos sérios na economia, na política. O mais sério de todos foi a polarização do país entre a extrema direita e esquerda, a propagação de um anti-petismo que invabilizava qualquer tentativa de diálogo e a proposição de mudanças que abrangesse toda a sociedade brasileira.

5.3 A prisão

Em 04 de março de 2016 ocorre a 24ª Fase da Operação Lava Jato, “Aletheia”, que objetiva conseguir depoimento do ex-presidente Lula por meio de uma condução coercitiva, que ocorreria na sala presidencial do aeroporto de Congonhas, em São Bernardo do Campo, São Paulo.

A Polícia Federal montou uma super estrutura envolvendo muitos agentes da corporação e da Polícia Militar local não só nesta operação como em todas as fases da Operação Lava Jato, conforme dados obra fílmica “Polícia Federal: a Lei é para todos”, descritos no Quadro 6, com as ações e os valores respectivos:

Quadro 06- Números da Operação Lava Jato-Julho de 2017

Ações que envolveram a Operação Lava Jato	Números ou Valores
Policiais federais envolvidos ao longo das fases	4.220
Processos que foram instaurados	1.765
Mandados de busca e apreensão executados	844
Prisões efetuadas durante as operações	207
Anos em penas aplicadas em 1º instância	1.564
Inquéritos instaurados no S.T.F.	178
Investigados com foro privilegiado	450
Viraram réus (nenhum foi julgado)	66
Partidos existentes no Brasil	35
Envolvidos na Lava Jato, inclusive os maiores, totalizando 80% dos partidos	28
Números de assinaturas da sociedade apoiando as 10 medidas do MPF anticorrupção foram ignoradas pelo Congresso Nacional	2,5 milhões
A Organização das Nações Unidas (ONU), apontou o valor monetário que o Brasil perde com esquemas de corrupção por ano	R\$200 bilhões
O montante investigado em operações financeiras.	12,5 trilhões de reais

Fonte: ANTUNEZ, Marcelo. A Polícia Federal a Lei é para todos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>, 15 nov. 2022. Org. RODRIGUES, M.A.P. (2023)

Esses dados são relevantes, pois mostram toda uma estrutura de pessoal e logística na realização das operações que envolviam as investigações da operação Lava-Jato. Dentre os dados apresentados, um é intrigante: o número de partidos políticos envolvidos nessa operação. O diretor destaca que 80% dos partidos foram envolvidos na investigação e que apenas 20% dos partidos ficaram ilesos. Considerando que no referido período existiam 35 partidos políticos, apenas sete deles não foram envolvidos nas denúncias da operação Lava Jato.

As denúncias que eram divulgadas em tempo real pela mídia (que eram vazadas das operações da Polícia Federal) levavam a um descrédito dos políticos e dos partidos políticos como um todo, pois a população não conseguia identificar quais eram os partidos que realmente estavam envolvidos e se havia algum que poderia ser considerado sério e íntegro neste cenário. Apresentamos, no Quadro 07, os partidos políticos que estiveram, de alguma forma, envolvidos nas investigações da operação Lava-Jato. Os jornalistas Belisário, Lavor, Costa, Capelo (2018) fazem uma separação: os que foram citados; os denunciados; aqueles que tiveram comprovação de envolvimento e foram acusados; e os partidos que não foram nem citados, nem denunciados e nem acusados (que não tiveram nenhum envolvimento com a operação Lava Jato).

Quadro 07- Partido Políticos do Brasil citados, denunciados, acusados e isentos na Operação Lava-Jato

Partidos citados na Operação Lava-Jato	Partidos Investigados e Denunciados na Operação Lava-Jato	Partidos Acusados na Operação Lava-Jato	Partidos Ilesos ou sem Denúncias na Operação Lava-Jato	OBS.
<p>- Democracia Cristã - <u>DC</u> (antigo <u>PSDC</u>) -Partido Novo -<u>Novo Patriota</u> (antigo <u>PEN</u>), -Partido Comunista Brasileiro - <u>PCB</u> -Partido Mulher Brasileira - <u>PMB</u> -<u>Podemos</u> (antigo <u>PTN</u>)-<u>PODE</u>- -Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - <u>PRTB</u> -Partido Socialismo e Liberdade - <u>PSOL</u> -Partido Verde - <u>PV</u> -Rede Sustentabilidade - <u>Rede</u> -Partido Humanista da Solidariedade -<u>PHS</u> -Partido Pátria Livre- <u>PPL</u> -Partido Republicano da Ordem Social- <u>PROS</u>, -Partido Republicano Progressista - <u>PRP</u> -Partido Social Cristão-<u>PSC</u>,</p>	<p>-<u>Avante</u>- (antigo <u>PT do B</u>) -Partido Comunista do Brasil - <u>PCdoB</u> -Partido Democrático Trabalhista -<u>PDT</u> -Partido Socialista Brasileiro -<u>PSB</u> -Partido Social Democrático -<u>PSD</u> -Partido da Social Democracia Brasileira - <u>DEM</u> -Partido da Mobilização Nacional-<u>PMN</u> -Partido Popular Socialista - <u>PPS</u> -Partido da República -<u>PR</u> -Partido Republicano Brasileiro -<u>PRB</u> -Partido da Social Democracia Brasileira- <u>PSDB</u> -Partido Social Liberal -<u>PSL</u> -Partido Trabalhista Cristão -<u>PTC</u></p>	<p>-Movimento Democrático Brasileiro-MDB -Partido Progressistas -<u>PP</u> -Partido dos Trabalhadores -<u>PT</u> -Partido Trabalhista Brasileiro- <u>PTB</u> -Solidariedade -<u>SD</u></p>	<p>-Partido da Causa Operária-<u>PCO</u> -Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - <u>PSTU</u></p>	<p>- Partido Humanista da Solidariedade – <u>PHS</u> (incorporado ao Partido Podemos) -Partido Pátria Livre-<u>PPL</u> (incorporado ao Partido <u>PCdoB</u>) -Partido Republicano da Ordem Social-<u>PROS</u> (incorporado ao Partido Solidariedade) -Partido Republicano Progressista-<u>PRP</u> -Partido Social Cristão-<u>PSC</u> (incorporado ao Partido Podemos) -Democratas –<u>DEM</u> (incorporado ao União Brasil, fusão dos Partidos <u>DEM</u> e <u>PSL</u>) -Partido Popular Socialista –<u>PPS</u> (incorporado ao Partido Cidadania) -Partido da República – <u>PR</u> (incorporado ao Partido Liberal) -Partido Trabalhista Cristão-<u>PTC</u> (Passa a chamar Partido <u>AGIR</u>) -Partido Trabalhista Brasileiro <u>PTB</u>(incorporado ao Partido Renovação Democrática, fusão dos <u>PTB</u> e <u>Patriota</u>) -Partido da Mobilização Nacional-<u>PMN</u> (modificou a sigla para <u>MOBILIZA-Mobilização Nacional</u>) -Partido Republicano Progressista - <u>PRP</u> (incorporado ao Partido <u>Patriota</u>) -Partido Republicano Brasileiro -<u>PRB</u> (mudou para <u>Republicanos</u>)</p>

Fonte: BELISÁRIO, Adriano. LAVOR, Thays. COSTA, Rômulo. CAPELO, Carolina. **Lava Jato atingiu membros de 33 partidos; duas siglas não foram implicadas.** Truco nos Estados-Ceará. 26/09/2018. Disponível em: <https://apublica.org/truco2018/2018/09/lava-jato-atingiu-membros-de-33-partidos-duas-siglas-nao-foram-implicadas/>. Acesso em: 02 mar 2024. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral-TSE. **Partido Político.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/perfil>. Acesso em: 28 fev. 2024. Org. RODRIGUES, Maria dos Anjos Pereira (2024)

Nas eleições de 2018, diante de muitas afirmações que todos os partidos políticos estavam envolvidos nas denúncias da Operação Lava Jato, um grupo de jornalistas do Jornal “Truco nos Estados” inicia uma análise cruzando informações sobre os partidos envolvidos e os denunciados nas referidas investigações.

A partir desta análise, perceberam que havia níveis diferenciados dos partidos políticos brasileiros, sendo classificados da seguinte forma, conforme o Quadro 07: 15 partidos foram citados nas investigações, mas não foram acusados de envolvimento no esquema de corrupção; 13 foram denunciados, mas também não foram concluídas as investigações para acusação dos seus partidários; 05 partidos foram acusados, de fato, nas investigações da Operação Lava-Jato; e apenas 02 partidos não tiveram nenhum envolvimento na Operação Lava-Jato.

Então, se for considerado um universo de 35 partidos, o percentual daqueles que não foram envolvidos nas denúncias e nas investigações da referida operação foi bem menor que 20%.

Outro movimento que se intensificou a partir de 2018 foi a mudança das siglas e da composição de alguns partidos. É o caso, por exemplo, do partido “União Brasil”, originado a partir da fusão dos partidos “Democratas-DEM” e “Partido Social Liberal-PSL”. Também surgiram partidos denominados apenas com uma palavra, como: Agir, Mobiliza, Patriota e outros.

Chama a atenção o fato de que, num período relativamente curto, têm-se uma mudança no panorama e nas siglas partidárias com a proposição de apresentar-se como uma opção de mudança no cenário político brasileiro. Porém, o que continuava sendo destaque na mídia era o envolvimento do Partido dos Trabalhadores-PT, até ser decretada a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quem interpretou o 35º Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva - Lula, foi o ator Ary Fontoura, que teve uma atuação caricaturada do presidente, com falas desarticuladas e que não lembram a posição firme do ex-presidente Lula, conforme figuras 67³² e 68³³.

³² Figura 67- Condução coercitiva Ex-Presidente Lula. -Ivan: Bom dia Presidente. -Lula: Entre. Japonês da Federal não tá aí? -Ivan: Não. -Lula: Melhor, capaz de roubar tudo que tem aqui dentro da minha casa, cansado de dizer para o Cardoso, para ele prender esta cara. -Ivan: Presidente, por favor. -Lula: É um absurdo isto é coisa do Ministério Público. -Ivan: Também. -Lula: Querem acabar comigo. -Ivan: Eu tô aqui apenas para cumprir o mandato.

³³ Figura 68- Condução coercitiva Ex-Presidente Lula para prestar depoimento no Salão Presidencial do Aeroporto de Congonhas



Figura 67- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h19min.36seg. a 1h20min.32seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.



Figura 68- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h22min.46seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

A condução coercitiva era uma forma de ouvir a versão do ex-presidente Lula acerca das acusações levantadas até aquele momento, que compreendiam dois imóveis que não estavam no nome dele: um triplex no Condomínio Solares, na cidade de Guarujá-SP; e o Sítio Santa Bárbara, em Atibaia-SP. Também houve questionamentos sobre doações ao Instituto Lula (que pertence ao seu filho) e sobre a empresa de palestras do ex-presidente Lula (empresa LILS).

Apesar de nervoso, o ex-presidente Lula respondeu a todas as perguntas negando envolvimento ou saber das doações que o Instituto Lula recebia. E ainda ressaltou o óbvio: os referidos imóveis nem estavam no nome dele, conforme figuras 69³⁴ e 70³⁵.



Figura 69- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h25min.11seg. a 1h25min.51seg.), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.



Figura 70- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h29min.21seg. a 1h29min.42seg), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

³⁴ Figura 69- Salão Presidencial do Aeroporto de Congonhas-SP. - Advogado de Defesa de Lula: Defesa atualmente pode gravar o depoimento. -Ivan: Claro, senhor, aceita um café. -Lula: Aceito. -Ivan: A empresa do seu filho recebeu 4 milhões de sua empresa. -Lula: Sei não. -Ivan: Está aqui. -Lula: Se ele recebeu algum dinheiro é porque deve ter feito algum serviço não cuida disso não, quem cuida disso é o Paulo.

³⁵ Figura 70 - Ivan: Eu pessoalmente presidente estou atrás da verdade ouvir todos os colaboradores. - Lula: Se você está atrás da verdade então prendam um cidadão do Ministério Público que diz que o apartamento é meu, eu não vejo a hora disso tudo terminar e alguém chegar aqui e me pedir perdão de joelhos, me perdoa pelo amor de Deus, foi um engano. -Ivan: Se a gente, tiver feito alguma coisa errada.

A condução coercitiva tinha a especificidade de apenas ouvir o ex-presidente Lula das acusações levantadas até então. Não ocorreu a prisão naquele momento, mas haveria de ocorrer. É importante analisar por que a Operação Lava Jato precisava ser coroada com a prisão do ex-presidente Lula.

Conforme apresentamos no capítulo anterior, a gestão do governo Lula (2003-2010) conseguiu redirecionar as políticas públicas em benefício da maior parcela da população, atendendo, de forma primordial, as pessoas em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, uma série de setores.

Segundo pesquisas do período, em reportagem do Globo realizada por Bonin (2010), o ex-presidente terminou o mandato com uma aprovação recorde de 87%, de acordo com o Ibope. Mas era preciso parar a onda de crescimento e popularidade do Lula e, conseqüentemente, do PT e de seus aliados.

A mídia já vinha tentando minar o crescimento do PT — e, de certa forma, a influenciar o eleitorado — com notas negativas sobre o PT e sobre a necessidade de mudança no quadro político brasileiro. Segundo Singer (2010), o PT mantinha um fluxo de crescimento de eleitores durante 25 anos, que teve um aumento no período da gestão do governo Lula (2003-2010). O quadro vai sendo modificado a partir de 2005, com notícias do Mensalão.

Sem que a estrutura estabelecida em 2002 chegasse a se consolidar, uma segunda inflexão ocorre em 2005, quando o partido é envolvido na crise denominada pela imprensa de “mensalão”. Em dezembro daquele ano, registra-se um retrocesso na predileção pelo PT, que volta a patamares típicos da década anterior... Elementos coligidos por Samuels e Gustavo Venturi dão a entender que a queda pode ter sido ainda maior do que a apontada ..., tendo em conta a tendência de aumento da preferência pelo PT ter prosseguido até as vésperas da eclosão do escândalo. Segundo Samuels, o Datafolha encontra 24% de identificação com o PT no final de 2004 e, de acordo com Venturi, a Criterium detecta 27% em abril de 2005, pouco antes de o noticiário ser invadido pelo tema do “mensalão”. Os dados apontam, portanto, que o episódio interrompe um ciclo de 25 anos de aumento constante do apreço pelo PT, provocando uma retração de até 11 pontos percentuais na preferência pelo partido. O efeito do episódio está razoavelmente documentado na literatura, porém não foi percebido, a não ser bem mais tarde, que ele não atingiu por igual as diferentes camadas sociais. (Singer, 2010, p.94)

Este quadro se agrava com as repercussões das investigações da Operação Lava Jato, que culminaram com o *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseuf e com a prisão do ex-presidente Lula, além de, conseqüentemente, com o crescimento da extrema direita no país.

O ministro Dias Toffoli, do STF, divulga o relatório sobre a anulação do processo contra o ex-presidente Lula e sobre a condução coercitiva, dando o seguinte parecer.

O primeiro fato indicador da parcialidade do magistrado consiste em decisão, de 4.3.2016, que ordenou a realização de uma espetacular condução coercitiva do então investigado, sem que fosse oportunizada previamente sua intimação pessoal para comparecimento em juízo, como exige o art. 260 do CPP. Foi com o intuito de impedir incidentes desse gênero que o Plenário do STF reconheceu a inconstitucionalidade do uso da condução coercitiva como medida de instrução criminal forçada, ante o comprometimento dos preceitos constitucionais do direito ao silêncio e da garantia de não autoincriminação. (ADPF 444, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 14.6.2018, DJe 22.5.2019). No caso concreto, a decisão que ordenou a condução coercitiva não respeitou as balizas legais e propiciou uma exposição atentatória à dignidade e à presunção de inocência do investigado. (Toffoli, 2023, p.58)

Constrói-se toda uma estrutura para chegar à pessoa do ex-presidente Lula, utilizando, de forma ampla, sua maior exposição na mídia. Lançou-se mão de tudo o que era possível fazer para desgastar a figura política de Lula; neste caso, induzindo para que a pessoa intimada produzisse provas contra si mesmo. Isso configurou a parcialidade do Magistrado Sérgio Fernando Moro.

Após a condução coercitiva e o rumo das investigações, a obra filmica “Polícia Federal - A Lei é para todos” mostra as incertezas e de que lado, realmente, a Operação Lava Jato estava trabalhando: se era para uma mudança efetiva do quadro político do Brasil ou por algo que viria para concretizar estas mudanças, conforme figura 71³⁶.

³⁶ Figura 71- Ítalo: Não é Ivan, você sabe que a gente fez a coisa certa. Não é Ivan? A gente agiu exatamente como agiria qualquer um talvez até pouco mais de cautela. -Ivan: Ítalo, sabe aquela história do jabuti que você e o Pedro Henrique vive me falando, e se a gente for o jabuti. -Ítalo: Tá maluco Ivan, ninguém colocou a gente aqui não a gente é concursado a gente começou investigando um bando de doleiro, ninguém imaginava que iria dar nisso. -Ivan: Tudo bem, tudo bem. Agora esse pessoal sai e entra quem, hein. Com que interesses, com que poder de negociação hein, Ítalo, vai mudar alguma coisa. Escuta a gente tá ajudando quem. -Ítalo: Eu quero acreditar que a gente está ajudando o Brasil. Olha Ivan eu sei que você tá preocupado com as consequências, mas a gente não pode agir, pensando em quem vai ajudar ou quem vai atrapalhar. O único jeito de não ser político é não sendo político, esse é o jeito antigo, o sistema podre o jogo que sempre foi, se a gente entrar nessa a gente perde. Você sabe que a gente segue os fatos não é. Se os fatos levarem até alguém de algum partido hoje nós vamos investigar se amanhã levar alguém de outro partido a gente vai investigar também até não ter mais ninguém para prender. - Ivan: Prender –prender-prender, Ítalo, o sistema sempre ganha Ítalo, a caneta sempre ganha, a gente bateu de frente sabe o que aconteceu acabou a gente bateu de frente acabou.



Figura 71- Cena do filme: “Polícia Federal-A Lei é para todos” (1h32min.50seg. a 1h34min.48seg), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>.

No diálogo com o promotor Ítalo, o delegado, coordenador da operação, Ivan, comenta: “Tudo bem, tudo bem. Agora esse pessoal sai e entra quem, hein? Com que interesses, com que poder de negociação, hein, Ítalo? Vai mudar alguma coisa? Escuta, a gente tá ajudando quem?” O panorama começa a ficar claro com as prisões e com o avanço da Operação Lava Jato: não tem uma mudança estrutural na forma de fazer política e é o dinheiro público que abastece estes esquemas.

O resultado da 24ª Fase da Operação Lava Jato, “Aletheia”, e da condução coercitiva do ex-presidente Lula foi sua prisão em 7 de abril de 2018, em regime fechado, passando 580 dias preso na Superintendência de Polícia Federal de Curitiba-PR.

As perdas que o ex-presidente Lula teve, com a deflagração da Operação Lava Jato, ocorreram em várias dimensões de sua vida. Além da prisão, destacamos algumas delas:

- Impacto no Partido dos Trabalhadores-PT, destacado pelo pesquisador André Singer;
- Abalo em sua imagem e trajetória política;
- Impeachment da presidenta Dilma Vana Rousseuf, em 2016;
- A morte da esposa Marisa Letícia Lula da Silva, em 03/02/2017, devido a um AVC, aos 66 anos;
- O luto do neto e do irmão no período em que estava preso.

Vários outros podem ser enumerados, mas estes que foram elencados perpassam pela vida política e pessoal do ex-presidente Lula e mostram como sua carreira política ficou devastada. Além do forte impacto na sua vida pessoal, foi impossibilitado de concorrer às eleições de 2018.

Com este quadro em tela, evidenciamos as semelhanças dos pares dialéticos “justiça e injustiça” e “democracia e autoritarismo”, que estão presentes nas obras fílmicas “O caso dos Irmãos Naves” e “Política Federal- A Lei é para todos”. Estas similitudes serão o foco do próximo capítulo, no qual vamos destacar também essas temáticas e as rugosidades histórias compondo o tempo presente.

5.4- A Lei é para todos

Após 580 dias preso em regime fechado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, conseguiu sua liberdade por meio de um intenso trabalho do seu advogado de defesa e decisão final do Supremo Tribunal Federal - STF.

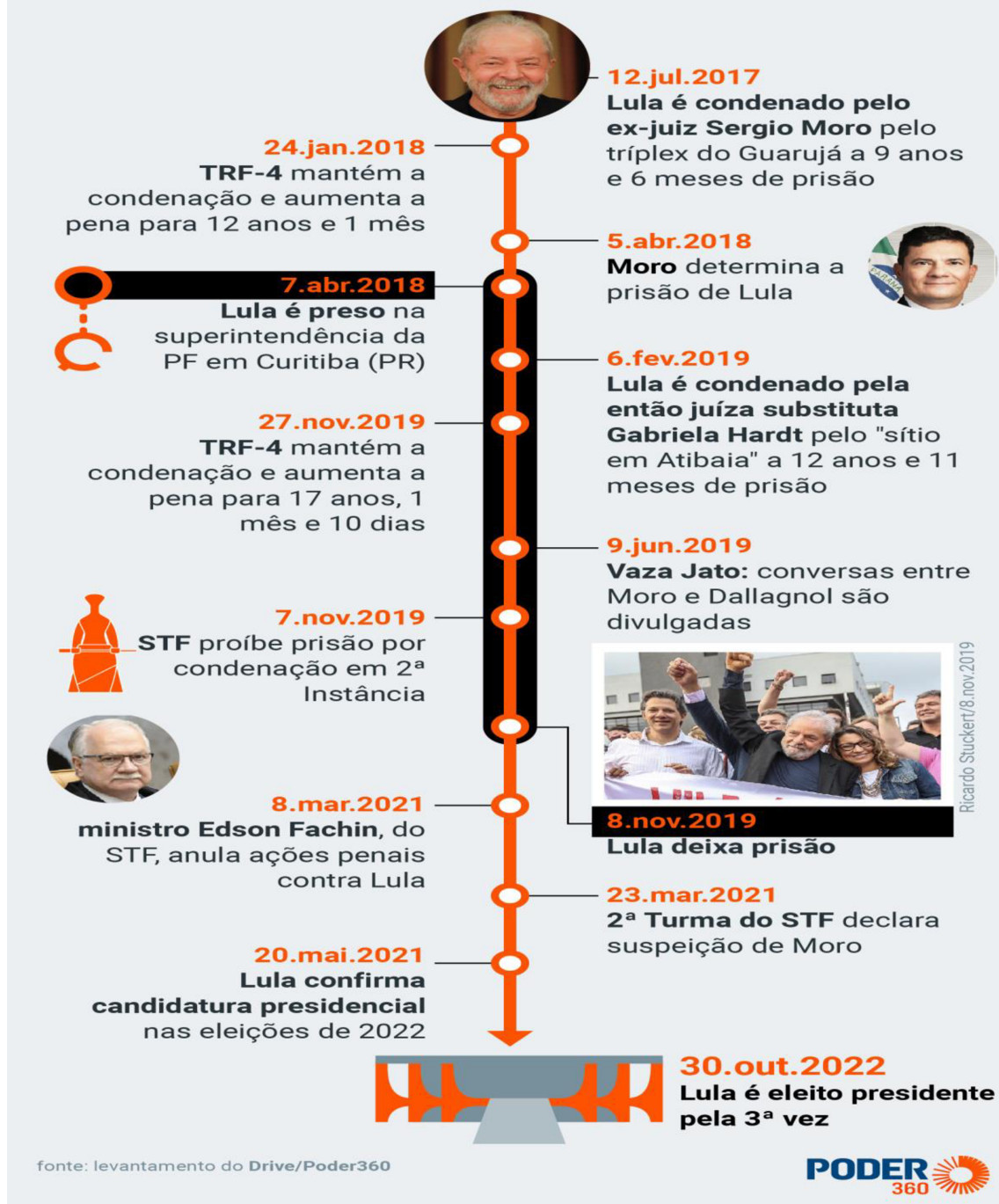
Lula tinha 72 anos quando foi preso. Ele confiava que a justiça seria feita e que logo seria libertado, pois entendia que muito do que estava acontecendo era resultado de uma perseguição política.

Para ter um panorama dos trabalhos desenvolvidos pela Operação Lava Jato, apresentamos o infográfico (Gráfico 1), segundo a plataforma de notícia “Poder 360”:

Gráfico 1- Lula: da prisão à volta ao Planalto

LULA: DA PRISÃO À VOLTA AO PLANALTO

há 5 anos, o petista era preso em Curitiba (PR), alvo da operação Lava Jato. Leia a linha do tempo:



Infográfico - Fonte: Mestre, Gabriela. Da prisão ao Planalto: Lula era preso há exatos 5 anos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/da-prisao-ao-planalto-lula-era-presno-ha-exatos-5-anos/>. Acesso em 10 de maio de 2023.

Além do absurdo da prisão, as decisões seguintes são tratativas e entendimento para o aumento da pena para 17 anos, 10 meses e 01 dia.

As ações da Operação Lava Jato já vinham sendo questionadas por juristas e por parte da imprensa (em sua maioria, imprensa alternativa) que não concordava com muitas das decisões e dos procedimentos do Juiz Sérgio Moro.

Esse resultado refletia num conjunto de instituições e agentes que validavam as decisões do Juiz Sérgio Moro, sendo estes o próprio STF, instância máxima da jurisprudência do país, que não se impôs às decisões da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba-PR, a grande mídia, empresários e outros que endossaram as ações do super juiz Moro.

A, notícia divulgada pela jornalista Schreiber (2022), da BBC Brasil, faz um levantamento com parecer de vários juristas, para entender o processo que levou à prisão de Lula e as falhas que levaram à nulidade do mesmo. O parecer do Ministro do Supremo, Edson Fachin, mostra essas razões:

A declaração se referia à determinação do ministro Edson Fachin para que os processos julgados por Moro em Curitiba fossem anulados e julgados por outro juiz, em Brasília. Na decisão, Fachin entendeu que o Ministério Público (MP) não demonstrou que havia envolvimento da Petrobras nos supostos crimes de Lula, requisito necessário para o caso ser julgado na vara de Moro. Essa decisão foi confirmada pela Segunda Turma do STF, que depois também julgou Moro como tendo sido um juiz parcial nos processos contra o petista, o que reforçou a anulação das condenações. (Schreiber, 2022).

Então, o fato de Moro ser considerado um juiz parcial e a não comprovação de crimes que ligavam o ex-presidente Lula à Petrobras foram os propulsores da anulação da condenação. Essas ações são resultado de um trabalho ininterrupto realizado pela defesa do ex-presidente Lula. O advogado Cristiano Zanin relembra toda a caminhada:

Nosso trabalho jurídico resultou no encerramento, nas mais diversas instâncias, de 26 procedimentos que foram abertos indevidamente contra o ex-presidente Lula durante a perseguição promovida contra ele pela "operação lava jato" e seus desdobramentos. Também conseguimos a primeira decisão proferida pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU em favor de um cidadão brasileiro, reconhecendo que Lula sofreu violação aos seus direitos fundamentais previstos no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU", disse o advogado Cristiano Zanin, por meio de nota. "Foi um trabalho que necessitou de muita resiliência, muito fôlego e o uso de uma visão multidisciplinar do Direito, pois tivemos que passar quase 6 anos defendendo a inocência de Lula e os inúmeros vícios presentes nos processos e procedimentos abertos contra ele nas mais diversas frentes. Felizmente, conseguimos vencer o caso e permitir que Lula pudesse resgatar todos os seus direitos, inclusive os direitos políticos, permitindo que ele seja o candidato à Presidência da República mais bem posicionado nas eleições deste ano", acrescentou Zanin. (Schreiber, 2022).

Percebe-se que foi necessário atuar em várias frentes para conseguir vencer as falhas presentes no processo e para conseguir restabelecer a liberdade e a garantia de todos os direitos do ex-presidente Lula.

Numa conjuntura mais ampla, tinham-se, na verdade, projetos de governo e sociedade que eram postos em questão, entre a esquerda e a extrema-direita que estava se alinhando no país.

Neste fogo cruzado está o frágil processo do sistema democrático no Brasil. Porém, essa fragilidade não é uma novidade só por aqui: há um movimento internacional da extrema-direita em vários países democráticos do mundo, segundo Ramonet (2019).

A despeito de ser a democracia, hoje, o sistema mais generalizado no mundo e de ter se estabelecido pelo consenso geral, estamos entrando numa era política em que as regras do jogo vigentes durante dois séculos já não funcionam. Isso é radicalmente novo. Há uma crise de confiança na democracia. Muitas sondagens e enquetes indicam, nos países desenvolvidos e democráticos, um número cada vez maior de pessoas, principalmente entre os mais pobres, que creem cada vez menos na democracia. Recentemente, numa pesquisa realizada em países da América Latina sobre o valor da democracia, a maioria dos entrevistados respondeu que, entre um governo autoritário que garantisse empregos e um governo democrático que não os garantisse, preferia o governo autoritário. (Ramonet, 2019, p. 115-116).

Assim, após sobreviver a esses ataques, o ex-presidente Lula retoma sua vida, e, com seus direitos políticos restabelecidos, lança, em 21 de maio de 2021, sua candidatura para concorrer ao terceiro mandato como Presidente da República. Para reconstruir o sistema democrático, precisou fazer uma ampla aliança com diversos apoiadores, a fim de vencer a extrema direita e a polarização que dominava a vida política e social do país.

O par dialético “justiça e injustiça” perpassa também as narrativas da Operação Lava Jato, acrescido das ameaças ao regime democrático. Percebemos a força de Anhangá atuando no presente e decidindo o futuro de toda uma nação. Vamos analisar no próximo capítulo como estes pares dialéticos estão presentes nas duas obras fílmicas.

6. Os temas presentes nas duas obras fílmicas

Realizamos uma análise de duas obras fílmicas, sendo elas: “O caso dos Irmãos Naves”, dirigido por Luís Sérgio Person, lançado em 1967, que em estilo realista retrata um dos casos mais emblemáticos e é considerado o julgamento mais injusto do judiciário brasileiro; e “Polícia Federal – A lei é para todos”, dirigido por Marcelo Antunez, lançado em 2017, que, com estilo investigativo e de ação procura mostrar a atuação dos investigadores da Polícia Federal na Operação Lava Jato, que culminou com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para desenvolver a análise dessas duas obras fílmicas, realizamos uma perspectiva do macro para o micro: do Brasil para a região do Triângulo Mineiro. Consideramos seus referenciais históricos para visualizarmos o fio condutor da configuração do espaço e as relações sociais que foram dando forma à sociedade brasileira.

O impacto sobre todas as regiões do Brasil, o uso da força na ocupação do espaço, a destruição da mata nativa, a dizimação das populações indígenas, o uso da força de trabalho escravo nas lavouras e nos demais trabalhos, além de outros fatores, vão mostrando uma constante similaridade presente no tempo e espaço.

Este exercício de uma visão prospectiva é necessário para entender o resultado histórico para a sociedade de hoje: o que aprendemos com estas escolhas ou imposições da elite que conduziam e conduzem a política? e o que queremos para nós e para as futuras gerações?

Santos (2014-b) ressalta a importância de uma visão prospectiva para entrever o futuro.

Uma visão prospectiva, que permita entrever o futuro de forma objetiva, deve então, levar em conta diversos dados, pondo-os num mesmonexo: fixos e fluxos; sistemas de engenharia, paisagens, configurações territoriais e espaço; vida urbana e mundo agrícola, formas antigas e novos processos; regimes e rupturas; processos econômicos, políticos e culturais etc. As tendências que permitem entrever são, entre outras: a nova equação de emprego, a nova estrutura demográfica, a nova estrutura fundiária, a participação na economia do capital fixo, do capital circulante e do capital constante e variável. Também, por esse método, poderão ser entrevistados, para cada fração de espaço, as necessidades de avanço de capital inerente a cada produção, e mesmo os novos arranjos locais de classe. (Santos, 2014-b, p. 93-94).

Assim, processos novos e antigos se entrelaçam nas duas narrativas fílmicas: 81 anos separam a prisão dos Irmãos Naves, na cidade de Araguari-MG, ocorrida em 1937, e a do ex-presidente Lula, em 2018.

Podemos ressaltar também que as garras do capital alcançam todos os espaços, modelando as ações em âmbito local, regional e nacional.

Vamos utilizar, para sistematizar a análise do discurso das obras fílmicas, a base de questões desenvolvidas na metodologia que foram direcionadas nesta pesquisa, inter-relacionando-as com os pares dialéticos: justiça e injustiça, autoritarismo e democracia.

O tema central dos dois filmes é a busca pela justiça sendo realizada pelas autoridades: no caso dos Irmãos Naves, pelo Delegado-Tenente Francisco Vieira dos Santos; e da Operação Lava Jato, pelo Juiz Sérgio Fernando Moro. Porém o resultado desencadeado pelas ações configurou em prisões injustas para os três acusados.

Os roteiros de apoio dos dois filmes estão baseados em livros que retratam o tema. “O Caso dos Irmãos Naves” é baseado no livro que tem o mesmo nome do filme, escrito pelo advogado de defesa dos irmãos, João Alamy Filho, tendo sua primeira publicação em 1961. A obra fílmica “Polícia Federal – A Lei é para todos”, teve como base o livro “Polícia Federal: a Lei é para todos - Os bastidores da Lava Jato”, dos autores Carlos Graieb e Ana Maria Santos, baseado em relatórios passados pelos investigadores da Polícia Federal de Curitiba que atuaram na Operação Lava Jato.

A proposta e o foco de direção dos filmes são diferentes por apresentarem estilos distintos. O diretor Luís Sérgio Person, nas gravações das cenas, além de abranger esta fatalidade do judiciário brasileiro, mostra a arbitrariedade da prisão, a acusação sumária sem provas — sem o corpo da vítima e sem encontrar o dinheiro que o mesmo carregava.

A obra fílmica “Polícia Federal: A lei é para todos”, com direção de Marcelo Antunez, lançado em 2017, tinha a proposição de mostrar para a sociedade os bastidores do núcleo de investigadores da Operação Lava Jato da Superintendência Polícia Federal de Curitiba-PR que atuavam no caso. Porém, o foco não era dar uma visão dos dois lados (dos investigadores e investigados): estava centrado nos investigadores, que tinham como objetivo “fazer a lei valer para todos, sem pretensões partidárias”.

Outra questão relevante é a diferença temporal entre as duas obras fílmicas: na obra de Person, o filme foi gravado trinta anos depois, numa época em que a mídia não tinha acesso às informações e nem as divulgava devido ao regime autoritário do período e também porque muitas pessoas que presenciaram os acontecimentos já haviam falecido.

Na obra fílmica “Polícia Federal – A Lei é para todos”, que tem como foco de investigação a gestão do governo Lula (2003-2010), as notícias veiculadas acerca do

“mensalão”, em 2005, arranharam a imagem do ex-presidente Lula e do seu partido, abalando a confiabilidade da população na possibilidade de mudanças que poderiam se concretizar por meio de políticas públicas de um governo que almejava atingir o maior número de pessoas em condições de vulnerabilidade. Vale ressaltar que o diretor, na produção das cenas, não tinha como proposição mostrar o panorama de uma gestão de governo e seu impacto para a sociedade.

As cenas de ação mostram uma equipe de investigadores conectados e eficientes na resolução dos casos, com a justiça imperando em todas as ações, porém não mostra a forma como as informações eram conseguidas pelo Ministério Público de Curitiba, que tinha Deltan Dallagnol como procurador. As interceptações foram consideradas indevidas e as provas foram anuladas pelo STF, conforme destacado por Toffoli (2023), mostrando no relatório o diálogo de prestação de contas do Procurador Deltan Dallagnol com o juiz Sérgio Moro.

Positivo. Descreveremos o esquema petrolão como esquema de partido, que se perpetua mesmo com saída das pessoas de posição de gov, como Pedro Correa e JD. Falaremos que mesmo com saída do JD o esquema continuou, o que indica líder acima. Desde mensalão, não teria como estar iludido quanto à forma de indicações políticas e arrecadação de recursos, que não eram para caixa 2, mas, mais do que isso, ele comandava. Estamos trabalhando no acordo do Pedro Correa, pq este dirá que Lula sabia das propinas via PRC (ouviremos PRC no dia seguinte, para verificar versão dele). Ele era o líder máximo. Na outra ponta, destino dos valores que aportavam na LILS e IL, ia também para pessoas do partido. E mais algumas coisinhas, em descrição do antecedente. A petição da BA dá uma boa ideia disso. Talvez agreguemos alguns outros esquemas para além da petrobras, como BNDS, FGTS e caso Schahin-Bumlai, mas dependerá da maturidade...Chama a atenção o fato de o referido diálogo ter ocorrido em 23 de fevereiro de 2016, e a denúncia contra o reclamante só ter sido devidamente ofertada ao juiz na data de 14 de setembro de 2016, ou seja, quase sete meses após conversa em que o procurador antecipou ao juiz todos os fundamentos da peça acusatória. (Toffoli, 2023, p. 115).

Os diálogos expostos entre o juiz Sérgio Moro e o Procurador do Ministério Público de Curitiba, Deltan Dallagnol, comprovam o envolvimento deles nas investigações, que combinavam os fundamentos de acusação das testemunhas e do ex-presidente Lula, mostrando a parcialidade na condução do caso e forjando as delações para atingir o ex-presidente Lula.

Desta forma, a representação dos aspectos subjetivos dos protagonistas envolvidos — agentes, investigadores, delegados, juiz e promotor — com certeza, têm a função de garantir que a lei prevaleça, que a justiça seja o foco de toda operação e que sua resolução seja uma resposta à defesa dos direitos civis, políticos e sociais para o

cumprimento e exercício de uma plena cidadania. Pelo diálogo apresentado pelo STF, não era este foco dos envolvidos na condução das investigações.

A história verídica ocorrida com os Irmãos Naves intrigou o diretor Luís Sérgio Person, ainda na década de 1950, quando ele procurou, junto ao roteirista Jean Claude Bernardet, retratar esta injustiça na tela para mostrar até onde vai o absurdo de ações e narrativas para atingir, triturar e esmagar dois homens inocentes, sem antecedentes criminais, a assumirem um crime que não cometeram.

Na realidade objetiva da obra fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, o diretor Marcelo Antunez procura uma forma de mostrar para a sociedade os bastidores de uma operação que abalou a estrutura política do país, na tentativa de evidenciar que a justiça estava sendo cumprida com a prisão de empresários de grandes construtoras, de agentes públicos e até de um líder político que exerceu o cargo máximo do país, no caso, o ex-presidente Lula.

A visão que eles apresentam mostra todo um cenário descrito da forma como quiseram: a eficiência máxima de uma equipe de agentes e investigadores da Superintendência de Polícia Federal de Curitiba-PR que tinham um foco a atingir. Porém, percebe-se que não se tratava apenas do cumprimento da lei e de fazer justiça, pois as ações foram se delineando e formando uma nova estruturação política do país.

Podemos, assim, inter-relacionar o núcleo de protagonistas do “Caso dos Irmãos Naves” com o do filme “Polícia Federal: A Lei é para todos”. Havia valores culturais e sociais que o grupo compartilhava, conforme destaca Hall (2016).

Somos, entretanto, capazes de nos comunicar porque compartilhamos praticamente os mesmos mapas conceituais e, assim, damos sentido ou interpretamos o mundo de formas mais ou menos semelhantes. Isso é, de fato, o que significa pertencer “à mesma cultura”. Uma vez que nós julgamos o mundo de maneira relativamente similar, podemos construir uma cultura de sentidos compartilhados e, então, criar um mundo social que habitamos juntos. Não é por acaso que “cultura” é, por vezes, definida em termos de “sentidos compartilhados ou mapas conceituais compartilhados. (Hall, 2016, p. 36)

A partir de elementos compartilhados de uma cultura, da visão de mundo e das opções políticas vai se formando uma rede na qual os diálogos e as narrativas são as mesmas sobre os fatos, mesmo que eles não sejam verdadeiros, mas a construção de narrativas tem que corresponder aos valores compartilhados por este grupo.

No interior do enquadramento no “Caso dos Irmãos Naves” notamos o universo social dos protagonistas deste drama, que conseqüentemente expressa o exterior do enquadramento do “espaço vivido” (Xavier,2021), pelos protagonistas da sociedade

local. Os irmãos Naves são homens simples que iniciam atividade de comercialização de mercadorias em sociedade, com Benedito Pereira destacando o empenho de Ana Naves para provar a inocência dos filhos quando procura apoio do advogado João Alamy Filho para defendê-los.

O outro núcleo de personagens é a força policial da cidade composta pelo Delegado-Tenente Francisco Vieira dos Santos, pelos seus soldados da delegacia e por outros funcionários.

Estes valores culturais vão dando forma ao circuito cultural, entrelaçando o espaço vivido de todos os envolvidos, configurando e dando forma às atividades e aos diálogos e o universo dos personagens vai sendo refletido no interior do enquadramento.

A trama do filme vai mostrando este universo. Destacamos a cena em que Sebastião Naves vai conversar com o cunhado Inhozinho, a fim de pagar a compra de uns frangos e tentar deixar uma quantia a mais caso a esposa dele precisasse. Isso demonstra a simplicidade de Sebastião e também o receio de que algo pudesse acontecer com ele e a família ficasse desamparada.

O interior do enquadramento em “Polícia Federal: A Lei é para todos” tenta mostrar a imparcialidade da equipe, porém não convence, pois no exterior do enquadramento havia uma outra posição que prevaleceu na condução das investigações. Outro aspecto relevante refere-se à posição do juiz Sergio Moro, que foi muito mais ativa, conforme mostrado pelo relatório do STF, haja vista que ele tinha contato direto com o Ministério Público na condução das investigações e nas tomadas de decisão em tempo real.

Os valores culturais e de visão de mundo compartilhados por este grupo vão dar a tônica de todo o processo, tendo como forte aliado os principais veículos de circulação de informação que vão propagar os resultados das ações realizadas pela Operação Lava Jato.

O circuito cultural da referida obra fílmica, que destaca as ações do juiz Sérgio Moro por meio da Operação Lava Jato, vai se estender e influenciar grupos com outra tônica política com *slogan* de combate à corrupção e mostrando “que a lei é para todos”.

O sistema de influência e estratégias de como atingir o alvo ou destruir o alvo, passa a se referenciar na posição que o ator principal está e onde ele pode prejudicar ou ajudar. Segundo Raffestin (1993, p. 156), isso faz toda a diferença: “O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que

possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso etc. Os pontos simbolizam a posição dos atores”.

Assim, com aporte de todos os recursos, a influência e uma posição que se sobrepõe sobre as outras, a orquestração para atingir o objetivo foi cumprido por meio das delações de testemunhas influentes e da desarticulação política, que tinha como foco não a eliminação da corrupção, mas o favorecimento para um outro grupo de poder,

O sistema representacional dos envolvidos na obra fílmica mostra com certo *glamour* a atuação e os resultados conseguidos pela Operação Lava Jato, em que foi priorizada a visão do núcleo de comando da equipe da Polícia Federal de Curitiba e este poder foi exercido de todas as formas. Vamos nos reportar à representação do poder, segundo Hall (2016):

Muitas vezes, pensamos no poder em termos de restrição ou coerção física direta, contudo, também falamos, por exemplo, do poder *na representação*; poder de marcar, atribuir e classificar; do poder *simbólico*; do poder de expulsão *ritualizada*. O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira –dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do *poder simbólico* através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica. (Hall, 2016, p.193)

O sistema representacional remete ao poder visualizado no enquadramento da tela por meio das conduções coercitivas e do cumprimento da ordem de prisão para empresários, agentes públicos de cargos influentes e outros.

A representação simbólica que ganha a figura do Juiz Sérgio Moro — como um profissional que preza pelo cumprimento da justiça, não importando o cargo ou a influência do investigado — torna-se o ícone perfeito que vai indicar novos ventos de mudanças e outras configurações do Poder político do país.

Porém, o exercício, de fato, foi o poder de expulsão ritualizada, por meio do rito jurídico, que tinha como foco eliminar e neutralizar o PT e deixar que outro grupo político participasse da disputa eleitoral.

Estas evidências vão sendo questionadas pelo núcleo da própria equipe da Polícia Federal e, ao final, o coordenador das investigações, o Delegado Ivan, questiona para quem realmente eles estão servindo.

O pai do Delegado Júlio também mostra sua indignação, indagando por que a condução das investigações está sendo seletiva, por que só agora elas começaram e se isso se deu com o objetivo de atingir o ex-presidente Lula. E complementa, lembrando

a luta que foi, para a sua geração, vencer o regime ditatorial, para, hoje, termos um regime democrático.

As nuances do sistema representacional vão se desenhando e construindo a obra fílmica, resultando na prisão de 580 dias do ex-presidente Lula, no *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff e no crescimento da extrema direita que levou à eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

O sistema representacional da obra “O caso dos Irmãos Naves” expressa todas as ações do uso da força física e coercitiva do Delegado-Tenente e dos soldados da delegacia da cidade e mostra também o despreparo para conduzir as investigações. Em vez de zelar pela segurança, geram um clima de insegurança e acabam impactando a opinião pública local fazendo com que a população passasse a acreditar que os Irmãos Naves teriam cometido o crime. Várias cenas mostram o enquadramento do Delegado-Tenente colhendo depoimentos de testemunhas, tendo ao fundo a foto do Presidente Getúlio Vargas, como na cena em que o Delegado-Tenente interroga José Prontidão que afirma ter visto o Benedito Pereira pela última vez em Uberlândia. Uma forma de mostrar a conexão e a relação de força legitimada pelo Estado. O uso da força policial e suas arbitrariedades vão continuar até após os julgamentos dos Irmãos Naves.

Contrapondo às intransigências do delegado e da sua equipe, destacam-se nesta caminhada as ações e a atuação do advogado João Alamy Filho, que tentou com diversos recursos jurídicos defender a integridade dos Naves, por meio de *Habeas Corpus* e cumprimento de defesa que ocorreu em todas as instâncias.

Com esta análise comparativa do discurso realizado pelas duas obras fílmicas, vamos evidenciando o fio condutor da relação de poder e os caminhos percorridos para vencer a força de Anhangá, que apresenta seus tentáculos seja no âmbito local, no regional e no nacional.

A forma de vencer a estrutura e o sistema de poder requer uma perspectiva de um mundo para todos em que só é possível com objetividade derrubar as barreiras que constroem as injustiças de poder autoritário dos sistemas que ainda persiste no cenário brasileiro.

Vamos apresentar nos próximos tópicos a inter-relação dos pares dialéticos “justiça e injustiça” e “democracia e autoritarismo” que perpassaram as duas narrativas: uma no contexto regional do Triângulo Mineiro e a outra no contexto nacional.

6.1- Justiça e Injustiças e relação com a Democracia e Autoritarismo

Retomando a epígrafe desta tese, retirada do livro “Sabedoria da Bíblia”, no primeiro capítulo já intitula “a justiça é imortal”, pois seus efeitos perduram por gerações. A busca pelo equilíbrio e pela igualdade será atingida por meio da implementação da justiça, que vai gerar a igualdade das relações.

A vontade da maioria deve ser traduzida por mecanismos que gerem e façam prevalecer a justiça, principalmente aos mais desprotegidos pelo corpo da lei; quadro este que não passou despercebido por Rui Barbosa (2016-c), no início da República, no seu discurso “Oração aos moços”, na formatura de bacharéis em direito, da turma da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1920. O autor já mostra um panorama que vai direcionar os enredos de formação e configuração dos espaços e das relações de poder no Brasil.

Ora, senhores bacharelados, pesai bem que vos ides consagrar à lei, num país absolutamente não exprime o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem e dispõem, as que mandam e desmandam em tudo; a saber: num país onde verdadeiramente não há lei, não há moral, política ou juridicamente falando. Considerai, pois, nas dificuldades, no que vão se basear os que professam a missão de sustentáculos e auxiliares da lei, seus mestres e executores. É verdade que a execução corrige ou atenua, muitas vezes, a legislação de má nota. (Barbosa, 2016-c. p. 48-49)

O pensador e defensor da República Rui Barbosa (2016-a) falou com conhecimento de causa na obra “O Dever do Advogado”, mostrando um panorama de efervescência política no início do século XX. Em 1910, disputavam a Presidência da República o representante do grupo dos militares que havia tomado o poder, Marechal Hermes da Fonseca, que era sobrinho do ex-presidente Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa, com uma campanha defendendo uma forma civil de governo. Quem venceu a disputa foi o Marechal Hermes da Fonseca, mas ficou a influência de uma geração de novos pensadores que poderiam, no futuro, mudar o ciclo dos militares no poder. Percebemos que mais de um século nos separa destas produções de Rui Barbosa e evidenciamos que o uso da força e da lei para realmente atender a todos e fazer justiça à população mais vulnerável do país ainda não foi razoavelmente cumprida.

O reflexo das ações centrais que ocorriam no eixo de poder do país foi expandido para todo o território nacional e, obviamente, chegou à região do Triângulo Mineiro, na pequena e pacata cidade de Araguari.

E, no caso dos irmãos Naves, o país sem lei, sem moral e política, conforme a fala de Barbosa (2016-C), mostrou toda sua força de ação.

Na organização de material e produção do livro “Araguari e sua história”, do Arquivo Público de Araguari, as pesquisadoras Juscélia Abadia Peixoto e Aparecida da Glória Campos Vieira (2013) dedicam um capítulo com reportagens e depoimentos dos Naves, sobre as torturas e privações a que foram submetidos:

Foram seis meses de terror e agonia mas sem resultado para a polícia. Nem o vidro moído adicionado à urina dos guardas, que Joaquim teve que beber para minorar o castigo de sua mãe, nem o suplício das vigas de madeira, nem as unhas arrancadas a alicate e as agulhas quentes que foram introduzidas nos buracos que elas deixaram ao sair, nos dedos dos pés e das mãos, nada, nada parecia fazer com que os Naves confessassem o crime que não havia cometido. Dona Ana Rosa assistia a tudo. O tenente mandou buscar os dois filhos de Sebastião com sua esposa: Ivo e Wilson. Um com 8 meses de idade e outro com 2 anos e meio. Confessam? Perguntou o tenente aos dois irmãos. Não! Respondeu Sebastião, em prantos, não confessamos não doutor! Pouco tempo depois a criancinha de Sebastião vinha nos braços de sua esposa. Estava morta. Criança de oito meses que morrera de fome na cadeia de Araguari. O laudo médico fora “gripe”. A outra criança, Ivo de 2 anos e meio, conseguiu escapar com vida, vítima da crueldade sem nome dos policiais e das duchas frias. (Peixoto e Vieira, 2013, p. 360-361)

Na investigação e na busca de solucionar o caso e conseguir fazer justiça ocorre um erro muito maior: é gerada uma cadeia de injustiça aos irmãos Naves e suas famílias, segundo relato registrado por Peixoto e Vieira (2013, p. 364): “A minha família toda sofreu muito, não tínhamos dinheiro para comprar nada. Ficamos como ladrões, até que apareceu o homem, 16 anos depois.”

E essa injustiça semeada dentro da própria estrutura do Estado deixou seus efeitos ao longo do tempo. Destacamos que o contexto histórico em que ocorreram todas as atrocidades com os irmãos Naves era o período da Era Vargas, do Estado Novo, um regime autoritário no qual a liberdade de imprensa estava cerceada e os direitos políticos também.

De acordo com as colocações de Carvalho (2012, p. 09), um indivíduo para ser considerado um cidadão pleno deve ter assegurado a dimensão dos três direitos, sendo eles: civis, sociais e políticos; porém, quando falta um deles, tem-se um cidadão incompleto. “São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.” Ou seja, uma situação de injustiça em uma sociedade ocorre quando a pessoa é privada de um dos direitos fundamentais.

No caso dos Irmãos Naves, num período de regime de Estado autoritário tem-se a restrição da liberdade de expressão e política está cerceada, então os mecanismos de defesa e o direito de defesa fica restrito e a força da Lei é, em muitas situações, inquestionável.

Mesmo com uma acusação que pesasse de forma grave sobre os Naves, eles tinham direito à defesa a um atendimento jurídico, já que eram pessoas trabalhadoras e não tinham antecedentes criminais. Mas isso foi limitado e quase impedido pelas ações do Delegado-Tenente.

Foi a luta da mãe dos acusados, Ana Naves – ao ser solta da prisão após a confissão forçada dos filhos – que conseguiu convencer o advogado da cidade, João Alamy Filho, a defender os irmãos Naves, haja vista que ela tinha certeza que eles eram inocentes.

Diante da extrema violência, por meio da prisão a que foram submetidos os irmãos Naves, o advogado Alamy aceita defender os irmãos, porém encontra obstáculos, pois não é acatada a liberação por meio de Habeas Corpus, pelo Delegado-Tenente. Sobre sua caminhada na defesa dos Naves, o advogado Alamy relata:

Eu estava no início da minha vida profissional, quando fui solicitado para participar da defesa dos Irmãos Naves. Acredito ter cumprido meu dever. Acompanhei o caso até o êxito final. Isto foi preponderante na minha vida profissional, porque me julguei instrumento da Providência Divina, procurei ser dócil a essa inspiração e acredito que foi a razão do êxito da comprovação da inocência dos Irmãos Naves. (Peixoto e Vieira, 2013, p. 360-361)

Foi o trabalho incansável da defesa exercido pelo João Alamy Filho – que colocou em risco seu prestígio profissional – que permitiu que os Irmãos Naves passassem por um processo judicial com o mínimo de apoio jurídico para a garantia do direito à defesa.

Se não fosse a determinação de um advogado em início de carreira a enfrentar o poder do Estado e o poder local, representado pelo Delegado Tenente, a eliminação dos acusados seria certa.

Numa linha atemporal, a cidadania plena continua sendo negada a muitos brasileiros que sofrem injustiças: seja no âmbito de uma educação que não atinge a todos com qualidade; seja num sistema de saúde que não garante saúde plena por meio de atendimentos e orientação preventivas e curativas; a não garantia à igualdade perante a lei, ao direito de ir e vir, escolher o trabalho e ter colocação no mercado de trabalho; liberdade de expressão e liberdade de participação política. Faz-se necessário que a

justiça social, política, econômica, cultural seja garantida para todos e todas. Ressaltamos estes pontos como ainda não concretizados na sociedade no período atual.

Vamos nos reportar a alguns pontos da Operação Lava Jato, tendo a linha dialética dos mesmos temas. Diante de uma acusação e evidências do delito, é instaurado um inquérito e o acusado, para o cumprimento da defesa, deve ter acesso aos elementos de prova que embasam a acusação penal. O direito de defesa é uma prescrição que consta na Constituição Federal de 1988 (CF-Art.5º LV): “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Essa foi uma luta do advogado de defesa do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin, que recorre ao STF para ter acesso ao processo, conforme destaca Toffoli (2023).

(...) o reclamante Luiz Inácio Lula da Silva sustenta, de forma resumida, que continua impedido de obter pleno acesso aos elementos de prova que embasam a Ação Penal 5063130- 17.2016.4.04.7000, em tramitação na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, particularmente à íntegra do Acordo de Leniência 5020175-34.2017.4.04.7000 e a outros documentos resultantes de cooperação internacional, mesmo após obter decisão favorável na Rcl. 33.543/PR-AgR-AgR-ED-AgR, julgada pela Segunda Turma deste Tribunal e reiterada, cautelarmente, na presente Reclamação. Diante da verossimilhança da alegação e tendo em conta o direito constitucional à ampla defesa, DEFIRO, por enquanto, sem prejuízo de providências ulteriores, o pedido deduzido pelo reclamante com fundamento nos arts. 6º, 8º, 77, I, e 139, IV, do Código de Processo Civil, para autorizar o compartilhamento das mensagens informais trocadas no âmbito da Força-tarefa Lava Jato, encontráveis nos arquivos arrecadados ao longo da Operação Spoofing, os quais integram o Inquérito 002/2019-7/DICINT/GGI/DIP/PF, convolado na Ação Penal 1015706-59.2019.4.01.3400, em curso perante o Juízo da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. (Toffoli, 2023, p. 15-16).

As limitações foram se agravando no decorrer do processo, o que levou o próprio STF a solicitar os documentos da acusação. Porém, até essa instância teve dificuldade de acesso aos documentos, segundo Toffoli (2023):

Note-se, portanto, que até mesmo esta Suprema Corte, após a devida requisição de documentos não foi atendida integralmente, restando frustrada até o momento a ordem de encaminhamento dos referidos documentos, o que, aliás, comprova as dificuldades enfrentadas para se fazer cumprir o enunciado da Súmula Vinculante 14 nas engrenagens da “operação Lava a Jato”, assim como em outras esferas do sistema de Justiça. (Toffoli, 2023, p. 15-16).

Com essas limitações, o direito essencial do acusado estava sendo cerceado por morosidade e pela intencionalidade de manter o ex-presidente Lula na prisão.

Todo este cenário só foi possível devido a um alinhamento entre equipe da Polícia Federal, investigadores, delegados, juiz Sérgio Moro, Ministério Público e

imprensa, que divulgava amplamente e em tempo real as delações e informações do processo. Elas vieram a público com a divulgação da Intercept Brasil, que a intitulou “Vaza Jato”, a partir de junho de 2019, referente às conversas vazadas de aplicativos realizadas pelo hacker Walter Delgatti Neto, conforme reportagem de Borges (2023), publicado pela BBC:

Delgatti já havia se tornado conhecido nacionalmente em 2019. Isso porque ele invadiu celulares de procuradores da Lava Jato e divulgou conversas entre eles e o ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União Brasil), à época ministro da Justiça de Bolsonaro. A ação ficou conhecida como "Vaza Jato". Por causa disso, ganhou o apelido de "hacker da Vaza jato". Delgatti e Moro trocaram acusações durante a CPMI desta quinta-feira. Quando Moro acusou o hacker de ter uma "extensa" lista de antecedentes criminais, Delgatti disse que leu as conversas do ex-juiz e o chamou de "criminoso contumaz". Moro reagiu: "O bandido aqui... quem foi preso é o senhor". As conversas divulgadas por Delgatti serviram para o STF anular algumas condenações determinadas por Moro, como foi o caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na prática, isso permitiu ao petista concorrer as eleições presidenciais do ano passado. A 'Vaza Jato' foi revelada em 2019 e culminou com a prisão de Delgatti e outros três suspeitos. (Borges, 2023)

Sobre isso, Toffoli (2023, p.125) relata: “A notícia era muito importante. Esse é um dado importante que precisa ser registrado. Tudo isso não se realizaria sem um tipo de cumplicidade da imprensa, é bom que se diga isto. Este modelo de Estado Totalitário que se desenhou teve a complacência da mídia. Tudo tinha que ser noticiado, dentro dessa perspectiva”.

Dessa forma, fica comprovada a orquestração do juiz Sérgio Moro e de sua equipe, do Ministério Público e da imprensa na divulgação de verdades que não eram verdades. As *Fake News* imperaram no contexto político do país modulando uma polarização sem precedentes. Chauí (2019) descreve bem esta relação entre meios de comunicação, monopólio e democracia.

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se ergue contra dois direitos democráticos essenciais já citados: a isonomia (a igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito à palavra ou igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente, e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação. (Chauí, 2019, p.18).

O acesso à informação confiável, que corresponda aos fatos de forma imparcial e que dê proposição para o cidadão comparar, definir e se posicionar diante do acontecimento, fica restrito a um jogo manipulado pelos detentores dos meios de comunicação. E isso, aliado a um esquema e ao acesso ao Poder, deixa uma sociedade refém e a verdade é comprometida em todo este processo.

Assim a imagem da nação que é espelhada pela mídia, conforme Barbosa (2016), passa por distorções para responder aos objetivos de um grupo privilegiado que não quer a mudança e limita ou inviabiliza, de fato, uma cidadania democrática.

O poder midiático que passa a imperar mostra um outro agravante: a disseminação de notícias falsas ou a não publicação dos fatos como realmente ocorreram. Este fenômeno não é exclusivo do Brasil, pois ocorre em vários países, conforme destaca Ramonet (2019):

A campanha eleitoral vitoriosa de Donald Trump também demonstrou algo muito importante: a verdade já não é mais necessária. Para ganhar uma eleição, você já não precisa se apoiar na verdade. A verdade não é relevante, não é pertinente. Por isso se impôs o conceito de pós-verdade. E pós-verdade é uma verdade não racional, ou verdade alternativa: você tem a sua verdade, eu tenho a minha. São duas verdades, não a verdade...Os conceitos de pós-verdade, verdade alternativa e notícias falsas, as fake News, são construções de uma falsidade. Mas notícias falsas, inverdade e mentiras não são propriamente novidades na mídia. Há desinformação, manipulação e intoxicação desde o surgimento da chamada “mídia de massa” no final do século XIX. Hoje, as fake News fazem parte do debate político. O Dicionário Oxford de 2017 considerou que a palavra (ou expressão) do ano era fake News. Em 2016, o mesmo Dicionário escolheu pós-verdade como palavra do ano. (Ramonet, 2019, p. 123-124).

A não verdade – Fake News – que inaugura um processo de pós-verdade no cenário político nacional e global, ocorre também em outros países e se tornou um dos maiores desafios para a modernidade e para a democracia no século XXI. Elas deram a tônica para grupos de extrema direita do país, que levantaram a bandeira anti-PT e o definiam como um partido corrupto e de esquerda, situação que se agravou no processo eleitoral de 2018.

Instrumento este que foi muito bem utilizado pela equipe da Operação Lava Jato, pelos grupos da extrema direita e pelos meios de comunicação no direcionamento de informações que foram decisivas para a manutenção da prisão injusta do ex-presidente Lula e para a eleição de Bolsonaro.

Fazendo um paralelo do quadro de acusação do contexto histórico dos Irmãos Naves e do ex-presidente Lula, temos: no contexto local, na cidade de Araguari, uma população indignada com o sumiço de Benedito Pereira, exigindo justiça (então a

acusação era de uma comunidade local que apontava os Naves como principais suspeitos); no caso do ex-presidente Lula, tem-se esta acusação por meio da mídia, com a divulgação de informações falsas ou apresentando outras narrativas dos fatos, que impactaram o partido do PT, sua imagem e reputação (que teve um efeito nacional sobre o PT e sua credibilidade, por ser um partido com paradigmas diferenciados na atuação dos órgãos e da gestão pública).

Devido a uma série de comprometimento das provas e dos processos de investigação, o parecer final do STF anulou a condenação de ex-presidente Lula e ele foi solto em 09 de novembro de 2019. Os motivos da anulação são destacados por Toffoli (2023):

Pela gravidade das situações estarrecedoras postas nestes autos, somadas a outras tantas decisões exaradas pelo STF e também tornadas públicas e notórias, já seria possível, simplesmente, concluir que a prisão do reclamante, Luiz Inácio Lula da Silva, até poder-se-ia chamar de um dos maiores erros judiciários da história do país. Mas, na verdade, foi muito pior. Tratou-se de uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais, mas com métodos e ações contra legem. Digo sem medo de errar, foi o verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às instituições que já se prenunciavam em ações e vozes desses agentes contra as instituições e ao próprio STF. Ovo esse chocado por autoridades que fizeram desvio de função, agindo em conluio para atingir instituições, autoridades, empresas e alvos específicos. Sob objetivos aparentemente corretos e necessários, mas sem respeito à verdade factual, esses agentes desrespeitaram o devido processo legal, descumpriram decisões judiciais superiores, subverteram provas, agiram com parcialidade (vide citada decisão do STF) e fora de sua esfera de competência. Enfim, em última análise, não distinguiram, propositadamente, inocentes de criminosos. Valeram-se, como já disse em julgamento da Segunda Turma, de uma verdadeira tortura psicológica, UM PAU DE ARARA DO SÉCULO XXI, para obter “provas” contra inocentes. Para além, por meios heterodoxos e ilegais atingiram pessoas naturais e jurídicas, independentemente de sua culpabilidade ou não. E pior, destruíram tecnologias nacionais, empresas, empregos e patrimônios públicos e privados. Atingiram vidas, ceifadas por tumores adquiridos, acidentes vascular cerebral e ataques cardíacos, um deles em plena audiência, entre outras consequências físicas e mentais. Aqui não se está a dizer que no bojo da mencionada operação não tenha havido investigação de ilícitos verdadeiramente cometidos, apurados e sancionados, mas, ao fim e ao cabo, o que esta Reclamação deixa evidente é que SE UTILIZOU UM COVER-UP DE COMBATE À CORRUPÇÃO, COM O INTUITO DE LEVAR UM LÍDER POLÍTICO ÀS GRADES, COM PARCIALIDADE E, EM CONLUIO, FORJANDO-SE “PROVAS”. Centenas de acordos de leniências e de delações premiadas foram celebrados como meios ilegítimos de levar INOCENTES à prisão. DELAÇÕES ESSAS QUE CAEM POR TERRA, DIA APÓS DIA, ALIÁS. Tal conluio e parcialidade demonstram, a não mais poder, que houve uma verdadeira conspiração com o objetivo de colocar um inocente como tendo cometido crimes jamais por ele praticados. Esse vasto apanhado indica que a parcialidade do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba extrapolou todos os limites, e com certeza contamina diversos outros procedimentos; porquanto os constantes ajustes e combinações realizados entre o magistrado e o Parquet e apontados acima representam verdadeiro

conluio a inviabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Toffoli, 2023, p. 15-16).

Todas as manobras na restrição de documentação de todo o processo das acusações imputadas ao ex-presidente Lula, as estratégias das delações sendo levadas para um âmbito de pressão psicológica e moral sobre as testemunhas, o alinhamento das instituições envolvidas – Polícia Federal, Ministério Público e setores da mídia – levaram os relatores do caso da Operação Lava Jato a agir de forma parcial na condução do processo.

A postura do juiz deveria ser de imparcialidade, segundo Toffoli (2023, p.56): “Imparcial é aquele que não é parte, que não adere aos interesses de qualquer dos envolvidos no processo.”

O envolvimento do juiz Sérgio Moro e a manipulação de provas levam à nulidade do processo. E, após a vitória do Jair Messias Bolsonaro, o magistrado ter ocupado o cargo de ministro da justiça revela também suas intenções políticas no caso.

A liberdade do ex-presidente Lula mostra a consolidação da justiça devido a um trabalho incansável da sua equipe de defesa e à divulgação, pela Intercept Brasil, das conversas do juiz Sérgio Moro e equipe. Esses fatos mostram que a força impera mas não pode se perpetuar no Estado Democrático de Direito e que é preciso atuar com a força da verdade no respeito ao direito de defesa. E o grande ganho social para toda a sociedade é que liberdade e justiça são valores que vão prevalecer no ordenamento jurídico para equilíbrio e igualdade social.

No caso dos Irmãos Naves, a justiça e a reparação do erro jurídico só ocorreram 16 anos depois de muito sofrimento, prisão em regime fechado e várias privações. No caso da Operação Lava Jato, a reparação foi a anulação do processo depois de 580 dias de prisão e a volta de Lula como candidato a presidente em 2022. E essa reparação ainda foi coroada com sua vitória nas urnas e com o feito histórico de uma terceira gestão como presidente da República do Brasil.

Estas arbitrariedades ainda persistem no cenário nacional, porém não foi foco desta pesquisa fazer um levantamento mais amplo acerca de várias injustiças que ocorrem em âmbito local, regional e nacional. Objetivamos pontuar essa problemática realizando uma análise de duas obras fílmicas: uma, na perspectiva regional, no “Caso dos Irmãos Naves”; e, outra, numa perspectiva nacional, com a Operação Lava Jato. Em ambos os casos, apesar do espaço atemporal dos dois erros judiciários, a justiça prevaleceu, mas com enormes impactos irreparáveis para a sociedade.

A interface da análise destas duas obras fílmicas deve nos levar a indagar a todo momento: qual Poder de Estado queremos para direcionar as instituições dos poderes constituídos que impactam toda a sociedade em suas relações no cotidiano?

Por outro lado, percebemos que, tanto num regime autoritário quanto no democrático, erros judiciários ocorrem. Porém, apesar de a nossa democracia ainda ser frágil, é neste regime que foi possível estabelecer políticas públicas que possibilitam mudar a vida de pessoas com vulnerabilidade social, permitindo a elas o acesso à educação superior, aos bens, serviços, saúde e, conseqüentemente, lutar contra as injustiças presentes na sociedade ou validadas pelo Estado.

Para o avanço e a conquista de uma cidadania plena para todos brasileiros faz-se necessário assegurar-lhes os direitos, civis, sociais e políticos, pois, quando estes lhes são negados, temos um desequilíbrio e a injustiça ocorre de forma muito mais violenta.

Podemos, a todo momento, nos perguntar qual história estamos construindo: uma história de “amor e fúria” ou uma história de respeito à vida e de oportunidade para todos? E que, no decorrer do tempo e da defesa da vida e dos princípios democráticos, a força de Anhangá seja vencida e o mito fique longe de nossa realidade concreta.

6.2- Entre as semelhanças e diferenças: o retorno de Anhangá

A distância de espaço e tempo entre os erros judiciários do “Caso dos Irmãos Naves” e o acontecimento recente da Operação Lava Jato retratada na película “Polícia Federal- A Lei é para todos” mostram as similaridades e diferenças presentes nos dois casos.

Desta forma, realizaremos uma análise comparada segundo alguns pontos referentes às obras fílmicas: “O caso dos Irmãos Naves” e a “Polícia Federal- A Lei é para todos”, que apresentam semelhanças e diferenças. Segundo Alves e Sahr (2014), é uma das propostas dos estudos comparados:

Os estudos comparados desenvolveram-se e permanecem nas abordagens contemporâneas na busca por similaridades e/ou diferenças. Um dos especialistas contemporâneos na política comparada é Sartori, que aborda o método comparativo visando, conforme Gonzalez (2008), “[...] encontrar semelhanças e diferenças, o que pode ser feito pelo uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou os sistemas mais diferentes” (Alves e Sahr, 2014, p. 06).

As estratégias de análises utilizadas nesta pesquisa foram desenvolvidas apoiadas na pesquisa qualitativa, por meio de referências bibliográficas, documentais, Análise do Discurso e Análise Comparada.

Na construção do *corpus* da pesquisa, uma fonte documental foi o acesso, por meio de plataforma digital You Tube, que tinha as obras fílmicas disponíveis, seguido de análise, seleção das cenas e descrição das mesmas. Teve, como proposição, questões elaboradas com base no referencial teórico. Conforme destaca Maingueneau (2015), a Web torna-se um espaço de muitas possibilidades e referências:

Estamos diante de um mundo “virtual” de limites impensáveis, um mundo in-localizável, mas acessível de qualquer lugar, que absorve uma parte crescente das atividades discursivas e se infiltra progressivamente em todas. A Web transforma em profundidade o que se pode entender por “universo do discurso”. Cada vez mais, este último aparece não como a interpenetração cada vez mais profunda de dois universos de discurso, mas como um universo atravessado por uma falha constitutiva entre dois constituintes assimétricos cujas relações evoluem sem cessar e que são indissociáveis, sem serem complementares. Pensar esta duplicidade, elaborar os conceitos e os métodos pertinentes para estudá-la é um dos desafios a que os estudos de discurso deverão dar relevo, como aliás, deverão fazê-lo as ciências humanas e sociais.” (Maingueneau, 2015, p.148).

Nossa visão de mundo e a construção do conhecimento geográfico perpassam pelas referências às quais temos acesso, e, conseqüentemente, fazem parte do universo

do discurso e da sociedade da qual fazemos parte. A Web se faz presente neste universo e precisamos navegar por estas fontes.

Apresentamos o Quadro 08- Sinopse para Análise Comparativa das obras filmicas “O Caso dos Irmãos Naves” e “Polícia Federal - A Lei é para todos”, um panorama para nossa discussão.

A primeira semelhança entre esses dois filmes é que o roteiro das duas obras filmicas foi baseado em livros publicados retratando os fatos. “O Caso dos Irmãos Naves” foi escrito pelo advogado João Alamy Filho, que acompanhou todo o caso até a anulação do processo e indenização de Sebastião Naves e dos herdeiros do seu irmão Joaquim Naves. O filme “Polícia Federal- A Lei é para todos” foi escrito por autores que tiveram como base os relatórios da equipe de investigadores da Polícia Federal de Curitiba.

Apesar de serem ambientados em tempo históricos diferentes, em ambos os casos se tem um panorama político e social tomando forma no contexto local. Na época do ocorrido com os Irmãos Naves, em 1937, tem-se a mudança da Era Vargas para uma nova fase chamada de “Estado Novo” (que, na verdade, aprofundaria as restrições à liberdade de imprensa, o fechamento do Congresso e o fortalecimento do Regime Ditatorial, no período de 1930 a 1945).

Em relação ao período de investigação da Operação Lava-Jato, este se inicia em março de 2014, num ano eleitoral, no Regime Democrático de Direito, quando as disputas políticas já estavam acirradas e informações previamente selecionadas eram divulgadas deixando grande parte da população refém delas, sem aporte claro de informações que tivessem outras fontes a não ser as direcionadas pela grande mídia.

O cumprimento das normas jurídicas com o objetivo de resolver os casos e fazer prevalecer a justiça aparece como a meta principal dos delegados e das equipes de investigação. Uma parte do nome do filme “A Lei é para todos” que retrata a Operação Lava Jato dá a tônica de que a isonomia está sendo cumprida.

Todavia, o que se desenvolve são narrativas para dar uma resposta à sociedade (que os casos estão sendo resolvidos); porém, estão limitados pela prerrogativa de pessoas que conduzem a investigação para atingir outros interesses.

Quadro 08- Sinopse para Análise Comparativa das Obras Fílmicas “O Caso dos Irmãos Naves” e “Polícia Federal - A Lei é para todos”

Questão para análise	Sinopse do filme “O caso dos Irmãos Naves”	Sinopse do filme: “Polícia Federal- A Lei é para todos	Cronograma do o caso dos Irmãos Naves (1937-1967)	Cronograma da Polícia Federal- A Lei é para todos (Operação Lava Jato) - (2014-2021)
1-Tema central do filme (Roteiro)?	-Ambientado em 1937, o filme “O caso dos Irmãos Naves” é gravado 30 anos depois do fato ocorrido na cidade de Araguari-MG, em 1967, pelo diretor Luís Sérgio Person, que utiliza do estilo realista para mostrar um dos casos mais emblemáticos do judiciário brasileiro.	-O tema central do filme é a busca pela justiça, num processo conduzido pelo Juiz Sérgio Fernando Moro e pela equipe de delegados e investigadores da Superintendência da Política Federal de Curitiba –PR, Porém, o resultado desencadeado das ações configuraram na prisão injusta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de delações premiadas e outras.	-29/11/1937 – Sumiço de Benedito Pereira Caetano (27anos), na cidade de Araguari-MG, sócio em um caminhão Ford V-8, dos Irmãos Sebastião Naves e Joaquim Naves. -30/11/1937 – Sebastião José Naves (32 anos) e Joaquim Naves (25 anos) esperam Benedito Pereira. Ele não chega e começam a procurá-lo pela cidade.	2014 1ª fase: 17/03/2014 – O início de uma operação histórica 2ª fase: 20/03/2014 – Ex-diretor da Petrobras é preso 3ª fase: 11/04/2014 – Buscas na sede da Petrobras 4ª fase: 11/06/2014 – Prisão às vésperas da Copa 5ª fase: 01/07/2014 – “Laranjas” de Youssef são presos
2-O que o diretor mostra e quer focar nas cenas escolhidas?	-Nas gravações das cenas, além de abranger esta fatalidade do judiciário brasileiro, mostram a arbitrariedade da prisão, a acusação sumária sem provas, sem corpo da vítima e sem encontrar o dinheiro que o mesmo carregava, demonstra um <i>modus operandi</i> do Delegado-Tenente Francisco Vieira dos Santos e das forças policiais daquele período (que infelizmente perduram até a atualidade).	-O diretor Marcelo Antunez tinha como proposição mostrar para a sociedade os bastidores do núcleo de investigadores da Operação Lava Jato da Superintendência Polícia Federal de Curitiba-PR que atuavam no caso. Porém, o foco não era dar uma visão dos dois lados (dos investigadores e investigados). O foco era centrado nos investigadores, que tinha como objetivo fazer a lei valer para todos	-30/11/1937 - Sebastião Naves e Joaquim Naves Rosa, não achando o sócio, vão à delegacia relatar o caso para o delegado civil da cidade, Ismael Benedito do Nascimento. -30/11/1937- O Delegado Ismael Benedito do Nascimento concorda em chamar a família de Benedito e mandar ver se	6ª fase: 22/08/2014 – Genro de Paulo Roberto Costa é alvo das investigações 7ª fase: 14/11/2014 – Presidentes de empreiteiras são presos 2015 8ª fase: 14/01/2015 – Nestor Cerveró é detido 9ª fase: 05/02/2015 –

	-Destacamos que as cenas escolhidas para análise encontram-se no Anexo I.	sem pretensões partidárias, aparentemente. -Destacamos que as cenas escolhidas para análise encontram-se no Anexo II.	ele estava na fazenda de seus pais. -22/12/1937- O delegado Ismael Benedito do Nascimento passa a delegacia para o novo titular, Tenente Delegado Francisco Vieira dos Santos - 29/12/1937 – 2º Inquérito Policial e prisão dos Irmãos Naves -06/01/1938 – O advogado de defesa João Alamy Filho, consegue o 1º Habeas Corpus, concedido pelo juiz Arnaldo Orlando Teixeira de Moura. -12/01/1938 –Joaquim Naves assina a confissão do crime, após ele e sua família sofrerem torturas. -03/02/1938 – Sebastião Naves confessa o crime, após muitas sessões de tortura. -01/03/1938 – O advogado de defesa, João Alamy Filho, consegue o 2º Habeas Corpus para os	Empresas de fachada 10ª fase: 16/03/2015 – Operação Que País é Esse? 11ª fase: 10/04/2015 – Prisão de ex-deputado petista 12ª fase: 15/04/2015 – Tesoureiro do PT é preso 13ª fase – 21/05/2015 – Denúncias se aproximam de José Dirceu 14ª fase: 19/06/2015 – Prisões na Odebrecht e Andrade Gutierrez 15ª fase: 02/07/2015 – Conexão Mônaco 16ª fase: 28/07/2015 – Operação Radioatividade 17ª fase: 03/08/2015 – José Dirceu é preso 18ª fase: 13/08/2015 – Continuação da Operação Pixuleco 19ª fase: 21/09/2015 – “Ninguém durma” 20ª fase: 16/11/2015 – Desvios nas obras de Abreu e Lima 21ª fase: 24/11/2015 – Amigo de Lula é preso 2016 22ª fase: 27/01/2016 –
3-Qual a intenção do diretor na Produção da cena? No caso, quais são as intenções das cenas captadas pela(o) pesquisadora (o) e espectadora (o).	-Reportando ao contexto histórico, o caso acontece em plena ditadura da Era Vargas, no início do período do Estado Novo, em 1937. O filme é gravado em 1967 em plena ditadura militar, mostrando ou deixando evidente que o <i>modus operandi</i> ainda se mantém com violência e tortura, como sempre ocorre num regime em que todas as liberdades de expressão, de defesa e de respeito aos direitos humanos são deixados de lado, são literalmente esvaziados das relações entre força política, policial e membros da sociedade que não se enquadram e são consideradas pessoas com perfil subversivo.	-Na produção das cenas o diretor tem como foco mostrar as ações da equipe de investigadores, conectados, eficientes na resolução dos casos, e que a justiça impera em todas as ações. Porém não mostra a forma como as informações eram conseguidas pelo Ministério Público de Curitiba, tendo como Procurador Deltan Dallagnol. As interceptações foram consideradas indevidas e as provas foram anuladas pelo STF, conforme destacado pelo ministro do STF, Dias Toffoli, em seu relatório sobre o caso.		
4-Qual é a realidade e o objetivo da obra fílmica?	- As cenas mostram estas violações e a dificuldade. Mesmo apoiado nas normativas jurídicas, a dificuldade da defesa realizada pelo advogado João Alamy Filho, de conseguir que os irmãos Naves respondam em	- A realidade objetiva da obra fílmica tem como foco de investigação a gestão do governo Lula (2003-2010), com as investigações do “mensalão” em 2005, arranhando a imagem do ex-		

	<p>liberdade, por meio de um Habeas Corpus, já que o crime não foi comprovado e a confissão se dá por meio de violência e tortura. As diversas tentativas de libertar os Irmãos Naves, pelo advogado de defesa João Alamy Filho, não surtem efeito e eles vão a julgamento, “não intervir e deixar que a realidade confesse o seu sentido. (Xavier, 2021, p. 75)</p>	<p>presidente Lula e do partido PT, e com a Operação Lava Jato, na qual há investigação de doleiros ligados a grandes executivos e agentes públicos envolvidos em corrupção e lavagem de dinheiro.</p>	<p>irmãos -27/06/1938- Ocorre o 1º Julgamento e os Irmãos Naves são absolvidos por 6 votos contra 1 voto, eles são condenados a 25 anos e 6 meses de prisão. Recurso do Ministério Público anula o julgamento. -21/03/1939 – Ocorre o 2º Julgamento. - Dr. João Alamy Filho impetra recurso e consegue reduzir a pena para 16 anos e 6 meses. - 19/09/1946 – Os Irmãos Naves cumprem a metade da pena e conseguem o direito de liberdade condicional, após reclusão de 8 anos, 6 meses e 7 dias, considerando a contagem da pena retroativa à prisão em 24/01/1938. -22/05/1948 – Morre, em Belo Horizonte, o delegado Tenente Francisco Vieira dos</p>	<p>Tríplex no Guarujá sob investigação 23ª fase: 22/02/2016 – Marqueteiro de campanhas petistas é preso 24ª fase: 04/03/2016 – Condução coercitiva de Lula 25ª fase: 21/03/2016 – A Lava Jato chega a Portugal 26ª fase: 22/03/2016 – Prisões na Odebrecht 27ª fase: 01/04/2016 – Operação Carbono 14 28ª fase: 12/04/2016 – Ex-senador é preso 29ª fase: 23/05/2016 – Operação Repescagem 30ª fase: 24/05/2016 – Operação Vício 31ª fase: 04/07/2016 – Operação Abismo 32ª fase: 07/07/2016 – Banco panamenho na mira 33ª fase: 02/08/2016 – Prisões da Queiroz Galvão . 34ª fase: 22/09/2016 – Guido Mantega é preso 35ª fase: 26/09/2016 – Palocci na cadeia 36ª fase: 10/11/2016 –</p>
<p>5- Qual é a representação dos aspectos subjetivos dos protagonistas envolvidos?</p>	<p>-A realidade expressa na obra fílmica mostra os extremos a que pode chegar uma acusação e o mais grave é quando o caso cai nas mãos de uma pessoa que mostra desequilíbrio psíquico, pois passa a estender esta violência aos familiares da vítima e às pessoas simples da cidade</p>	<p>-A representação dos aspectos subjetivos dos protagonistas envolvidos (agente, investigadores, delegados, juiz e promotor) para que a lei prevaleça e a justiça seja o foco de toda operação, e que sua resolução seja uma resposta de defesa aos direitos civis, políticos e sociais para o cumprimento e exercício de uma plena cidadania. De acordo com o relatório apresentado pelo STF, não era este o foco dos envolvidos na condução das investigações.</p>		
<p>6- Qual é o sentido que a realidade fílmica revela?</p>	<p>- Diante da história verídica ocorrida com os Irmãos Naves, a realidade é explicitada na tela: o terror imposto a dois homens simples sofrendo tortura para</p>	<p>- Mostrar para a sociedade os bastidores de uma operação que abalou a estrutura política do país, em que se foi evidenciando que a justiça estava sendo cumprida com a</p>		

	confessar um crime que não cometeram. Expostos a tanta violência e tortura, os Irmãos Naves confessam um crime que não ocorreu e que não cometeram.	prisão de empresários de grandes construtoras, agentes públicos e até do líder político que exerceu o cargo máximo do país, o ex-presidente Lula.	Santos. - 28/08/1949 – Morre Joaquim Naves, aos 37 anos, em um asilo onde estava devido ao tratamento de uma doença. -24/07/1952 – Benedito Pereira Caetano retorna à fazenda do pai na cidade de Nova Ponte -MG. -25/07/1952 – Benedito Pereira Caetano presta declaração na delegacia de Araguari –MG. - 30/09/1952 – Petição do advogado João Alamy Filho, para revisão do processo criminal, junto ao Tribunal de Justiça de Minas: “a execução do acórdão que postulou a obrigação de indenizar os inocentes por parte do Estado.” (Alamy,1961, p. 352). -14/10/1953 – Anulação do processo contra os Irmãos Naves. - 18/03/1961 – O advogado João Alamy	Operação Dragão 37ª fase: 17/11/2016 – Sérgio Cabral preso 2017 38ª fase: 23/02/2017 – Petrobras e lobistas 39ª fase: 28/03/2017 – Operação Paralelo 40ª fase: 04/05/2017 – Estatal e as empreiteiras 41ª fase: 26/05/2017 – Exploração de petróleo na África 42ª fase: 27/07/2017 – Prisão de Aldemir Bendine 43ª e 44ª fases: 18/08/2017 – Operações simultâneas 45ª fase: 23/08/2017 – Operação Abate II 46ª fase: 20/11/2017 – Petrobras e Odebrecht 47ª fase: 21/11/2017 – Transpetro na mira da PF 2018 48ª fase: 22/02/2018 – Propina nas estradas 49ª fase: 09/03/2018 – Delfim Netto e Belo Monte 50ª fase: 23/03/2018 – De novo, a Transpetro 51ª fase: 08/05/2018 – Operação Déjà Vu
7- Quais são os valores compartilhados pelos protagonistas?	-Focando novamente no interior do enquadramento procuramos notar o universo social dos protagonistas deste drama, que conseqüentemente expressa o exterior do enquadramento do “espaço vivido” pelos protagonistas na sociedade local. Os irmãos Naves são homens simples que vivem da comercialização da sua produção e de outros produtos, da área rural, na cidade de Araguari-MG e região, onde têm sociedade com o primo Benedito Pereira.	-Os valores compartilhados pelos protagonistas no caso o Delegado do caso Ivan e Juiz Sérgio Moro, procura mostrar a imparcialidade da equipe (o que não convence), pois, no exterior do enquadramento, foi uma outra posição que prevaleceu na condução das investigações e a posição do juiz Sérgio Moro foi muito mais ativa, conforme mostrado pelo relatório do STF. Ele tinha contado direto com o Ministério Público na condução das investigações e as tomadas de decisão aconteciam em tempo real.		
8-Quais são os valores compartilhados pelos outros núcleos da trama que se destacam nas cenas analisadas?	-O outro núcleo de personagens é a força policial da cidade composta pelo Delegado-Tenente Francisco Vieira dos Santos, os seus soldados da delegacia e outros funcionários. O Delegado-Tenente inicia momentos de horror aos Irmãos Naves e sua família, com violência e tortura, tanto na delegacia quanto	-Os valores culturais e de visão de mundo compartilhados por este grupo vão dar a tônica de todo o processo, tendo como forte aliado os principais veículos de informação, que propagam os resultados das ações que vão sendo realizadas pela Operação Lava Jato.		

<p>9- Como se configura e ocorre o circuito cultural da obra fílmica?</p>	<p>em espaços abertos fora da cidade.</p> <p>a)A trama do filme vai mostrando o universo cultural do período. Destacamos a cena que Sebastião Naves vai conversar com o cunhado, Inhozinho, para pagar a compra de uns frangos e tentar deixar uma quantia a mais, caso a esposa dele precisasse.</p> <p>b)O primeiro depoimento da família Naves, com o novo Delegado-Tenente Francisco Vieira dos Santos, mostra a versão dos fatos ocorridos com o sumiço de Benedito Pereira, sendo questionado pelo atual delegado. O Delegado-Tenente e sua equipe agem de forma inconsequente, injusta, desrespeitosa e desumana, não só com os suspeitos e acusados do crime, embora não tenham sido localizados nem o corpo da vítima e nem o dinheiro.</p> <p>c) Diante do sofrimento dos filhos, a mãe dos acusados, Ana Naves, procura apoio com a mulher do advogado João Alamy Filho que, diante dos relatos de violência dos Irmãos Naves e de toda a família, aceita defender os irmãos.</p>	<p>-O circuito cultural da obra fílmica “Polícia Federal- A lei é para todos”, encabeçada pelo juiz Sérgio Moro e pelo delegado que coordena a equipe, Ivan, da Operação Lava Jato, vai se estender e influenciar grupos com outra tônica política com <i>slogan</i> de combate à corrupção e mostrando que a lei é para todos. O sistema de influência e estratégias de como atingir o alvo ou destruir o alvo, passa a se referenciar na posição que o ator principal está e onde ele pode prejudicar ou ajudar os acusados com delações premiadas ou prisões.</p>	<p>Filho, lança a obra literária “O caso dos Irmãos Naves”, na cidade de Araguari-MG.</p> <p>-18/03/1963- Sebastião Naves faleceu aos 59 anos.</p> <p>- 02/07/1963- Faleceu Ana Roza Naves.</p> <p>-1967- Lançamento do filme “O caso dos Irmãos Naves”, em Araguari-MG, onde ocorre o “Avante-Premier” com presença do diretor Luís Sérgio Person, e de atores que participaram do filme, no Cine Theatro Rex. (Peixoto e Campos, (2013, p.366)</p>	<p>52ª fase: 21/06/2018 – Favorecimento em contratos</p> <p>53ª fase: 11/09/2018 – Beto Richa preso</p> <p>54ª fase: 25/09/2018 – Lava Jato cruza Atlântico pela segunda vez</p> <p>55ª fase: 26/09/2018 – “Anel da Integração” volta à mira</p> <p>56ª fase: 23/11/2018 – Corrupção na sede da Petrobras</p> <p>57ª fase: 05/12/2018 – Operação Sem Limites 2019</p> <p>58ª fase: 25/01/2019 – Beto Richa retorna à cadeia</p> <p>59ª fase: 31/01/2019 – Transpetro volta a ser alvo</p> <p>60ª fase: 19/02/2019 – Primeira denúncia em SP</p> <p>61ª fase: 08/05/2019 – Disfarces de Mamon</p> <p>62ª fase: 31/07/2019 – Propina disfarçada de doação de campanha</p> <p>63ª fase: 21/08/2019 – Refinanciamento de dívidas</p> <p>64ª fase: 23/08/2019 – Prejuízo de R\$ 6 bi nos cofres públicos</p> <p>65ª fase: 10/09/2019 –</p>
---	--	--	--	---

<p>10- Como os diálogos são estabelecidos na obra fílmica que evidencia o sistema representacional dos envolvidos?</p>	<p>a) Todas estas ações do representante da força policial da cidade mostram o despreparo dele para conduzir as investigações: em vez de zelar pela segurança, gera um clima de insegurança, que impacta a opinião pública local, que passa a acreditar que os Irmãos Naves teriam cometido o crime. Em várias cenas, o enquadramento mostra o Delegado-Tenente colhendo depoimentos de testemunhas e, ao fundo, a foto do Presidente Getúlio Vargas, como símbolo do Poder do Estado, representado pela autoridade do delegado.</p> <p>b) Fica evidente neste trecho a postura de Sebastião Naves que, além de não cometer o suposto crime, procura provar sua dignidade de homem trabalhador honesto e sua inocência e de sua família em relação ao crime. Mas a força policial e suas arbitrariedades vão continuar até após os julgamentos dos Irmãos Naves.</p> <p>c) Apesar de todas as evidências da inocência dos Irmãos Naves, da</p>	<p>a) O sistema representacional dos envolvidos na obra fílmica mostra com certo glamour a atuação e os resultados conseguidos pela Operação Lava-Jato, na qual foi priorizada a visão do núcleo de comando da equipe da Polícia Federal de Curitiba. Este poder foi exercido de todas as formas.</p> <p>b) A representação simbólica que ganha a figura do Juiz Sérgio Moro, como um profissional que preza pelo cumprimento da justiça, não importando o cargo, a influência do investigado, torna-se o ícone perfeito que vai indicar novos ventos de mudanças e outras configurações do Poder político do país.</p> <p>c) Porém, o exercício, de fato, foi o poder de expulsão ritualizada, por meio do rito jurídico, que tinha como foco eliminar e neutralizar o PT, para que outro grupo político assumisse o comando do país.</p> <p>d) Estas evidências vão sendo questionadas pelo núcleo da própria</p>		<p>Família Lobão 66ª fase: 27/09/2019 – Funcionários do Banco do Brasil envolvidos 67ª fase: 23/10/2019 – Operação Tango & Cash 68ª fase: 20/11/2019 – Lava Jato na Suíça 69ª fase: 10/12/2019 – Lula e Oi/Telemar 70ª fase: 18/12/2019 – Operação Óbolo 2020 71ª fase: 18/06/2020 – Operação Sem Limites II 72ª fase: 19/08/2020 – Operação Navegar é Preciso 73ª fase: 25/08/2020 – Vital do Rêgo Filho e CPMI 74ª fase: 10/09/2020 – Operação Sovrapprezzo 75ª fase: 23/09/2020 – Operação Boeman 76ª fase – 07/10/2020 – Mais uma vez a Petrobras 77ª fase – 20/10/2020 – Sem Limites IV 78ª fase – 26/11/2020 – Sem Limites V 79ª fase – 12/01/2021 – Operação Vernissage</p>
--	--	---	--	--

	<p>absolvição pelo júri em dois julgamentos, os recursos de apelação acabaram ganhando e os acusados acabam presos. Destacam-se nesta caminhada as ações e a atuação do Advogado João Alamy Filho, que tentou, por meio de diversos recursos jurídicos, defender a integridade dos Naves.</p>	<p>equipe da Polícia Federal. No final, o coordenador das investigações, o Delegado Ivan, questiona para quem realmente eles estão servindo. Sai um grupo político e entra outro. A sua fala “a quem estamos favorecendo” vai trazer realmente mudança para o Brasil.</p> <p>e) As nuances do sistema representacional vão se desenhando na obra fílmica, que tem como resultado a prisão, durante 580 dias, do ex-presidente Lula, o <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Vana Rousseff e o crescimento da extrema direita que levou à eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro.</p>		
--	---	---	--	--

Fonte: Alamy. João Filho. O caso dos Irmãos Naves: O erro judiciário de Araguari. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1961. Peixoto, Juscélia Abadia. Vieira, Aparecida de Glória Campos. Araguari e sua história. Goiânia: Kelps, 2013. Otoboni, Jéssiva. Freire, Diego. Relembre todas as 79 fases da Operação Lava Jato, que chegou ao fim. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao/> Acesso em: 10 jan. 2024. Org. Rodrigues, Maria dos Anjos Pereira (2024)

No caso dos Irmãos Naves, foram infringidos todos os direitos à liberdade quando ocorreram sessões intermináveis de tortura aos investigados e suas famílias, mesmo tendo um advogado que os defendesse, e quando foram negados os direitos de Habeas Corpus expedidos para liberação dos acusados. O mais grave é que mesmo não aparecendo o dinheiro e nem o corpo da vítima, os dois foram condenados e cumpriram pena em regime fechado. Com o aparecimento do réu, vivo, o advogado João Alamy Filho retoma o caso pedindo a anulação do processo e a indenização, pelo estado. Este fato foi divulgado por toda a imprensa nacional, segundo Peixoto e Vieira (2013):

Com a proclamação de sua inocência, decretou igualmente o Tribunal o seu direito e haver do Estado uma justa indenização pelos danos sofridos em decorrência não só das atrocidades sofridas por ação ilícita da polícia mineira, como do próprio erro judiciário pela resultante, pois que a mais negra miséria abateu sobre as duas famílias, em decorrência dos sofrimentos e de condenação de seus chefes. (Jornal Gazeta do Triângulo, 10 janeiro 1960). (Peixoto e Vieira, 2013, p. 365).

Com a anulação do processo, ficou evidente o erro judiciário cometido pela condução do delegado Vieira e endossado pelo sistema jurídico da época, o que caracterizou-se ser o maior erro judiciário do sistema brasileiro, ressaltando, nesta trajetória, o papel fundamental e a ética profissional do advogado de defesa, João Alamy Filho.

Na Operação Lava Jato, mesmo os procedimentos de investigação por meio de delações premiadas serem questionados por juristas, toda investigação continuava avançando até chegarem à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme descrevemos no tópico anterior, o advogado de defesa, Cristiano Zanin, e até o STF tiveram dificuldade de ter acesso ao processo para prosseguir com a defesa do investigado. Finalizando o relatório sobre as conduções da Operação Lava-Jato, o ministro Toffoli (2023), destaca.

Digo então, em conclusão, Senhores Ministros, e já pedindo desculpas por ter me alongado, essa análise não exaustiva e ainda muito preliminar dos diálogos sugere a ocorrência de graves vícios em investigações e ações penais que podem, ainda que potencialmente, ter prejudicado o exercício da defesa do paciente, como pode ter afetado o direito de defesa de outros pacientes. Por isso é de rigor o reconhecimento do direito de acesso, e é disso que estamos falando, só do direito do acesso, nos termos da Súmula Vinculante 14. (Toffoli, 2023, p. 130-131)

Apoiado nas referências e nas duas obras fílmicas analisadas, mostramos no Quadro-08 uma síntese dos acontecimentos que envolveram os dois casos, a fim de, por meio da visualização, contribuir para o entendimento dos acontecimentos.

As diferenças que estão presentes nas obras fílmicas abrangem os contextos socioespaciais, políticos, culturais e históricos onde os casos ocorreram.

Com a saída do delegado Ismael Benedito do Nascimento e a chegada do Tenente Vieira, há toda uma investigação direcionada para cumprir a lei com narrativas que fazem com que o crime seja atribuído aos Irmãos Naves, que são presos, condenados e cumprem prisão em regime fechado.

Os valores compartilhados pelos moradores da cidade de Araguari-MG naquele período estão alicerçados no valor do trabalho, na honestidade nas relações econômicas e sociais, na religiosidade presente nas famílias e nas relações comunitárias. Neste contexto, a honra era primordial, pois era o passaporte deles nesta estrutura social, Peixoto e Vieira (2013, p. 367) destacam as referências da perspectiva histórica do caso: “Mais do que uma referência histórica, bibliográfica e biográfica, ‘O Caso dos Irmãos Naves’ motiva a reflexão quanto aos princípios básicos dos direitos humanos”.

Este caso é uma referência primordial para percebermos que quando uma injustiça atinge a vida de uma pessoa deixa rastros de destruição física, psicológica, econômica, social e cultural, na qual o sujeito que sofre a ação leva isso por toda a sua vida e, conseqüentemente, se estende para toda a sua família e seus descendentes.

O filme “A Polícia Federal – A Lei é para todos”, que retrata a Operação Lava Jato, resulta na prisão de doleiros, empresários, políticos, agentes públicos e do ex-presidente Lula.

O impacto das ações da Operação Lava Jato teve repercussão nacional e internacional por atingir figuras políticas de grande expressão regional e nacional. As investigações se iniciam em 2014, num regime de Estado Democrático de Direito, tendo como presidente em exercício a senhora Dilma Vana Rousseff.

Apesar de a maioria dos envolvidos terem foro privilegiado, todas as investigações são conduzidas pela equipe da Polícia Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba e pelo Ministério Público Federal de Curitiba. Além de conduzir as investigações fazendo alinhamentos com o Ministério Público Federal, dificultava o acesso aos documentos do processo – aos advogados de defesa e também ao STF, quando este o solicitava. Conforme relatório de Toffoli (2023):

De igual modo, oficie-se o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba e ao Ministério Público Federal de Curitiba, pela derradeira vez, para que apresente, no prazo impreterível de 10 (dez) dias, o conteúdo integral de todos os documentos, anexos, apensos e expedientes relacionados ao Acordo de Leniência da Odebrecht, inclusive no que se refere a documentos recebidos do exterior, por vias oficiais ou não, bem como documentos, vídeos

e áudios relacionados às tratativas – inclusive prévias com cronograma – desde as primeiras reuniões e entabulações, bem como as colaborações premiadas vinculadas ao referido acordo de leniência, sob pena de incidência no crime ao referido acordo de leniência, sob pena de incidência no crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal. (Toffoli, 2023, p. 133).

Estes procedimentos de investigações, delações, acordos de leniência e prisão dos envolvidos tem ampla repercussão nacional e internacional, com divulgação de fatos e *fake news*, gerando uma dualidade e desesperança na população diante dos acontecimentos, em que as informações têm um objetivo claro de, muitas vezes, confundir e mostrar apenas um ângulo dos acontecimentos. Segundo Ramonet (2019):

No mundo das *fake news*, a geopolítica está mudando na Europa, na América Latina, nos Estados Unidos e na Ásia. A pós-verdade e os fatos alternativos estão modificando o campo da informação e as batalhas eleitorais, e redesenhando as opiniões públicas. É um problema para a democracia, que se vê debilitada por conta da imensa confusão criada por tais fenômenos. É cada vez mais difícil distinguir entre o certo e o falso, o bom e o mal, o autêntico e o errôneo. Os cidadãos estão perplexos diante das rajadas de verdades emocionais, de verdades fictícias, de verdades disfarçadas. Não será um problema fácil de resolver. Uma coisa é identifica-lo, outra solucioná-lo. As próximas campanhas eleitorais em qualquer país democrático conhecerão esse tipo de manipulação, aberta ou subterrânea. Por que é perigoso? Porque a História nos ensina que quando desaparece a verdade, também desaparece a liberdade”. (Ramonet, 2019, p.130).

O desafio da pós-verdade, presente no meio midiático, teve as suas consequências na Operação Lava Jato, nos envolvidos culpados ou não, de uma sociedade sendo bombardeada com informações que desmontavam uma estrutura política dando lugar à outra forma de Poder, com a extrema direita ganhando as eleições. A mídia, no contexto de uma sociedade democrática, é o veículo que mostra teoricamente, para a sociedade, fatos e acontecimentos que expressam os cenários políticos, culturais, socioespacial, econômicos e outros, que envolvem neste conjunto a afetividade e as emoções que são mostradas pela notícia, Charaudeau (2015) comenta:

Mas pode-se também falar de automanipulação das mídias sobre a pressão de suas próprias representações. Por um lado, as representações da instância midiática sobre o alvo da informação, sobre o interesse e a afetividade do alvo, representações que tendem a privilegiar a emoção sobre a razão e a construir esse alvo como um conjunto homogêneo de valores e de crenças. Por outro lado, as representações da instância midiática a respeito de si mesma quanto a seu próprio engajamento, que se presume neutro do ponto de vista político, mas engajado do ponto de vista da moral social. (Charaudeau, 2015, p. 258)

A representação de um político de origem humilde como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva envolvido em escândalos de propina com uso da máquina pública o

colocava como outros políticos que se envolviam em corrupção para manter-se no poder.

Esta representação quebra um contrato de comunicação que era estabelecido pela sua trajetória social e política diante de tantos escândalos veiculados pela mídia. Charaudeau (2015, p. 226) destaca: “Mas esse procedimento, para ter efeito, depende do contrato de comunicação. É somente na medida em que o contrato de informação constrói um propósito que se destina a mostrar a realidade externa aos sujeitos que essa função pode pôr em cena efeitos de *descoberta da verdade*.”

Tem-se toda uma representação do sujeito invalidado pelos fatos veiculados pela mídia. Conforme colocado por Ramonet (2019), esta conjunção de fatores não é de fácil resolução e torna-se um desafio cada vez mais complexo para o sistema democrático em todos os países, e o Brasil não foge à regra.

No Quadro 08- Sinopse para Análise Comparativa dos Obras Fílmicas “O Caso dos Irmãos Naves” e “Polícia Federal - A Lei é para todos”, apresentamos o cronograma sinopse das datas relevantes dos dois casos, que mostram as narrativas que foram se configurando no tempo e no espaço destes erros do judiciário brasileiro. Na relação de tempo e de espaço, Massey (2008) destaca:

Desde os primórdios da filosofia ocidental, a apreensão do tempo em uma sequência numérica foi pensada como sua espacialização. O apelo desta argumentação já foi reconhecido. O problema está no movimento que vai da espacialização à caracterização do espaço. Referências traçando a persistência dessa imaginação seriam numerosas e cansativas. Talvez apenas uma, para indicar a essência do caso: Whitehead (1927-1985) escreve sobre a “imedição presentacional” do espaço que “permite ao espaço falar pela dimensão menos acessível do tempo, com diferenças no espaço sendo usadas como um substituto para as diferenças do tempo” (pp.21-3). Devo sugerir que um caminho de desenvolvimento para esse agora-hegemônica equivalência entre espaço e representação pode ter feito seu caminho através do século XIX e princípio do século XX, nas batalhas sobre o significado do tempo. Isto não significa, naturalmente, de forma alguma, uma “crítica”: tal inserção é inevitável. Significa, simplesmente, enfatizar que esse posicionamento intelectual é o produto de um processo: não é, por qualquer razão, auto-evidente. (Massey, 2008, p. 52).

O espaço atemporal dos dois casos mostra a espacialidade dos acontecimentos que decorreram com o passar do tempo, mostrando as rugosidades como testemunho de que a história pode vir a se repetir.

Os dois casos reais representados pelas obras fílmicas evidenciam acontecimentos do passado que podem ocorrer no presente ou no futuro e podem voltar a marcar a vida de cada um de nós.

A representação do mito Anhangá se mantém no decorrer dos fatos históricos do passado e pode se repetir no presente. Temos que vislumbrar mudanças que possam assegurar a toda humanidade que tais fatos não voltem a acontecer em nosso presente e nem em nosso futuro e projetar para o Brasil, nos níveis local, regional e nacional, serem livres das forças de Anhangá, onde a justiça assuma o lugar devido para que não ocorram mais casos como o dos Irmãos Naves, do ex-presidente Lula e de várias pessoas que tiveram suas vidas devastadas por erros judiciários que dissolveram vidas e sonhos.

Portanto, que a justiça seja de fato para todos e que Anhangá não reine mais na realidade presente e nem na futura como elemento devastador de vidas das pessoas. Que ele não imprima na história e no espaço seu efeito destruidor e que fique apenas como um mito distante. Mas, se Anhangá retornar, que possamos identificar e ficar do lado da verdade que gera a justiça para todos.

Considerações Finais

O impacto da imagem é indiscutível na sociedade moderna; conseqüentemente conhecer, aprender, pesquisar e ensinar pode ser utilizado de diversas formas.

Assim, alinhando os conhecimentos geográficos com a disciplina de Geografia, procuramos, por meio do aporte da linguagem cinematográfica na análise de duas obras fílmicas, entender as configurações regionais da histórica verídica dos Irmãos Naves, que ocorreu na cidade de Araguari-MG, inter-relacionando com o contexto nacional da obra fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, sobre a operação Lava-Jato, agregando estas análises à obra fílmica “Uma história de amor e fúria”, mostram, numa perspectiva temporal, como as situações de injustiças permanecem no decorrer do tempo.

Numa perspectiva regional, a obra fílmica baseada na história real do caso do Irmãos Naves mostra uma configuração de mentalidade que tem seus resquícios também na instituição da República que se inicia com um golpe de estado pelos militares.

A implementação da justiça pautada na isonomia talvez seja um dos grandes desafios não só das injustiças ocorridas no passado mas também do tempo presente.

Esta pesquisa atingiu o objetivo de analisar a contribuição da linguagem cinematográfica para o entendimento da análise socioespacial referente à justiça num contexto regional e nacional, com o aporte teórico da geografia e da produção das referidas obras fílmicas, relacionando o tema justiça numa perspectiva regional e nacional.

A opção metodológica da pesquisa documental se apoia em vários referenciais e aportes como: pesquisa em fontes primárias em arquivos públicos, livros, produções de artigos, teses, plataformas digitais e imagens, alinhando-os com a análise do discurso, pois o discurso expressa a visão do sujeito, com suas representações sociais, culturais e a forma como ele expressa todas estas questões no seu cotidiano.

Na construção desta pesquisa procuramos demonstrar que o conhecimento geográfico sobre um tema e sobre uma região pode ser adquirido e analisado por diversas fontes. Nossa escolha foi por obras fílmicas que mostram esta realidade que está inscrita em nossa história e na atualidade.

O resultado desta pesquisa apresenta como foram desenvolvidos e alcançados os objetivos específicos e os resultados das análises apreendidas em todo o processo.

Nos capítulos desenvolvidos, procuramos delinear um panorama da formação histórica e cultural da região do Triângulo Mineiro e a importância da Geografia Cultural como proposta de análise da Geografia para entender a relação da região com a linguagem cinematográfica e com o tema justiça que permeia o desenvolvimento desta pesquisa.

Para entendermos o nosso presente, faz-se necessário conhecer o nosso passado e a história contada e cristalizada que permeia gerações como fonte geradora de nosso presente.

Este olhar não deve ficar cristalizado no passado: diante dos fatos e dos referidos feitos históricos, deve questionar as bases do passado e se queremos propagar para as gerações futuras os mesmos métodos e os seus efeitos.

Percebemos que a mesma estrutura de formação do território brasileiro imposta pelos colonizadores foi expandida para todo o território nacional, deixando uma herança de reocupação de espaço e de corpos induzidos pela força e pela opressão.

A formação da região do Triângulo Mineiro não foge à regra: o imperativo da força fez-se valer por meio da dizimação dos povos indígenas, da destruição dos quilombos e da devastação da mata nativa.

A configuração regional reproduzida na forma micro mostra o que vinha sendo feito no macro. Lourenço (2010, p. 260) destaca: “o Triângulo permaneceu como área de fronteira ou *sertão* até a década de 1870. Reproduziu-se ali a organização econômica característica das demais regiões de Minas, fundamentada na *fazenda mineira*, cujos elementos centrais eram a agricultura diversificada, tendência à autossuficiência e escravidão.”

Estes efeitos na escala regional ficaram evidentes ao longo do tempo, com o domínio dos agentes capitalistas e da força pessoal expressa na estrutura de uma elite dominante que passa a controlar o crescimento e o acesso ao poder por meio do domínio ideológico.

Os fatos vão se inter-relacionando não só como história do passado: vão se tornando presentes e modelando nossa realidade. Ao nos depararmos com o hoje, não conseguimos esquecer o ontem. Segundo Santos (2012-c, p. 15): “Sem relações não há ‘fatos’. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise.”

Para seguirmos em frente, numa perspectiva de mudança e novas estratégias de uma estrutura social que envolva e inclua a todos e todas, tem-se um desafio constante

no presente de não seguir e nem reproduzir o que violentou corpos, mentes e natureza no espectro em que a força e a supremacia de um pequeno grupo prevaleça no destino da maioria. Que, ao olharmos pelo retrovisor, possamos aprender e com este aprendizado extrair o que foi bom e procurar fazer diferente o que não deu certo.

Nesse redesenhar, temos que ter coragem de conhecer nossa história, tocar na ferida, celebrar as conquistas, reconhecer nossas falhas, não repetir no presente as estruturas de forças que impõem o domínio sobre os outros e deixar nossa contribuição para as próximas gerações, com olhar e atitude crítica e, conseqüentemente, dar voz àqueles que nunca tiveram voz.

Neste caminhar, optamos por fazer a relação do contexto histórico com o tema justiça, tendo como aporte a linguagem cinematográfica, trazendo para a Geografia o suporte do audiovisual como elemento constituinte e fonte geradora da pesquisa, para análise das categorias geográficas de região e espaço.

Apesar da evolução dos aparelhos, como o cinematográfico, que proporciona a projeção de documentários e obras de ficção no final do século XIX e início do século XX – com ampliação de gêneros, tornando-se, ao longo do tempo, acessível a todas as idades e presente na sociedade moderna – a Geografia demora a incorporar esse instrumento como um recurso de análise e pesquisa.

Com o impacto de duas grandes guerras mundiais a partir de 1950, têm-se um delinear de novos paradigmas para entender e responder os desafios e traçar novos referenciais teóricos para uma mudança sócio espacial que vinha se desenhando.

A Geografia Cultural amplia as possibilidades de pesquisa e análise incorporando os aspectos constitutivos do cotidiano das pessoas e inter-relacionando as categorias geográficas com os temas que vão trazer a espacialidade humana para dentro da Geografia. Conforme Corrêa e Rosendahl (2012, p.87-103), tem-se uma gama de temas sendo abordados por geógrafos (as) brasileiros (as) como: espaço público, festas, formas simbólicas, gênero e sexualidade, religião, literatura e música, imagens, identidade cultural, região cultural e outros.

Desta forma, num processo constante de entendimento e pesquisa para traçar caminhos e referências de análise do tempo, do espaço e da sociedade, temos o desafio de incorporar ou retomar elementos e temas presentes em nossa cultura fazendo a ponte para a construção do conhecimento geográfico.

Neste caso, a ponte como ligação não seria apenas um trampolim como meio para entender um contexto, mas, sim, um fator direcionador de um tema que nos leva a

desvendar o contexto atemporal da justiça de um fato histórico e de um acontecimento recente, para elencar aspectos constitutivos da realidade atual.

A construção do roteiro que traduza em imagens uma ideia ou várias ideias de uma realidade vivida, mostrando as nuances de tramas reais – sendo eles pessoais, impregnados do contexto histórico de sua época – nos mostra o percurso e a expressão da linguagem cinematográfica e sua potencialidade em dialogar com o espectador e sua visão de mundo para compor a síntese de entendimento daquela história, sendo ela real ou fictícia, que nos transporta para uma nova visão e um novo entendimento de um tema.

É neste mergulho da produção de sentidos dos significantes e significados que a obra fílmica nos evidencia, que percebemos que a linguagem cinematográfica se utiliza de vários recursos simbólicos para nos transportar para uma nova perspectiva de análise por meio de imagens que nos permitem enxergar a nossa realidade com outros filtros; pois, diante do contato com uma história não ficamos imunes ou passivos ao movimento dialético que se constitui e, conseqüentemente, a crítica é o questionamento de tudo que é apresentado.

A representação cultural por meio da obra fílmica se faz evidente na atualidade e é apresentada por várias perspectivas e construções ideológicas. Assim, o discernimento e a análise crítica também são cruciais, pois a constatação de uma verdade pode estar enviesada por elementos que configuram uma mensagem e uma verdade que não caracterizam, de fato, uma realidade posta.

Desta forma, direcionamos a produção de sentidos e sínteses na análise do tema “justiça”, que perpassa a configuração territorial do Brasil e se fez presente também na formação da região do Triângulo Mineiro, do espaço macro para o regional. Recorremos a um fato real do “Caso dos Irmãos Naves”, que ocorreu em 1937 na cidade de Araguari-MG, para mostrar um dos casos mais injustos do judiciário brasileiro, evidenciando que não foi um caso pontual, pois continua perpassando nossa história e realidade.

Na atualidade, faz-se necessário estarmos apoiados em bases teóricas que vão proporcionar um olhar mais atento na análise de imagens, de novas formulações teóricas e de artigos, pois os fatos vão tomando forma conforme o interesse de grupos que querem manter o poder e o domínio de toda uma estrutura espacial e social, por meio do controle também dos recursos midiáticos.

O domínio e conhecimento de informações geográficas no passado foi o diferencial no vencimento de conflitos e na ampliação do domínio de vários impérios.

No século XXI, o conhecimento geográfico em suas várias correntes ainda permanece com um diferencial neste contexto, agregando também os desvelamentos e a utilização das mídias e de novas linguagens que surgiram nas últimas décadas e que ainda vão surgir para expandir e inter-relacionar os avanços “técnico-científico-informacional” sobre o entendimento da realidade atual para uma perspectiva futura de uma sociedade na qual o conhecimento e os recursos sejam para todos.

Reportando à antiguidade dos filósofos, aos mitos e aos percursos do cristianismo pode-se se dizer que a igualdade e a justiça foram e ainda são o grande “sonho de Ícaro” da humanidade.

Na ânsia de voar para escapar da prisão a que estava destinado, Ícaro chega muito perto do sol, o que derrete a cera de abelha com a qual foram construídas suas asas para ele fugir da prisão, e ele acaba morrendo e ficando para sempre no mar Egeu.

Os limites entre liberdade, igualdade e justiça e uma vida aprisionada por injustiças e estruturas que levam à opressão fazem com que todos, de forma direta ou indireta, acabamos prisioneiros nas teias tecidas pelo sistema que é imposto por uma elite governamental e empresarial que procura manter tudo sob seu controle.

Esta narrativa vai se desenhando na história da humanidade e abrange desde as perceptivas históricas locais até as mundiais e o mito de Anhangá continua perpassando as histórias de vida das pessoas, no passado e no presente.

Neste macro universo de vidas construídas e desconstruídas, com o impacto da violência na qual os elementos que poderiam estabelecer a justiça passam por narrativas e moldagens para atender aos objetivos que respondam a outros interesses, a injustiça começa a imperar, dilacerando a vida e os sonhos de muitas pessoas.

A narrativa da obra fílmica em estilo realista do “Caso dos Irmãos Naves” mostra os cenários dos protagonistas e sua visão de mundo, em que se tem, de um lado, a força impositiva do Estado, que aplica a Lei de forma injusta e a usa para estabelecer a sua verdade sobre o indivíduo que fica submerso e submisso, por meio da força, às decisões de um corpo policial que dilacera suas vidas.

Este quadro se concretiza na vida de Sebastião Naves e Joaquim Naves que, apesar das acusações, dos sofrimentos e de torturas, não abrem mão de sua dignidade e da verdade, e, durante toda a trajetória de dor e sofrimento só pensam em provar sua inocência e, conseqüentemente, ficarem livres do seu algoz: o Delegado-Tenente

Francisco Viera. Mas o delegado e seus soldados são implacáveis tanto nas narrativas de reconstituição de um crime que não ocorreu quanto em toda forma de tortura psicológica, moral e física, deixando para sempre sua marca sobre a vida e história dos Naves, de seus familiares e de uma geração que não deixou que esta injustiça caísse no esquecimento.

A figura do advogado João Alamy Filho foi determinante para que a defesa, junto aos órgãos jurídicos, fizesse com que a lei fosse cumprida. Desta forma, até o processo legal torna-se questionável: até que ponto vale o ocorrido e o fato real? Até que ponto vão as narrativas que impõem um fato e uma realidade que não existiu?

A impressão dessa marca não ficou só no passado e na vida dos Irmãos Naves. O livro “O caso dos Irmãos Naves”, de João Alamy Filho, publicado em 1961, torna-se uma referência que serviu como base para o roteiro do filme dirigido por Person, em 1967, e continua sendo fonte para pesquisadores de diversas áreas, para entender os fatos daquele período referente ao caso dos Irmãos Naves.

A população e os pesquisadores da cidade também são uma referência importante na atualidade. Enquanto estive na cidade visitando alguns lugares e o Arquivo Público da cidade, tive acesso a fotos e textos originais do período e ao local que serviu como prisão e espaço de tortura e sofrimento dos Naves, descobri que, a partir da década de 1980, esse local passou por adaptação e foi transformado na Casa de Cultura da cidade, onde o memorial sobre os Irmãos Naves está sendo organizado.

Assim, analisando toda a história tem-se uma linha tênue entre a verdade dos fatos e a construção dos fatos para atender a uma proposta e a outros objetivos, em que vidas inocentes e toda uma caminhada é interrompida com marcas indelévels que atravessam o tempo e espaço.

Quisera que este panorama fosse uma análise que parasse por aqui – de um fato histórico ocorrido na década de 1930 – porém, infelizmente, este tema tornou-se atemporal, presente no decorrer do tempo e no presente. Na atualidade, vemos este roteiro se repetir em escala local, regional, nacional e em todo o mundo, com mais ou menos crueldade.

O Programa Nacional dos Direitos Humanos, que foi sancionado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, deve ser abraçado por todos os movimentos, correntes e opções ou perspectivas ideológicas para que casos como o dos Irmãos Naves, não voltem jamais a se repetir na vida das pessoas.

Temos que nos desarmar de pré-conceitos e combater políticas que defendem bandidos. E que o direito ao acesso a bens, saúde e educação seja uma forma mais moderna e arrojada não só de um Estado do Bem Estar Social, mas de toda uma sociedade que lute por implementação de políticas públicas que realmente favoreçam a maioria, principalmente o acesso à justiça e ao direito de defesa que é assegurado a todos pela Constituição Federal de 1988.

Esperamos que a história dos irmãos Naves nunca seja esquecida, que não fique só na História mas na consciência de até onde podem ir narrativas que tentam e querem mudar uma realidade com impactos avassaladores sobre vidas inocentes, como ocorreu com Sebastião Naves e Joaquim Naves.

Neste contexto, direcionamos nossa análise para entender como os fatos ocorreram num caso recente, por meio da obra fílmica “Polícia Federal: a lei é para todos”, sobre a operação Lava Jato, que levou à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Numa sociedade democrática, onde o Estado de Direito rege as relações institucionais que refletem em toda e para toda sociedade, a lei e a justiça devem ser para todos, pois é o que rege a nossa Lei Magna, a Constituição Federal de 1988.

Então sobre uma base sólida da democracia e do Estado de Direito que dá todas as garantias e lisura de procedimento jurídicos e, conseqüentemente, o direito de defesa, a Lei se cumpre. Porém, os acontecimentos que infelizmente ainda perduram em várias situações e contextos mostram um quadro de injustiças.

A segunda obra fílmica analisada nesta pesquisa “Polícia Federal: a lei é para todos”, dirigida pelo diretor Marcelo Antunez, lançado em 2017, retrata a Operação Lava-Jato, que se inicia em 17 de março de 2014, numa operação da Polícia Federal da Superintendência de Curitiba, em que a apreensão de uma carga que transportava drogas leva a um grupo de doleiros e outros envolvidos que pertencem a um grande esquema de lavagem de dinheiro, envolvendo empresários, servidores públicos e políticos.

As investigações prosseguiram sob o comando do juiz Sérgio Moro, utilizando-se da nova legislação de delação premiada e lei anticorrupção para conseguir depoimentos que envolviam vários políticos e empresários.

Algumas falhas vão ocorrendo no decorrer do processo, que serão evidenciadas na divulgação das conversas entre o juiz Sérgio Moro e o procurador do Ministério Público de Curitiba Deltan Dallagnol, divulgados pela Intercept Brasil, onde fica

explicito os procedimentos investigativos para chegar até o ex-presidente Lula e sua prisão.

Com este panorama descrito nos capítulos 5 e 6 na análise da obra fílmica, percebe-se uma série de falhas nos procedimentos investigativos que comporão também o relatório do caso finalizado pelo ministro Supremo Tribunal Federal-STF, Dias Toffoli, no qual são apontadas várias falhas, dentre elas a dificuldade de o advogado de defesa Cristiano Zanin ter acesso à documentação do processo para elaborar os termos de defesa do seu cliente. Essa situação levou a uma reclamação na Organização das Nações Unidas-ONU sobre as arbitrariedades na prisão e o direito de defesa do seu cliente.

Os 450 casos de foro privilegiado que foram apontados deveriam ser remetidos ao STF, o que só ocorreu depois, com vários casos presentes na 13ª Vara da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, pelo juiz Eduardo Appio, que assumiu a Vara e as investigações da Operação Lava-Jato, em Curitiba-PR, em 2023.

Resultado de uma trajetória e *modus operandi* do juiz Sérgio Moro – não só nesta operação mas em outras em que o mesmo atuava – conforme depoimento do ex-deputado Tony Garcia, de Curitiba, que foi coagido por anos a ser informante do juiz Sérgio Moro em vários processos coordenados por ele, conforme reportagem de Sfair (2023):

Os processos envolvendo o empresário e ex-deputado Tony Garcia foram suspensos no Paraná e agora tramitam no Supremo Tribunal Federal. O delator da Lava Jato e de outras investigações sobre esquemas de corrupção afirma que foi usado por procuradores e pelo ex-juiz Sergio Moro como um “agente infiltrado” para criar provas ilegais contra os alvos da força-tarefa em Curitiba. Segundo ele, havia um direcionamento das autoridades para “perseguir o PT”. O ministro Dias Toffoli, do STF, decidiu nesta terça-feira (6) suspender todos os processos envolvendo o empresário na 13.ª Vara Federal de Curitiba... As ligações entre Moro e Tony Garcia são bem mais antigas do que a Operação Lava Jato. Uma década antes, em 2004, o ex-deputado estadual assinou um acordo de colaboração premiada no caso Banestado. O juiz que homologou a delação foi justamente Sergio Moro. Anos mais tarde, o MPF pediu a suspensão do acordo depois de supostas omissões do colaborador. Mais recentemente, já durante a Lava Jato, Tony Garcia denunciou supostos crimes de Moro em 2021, em depoimento à Justiça Federal. No entanto, a defesa dele alega que as informações foram ignoradas pela juíza substituta Gabriela Hardt. A denúncia só foi levada adiante no início deste ano, após o juiz Eduardo Appio assumir a 13.ª Vara Federal de Curitiba. (Sfair, 2023)

Desta forma, a atuação nos procedimentos da Operação Lava-Jato reflete a conduta em outros processos, que só teve outro direcionamento com a divulgação das conversas do juiz Sérgio Moro com o Procurador Deltan Dallagnol, pela Intercept

Brasil. Isso propiciou a revisão do processo, a libertação de Luiz Inácio Lula da Silva e o envio para o STF dos processos com foro privilegiado, como o do ex-deputado Tony Garcia.

O papel da mídia e de vários veículos de informação na divulgação das investigações quase em tempo real foi um fator que deixou várias pessoas atordoadas devido a narrativas com teor que direcionavam todo um processo de corrupção e criminalização tendo como foco o Partido dos Trabalhadores –PT e a elevação, ao *status* de super-herói, do juiz Sérgio Moro, pela condução das investigações e prisão dos envolvidos.

Apesar da execração pública e midiática do PT pela operação Lava-Jato, a obra fílmica apresenta que 80% dos partidos estavam envolvidos em esquema de corrupção, mas, matematicamente, 20% deles não se envolveram ou não estavam envolvidos em corrupção. Porém, contrapondo a esta informação, tornou-se *slogan* de políticos, nas eleições de 2018, proferirem discurso afirmando que todos os partidos políticos estavam envolvidos em esquemas de corrupção. Foram esses discursos que levaram os jornalistas a levantarem informações e verificar quais partidos estavam realmente envolvidos na operação Lava-Jato, quais foram condenados e se havia partidos que não tinham se envolvido no esquema de corrupção. Segundo Belisário, Lavor, Costa e Capelo (2018), dois partidos políticos não estavam envolvidos, sendo eles: Partido da Causa Operária-PCO e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados-PSTU.

Embora tenha um pequeno percentual de partidos que não foram mencionados nas investigações, numericamente falando tem-se partidos sérios que mesmo diante de grandes esquemas se mantiveram íntegros. Isso nos permite concluir que temos políticos sérios que procuram fazer a diferença no meio político e para a sociedade.

Por que a informação sobre as denúncias de corrupção e sobre o envolvimento do PT nestes esquemas chocaram tanto a população? Primeiramente pela caminhada do Partido dos Trabalhadores – PT - e sua origem advinda de metalúrgicos da região do ABC Paulista, e intelectuais que defendiam uma nova proposta de partido que tinha como lema uma sociedade mais justa e igualitária.

Sobre a liderança do ex-metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva tem-se uma trajetória de lutas, mediações de conflitos e pautas que abrangiam os movimentos populares e as causas que envolviam populações em situações de vulnerabilidade social.

O panorama da Gestão do governo Lula (2003-2010) mostra o impacto das políticas públicas em sua gestão, principalmente no acesso à educação e combate à fome no Brasil e no fortalecimento e ampliação do Bolsa Família.

Desta forma, fica abalada num mar de notícias e denúncias que vão contra esta caminhada de luta a visão de um partido e de seus integrantes que conseguem fazer uma política diferenciada, que tira uma grande gama da sociedade de situações vulneráveis.

Ocorre, mesmo que de forma subjetiva, uma quebra de contrato de comunicação estabelecido entre a população brasileira e a liderança do partido político do PT, o ex-presidente Lula (com sua eleição em 2003), conforme destaca Charaudeau (2015, p.68): “... a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*. Este resulta das características próprias à situação de troca, os *dados externos*, e das características discursivas decorrentes, os *dados internos*”.

Quando este contrato de comunicação é quebrado tem-se a perda de confiança e surge um clima de instabilidade política e social, pois perdeu-se uma referência na qual a esperança tinha vencido o medo e haveria uma gestão de governo que seria para todos e todas.

Em síntese, há uma grande semelhança entre as obras fílmicas “O Caso dos Irmãos Naves”, ocorrido em 1937, e “Polícia Federal: a Lei é para todos”, lançado em 2017: as construções de narrativas e a acusação para eleger o culpado.

Mas também há uma diferença acentuada: a proposição dos diretores diante das duas histórias. Enquanto Person (1967) escolheu o estilo realista gravando o filme na cidade de Araguari-MG, tendo a população local como alguns personagens e procurando mostrar a grande injustiça no caso dos Irmãos Naves, o diretor Antunez (2017), no filme a “A Polícia Federal: a Lei é para todos”, apresenta uma parcialidade na narrativa fílmica evidenciada em vários momentos do filme.

Todo este quadro impactou e impacta não só os envolvidos na operação Lava-Jato, mas reflete os acontecimentos que ainda persistem no judiciário brasileiro e são divulgados por vários veículos midiáticos.

Percebemos que todo este contexto abala as estruturas da sociedade em âmbito local, regional e nacional e seus efeitos são devastadores.

No contexto macrossocial, os desafios são gigantescos, pois, conforme autores como Chauí, Frigotto e Ramonet (2019), estamos vivenciando um novo paradigma da pós-verdade, em que, nas plataformas digitais e redes sociais, *Fake News* divulgam

narrativas que não condizem com os fatos, construindo cenários nos quais a verdade fica longe dos fatos e não é mais a matriz na configuração de condutas que correspondem à realidade e abalando as estruturas políticas e socioculturais.

Neste cenário, a Geopolítica, em todo o mundo, está sofrendo com esta maré da pós-verdade, desestruturando as bases seculares em que a estrutura social procurou fundar suas bases em princípios democráticos, na garantia de direitos civis, políticos e sociais para que a cidadania seja vivenciada de fato por todos e todas.

Com esta pesquisa procuramos desenvolver a relação da linguagem cinematográfica por meio de duas obras fílmicas, alicerçadas com o aporte da Geografia, mostrando as possibilidades de pesquisa, para entendermos o passado, o presente e definirmos qual é o futuro que queremos construir.

Desta forma, conseguimos visualizar trilhas que mostram a potencialidade das categorias geográficas serem também diretrizes para usar a linguagem fílmica para enriquecer e ser fonte para ampliar nossos horizontes no conhecimento geográfico e agregar ao processo de ensino-aprendizagem da geografia, no período de formação destes profissionais na academia e formação continuada a longo da atuação profissional.

A obra fílmica “Uma história de amor e fúria” mostra um panorama como forma de representação visual e cultural por meio da imagem, que a injustiça e as limitações de acesso a direitos básicos pela maioria da população e um problema estrutural que inicia no período colonial e mantém-se na atualidade de forma instituída pelo próprio Estado.

Estes filmes e outras obras fílmicas comentadas no decorrer desta pesquisa indicam processos de injustiça que se repetem com o passar do tempo em vários níveis sócio espacial, forçando pessoas e comunidades, por processos dolorosos, se unirem para lutar por seus direitos de defesa e liberdade, tencionando o Estado a agir pela causa da maioria, que em muitos casos ficam inconclusos resultando, na sociedade e na vida real de pessoas, em obstáculos intransponíveis no exercício de uma cidadania plena.

Os desafios persistem, a democracia continua com seus desafios, a garantia dos direitos conquistados ao longo do tempo histórico corre o risco de ficar à margem de uma grande parcela da população brasileira e mundial, agravando o acesso e o direito à justiça para todos. É necessário que Anhangá fique no passado e que seja apenas um mito. E que possamos, diante deste quadro, tomar atitudes cotidianas de combate à pós-verdade e adotar iniciativas de combate as *Fake News*; e que a prática da justiça se concretize longe de narrativas que busquem apenas acusar e devastar vidas injustamente.

Referências

ALAMY, João Filho. **O caso dos Irmãos Naves: O erro judiciário de Araguari**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1961.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG), Letramento, 2019.

ALMONFREY, Juliana de Souza Silva. **O dialogismo em Mikhail Bakhtin em possíveis articulações com as artes visuais**. Revista Pró-Discente. Vol. 24, Nº 01- Publicado em 25/06/20218. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/20415>. Acesso em: 10 de ago 2023.

ALVES, Tanize Tomasi. SAHR, Cicilian Luiza Löwen. O método comparativo em estudos regionais artigo. **Revista Geoiंगा**. Vol. 06 – Nº 02-2014- Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoiंगा/article/view/49260>. Acesso em: 15 de dez. de 2023.

ANDRADE. Mário Edson Ferreira. **História do Triângulo Mineiro: Colônia e Império**. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2013.

ARAXÁ, **Fundação Cultural Calmo Barreto-FCCB**. Fundação Cultural. Imagens de Telas de Calmon Barreto de Sá Carvalho de Araxá. Araxá, 2023.

ASSIS, Guilherme Marchiori de. Uma análise histórica e jurídica do processo criminal dos irmãos Naves. **Anais da XI Semana de História UFES**. Publicado em 29 dez de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23092> . Acesso em: 15 de dez de 2022.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora HUCITEC-ANNABLUME, 8. ed., 1997.

BARBOSA, Rui. **O dever do Advogado**. São Paulo: Editora Hunter Books, 2016-a.

BARBOSA, Rui. **A imprensa o dever da verdade**. São Paulo: Editora Hunter Books, 2016-b.

BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. São Paulo: Editora Hunter Books, 2016-c.

BELISÁRIO, Adriano. LAVOR, Thays. COSTA, Rômulo. CAPELO, Carolina. Lava Jato atingiu membros de 33 partidos; duas siglas não foram implicadas. **Truco nos Estados-Ceará**. 26/09/2018. Disponível em: <https://apublica.org/truco2018/2018/09/lava-jato-atingiu-membros-de-33-partidos-duas-siglas-nao-foram-implicadas/>. Acesso em: 02 mar 2024.

BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia Clássico do Cinema Brasileiro: metodologia e pedagogia**. São Paulo, Annablume, 2. ed., 2008.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Livro da Sabedoria. Edição de 1998. 7º Impressão. São Paulo: Editora Paulus. Pg.2206. 2011.

BILHARINHO, Guido. **Cem anos de cinema**. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 1996.

BORGES, Andre. **Walter Delgatti condenado: de hacker da 'Vaza Jato' a homem-bomba do governo Bolsonaro**. Publicado em: 18 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv231l7p2rxo>. Acesso em: 05 fev de 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral-TSE. **Partido Político**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/perfil>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 0913, de 22 de abril de 2022. **Dispõe sobre o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-913-de-22-de-abril-de-2022-394545491>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRUZZO, Cristina. **O cinema na Escola: o professor, um espectador**. 1995. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – SP, Campinas, 1995.

BUCKINGHAM. David. Cultura digital, Educação midiática e o lugar da Escolarização. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.35, n. 03, p. 37-58, set/dez, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 20 set. 2015.

CARVALHO. Eleazar. **O Histórico do Habeas Corpus e sua relação com os Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-historico-do-habeas-corpus-e-sua-relacao-com-os-direitos-humanos/153081337>. Acesso em: 05 set. 2023.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados-O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil- O longo caminho**. 15ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

CARVALHO. Maria do Socorro. Cinema Novo Brasileiro. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do Cinema Mundial**. (Coleção Campo Imagético). Campinas, SP: Papyrus, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2º Ed. São Paulo: Contexto. 2015.

CHAUI, Marilena. Democracia e autoritarismo social. In: **Poder Midiático e disputas ideológicas**. MORAES, Dênis. (org.). Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos: In: **Geografia Cultural: uma antologia**. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.) Rio de Janeiro:Ed.EdUERJ, Vol 1, 2012, p.245-276.

COSGROVE, Denis. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: **Geografia Cultural: uma antologia**. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.) Rio de Janeiro:Ed.EdUERJ, Vol 1, 2012, p.105-118.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas: In: **Geografia Cultural: uma antologia**. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.) Rio de Janeiro:Ed.EdUERJ, Vol 1, 2012, p.219-237.

COSTA, Flávia Cesarino. Primeiro Cinema. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do Cinema Mundial**. (Coleção Campo Imagético). Campinas-SP, Papirus, 2006.

COUTINHO, Laura Maria. **Audiovisuais: Arte, Técnica e Linguagem**. (Profissionais – Curso Técnico de formação para os funcionários da Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7º Edição. São Paulo: Editora Ática. 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.). A Geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. In: **Geografia Cultural: uma antologia**. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.) Rio de Janeiro:Ed.EdUERJ, Vol 1, 2012, p.87-103.

DA-RIN, Sílvio. Dez anos de políticas públicas para o audiovisual brasileiro. In: **Revista Observatório Itaú Cultura/OIC**, n. 10, set/dez, São Paulo-SP, Itaú Cultural, 2010.

DELPO. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa –NEHILP. Universidade de São Paulo-USP. Disponível: <https://delpo.prp.usp.br/#:~:text=O%20DELPO%20%C3%A9%20um%20dicion%C3%A1rio,s%C3%A3o%20o%20acess%C3%ADveis%20por%20esta%20p%C3%A1gina>. Acesso em: 12 jun. de 2022.

DOIN, José Evaldo de Mello, **O capitalismo Bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)**. Tese de Doutorado, Franca: UNESP-FHDSS, 2005, 600 p. Volume I.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DUARTE, Rosália. Relações entre Cinema e Educação na esfera pública brasileira. In: **Escritos de Alfabetização Audiovisual**. (Org.) Maria Carmem Silveira Barbosa e Maria Angélica dos Santos. Porto Alegre, Libretos, 2014.

EARP, Fábio Sá. SROULEVICH, Helena. **O mercado de cinema no Brasil**. Disponível em: <<https://politicasculturais.files.wordpress.com/2010/03/earp-o-mercado-de-cinema-no-br-2009.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ESTEVINHO, Telmo Antonio Dinelli. (Re) Atando Políticas de Cinema no Brasil. In: **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de 22 a 24 de abr. 2015. Disponível em: < <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT7-Estevinho.pdf>>. Acesso em: 28/03/2016.

FAGNANI, Eduardo. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. IE/UNICAMP. Campinas, nº 192, jun.2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

FERNANDES, Paulo Irineu Barreto. **Uma Geofilosofia do cotidiano e dos lugares: modernidade e representações no (e do) trem de passageiros na região do Triângulo Mineiro**. 2015. Tese. 349 f. (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia-Instituto de Geografia. Uberlândia, 07 de julho de 2015.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. **Geografia e Cinema-a releitura dos conceitos de espaço, paisagem e lugar a partir das imagens em movimento**. Revista Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 272-297 Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/43532/25986> -. Acesso em: 28 de Out de 2020.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. **Geografia e Cinema-a produção cinematográfica e a construção do conhecimento geográfico**. 2016. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

FIORIN, José Luiz. Identidade nacional e exclusão social. Campinas, **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v.58, n.1, jan.abr/2016. Pp.63-75. <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646154/13242>> acesso em 10/07/2020.

FISHMAN, Andrew. **Vaza Jato, 4 anos depois, continua mais viva do que nunca**. Publicado em 09 de junho de 2023-Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/06/09/vaza-jato-continua-mais-viva-do-que-nunca/>. Acesso em: 10 set. 2023.

FRANCO. Marília. A educação e o cinema que corre nas veias. In: **Escritos de Alfabetização Audiovisual**. (Org.) Maria Carmem Silveira Barbosa e Maria Angélica dos Santos. Porto Alegre, Libretos, 2014.

FREITAS, José Ferreira de. **Sertão da Farinha Podre: história e estórias sobre o Triângulo Mineiro, seu povoamento, usos e costumes, seu posicionamento como caminho dos bandeirantes, significado o traço de união entre Piratininga, Goiás e Mato Grosso**. Cuiabá: Edição do autor, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos: a produção do ódio, da violência e do medo. In: **Poder Midiático e disputas ideológicas**. MORAES, Dênis. (org.). Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GREGIO, Gustavo Batista. A produção cinemanovista brasileira como manifestação crítica ao Governo Militar (1960). **XIV Encontro Regional de História 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil** na Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Brasil. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/368.pdf>> Acesso em: 21 dez. de 2015.

GRAIEB, Carlos. SANTOS, Ana Maria. **Polícia Federal: a lei é para todos – Os bastidores da Operação Lava Jato**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

GUIDO, Lucia de Fátima. BRUZZO, Cristina. Apontamentos sobre o Cinema Ambiental: a invenção de um gênero e Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação**. Disponível: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT7-Estevinho.pdf> - Acesso em: 28/03/2016

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOEFLE, Scott Willian. Epistemologia e teoria Cultural: In: **Geografia Cultural: uma antologia**. CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.) Rio de Janeiro:Ed.EdUERJ, Vol 1, 2012, p.17-42.

HOLANDA. Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censos demográficos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Rio de Janeiro, vários anos.

LAGOA, Maria Izabel. **Considerações acerca da crise política do Partido dos Trabalhadores**. Revista *Lutas Sociais*, 2006, (15/16), 161–170. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i15/16.18848>. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

LIMA, Priscila Luciene Santos de. FREIRE, Lourenço de Miranda Neto. A Era Vargas e um breve ensaio histórico de suas fases. **Anais do IV Conlubredec**. Publicado no vol.03. n°.30-Curitiba, 2019. pp. 1-18. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3610/371371987>. Acesso em 20 de jan de 2023.

LOURENÇO. Luís Augusto Bustamente. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo Oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (Segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MAÇALAI, Gabriel. STRÜCKER, Bianca. O princípio da igualdade Aristotélico e os seus debates atuais na sociedade Brasileira. Publicado 19/11/2018. **Anais Do Congresso Brasileiro De Processo Coletivo E Cidadania**. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1258>. Acesso em: 15 de dez de 2023.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6º Ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Célia Maria Santos. Geografia Política: papéis de Estado-Nação e da sociedade na reestruturação econômica mundial. *Caderno Prudentino De Geografia*, 1(22), 179–192. Publicado em 2000. Recuperado por Edição: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12681/11083. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7300> - Acesso em: 08 de out de 2021.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba: Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro; 1974.

MESTRE, Gabriela. **Da prisão ao Planalto: Lula era preso há exatos 5 anos**. Publicado Poder 360 em 07 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/da-prisao-ao-planalto-lula-era-presos-ha-exatos-5-anos/>. Acesso em 10 de mai de 2023.

MINAS GERAIS (Estado). Prefeitura Municipal de Uberaba. Arquivo Público de Uberaba. **Evolução e Perspectivas Atuais Séculos XIX - XX**. Uberaba: S/D.

MINAS GERAIS (Estado). Prefeitura Municipal de Uberaba. Arquivo Público de Uberaba. **Boletim Informativo**; Uberaba; N°06,1995.

MINAS GERAIS (Estado). Prefeitura Municipal de Araguari. Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal. Arquivo Público de Araguari. **Exposição o Caso dos Irmãos Naves**. Araguari: S/D.

MINAS GERAIS (Estado). Prefeitura Municipal de Araguari. Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal Araguari. Decreto Municipal de Araguari N° 029 de 18 de agosto de 1997. **Patrimônio Tombado Cadeia Pública e Fórum Municipal tombada como Casa de Cultura Abdala Mameri**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/araguari-casa-da-cultura-abdala-mameri/#!/map=38329&loc=-18.64833926118231,-48.19858789443969,15> Acesso em: 30 de jan. 2024

MINAS GERAIS (Estado). Prefeitura Municipal de Araguari. Fundação Aragarina de Educação e Cultura-FAEC/Arquivo Histórico Municipal Araguari. Decreto Municipal de

Araguari Nº 013 de 03 de abril de 1999. **Reitera sobre o Tombado da Cadeia Pública e Fórum Municipal tombada como Casa de Cultura Abdala Mameri.** Disponível em: <https://faec.araguari.mg.gov.br/bens-tombados/casa-da-cultura-quot-abdala-mameri-quot>. Acesso em: 30 de jan. 2024

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica.** 14ªEd. São Paulo: Editora Hucitec.1995.

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** 4 Ed., São Paulo, Contexto, 2006.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg. Transformações e permanências dos Estudos Comparados na Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 2, 2017. DOI: 10.5216/bgg.v37i2.49157. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/49157>. Acesso em: 20 maio. 2023.

OLIVEIRA, Wenceslão Machado de Jr. **CHUVA DE CINEMA Natureza e Cultura urbanas.** 1999. Tese. Doutorado em Educação. Universidade de Campinas. Campinas. 1999.

OLIVEIRA, Wenceslão Machado de Jr. **O que seriam as geografias de cinema? Revista txt – leituras transdisciplinares de telas e textos.** Belo Horizonte, n. 2, p. 1-9, dez. 2005. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt2/wenceslao.htm>. Acesso em 12 de out de 2020.

OLIVEIRA. Bernardo Jefferson. **Cinema e Imaginário Científico.** Outubro de 2006, p.133-150. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13s0/08.pdf>> Acesso em:17 abr. de 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo.** Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso-IISEAD-2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/CONFERENCIA/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 02 jul. de 2024.

OTOBONI, Jéssiva. FREIRE, Diego. **Relembre todas as 79 fases da Operação Lava Jato, que chegou ao fim.** Publicado em: 07 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao/> Acesso em: 10 jan. 2024.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro, **Outras leituras da cidade: Experiência urbanas de população do Ribeirão Preto durante a Primeira República.** Revista Tempo, Rio de Janeiro, nº19, p.175-200,2005. Disponível em: www.historia.uff/tempo/artigos_livres/artg19-11.pdf. Acesso em 23/05/2008.

PEIXOTO, Juscélia Abadia. VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. **Araguari e sua História.** Goiânia: Kelps, 2013.

POCHMANN, Márcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Revista SER Social**. Brasília, v.13, nº 28, p. 12-40, jan/jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12681/11083. Acesso em: 04 set de 2023.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba: e a Civilização no Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PORTUGAL, Jussara Fraga. SOUZA, Elizeu Clementino. Ensino de Geografia e o mundo rural: diversas linguagens e proposições metodológicas: In: **Temas da Geografia na Escola Básica**. Lana de Souza Cavalcanti (Org.) 1º Ed. Campinas-SP: Papirus, 2013.

PRADO, Caio Júnior. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. Ed. Brasiliense. São Paulo. Brasil, 1965.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A. 1993.

RAMONET, Ignacio. Geopolítica da pós-verdade: a informação na era das fake news. In: **Poder Midiático e disputas ideológicas**. MORAES, Dênis. (org.). Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador Emancipado**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo :WMF Martins Fontes, 2012-a.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012-b.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas. **Revista Culturas Políticas**. 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 20 de fev de 2024.

RODRIGUES. Maria dos Anjos Pereira. **Linguagem Cinematográfica: como os professores reconhecem suas potencialidades como recurso pedagógico nas práticas de ensino**. 2016.175f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM, Uberba,2016.

ROSSATO, Leonardo Barbosa. **História do Cinema e do Audiovisual**. 1º Ed. Brasília: Editora IFB, 2019.

SANTAELLA, Lucia. **A Ecologia Pluralista da Comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS JUNIOR, Inácio Alaiola Nogueira; GOMES, Carlos Adriano. Cinema Brasileiro: Um Estudo Comparativo entre a Captação de Recursos Mediante Mecanismos de Incentivo Público versus a Arrecadação nas Bilheterias Nacionais.

Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, set/dez 2014. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/2433/2100>> Acesso em: 21 dez. 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Dominação**. Seleção de Textos nº 4. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional de São Paulo. junho, pp. 3-27, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia e uma Geografia crítica**. 6º ed., São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 3º Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. 5º Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2014-a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6º Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2014-b.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

SCHREIBER, Mariana. **Lava Jato atingiu partidos de forma proporcional, mas PT foi foco de Moro, aponta estudo**. Publicado BBC em 23 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62990375>. Acesso em: 04 dez de 2023.

SFAIR, Angelo. **STF suspende processos de Tony Garcia no Paraná**. Reportagem da Band News de 07 de junho de 2023. Disponível em: <https://bandnewsfmcuritiba.com/stf-suspende-processos-de-tony-garcia-no-parana/>. Acesso em: 05 dez de 2023.

SILVA, Jackson Ronie Sá. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: www.rbhcs.com. Acesso em: 12 de mar de 2021.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Pronunciamento do Presidente da República, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF**, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/@@download/file/posse%20lula%202003.pdf>. Acesso em: 01 nov de 2023.

SILVA, Martiniano José da. **Quilombos do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 - 1888). Introdução ao estudo da escravidão**. 1998.464f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 1998.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos CEBRAP**- (88) • Dez 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002181150>. Acesso em: 04 de set de 2023.

SOUZA. Albano Goes; LINHARES. Ronaldo Nunes, MENDONÇA. Edson Victor Limea. **Luz, Câmera Educação: a pedagogia do cinema na formação de professores.** Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/108/82>> - Acesso em: 11 dez. 2015.

TOFFOLI, Dias. **Reclamação 43.007 Distrito Federal. Reclamação proposta por Luiz Inácio Lula da Silva. Distrito Federal, 06 de Setembro de 2023.** Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/wp-content/uploads/2023/09/RCL-43007.pdf>. Acesso em: 15 de nov de 2023.

VICENTE, Milene Siqueira. DIAS, Sabrina de Oliveira Moura. SANO, Bárbara Harumy. Análise da ampliação do ensino superior no Brasil a partir do programa de reestruturação e expansão universitária: as novas universidades federais. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n.9, p.07-40, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32675/18823>. Acesso em: 04 de set. de 2023.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: A opacidade e a transparência.** 11ªEd. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

SITES/IMAGEM EM MOVIMENTO

A ÚLTIMA FLORESTA. Direção: Luiz Roberto Bolognesi. Produtora: Buriti Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P88Mnpkdfa4>. Acesso em: 20 ago de 2023.

A INVENÇÃO DE HUGO CABRET. Direção: Martin Scorsese. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g4ca9W6ouVE>. Acesso em: 04 nov. de 2020.

AS MELHORES COISAS DO MUNDO. Direção: Luiz Roberto Bolognesi. Produtora: Buriti Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dbVGGbJFCfo>. Acesso em: 05 jun 2021

ACUSAÇÃO. Direção: Mick Jackson. 1995. Disponível em: [https://www.interfilmes.com/filme_21064_Acusacao\(Indictment.The.McMartin.Trial\).html](https://www.interfilmes.com/filme_21064_Acusacao(Indictment.The.McMartin.Trial).html). Acesso em: 10 dez. 2022.

BICHO DE SETE CABEÇAS. Direção: Luiz Roberto Bolognesi. Produtora: Buriti Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F6Yky54edpo>. Acesso em: 04 mar 2021.

CARLOTA JOAQUINA-PRINCESA DO BRASIL. Direção: Carla Camurati (1995). Produtora: Copacabana Filmes. Disponível em: <https://copacabanaplay.com.br/filme/carlotajoaquinaprincesadobrasil>. Acesso em: 05 mar de 2024.

CASSY JONES, O MAGNÍFICO SEDUTOR. Direção: Luis Sérgio Person. Brasil. 1972. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H_QIzB58WUI. Acesso em: 02 fev. 2021.

CENTRAL DO BRASIL. Direção: Walter Salles. Produtora: VideoFilmes. Disponível em: https://www.primevideo.com/dp/amzn1.dv.gti.0d4eda14-c491-4447-a1e0-fc99be29c365?autoplay=0&ref_=atv_cf_strg_wb. Acesso em: 04 maio de 2024.

CHEGA DE SAUDADE. Direção: Luiz Roberto Bolognesi. Produtora: Buriti Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I7ISwn63SkA>. Acesso em: 20 mar 2021.

DESMUNDO. Direção: Alain Fresnot (2003). Produtora: Columbia Tristar Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UoNZ2a1R2DQ&list=PLWwJn2AXMZDzxXZ4kBm9EuANKYGkoJvPz&rco=1>. Acesso em: 21 fev de 2024.

DIÁRIOS DE MOTOCICLETAS. Direção: Walter Salles (2004). Produtora: FilmFour BD Cine. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K1138tt2fok>. Acesso em: 05 out de 2023.

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA. Direção: Fernando Meirelles (2008). Produtora: Bee Vine, O2 Filmes, Rhombus Media. Disponível em: <https://www.primevideo.com/-/pt/detail/Ensaio-Sobre-a-Cegueira/0LPK4U00OVM30I7Q2D50UYKSIJ>. Acesso em: 25 nov. de 2022.

LINHA DIRETA - JUSTIÇA: IRMÃOS NAVES. Produtores: Neumar Rodrigues E Wilson Aquino. Programa Linha Direta. Globo. 2003. Disponível Em: <https://www.youtube.com/watch?v=ocHgtD8BT3s>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LULA, O FILHO DO BRASIL. Direção: Fábio Barreto. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xBmwM-Zs5KE>. Acesso em: 10 out de 2020.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé (2003). Produtora: Bananeira Filmes, Laterit productions, RioFilme, Gullane. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 09 set de 2021.

O CASO DOS IRMÃO NAVES. Direção: Luis Sérgio Person. Brasil. 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jpncq-o9xNc>. Acesso em: 06 dez. 2020

O QUARTO PODER. Direção: Costa-Gavras. 1997. Disponível em: <https://filmow.com/o-quarto-poder-t5772/ficha-tecnica/>. Acesso em: 20 dez de 2022.

O QUATRILHO. Direção: Fábio Barreto. Produtora: Filmes do Equador, Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4h3yRXvUd1Q>. Acesso em: 14 abr de 2024.

PANCA DE VALENTE. Direção: Luis Sérgio Person. Brasil. 1968. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iZE9e086aKk>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PERSON (2007) – DOCUMENTÁRIO. Luis Sérgio Person. Brasil. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h1FIRreWrGI>. Acesso em: 20 ago 2023.

POLÍCIA FEDERAL: A LEI E PARA TODOS. Direção: Marcelo Antunez. Brasil. 2017. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/7721664/>> Acesso em: 15 nov. 2022

SANEAMENTO BÁSICO, O FILME. Direção: Jorge Furtado (2007). Produtora: Casa de Filme de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CuPjODnuQ7Y>. Acesso em: 08 jun de 2024.

SÃO PAULO-SOCIEDADE ANÔNIMA. Direção: Luis Sérgio Person. Brasil. 1965. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AGNXm36wAp4>. Acesso em: 08 jan. de 2021.

UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA. Direção: Luiz Roberto Bolognesi. Produtora: Buriti Filmes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y_DYNv8RZ7A. Acesso em: 08 abr 2023.

Anexo I - Transcrição do filme O caso dos Irmãos Naves, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>. Dirigido por: Luís Sérgio Person. Transcrição foi elaborada pela autora.

Cenas	Transcrição das Falas
 <p>Cena do filme (10min.14seg. a 10min.20seg.), que retrata os habitantes da cidade de Araguari(MG), conversando sobre o sumiço de Benedito Pereira, incinuando a culpa aos Irmãos Naves.</p>	<p>-É preciso pulso firme, meu amigo sem autoridade não existe respeito. -O tempo passa e não se resolve nada, com moleza não vai não.</p>
 <p>Cena do filme (10min51seg.), de trabalhadores da cidade de Araguari(MG), conversando sobre o sumiço de Benedito Pereira, insinuando a culpa aos Irmãos Naves.</p>	<p>-Ontem foi a vez de Benedito amanhã pode ser qualquer um de nós, dinheiro no bolso faz coisa que em todo mundo, está história mal contada do Ford era dos dois trabalhavam juntos o Benedito morava na casa do quinta como é que pode.</p>
 <p>Cena do filme (22min13seg.) de tortura de Sebastião Naves pela força policial da cidade de Araguari(MG), para confessar o roubo e assassinato de Benedito Pereira.</p>	<p>-Delegado: Então já conhecia o Joaquim antes de vir pra cá, não conhecia? E o Sebastião vai dizer que não conhecia o Sebastião também não. (O Delegado interrogando o José Prontidão depois de um processo de tortura, induzindo o mesmo a concordar com a narrativa de incriminar os Irmãos Naves. Aparece as cenas de tortura dos Irmãos Naves e da mãe). -Prontidão: Conhecia sim, Senhor.</p>
 <p>Cena do filme (22min.24seg. a 23min.), de tortura de Joaquim Naves pela força policial da cidade de Araguari(MG), para confessar o roubo e assassinato de Benedito Pereira.</p>	<p>-Delegado: Mas, quem foi que pediu para você contar a mentira de Benedito de Uberlândia.</p>
	<p>-Inhozinho: É muito atrevimento ele prender o</p>



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (16min.20seg. a 16min.46seg.), retrata o dialogo de Sebastião Naves conversando com o cunhado Inhozinho, para pagar o frangos que foram comprados para vender na cidade de Araguari(MG).

Quincas, vai ter que soltar e vocês não têm que pagar pelos outros isso não é direito uai. -Sebastião Naves “Todo mundo desconfia da gente.-Sebastião: Na cidade está todo mundo contra nós. Olha para gente como se fosse assassino. -Inhozinho: Na minha vida, vivida, eu nunca vi isto, e olha que já vi muita coisa.

-Sebastião: É nós nem sabe o que o delegado pode fazer com a gente.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (13min. a 14min.03seg.), depoimento da Família Naves sobre o sumiço de Benedito Pereira da cidade de Araguari(MG), é possível paradeiro.

-Narrador: (Em 29/13/1937). Assume na delegacia da cidade o delegado especial um Tenente da Força Pública do Estado. -Sebastião: Nós traz uma notícia Senhor Delegado. -Joaquim: E seu Tenente, a mãe pode contar uma pista boa para achar o Benedito.- Ana Naves: O Senhor me dá licença para falar...E cria lá de casa eu criei ela agora está morando em Uberlândia trabalha na pensão Belo Horizonte, veio me visitar aproveitando a companhia do Prontidão, ai quando estava contando para o caso o Zé, aparte o contando que viu o Benedito em Uberlândia igualzinho aquele que estava falando.







Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (28min30seg.), o Delagado-Tenente e força Polícial leva os Irmãos Naves, para serem torturados e confessar o crime que não cometeram.

-Cenas de tortura dos Irmãos Naves, que ocorre fora da Delegacia, pelo Delegado Francisco e força policial da cidade de Araguari-MG. -Delegado: Bate mais, bate na cara dele.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (29min.15seg. a 29min.40seg), o Delagado-Tenente e força Polícial leva os Irmãos Naves, para serem torturados e confessar o crime que não cometeram.

-Delegado: Então, você não viu mais o Benedito.- Joaquim: Não, não vi Tenente.-Delegado: Você não viu mais o Benedito. -Joaquim: Não, não vi. - Delegado: Está certo não vai por bem vai por mal, vamos matar o seu irmão, quero ver se você não confessa. Soldado solta o Sebastião.

 <p>Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (31min57seg.), o Delagado-Tenente e força Polícial leva os Irmãos Naves, para serem torturados e confessar o crime que não cometeram. Diante da ameaça de mantarem o irmão Sebastião Naves, Joaquim Naves confessa o crime.</p>	<p>-Delegado: Agora e a sua vez, não quer falar vai morrer também. Vai falar.</p>
 <p>Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (32 min.23seg. a 32 min. 36seg), o Delagado-Tenente Francisco Vieira, consegue a confissão do crime de Joaquim Naves, após muito tortura.</p>	<p>-Delegado: O que foi que vocês disseram para ele aceitar o convite. Um passeio? - Joaquim: Foi sim Senhor, acho que foi. (32 min.23seg. a 32 min. 36seg)</p>
 <p>Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (34min.11seg. a 34min.35seg.), o Delagado-Tenente Francisco Vieira, realiza a reconstituição do crime de Joaquim Naves.</p>	<p>-Narrador: E o declarante fez um nó na dita corda introduzindo pela cabeça de Benedito até o pescoço e Sebastião em um movimento brusco largou os braços da vítima auxiliando declarante a apertar a corda.</p>
 <p>Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (37min.20seg.), o Delagado-Tenente Francisco Vieira junto com força Polícial, tenta achar o dinheiro roubado em áreas ao redor de Araguari (MG). Joaquim Naves, procura por diversos lugares precionado por eles, mas o dinheiro não é encontrado.</p>	<p>-Soldado aqui.</p>



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (40min.50seg. a 41min.10seg.). O Delegado-Tentene junto com a força policial, interroga o cunhado de Sebastião Naves, Senhor Iozinho, ao qual sobre agrações e é levado para delegacia

-Inhozinho: Já disse que sei Senhor Delegado, já disse, Sebastião só me deixou 500 mil réis ele queria deixar mais e não aceitei posso cair morto aqui se eu tiver mentindo. Sebastião tinha 3 contos e 500 com ele, só me deixou 500 para pagar uns franguinho que me levou.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (26min.31seg. a 26min.38seg.). A mãe dos acusados Ana Naves, procura a mulher do advogado João Alamy Filho, para conseguir a defesa dos filhos.

-Esposa do Advogado Odette: “Venha Dona Ana, a Senhora precisa comer e descansar, venha.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (26min.59seg. a 27min.23seg.). O advogado João Alamy Filho, explica porque não pega casusas criminosas, mas diante o relato da mãe dos acusados Ana Naves, ele resolve defender os irmãos Naves.

-João Alamy Filho: A senhora por ser mãe não pode me convencer da inocência dos seus filhos, não sei, não conheço os fatos tudo o que se fala por aí é contra eles. Se recusei antes foi por causa disso, a Senhora sabe é uma questão de princípios não defendendo criminosos desse tipo. - Ana Naves: Eles são inocentes doutor não fizeram nada.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (50 min.13seg. a 50min.39seg.). O advogado João Alamy Filho, com receio das ações do Delegado-Tentente, passa a andar armado devido a acusações do Delegado-Tentente de ser ele comparça dos irmãos Naves no crime.

-João Alamy Filho: Não se inquiete não Odette, não ando armado à toa o tenente já passou de todas as medidas, até na frente do prefeito com aquele seu sorrisinho ele insinuo novamente que eu sabia onde estava o dinheiro. -Odete: Você está fazendo o seu trabalho ele não teria coragem, tem limite para tudo. -João Alamy Filho: É que todos pensam, com ele nunca se sabe, o Tenente não respeita nada.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (23min.06seg. a 23min.28seg.). Onde o Delegado-Tenente, interroga Zé Protidão, que havia informado a família Naves, que tinha visto Benedito Pereira sair da cidade de Uberlândia e pretendia correr o mundo.

-Delegado: Depois o Joaquim pediu que você viesse aqui e dizer que tinha visto Benedito em Uberlândia, foi ou não foi. -Zé Protidão: Foi, sim Senhor. -Delegado: “Escreve Valente. Testemunha jurada na forma da lei, inquerida pela segunda vez respondeu.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (1h.07min.22seg. a 1h.08min.12seg.). O advogado João Alamy Filho, tenta na posse no novo juiz da comarca, sua assinatura de um novo Habeas Corpus para sultura dos irmãos Naves.

-João Alamy Filho: Meritíssimo, congratulo-me com vossa excelência e aproveito a audiência para solicitar o cumprimento de um Habeas Corpus, que foi concedido antes de sua chegada, pelo juiz da comarca de Uberlândia. Trata-se de um caso grave é o segundo Habeas Corpus que eu tenho sei que os favorecidos sejam postos em liberdades, por favor. -Juiz: Perfeitamente, cumpra-se o senhor oficial de justiça dê, cumprimento a este alvará de soltura.



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (54min.57seg. a 55min.14seg.). Depoimento do cunhado de Sebastião Naves, Senhor Iozinho, que relata as agrções sofridas pelo Delegado-Tenente e pela força Policial.

-Inhozinho: Prometo, antes de mais nada tenho umas coisas pra dizer Senhor juiz, estou com mais de 50 anos, mas na minha vida vivida, nunca passei tamanha empurriação e sofrimento.”



Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (1h.02min.57seg. a 1h.03min.22seg.). Depoimento da esposa de Sebastião Naves, Salvina Naves, que relata as torturas e pressões do Delegado Tenente e seus soldados, com a ela e toda família.

-João Alamy Filho: Salvina, porque você esteve na cadeia. -Salvina Naves: Senhor tenente me prendeu. -João Alamy Filho: Mas por que ele fez isso? -Salvina Naves: Ele queria que eu dissesse que meu marido não tinha dormido em casa. -João Alamy Filho: Você disse isso para ele? -Salvina Naves: Não senhor eu não podia mentir aí ele me deixou dois dias presa com meus filhos, aí depois ele chamou dois soldados que queriam tirar minhas roupas aí então eu não queria, mas tive que mentir.


-João Alamy Filho: Senhores jurados ainda que se








-Cena do filme: “O caso dos Irmãos Naves” (1h.18min.07seg. a 1h.18min.52seg.). Discurso do advogado de defesa João Alamy Filho, no último julgamento dos irmãos Naves ocorrido em 21/03/1939.

aceita-se um ideia de latrocínio, era necessário apreensão do dinheiro, o encontro do cadáver, ou qualquer outro indício, um vestígio, um sinal possível, nada, absolutamente nada. A não ser a confissão dos denunciante que agora diante o Meritíssimo Juiz, diante do conselho da sentença, desmentem estas falsas confissões, como todos ouviram de viva voz.

Anexo II– Transcrição das cenas do filme: “Polícia Federal: A lei é para todos”, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VM1iz7xzM7U>. Dirigido por: Marcelo Antunez. Transcrição foi elaborada pela autora.

Cenas	Transcrição das Falas
 <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (12 min. e 34seg. a 13min. e 06 seg.)</p>	<p>-Beatriz: Generala. -Ivan: Para colocar as tropas em ordem. -Beatriz: Você tá me chamando de mandona. -Ivan: Não senhora. -Beatriz: Eu não sou a generala, isso nem é palavra Ivan. -Ivan: Sim, senhora. -Beatriz: Tem mil casos parados desde que eu saí de lá, quem é que vai limpar isso tudo?</p>
 <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (13 min. e 39 seg.)</p>	<p>- Superintendência de Polícia Federal – Curitiba-PR</p>
 <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (18 min. e 27 seg. a 18 min. e 40 seg.)</p>	<p>-Ivan (Narrando): Caso Banestado- 10 anos antes. Vou levar um presente o servo já tinha passado pelas nossas mãos mas foi solto por uma delação premiada onde aliás só delatou a concorrência. -Alberto Youssef- Te dou no nome de todos eles.</p>
 <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (18 min. e 29 seg.)</p>	<p>- Falas da cena anterior.</p>

	<p>Policial: Parou. Polícia Federal, você está preso.</p>
<p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (25 min. e 36 seg.)</p>	
	<p>2º Fase Casa Paulo Roberto Costa – Barra da Tijuca-RJ, 20/03/2014 Paulo Costa: É possível, esses caras só pode estar de sacanagem é a segunda vez em 3 dias.</p>
<p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (27 min. e 02 seg. a 27 min. e 07 seg.)</p>	
	<p>Polícia Federal prende Paulo Roberto Costa</p>
<p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (27 min. e 50 seg.)</p>	
	<p>Repórter Juliana: Alguma informação sobre a prisão de Paulo Roberto Costa, o homem bomba da Petrobrás. Júlio: Homem bomba, não sei de nenhum homem bomba. – Repórter Juliana: É sobre o envolvimento de deputados federais. Júlio: Deputado é com o Supremo foro privilegiado, você sabe disso.</p>
<p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (28 min. e 38 seg. a 28 min. e 52 seg.)</p>	
	<p>Falas da cena anterior</p>
<p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (28 min. e 50 seg.)</p>	



Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (32 min. e 02 seg. a 32 min. e 17 seg.)

Beatriz: A gente só queria entender melhor como funcionava essa roca.
 Paulo Costa: Eu sou inocente. Vocês são um bando de torturadores que acham que a ditadura voltou. Eu não tenho absolutamente nada para dizer.



Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (37 min. e 15 seg. a 37 min. e 18 seg.)

- Pai do Delegado: Continua batendo uma hora esse muro desaba.



Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (38 min. e 40 seg. a 39 min. e 18 seg.)

Júlio: Só queria confirmar uma coisa com a senhora Dona?
 Mulher responde: Joana
 Júlio: Dona Joana, então a senhora tem certeza que não viu nada fora do comum nada estranho, pode falar a senhora pode se abrir, eu garanto que não vai acontecer nada de mal com a senhora, que a gente tem informações que eles podem ter trazido documentos para cá e escondido.
 Joana: Ninguém escondeu nada aqui não senhor a Dona Maricy, quemou tudo lá na churrasqueira como sempre.


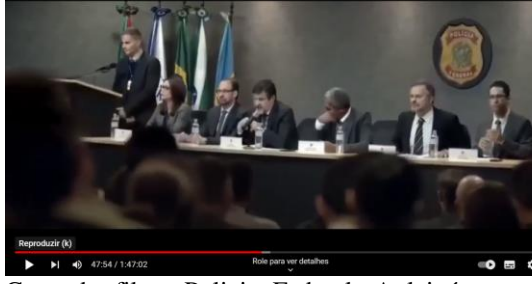


Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (40 min. e 08 seg. a 40 min. e 35 seg.)

Ministério Público Suíço – Berna – Suíça
 Júlio: Só um minutinho. Alô
 Beatriz: A gente conseguiu tudo Júlio.
 Júlio: Tudo, tudo o que?
 Beatriz: Tudo, as contas do Paulo Roberto, as contas da família na Suíça, das empresas da família, tudo, tudo, 23 milhões de dólares.



Paulo Costa: Elas podiam cobrar 15%, 20% a mais, são centenas de milhões de dólares por obra.
 Ivan (narrando): Paulo Roberto contou tudo, 11 empreiteiras organizadas tipo campeonato de futebol com regulamento e tudo.
 Paulo Costa: Depois elas pagavam os operadores e Yourself do PT e o chefe do PP o Fernando Baiano do PMDB e o Vaccari do PT que depois pagavam para mim para o Duque para o Ceveró dependendo da área de cada área.
 Promotor: É quanto eles pagavam?
 Paulo Costa: Pagavam para nós 3% mais ou menos 3%.
 Ivan (narrando): Os diretores da Petrobrás indicados por políticos

<p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (43 min. e 55 seg. a 44 min. e 56 seg.)</p>	<p>recebiam propinas pelas obras. -Moro: Ah, mais esse 3% em cima desse preço para distribuição para agentes públicos, é isso? -Paulo Costa: Perfeito. -Moro: Os diretores da Petrobras também recebeu parcelas desses valores, pagos. 44:56 - Paulo Costa: Na diretoria de serviços desses 3%, 2% eram para atender o PT.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (45 min. e 43 seg. a 46 min. e 10 seg.)</p>	<p>Juliano: A gente está saindo para o almoço, na volta a gente conversa. -Juliana: Delegado Ivan, porque vocês estão tentando destruir o PT. -Ivan: Como assim. -Juliana: A investigação de vocês a um mês, do 1º Turno, vocês não acham um é um abuso de poder a Política Federal, tentar influenciar uma eleição. - Beatriz: Você ficou maluca. -Ivan: Clama Bia. Juliana a gente não está investigando um partido, a gente investiga os fatos e não as pessoas. -Juliana: E por coincidência tudo isto vem a tona, durante o processo eleitoral, é isto que vocês estão dizendo. 46:10- Beatriz: E é isto assim que aconteceu.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (47 min. e 51 seg. a 48 min. e 22 seg.)</p>	<p>Ivan: Eu vou passar, um bom dia, eu vou passar alguns números que são interessantes para os senhores, 300 policiais participaram das diligências de hoje 50 servidores da receita foram 85 mandados judiciais, seis prisões preventiva, 21 de prisão temporárias, 09 conduções coercitivas, 49 ordens de busca e apreensão entramos nas maiores empreiteiras do Brasil, pegamos todos de surpresa.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (48 min. e 48 seg. a 49 min. e 04 seg.)</p>	<p>Renato Duque: Ex-Diretor de serviços da Petrobras - Ivan (narrando): Entramos onde nunca ninguém havia entrado estamos falando de sete empresas que são com a Petrobras tem em torno de 59 bilhões de reais em contratos desses contratos estão sob investimentos tanto na Receita Federal quanto no Ministério Público.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (53 min. e 46 seg. a 54 min. e 02 seg.)</p>	<p>Moro: E o Senhor pode citar o propósito específico. -Paulo Costa: Eu encontrei o pai do House e o Alexandrino para tratar do contrato da Braskem. -Ivan (narrando): Alexandrino, era o Diretor de Relações institucionais da Odebrecht e a Braskem o braço petroquímico da empreiteira.</p>



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (55 min. e 05 seg. a 55 min. e 30 seg.)

→ Fase “Erga Omnes” 19/06/2015 – Prisão de Marcelo Odebrecht
- Fran (narrando): O nome da operação ou um recado claro de que a lei vale para todos.
- Júlio: Bom dia a gente tem um mandado de busca na residência do Senhor.



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (55 min. e 37 seg.)



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h00 min. e 37 seg.)

→ Marcelo Odebrecht, ex-presidente do Grupo Odebrecht, (Cena da prisão de Marcelo Odebrecht).






Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h04 min. e 11 seg.)



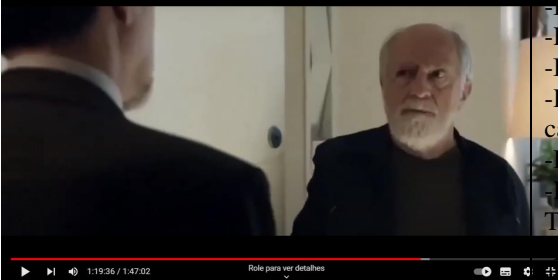

→ Beatriz: E L do prédio o instituto é um Instituto Lula.



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h07 min. e 19 seg.)

→ Pai do Júlio: Vocês não fazem ideia do que foi lutar contra a ditadura tá.
- Júlio: O que isso tem a ver?
- Pai do Júlio: O que isso tem a ver? Tem tudo a ver, porque alguém teve que lutar para hoje você ter a liberdade de investigar, não é.
- Júlio: Exatamente é isso que a gente tá fazendo investigando.
- Pai do Júlio: E os outros, porque só em cima dele, vocês estão sendo seletivo.
- Júlio: A gente, a gente está sendo seletivo pelo amor de Deus pai, quem cai na nossa mão é investigado. Até parece que eu não votei neles também eu fiz campanha esqueceu. Vesti a camisa. Agora se os

<p>todos. (1h 07 min. e 10 seg. a 1h 08 min. e 03 seg.)</p>	<p>caras roubaram, eles roubaram que eu sei que vi, no mensalão, que eu vejo todo dia documento atrás de documento, conta atrás de conta eu vou correr atrás e eu vou botar na cadeia. Agora se você quer continuar cego acreditando nos seus mitos problema é seu, eu não acredito em porra nenhuma nunca mais. -Pai do Júlio: O que é garoto, o que há.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 12 min. e 40 seg. a 1h 12 min. e 50 seg.)</p>	<p>→ Ivan: Olha, não pode dar nada errado hen, eles estão preparados eles vão se mobilizar qualquer vazamento fora do lugar, qualquer espirro e vai dar merda. -Júlio: Fica tranquilo eu já entendi.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 14 min. e 40 seg. a 1h 15 min. e 06 seg.)</p>	<p>→ Moro: Vocês vão seguir estritamente o despacho, onde tem na paisana emblema da Polícia Federal carros escuros descaracterizados enfim nada que chama atenção que possa constranger desnecessariamente o Presidente. -Ivan/Beatriz: Claro - Moro: Vocês vão proteger o ex-presidente, fecha o espaço aéreo não permitam imagens em que pode ser alguma operação de muito rígido cada detalhe é crítico.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h15 min. e 16 seg. a 1h 15 min. e 27 seg.)</p>	<p>→ Ivan: Se ele tiver no sítio só tem um acesso, se bloquearem esse acesso a gente só consegue sair de helicóptero eles estão se articulando com o pessoal do sindicato eles vão barrar todas as estradas de acesso.</p>

<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (1h16 min. e 01 seg.)</p>	<p>→ 4º Fase “Aletheia” em 04/03/2016</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (1h17 min. e 55 seg.)</p>	<p>→ São Bernardo do Campo - SP</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (1h19 min. e 36 seg. a 1h 20 min. e 32 seg.)</p>	<p>→ condução coercitiva Ex-Presidente Lula. -Ivan: Bom dia Presidente. -Lula: Entre. Japonês da Federal não tá ai? -Ivan: Não. -Lula: Melhor, capaz de roubar tudo que tem aqui dentro da minha casa, cansado de dizer para o Cardoso, para ele prender esta cara. -Ivan: Presidente, por favor. -Lula: É um absurdo isto é coisa do Ministério Público. -Ivan: Também. -Lula: Querem acabar comigo. 1:20:32-Ivan: Eu tô aqui apenas para cumprir o mandato.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Polícia Federal: A lei é para todos. (1h 22 min. e 46 seg.)</p>	<p>→ condução coercitiva Ex-Presidente Lula, para prestar depoimento no Aeroporto Presidencial de Congonhas</p>



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 24 min. e 25 seg. a 1h 24 min. e 33 seg.)

Repórter: Pressionado a necessidade de levar o ex-presidente membros do partido e simpatizantes manifestam-se contra a decisão do Ministério Público e ação da Polícia Federal.



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 25 min. e 11 seg. a 1h 25 min. e 51 seg.)

Salão Presidencial do Aeroporto de Congonhas-SP.
 Advogado de Defesa de Lula: Defesa naturalmente pode gravar o depoimento.
 Ivan: Claro, senhor, aceita um café.
 Lula: Aceito.
 Ivan: A empresa do seu filho recebeu 4 milhões de sua empresa.
 Lula: Sei não.
 Ivan: Está aqui.
 Lula: Se ele recebeu algum dinheiro é porque deve ter feito algum serviço não cuida disso não, quem cuida disso é o Paulo.






Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 29 min. e 21 seg. a 1h 29 min. e 42 seg.)

Ivan: Eu pessoalmente presidente estou atrás da verdade ouvir todos os colaboradores.
 Lula: Se você está atrás da verdade então prendam um cidadão do Ministério Público que diz que o apartamento é meu, eu não vejo a hora disso tudo terminar é alguém chegar aqui e me pedir perdão de joelhos, me perdoa pelo amor de Deus, foi um engano.
 1:29:42-Ivan: Se a gente, te ver feito alguma coisa errada.



Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 32 min. e 50 seg. a 1h34 min. e 48 seg.)

Ítalo: Não é Ivan, você sabe que a gente fez a coisa certa. Não é Ivan? A gente agiu exatamente como agiria qualquer um talvez até pouco mais de cautela.
 Ivan: Ítalo, sabe aquela história do jabuti que você e o Pedro Henrique vive me falando, e se a gente for o jabuti. -Ítalo: Tá maluco Ivan, ninguém colocou a gente aqui não a gente é concursado a gente começou investigando um bando de doleiro, ninguém imaginava que iria dar nisso. -Ivan: Tudo bem, tudo bem. Agora esse pessoal sai e entra quem, hein. Com que interesses, com que poder de negociação Ítalo, vai mudar alguma coisa. Escuta a gente tá ajudando quem.
 Ítalo: Eu quero acreditar que a gente está ajudando o Brasil. Olha Ivan eu sei que você tá preocupado com as consequências, mas a gente não pode agir, pensando em quem vai ajudar ou quem vai atrapalhar. O único jeito de não ser político é não sendo político, esse e o jeito antigo, o sistema podre o jogo que sempre foi, se a gente entrar nessa a gente perde. Você sabe que a gente segue os fatos não é. Se os fatos levarem até alguém de algum partido hoje nós vamos investigar se amanhã levar alguém de outro partido a gente vai investigar também até não ter mais ninguém para prender.
 Ivan: Prender –prender- prender Ítalo, o sistema sempre ganha Ítalo, a caneta sempre ganha, a gente bateu de frente sabe o que aconteceu

	<p>acabou a gente bateu de frente acabou.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 34 min. e 49 seg. a 1h 35 min. e 00 seg.)</p>	<p>Brasília/DF. Presidente Dilma Rousseff, concede entrevista coletiva no Palácio do Planalto. - Quatro anos de governo mais 1-5, estou entrando no sexto, tem seis anos que vocês...</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 36 min. e 26 seg. a 1h 37 min. e 17 seg.)</p>	<p>-Técnico: Ivan sabe aquele tempo entre o pedido de suspensão da escuta que as operadoras pararem efetivamente de gravar. -Ivan: Claro, isto é lógico. -Técnico: Então é melhor vocês virem aqui. -Ivan: Vamos lá, vamos lá. -Lula: Alô, alô. -Dilma: Lula deixa eu te falar uma coisa seguinte eu tô mandando, junto com o papel para a gente ter ele e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse. -Lula: Tá bom, tá bom. -Dilma: Só isto você espera aí, que ele tá indo aí. -Lula: Tranquilo, fico aguardando. -Dilma: Tchau. -Lula: Tchau, querida.</p>
<p>Assistam ao filme "POLICIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS" e reflitam</p>  <p>Cena do filme Policia Federal: A lei é para todos. (1h 38 min. e 22 seg.)</p>	<p>-O juiz Sérgio Moro, escuta o áudio e passa para a imprensa.</p>